

**MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL**

Volume 30 1998

Catálogo na fonte: Biblioteca do Museu Histórico Nacional

Museu Histórico Nacional (Brasil)

M986 Anais do Museu Histórico Nacional. – Vol. 1 (1940) - . –
Rio de Janeiro : O Museu, 1940 - .
v. : il.; 23 cm.

Anual

Suspensa a partir do volume 26(1975). Reiniciado em 1995 com o volume 27.

ISSN 1413-1803

1. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, RJ - História. 2. Acervo Muscológico. 3. Acervo Arquivístico. 4. Coleção Sophia Jobim Magno de Carvalho. 5. Carvalho, Sophia Jobim Magno de , 1904-1967? - Biografia. 6. Pedro I, dom, 1798-1834. 7. Rio de Janeiro, RJ - História. 8. Silva, José Bonifácio de Andrada e , 1763-1838. 9. Jornalismo - História. 10. Arte - Brasil. 11. Porto Alegre, Manuel de Araújo, 1806-1879. 12. Transporte - Brasil. 13. Nobreza - Brasil

ISSN 1413-1803

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Anais

**MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL**

Volume 30
1998

**EDIÇÃO COMEMORATIVA DO BICENTENÁRIO DE
NASCIMENTO DE D. PEDRO,
IMPERADOR DO BRASIL E REI DE PORTUGAL**

Anais Mus. Hist. Nac.	Rio de Janeiro	v. 30	p.1-300	1998
-----------------------	----------------	-------	---------	------

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Fernando Henrique Cardoso

MINISTRO DA CULTURA

Francisco Correa Weffort

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Glauco de Oliveira Campello

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Vera Lúcia Bottrel Tostes

CONSELHO EDITORIAL

Presidente:

Vera Lúcia Bottrel Tostes - IPHAN/Museu Histórico Nacional

Membros

Afonso Carlos Marques dos Santos - UFRJ

Carlos Ziller Camenietzki - CNPq/Museu de Astronomia

Denise Portugal Lasmar - IPHAN/Museu Histórico Nacional

Guilherme Paulo Pereira das Neves - UFF

Lorelai Brilhante Kury - UERJ

Margarida de Souza Neves - PUC-RJ

Maria Beatriz Borba Florenzano - USP

Maria de Lourdes Parreira Horta - IPHAN/Museu Imperial

Rejane Maria Lobo Vieira - IPHAN/Museu Histórico Nacional

Roberto Conduru - UERJ

Ulpiano T. B. de Menezes - USP

EDITOR RESPONSÁVEL POR ESTE NÚMERO:

José Neves Bittencourt - IPHAN/Museu Histórico Nacional

COMISSÃO EXECUTIVA

José Neves Bittencourt

Maurício Ennes de Souza, projeto gráfico

Capa: *Campos Gerais/Washington Dias Lessa*

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento oficial do Museu Histórico Nacional.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

MHN

BIBLIOTECA

181/1988

Sumário

<i>Apresentação</i>	4
<i>Do projeto de império à Independência</i>	
Afonso Carlos Marques dos Santos	7
<i>1831: D. Pedro I e a praça pública</i>	
Iara Lis Carvalho Souza	37
<i>D. Pedro I e calmante da Malagueta</i>	
Isabel Lustosa	61
<i>D. Pedro e José Bonifácio sob o império da amizade</i>	
Berenice Cavalcante	81
<i>Corre, cão, que te fazem barão</i>	
Vera Lúcia Bottrel Tostes	99
<i>O Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX</i>	
Sonia Gomes Pereira	109
<i>A formação de museus nacionais na América Latina</i>	
Maria Margareth Lopes	121
<i>Araras gregas</i>	
Roberto Conduru	147
<i>Em demanda do Eden</i>	
Gustavo Rocha-Peixoto	159
<i>Um homem adequadamente trajado</i>	
Vera Lúcia Lima e Anamaria Rego de Almeida	169
<i>O jardim Maurício</i>	
Heloísa Meiles Gesteira	191
<i>Entre a nação e a civilização</i>	
Letícia Coelho Squeff	207
<i>Cruzamentos culturais</i>	
Daryle Williams	221
<i>Suntuoso palácio, infecto bairro</i>	
Carlos Kessel	231
<i>Meios de transporte terrestre no Museu Histórico Nacional</i>	
Cícero Antônio Fonseca de Almeida	245
<i>A Coleção Sofia Jobim: um estudo sobre o soroptimismo no Brasil</i>	
Cacilda Fontes Cruz e Luciana Galvão Borel	267

A

Datas memoráveis, vultos marcantes, fatos comuns

Vera Lúcia Bottrel Tostes *

Os *Anais do Museu Histórico Nacional* tiveram seu primeiro número lançado em 1940. De fato, a publicação tinha sua existência prevista nos “Regulamentos do Museu” aprovados pelos decretos 15996, de 2 de agosto de 1922 e 24735, de 14 de julho de 1934. As publicações das grandes instituições de pesquisa e memória eram comuns na época: a Biblioteca Nacional lançava regularmente seus “Anais” desde o século XIX; o Museu Nacional tinha em seus “Archivos” publicação internacionalmente respeitada e o Arquivo do Estado da Bahia já havia lançado dezenas de volumes de seus “Anais do Arquivo do Estado da Bahia”. Todas essas publicações tinham periodicidade anual, e eram voltadas para a divulgação de seus acervos e atividades. Com os *Anais do Museu Histórico Nacional* não foi diferente.

A história da publicação do Museu Histórico, que agora alcança o volume 30, pode ser dividida em duas fases: a primeira, entre 1940 e 1975, abrangeu o lançamento, com periodicidade rigorosamente anual, de 26 volumes; a segunda fase se iniciou em 1995, com o volume 27, e já atinge o volume 30. Basicamente, a função da publicação continua a mesma: divulgar acervos, temáticas e atividades do Museu Histórico Nacional.

Com uma diferença: ao longo de seus primeiros 26 volumes, os *Anais* divulgaram centenas de artigos quase sempre tendo no acervo do Museu fonte de inspiração. Através desses suportes era desenvolvida reflexão de grande qualidade sobre a história nacional. Alguns dos textos aparecidos nas páginas da publicação, sobre armaria, porcelana, numismática e heráldica, e também sobre história do Brasil e história da arte, de autoria de eruditos do porte de Sigrid Porto Barros, Jenny Dreyfuss, Edgar Romero, Herculano Mathias e Gustavo Barroso, tornaram-se referência, eventual-

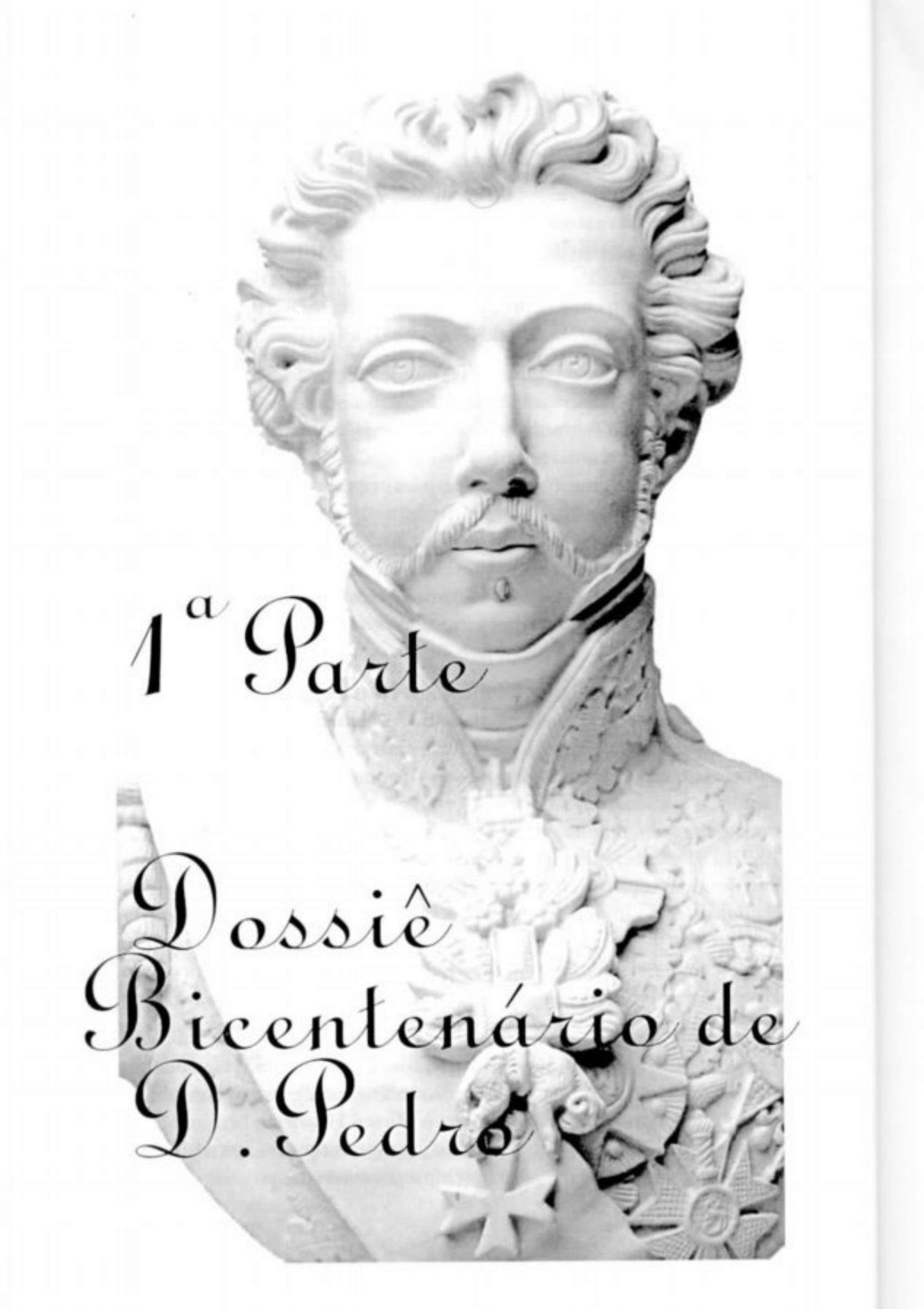
* Museóloga. Mestre em História, Universidade de São Paulo. Professora de Heráldica e Genealogia, Universidade do Rio de Janeiro. Diretora do Museu Histórico Nacional.

mente citada até nossos dias. Em sua segunda fase, os *Anais* têm buscado construir uma identidade que os adequem ao moderno Museu Histórico Nacional que, de forma alguma é exatamente a mesma instituição dos anos 40. Sua forma atual começou a se delinear com o “Processo de Revitalização”, a partir de 1985. Desde então, a instituição, embora ainda cumprindo sua atividade-fim de recolher, estudar e expor objetos significativos para a compreensão e divulgação da história nacional, tem se dedicado à diversas outras tarefas contidas no amplo campo da memória histórica.

Os seminários de reflexão acadêmica tem sido um dos principais projetos desta nova orientação. Vários foram promovidos, desde 1985, mas desde o ano passado, resolveu o Museu torná-los atividade programática regular. Foi notável o sucesso do evento “Museus históricos: entre a verdade histórica e a cultura”, produzido para marcar a passagem dos setenta e cinco anos de fundação da instituição (1922-1997); a este evento correspondeu o lançamento do volume 29 dos Anais, todo dedicado ao tema “história do movimento museológico no Ocidente e no Brasil” e “história institucional do Museu Histórico Nacional”. Temos notado referências frequentes a alguns dos artigos monográficos publicados, e que mostra o acerto dessa nova política.

Mas, por outro lado, também notamos a ausência de espaço, na publicação, para os temas relativos ao que poderíamos chamar “o cotidiano institucional”: textos monográficos e ensaios, de menor alcance, mas não menor importância, sobre o campo dos museus em geral e do Museu Histórico Nacional em particular. O volume 30 já busca corrigir esta falha, sendo dividido em duas partes. A primeira articula-se ao seminário de 1998: “D. Pedro: estadista de dois mundos”, evento acadêmico comemorativo dos duzentos anos de nascimento do fundador de nossa independência política e do Império do Brasil. A segunda parte traz uma miscelânea de textos de interesse geral, divididos em três “módulos” (para usar um termo caro à museologia adotada atualmente no Museu Histórico...): a. *História do movimento museológico no Brasil e no mundo*, b. *Cultura material*, com especial atenção ênfase no acervo do Museu e c. *Eventos*, buscando esta analisar criticamente as ações desenvolvidas pela instituição.

Esperamos que nossa publicação institucional esteja se consolidando no mesmo movimento que torna o Museu Histórico Nacional uma instituição em constante mudança, mas sempre sintonizada à tradição de seriedade e excelência que, desde sempre, a caracterizou.

A black and white photograph of a marble bust of Dom Pedro I, the first Emperor of Brazil. The bust shows the emperor from the chest up, facing slightly to the right. He has thick, wavy hair and a full, curly beard and mustache. He is wearing a high-collared military-style coat with intricate carvings on the lapels and a large, ornate cross-shaped medal pinned to his chest. The background is plain white.

1^a Parte

*Dossiê
Bicentenário de
D. Pedro*

Do projeto de Império à independência



Notas acerca da opção monárquica na
autonomia política do Brasil

Afonso Carlos Marques dos Santos *

O PROJETO de Império luso-brasileiro

A discussão em torno da idéia de Império, no mundo luso-brasileiro do final do século XVIII e início do século XIX, tem sido objeto de alguns equívocos de abordagem. O mais frequente é a confusão entre a noção de império colonial e o significado do projeto político que concebeu um império luso-brasileiro. Este projeto aparece nas formulações dos estadistas portugueses desse período, em textos elaborados por atores da expressão de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho - o futuro Conde de Linhares - e do jurisconsulto Silvestre Pinheiro Ferreira. Nestes textos, a noção de império assume um caráter diferente do uso tradicional, vinculado aos domínios coloniais. Trata-se agora de tentar uma reforma, de caráter geopolítico, do Estado monárquico sob a égide da Casa de Bragança. Este projeto é atravessado pelas vicissitudes enfrentadas por Portugal face às alterações na política europeia, especialmente após a Revolução Francesa.

A história política desse período ainda carece de maior atenção, tanto no lado português como no brasileiro. Para a história lusitana trata-se de uma fase traumática, aquela que corresponde ao reinado de Dona Maria I e à regência e reinado de Dom João VI, quando a dinastia é ameaçada, a autonomia do Reino é atingida pela invasão estrangeira, a sede da Corte é transferida para a América e verifica-se o que Oliveira Lima chamou de “a inversão brasileira”. Como observou o Visconde de Porto-Seguro, “em

* Historiador. Professor titular de Teoria e Metodologia da História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)

meados de 1820, era já toda esta região [do Amazonas ao Prata] a sede de um Império maior que os dois romanos, o qual estendia o seu poderio pelas cinco partes do globo terrestre, tendo no Portugal hispânico uma simples regência[...].”¹ Do lado brasileiro desta história a opção pela forma monárquica, na construção do Estado autônomo, deveria colocar estas questões no centro das investigações sobre a Independência, não apenas pela singularidade do fenômeno no continente americano, mas pelo que pode ser elucidado acerca do modelo de Estado adotado. Há inúmeros aspectos simbólicos que não devem ser desprezados e que são fundamentais para compreender a época e o processo. Afinal, trata-se também de estudar aquilo que, no movimento da história, diz respeito não ao material, mas ao “ideal”, para usar a expressão que Georges Duby recupera de Maurice Godelier².

Por outro lado é necessário observar que a questão do Estado neste período, antecede, mais do que nunca, à questão nacional. É dele que partirá o fomento a uma produção simbólica que, após a Independência, transforma a Nação num autêntico projeto de Estado. Este, por sua vez, não é nem território, nem população, nem corpo de regras obrigatórias. Georges Burdeau assinala que apesar destes dados sensíveis não lhe serem estrangeiros, o Estado os transcende. A sua existência não pertenceria, nesta perspectiva, à fenomenologia tangível, fazendo parte da ordem do espírito. O Estado é, no sentido pleno do termo, uma idéia; o que permite a Burdeau considerar que “não tendo outra realidade senão conceptual”, o Estado “só existe porque é pensado”³. Para Burdeau esta afirmação deve ser entendida no pé da letra isto porque o Estado não seria uma “construção do espírito” destinada a dar conta de uma realidade preexistente, mas uma realidade concebida. Daí a necessidade de procurar compreender a gênese do Estado autônomo no Brasil a partir do mundo das idéias, onde a construção da realidade atravessa ambiguidades e contradições - um processo doloroso de separação não apenas política, mas onde será preciso romper laços identitários profundos.

Não foram poucos os autores que apontaram para as características peculiares da autonomia política brasileira. Caio Prado Jr., por exemplo, lembrou que “até às vésperas da independência, e entre aqueles mesmos que seriam seus principais fautores, nada havia que indicasse um pensamento separatista claro e definido. O próprio José Bonifácio, que seria o Patriarca da Independência, o foi apesar dele mesmo, pois sua idéia sempre fôra unicamente a de uma monarquia dual, uma espécie de federação luso-

brasileira”⁴. A Independência não seria, portanto, o resultado ascendente da insubordinação dos colonos da América portuguesa, mas algo inevitável, encerrando “em seu contexto o espírito de conciliação” apontado por Paulo Mercadante⁵.

A Independência define-se pela constituição de um novo Estado politicamente autônomo e que, no caso do Brasil, resulta num Estado monárquico-constitucional: o Império do Brasil. Porém, este novo Estado já possuía, desde 1815, o estatuto de reino, Reino do Brasil - unido a Portugal e Algarves. A opção pela forma monárquica deveria, diante deste fato anterior, ter conduzido à separação dos reinos, permanecendo o Reino do Brasil como designação adequada para o território autonomizado da antiga América portuguesa. Contudo, a forma adotada foi Império do Brasil e não Reino, como se poderia esperar. No que se refere ao uso da designação Império, é necessário recuar no tempo a algumas formulações anteriores, pelo menos e mais diretamente àquelas oriundas do final do século XVIII e às que surgem no debate acerca da permanência da família real portuguesa no Brasil.

O tema da Independência, as alternativas políticas e ideológicas do período, o debate de idéias, bem como as opções vencedoras constituem um dos momentos mais ricos e significativos da história política brasileira. Daí partirão algumas das definições fundamentais no delineamento do Estado, na organização da sociedade e nas práticas políticas. Neste sentido, é sempre oportuno revisitar o tema e as representações deste período de transição do absolutismo para o sistema liberal. Como introdução a estas questões destacamos aqui duas dimensões do que chamamos de projeto de Império: aquela que aparece nas iniciativas de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e a que encaminha, sob a influência direta de José Bonifácio de Andrada e Silva, a separação política para a constituição do Império do Brasil. Estas notas acerca da opção monárquica, na verdade nos remetem à reflexão acerca do rascunho do Estado, possível de ser identificado nos fragmentos de idéias e ações da época.

É importante assinalar que estamos considerando, de acordo com o historiador alemão Hagen Schulze, que os conceitos de Estado e Nação “constituem projetos culturais que nasceram no decurso da história europeia e se foram modificando constantemente ao longo da história”⁶. Esta posição remete-nos também para pensar os fenômenos culturais e políticos na América a partir de uma história marcada por um processo de

ocidentalização, onde os parâmetros intelectuais são dados pela experiência histórica das matrizes européias ocidentais. Trata-se aqui de pensar esses projetos no quadro da transição de um mundo ordenado pelos valores do Antigo Regime para novas formas de conceber a organização da sociedade e do poder político.

“SOB O GENÉRICO NOME DE BRASIL”: o projeto de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho

O projeto de construção de um Império luso-brasileiro, que viria a se constituir na base da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, tem um significativo delineamento num importante documento da autoria de D. Rodrigo de Souza Coutinho, conhecido como *Memória sobre os Melhoramentos dos Domínios de sua Majestade na América*. Este texto foi escrito quando D. Rodrigo ocupava a pasta da Marinha e Ultramar e deve datar de 1797. D. Rodrigo assumira, em setembro de 1796, a responsabilidade governativa de lidar com os problemas relativos à conservação e ampliação da marinha e da navegação mercantil portuguesa e à direção administrativa, política e econômica das colônias. Neste segundo aspecto das suas novas responsabilidades, destacavam-se os domínios da América, ou melhor, “as províncias da América”, na expressão do próprio estadista, ao acrescentar: “que se denominam com o genérico nome de Brasil.”⁸ Em outra oportunidade já havíamos apontado para essa apreensão metropolitana das partes da América portuguesa e para o fato de que o Estado Absolutista lusitano detinha o que chamamos de uma espécie de monopólio da percepção do todo. A esta percepção seria possível opor uma outra apreensão do território objeto da colonização e que se daria a partir do âmbito interno do espaço colonial: uma apreensão fragmentada e regionalizada. Do ponto de vista dos próprios colonos luso-brasileiros contemporâneos da conjuntura das inconfidências o horizonte político não teria sido percebido, nessa perspectiva, muito além dos limites da Capitania.

Essa “Memória” de Dom Rodrigo foi considerada, por Fernando Novais, ao analisar as manifestações da crise do Antigo Sistema Colonial, como um “vasto e articulado plano de fomento da exploração econômica do Brasil.”⁹ Novais trata o documento como uma tentativa de remover obstáculos ao “pleno funcionamento do sistema colonial na nova conjuntura”, chamando a atenção para o uso da expressão “sistema” no texto de D. Rodrigo, onde o estadista procuraria definir, de maneira vantajosa, as relações entre Portugal e seus “domínios”.

Por outro lado, a historiadora portuguesa Graça Silva Dias, ao examinar a “ruptura cultural” e a “ruptura política” nas origens do liberalismo em Portugal, reduz o futuro Conde de Linhares a uma dimensão muito próxima de vários manuais de História do Brasil, isto é, à condição de “político anglófilo”, caracterizando-o como um letrado dado à “moderação” e à “conciliação”, “vivendo a duas velocidades: a aceleração cultural e o *ralenti* político”¹⁰. Esta avaliação de Dom Rodrigo vincula-se, principalmente, à sua ação como Ministro de D. João, no Rio de Janeiro, após a transferência da Corte, onde assumiria a posição de “principal e corifeu do partido inglês” como também o identificou Oliveira Lima¹¹. Estas visões, contudo, mostraram-se insuficientes para permitir uma ampla compreensão da importância deste estadista na história luso-brasileira da fase identificada, por Fernando Novais, como a conjuntura de crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).

O historiador inglês Kenneth Maxwell compreendeu, de forma mais adequada, a inserção de D. Rodrigo na história política dessa conjuntura, dando uma atenção maior ao significado da “Memória sobre os Domínios da América”, apontando para o que chamou de “um programa muito mais amplo” e que visava a “reconciliação imperial.”¹² Maxwell considerou o plano para o Império como audaz e examinou-o à luz das atitudes tomadas por D. Rodrigo no trato da questão das insurgências coloniais, reveladas nas devassas contra as inconfidências de Minas Gerais, em 1789, Rio de Janeiro, em 1794, e Bahia, em 1798. Maxwell observou, de maneira inovadora, a estratégia de D. Rodrigo diante do fracasso das idéias autonomistas, apontando para o fato de que a “atmosfera estava receptiva para reformas que evitassem o risco de um levante social”¹³. Neste sentido D. Rodrigo teria percebido, “com maior sensibilidade do que a maioria, as oportunidades que a situação oferecia e a necessidade de fazer ajustes inteligentes para evitar uma revolução destruidora.”¹⁴

A perspectiva de Maxwell aproxima-se da posição que defendemos ao analisar o que identificamos como a derrota da “vertente autonomista nacional” e onde atribuíamos o fracasso desta tendência a dois aspectos básicos: de um lado à violência da repressão, como foi o caso do movimento baiano de 1798, e de outro aos limites de consciência dos letrados e da elite colonial - sensíveis, que foram, aos aliciamentos do Estado português, responsável por um verdadeiro trabalho de cooptação de quadros na elite letrada da América portuguesa¹⁵. Maxwell lembrou que a severidade do tratamento dado aos insurretos baianos de 1798¹⁶ foi acompanhada e

sucedida de favores que a administração metropolitana continuava a conceder aos brasileiros diplomados pela Universidade de Coimbra. Estas atitudes, capitaneadas por D. Rodrigo, no entender de Maxwell, “indicavam com clareza seus pontos de vista”.

Contudo, apesar das evidências contidas na teoria e na ação de estadistas como Dom Rodrigo e apesar da documentação explorada por Maxwell, pela nossa investigação já mencionada e pelos estudos referentes ao caso baiano, surgiu recentemente uma outra versão, diferente da nossa, desenvolvida pelo historiador português Valentim Alexandre numa alentada tese doutoral¹⁷. Este autor procura despolitizar a análise do período, a partir da descaracterização da crise do Antigo Sistema Colonial e privilegiando os aspectos econômicos. A crise não teria existido no império luso-brasileiro nos anos que antecedem à ruptura do regime do pacto-colonial. Assim, para Valentim Alexandre, não haveria no Brasil “qualquer indício de contestação generalizada do domínio português”. No seu entender, “as duas únicas ‘inconfidências’ que ganham alguma expressão - a de Minas Gerais e a da Bahia - são a manifestação, no primeiro caso, das tensões específicas de uma zona já então marginal do império, e, no segundo, de contradições internas da sociedade colonial. Por seu lado, o poder metropolitano continua a confiar nas formas tradicionais de defesa das colônias, entregue fundamentalmente às forças locais”¹⁸. Para este autor, portanto, o aumento das tensões não vem de uma crise do sistema que se manifestaria no perigo da sublevação generalizada em todo o território colonial, mas viria das “ameaças externas, das perturbações que sacodem o sistema internacional: é para esse lado que teremos de olhar, se quisermos compreender os problemas que vão conduzir à desagregação do império, a partir de 1808.”¹⁹

Valentim Alexandre procura desqualificar análises como as de Kenneth Maxwell e de autores brasileiros como Carlos Guilherme Mota, notadamente na ênfase que dá a inexistência da crise. Para ele, as autoridades metropolitanas consideravam “que a solidariedade da colônia para com a metrópole era um dado natural”²⁰ e que os colonos e as autoridades estavam muito mais preocupados com a defesa contra inimigos externos. Tal concepção colocaria num segundo plano as possíveis tensões entre brasileiros e europeus. Para confirmar a sua tese, Alexandre tenta sustentarse em aparentes evidências documentais, como, por exemplo, quando afirma que, apesar da “questão da ordem pública interna” não estar totalmente ausente da correspondência oficial, o seu peso seria muito reduzido na

fase que corresponderia aos cinco anos em que D. Rodrigo de Souza Coutinho foi ministro da Marinha e do Ultramar (1796 a 1801). Neste período, segundo Alexandre, apenas um “áviso”, de 29 de julho de 1797, e um ofício, de 12 de março de 1801, mandam fazer uma vigilância especial sobre os suspeitos de professarem idéias políticas e religiosas.

Contudo, o recorte temporal feito por Valentim Alexandre parece-nos bastante equivocado, bem como o alcance das suas evidências documentais. Alexandre limitou-se a citar códices relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, mas deixa de lado a ampla documentação política e administrativa existente nas inúmeras caixas de documentos avulsos do mesmo arquivo e que, apenas para o período 1789 a 1801, no que se refere ao Rio de Janeiro, compreendem mais de 50 caixas com documentos que expressam opiniões e reclamações dos colonos, além das querelas de ordem administrativa e jurídica. Alexandre, por desconhecer a documentação originária da colônias, deixou de perceber o contexto do Império português, ignorando, por exemplo, a linha de ação, no Brasil, do vice-rei Conde de Resende²¹. Resende, que governa de 1790 a 1801, promoveu o que chamamos de “administração do medo” na capital da América portuguesa e sua atuação correspondeu ao mesmo tipo de preocupação, por vezes exagerada, evidenciada nas ações do Intendente Geral de Polícia de Lisboa, Pina Manique, e na correspondência diplomática estudada por Graça e J. S. da Silva Dias em *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*²².

Caracterizamos este período como um tempo tomado pelo “terror universal”, onde o medo da sublevação estava sempre presente, como também o medo da proliferação das “idéias francesas”. Estas significavam não apenas a crítica ao sistema colonial, mas a crítica ao Absolutismo, às bases do direito divino e a todas as estruturas do Antigo Regime. O fato da inconfidência de Minas Gerais ter ficado restrita ao âmbito da Capitania e às articulações com o porto do Rio de Janeiro, não retira do movimento a sua importância para compreender as possibilidades de insurgência na Colônia. Valentim Alexandre incorre no mesmo erro daqueles que procuraram associar a inconfidência ao processo de separação política do Brasil²³. O que importa não é discutir o seu insucesso, mas inseri-la na conjuntura, para tentar compreender as atitudes mentais dos colonos - que, de fato, até então se viam como portugueses do Brasil. As nuances da difícil opção por uma nova identidade e um novo *status* não são percebidas pela visão economicista de Valentim Alexandre. Os colonos que, no interior

da América portuguesa, ousaram pensar a construção da autonomia e o rompimento não apenas com a metrópole, mas com a sua “pátria mãe”, o que possui uma dimensão psicológica profunda, tinham clareza do perigo que corriam ao se reunirem para discutir os acontecimentos internacionais, as idéias de liberdade, os desdobramentos do direito natural e os planos, mesmo que incipientes, de insubordinação contra o poder metropolitano.

A verdade é que as inconfidências fracassaram tanto pela repressão, como pela cooptação realizada sobre os letrados oriundos da Colônia. Para compreender a conjuntura e, no seu interior, o ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, é necessário atentar para o fato de que ele assume o ministério da Marinha e Ultramar em 1796 e realiza, a partir daí, um processo de acomodação e aliciamento em relação aos estudantes brasileiros. É o outro lado da moeda e que fica bem claro no processo de libertação dos “inconfidentes” do Rio, onde o Conde de Resende é colocado na parede pelo ministro e se vê forçado a dar por encerrado o caso da Sociedade Literária, libertando, por falta de provas, os indiciados fluminenses. Valentim Alexandre perde as sutilezas desta trama ao minimizar as possibilidades de expansão das idéias separatistas e da generalização da insurreição.

É também importante lembrar que, dois anos antes da prisão dos letrados mineiros, na distante Goa, na Índia portuguesa, as autoridades metropolitanas detectaram um plano de sublevação reagindo com grande violência. Foram quinze condenações à morte e dez ao degredo e galés, acompanhadas de atitudes simbólicas mais severas que a execução exemplar do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, no Rio, em 1792. Em Goa os condenados ao degredo foram obrigados a assistir à execução de seus companheiros. Todos os enforcados tiveram suas cabeças decepadas e pregadas em postes altos nos lugares donde eram naturais, lá permanecendo até que o tempo as consumisse. Tudo isso ainda foi acompanhado de um terrível espetáculo onde as ruas de Goa foram banhadas de sangue.

Nada se compara, sem dúvida, no caso dos mineiros e fluminenses, com o que ocorreu na Índia portuguesa. Porém os letrados mineiros e fluminenses não tinham condições para avaliar que o mesmo não se repetiria aqui. Até o último momento todos aguardavam a condenação máxima, como resultado da sentença contra os inconfidentes de Minas Gerais. No caso de Goa, dois tenentes, da legião de Pondá, foram arrastados a caudas de cavalos pelas ruas da cidade até o lugar das forcas e, juntamente com um cirurgião-mor e um cabo de esquadra da mesma legião, tiveram ainda

em vida suas mãos decepadas. Os dois primeiros foram esquartejados e todos tiveram as partes amputadas expostas pelos lugares públicos das ilhas de Goa, e províncias de Salcete e Bardez e nas aldeias de Candolim, Nerul, Pilerne, Piedade, Mandur e Nagoá. Acrescente-se, ainda, que 14 padres foram deportados presos para Lisboa.

Apesar de já ter narrado esses fatos em trabalho anterior, julgo importante mencioná-los nesta discussão. Infelizmente tanto a historiografia brasileira como a portuguesa costumam desprezar, com a exceção dos estudos de história das relações internacionais, tudo aquilo que foge ao autocentrimento na “história nacional”, como se não existisse um contexto mundial e pluricontinental a ser considerado. No caso do império colonial, entretanto, a questão é mais grave ainda, porque leva a reproduzir visões extremamente fragmentadas, regionalizadas e aprisionadas aos limites territoriais da América portuguesa, desconhecendo a dinâmica do império colonial e a sua real dimensão.

Para compreender a gestão e as medidas de Dom Rodrigo no ministério da Marinha e Ultramar, a partir de 1796, é preciso justamente identificar a ruptura nos procedimentos da governação e as divergências de atitude existentes no próprio aparelho de Estado metropolitano. A correspondência oficial do vice-rei Conde de Resende é bastante incisiva nas seguidas proposições de obras e medidas de defesa do porto do Rio de Janeiro e na preocupação em ampliar o poder de fogo de suas fortalezas. Resende, porém, não temia apenas o inimigo externo, mas dedica-se, desde 1790, a farejar e perseguir toda e qualquer manifestação de descontentamento face à dominação colonial. Havia uma espécie de “rede de conspiração” invisível, tecida entre as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e que torna a questão da insubordinação muito mais complexa do que supõe Valentim Alexandre. Ao negar as possibilidades da rebelião e até mesmo de conspirações generalizadas na Colônia, este autor deixou de lado o exame de todo um clima persecutório e repressivo - que não se justificaria se não houvesse o efetivo perigo das idéias subversivas se alastrarem pelos domínios lusitanos na América.

John Barrow, que acompanhou Lord Macartney na primeira embaixada inglesa à China e que aportou no Rio de Janeiro em 1792, exatamente no ano da condenação dos inconfidentes mineiros, encontrou, nas conversações que manteve com um rico negociante e proprietário de terras e escravos, o que identificou como uma clara consciência contra a dominação colonial. Barrow registrou que este “*homem muito rico*”...

“reclamava muito gravemente da opressão que os habitantes da América do Sul sofriam da mãe-pátria; que os monopólios, as proibições e as taxas obstaculizavam o comércio, impediam a agricultura e destruíam o espírito de empresa e manifestava que a insatisfação havia se tornado tão geral pelos encargos impostos e pelas restrições a que eram obrigados a se submeterem, que não se surpreenderia,...,se eles fossem levados finalmente, como seus irmãos na parte norte do mesmo continente, a libertarem-se do jugo de Portugal e afirmarem sua independência.”²⁴

No mesmo ano, portanto, da execução exemplar de Tiradentes e da condenação dos letrados mineiros, ainda era possível encontrar, na capital da América portuguesa, expressões vivas da transição pela qual passavam as mentes coloniais. A consciência da desigualdade em relação à Metrópole e a percepção de que o sistema colonial bloqueava, nos colonos, o espírito de empresa fazia-se notar, ao menos no universo do comércio e da propriedade - lugar social de origem do que identificamos, em outra oportunidade, como os “rebeldes invisíveis”. A conversa mantida pelo inglês Barrow com o colono fluminense indicava que nem mesmo a repressão aos mineiros fora capaz de impedir que idéias contestatárias e críticas ao sistema continuassem a circular entre os colonos.

Há outros indícios a recordar. Em 1793 o Conde de Resende mandou abrir uma devassa para investigar a autoria de uma carta anônima endereçada ao Juiz de Fora e Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, Baltasar da Silva Lisboa, onde este era convidado, por potenciais rebeldes ocultos na anonimia, a assumir o governo civil e militar da Capitania²⁵. O alvo do vice-rei acaba sendo o próprio Juiz de Fora, com quem Resende vivia às turras em matérias jurídicas e administrativas. O Juiz era um letrado brasileiro que encontrava certo eco, nas autoridades de Lisboa, para as críticas que fazia aos desmandos locais do vice-rei, daí o interesse em atingi-lo através da suspeita de envolvimento com possíveis sublevações.

No ano seguinte, em 1794, Resende também mandaria abrir a famosa devassa contra os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro que, mesmo postos em suspeição pelo vice-rei desde 1790, continuavam a se reunir na casa do poeta e professor régio de retórica e poética Manoel Inácio da Silva Alvarenga. Esta devassa deveria esclarecer se, além dos “escandalosos discursos” proferidos na Cidade pelos letrados fluminenses, haviam os “mesmos indivíduos formado, ou insinuado algum plano de sedição.”²⁶

A ação de Resende, no Rio da primeira metade da década de 1790, correspondia, no espaço colonial, às funções cumpridas em Lisboa pelo Intendente Geral de Polícia Pina Manique que, procurando identificar jacobinismo e maçonaria, via como uma luta única a perseguição às “idéias francesas” e às sociedades secretas, já que ambas punham em risco, a ordem social e política do Reino, como observou Silva Dias ao estudar o período em Portugal²⁷. Pina Manique andara tentando apagar “na origem qualquer faísca de sedição que, soprada pelo espírito do século” pudesse “atear a faísca revolucionária.”²⁸ Resende, como tentamos mostrar em outra oportunidade²⁹, procurava cumprir no Ultramar a função de agente da contra-revolução, identificando “faíscas” e exercendo uma ação preventiva - o que indica que a ação repressiva na colônia não era isolada de uma prática mais global no império colonial português. O “espírito do século”, como revelara Pina Manique, soprava suas faíscas por toda parte. Na verdade não era apenas o sistema colonial que estava em crise, mas o próprio Antigo Regime, como acima mencionamos.

Alguma coisa muda, entretanto, após o início da gestão de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho na pasta do Ultramar. No caso dos letrados do Rio é notória a abertura para os seus apelos. Sousa Coutinho exige de Resende uma definição para o processo. Caso o vice-rei não desejasse soltar os réus, estes deveriam ser remetidos para a Corte juntamente com os autos contendo a relação dos seus crimes. A outra alternativa será colocá-los em liberdade considerando que já haviam sido suficientemente castigados com a prisão. As ordens de Lisboa não desautorizavam, de imediato, o Vice-Rei, mas deixavam-no sem escolha. Resende, apoiado em parecer do Desembargador Antônio Dinis da Cruz e Silva, prefere soltá-los a se expor à verificação do poder metropolitano e, em especial, ao olhar arguto de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

Deixemos, por ora, o tema das possibilidades de insurreição na Colônia para abordar a outra dimensão apresentada pela conjuntura: o projeto de reformas no império luso-brasileiro. Cabe ainda lembrar que a esse plano se agrega uma prática de preparação de quadros para a administração, oriundos da elite colonial, o que por vezes identificamos como formas de cooptação, tema que mereceria estudos mais aprofundados e a análise das biografias dos letrados ajustados ao sistema e que participam de missões especiais do Estado metropolitano.

Nesta altura cabe retomar o texto de 1797, onde Dom Rodrigo manifesta suas avaliações e perspectivas acerca das “províncias da América.”³⁰ Venho chamando, certamente influenciado por Maxwell, de projeto de Império às idéias esboçadas, por Dom Rodrigo, em seus textos. E, neste sentido, parece bastante reveladora a avaliação acerca dessa personagem feita pela historiadora Andrée Mansuy Diniz Silva na Introdução aos *Textos políticos, econômicos e financeiros* de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, publicados sob a sua orientação. Mansuy chama a atenção para uma carta de 1787, quando Dom Rodrigo, que então exercia missão diplomática em Turim, comenta ter recebido, de Lisboa, informações de que...

“geralmente me dão o nome de projetista que com esta qualificação lançam sobre mim todo o ridículo correspondente. Se um tal epíteto convém a quem lembrou alguns planos para animar a nossa agricultura e indústria, deduzidos da imitação de outras nações que tiraram já da sua adoção a maior utilidade, então convirei que ele me convém, e de boa vontade me sujeitarei a todo o ridículo que me querem dar.”³¹

Estes comentários curiosamente correspondem ao papel que verdadeiramente Dom Rodrigo assumiria, na década seguinte, como um dos principais agentes do plano geral de reformas do Reino, ao exercer as funções de Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801), Presidente do Real Erário e Ministro e Secretário de Estado da Fazenda (1801-1803), e Ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros (1808-1812)³². Andrée Mansuy considera Dom Rodrigo, na fase que vai da queda de Pombal em 1777 à Revolução liberal de 1820, como o estadista português que “mais convictamente conduziu o país na via das grandes reformas administrativas e financeiras”, tendo orientado “a sua ação governativa no sentido da mudança das mentalidades e da reforma das instituições, preparando assim a sociedade portuguesa e brasileira para a eclosão do liberalismo.”³³ Outros ainda, como o Cônego Fernandes Pinheiro, o identificaram como “o único homem da Corte de D. João VI que compreendeu as necessidades do Brasil.”³⁴

D. Rodrigo teve uma clara consciência do papel dos domínios da América para o trono português e soube defini-los no conjunto do império, defendendo a manutenção do enlace entre as partes, ao afirmar que:

“Os domínios de Sua Majestade na Europa não formam senão a capital e o centro das suas vastas possessões. Portugal reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província de Espanha,

enquanto servindo de ponto de reunião e de assento à monarquia que se estende ao que possui nas ilhas de Europa e África, ao Brasil, às costas orientais e ocidentais de África, e ao que ainda a nossa Real Coroa possui na Ásia, é sem contradição uma das potências que tem dentro de si todos os meios de figurar conspicua e brilhantemente entre as primeiras potências da Europa. Com uma extensão territorial na Europa três vezes menor, com possessões inferiores às nossas, pôde a República das Províncias Unidas ter o maior peso na balança política da Europa, e figurar como a segunda entre as potências marítimas. A feliz posição de Portugal na Europa, que serve de centro ao comércio do Norte e Meio-dia do mesmo continente, e do melhor entreposto para o comércio da Europa com as outras três partes do mundo, faz que este enlace dos domínios ultramarinos portugueses com a sua Metrópole seja tão natural, quanto pouco o era o de outras colônias que se separaram da mãe-pátria; e talvez sem o feliz nexó que une os nossos estabelecimentos, ou eles não poderiam conseguir o grau de prosperidade a que a nossa situação os convida, ou seriam obrigados a renovar artificialmente os mesmos vínculos que hoje ligam felizmente a monarquia, e que nos chamam a maiores destinos, tirando deste sistema todas as suas naturais consequências.”³⁵

D. Rodrigo identificou as características do império português e procurou dar aos colonos um estatuto de integração à uma única nacionalidade. Defendia o que chamava de “inviolável e sacrossanto princípio de unidade, primeira base da monarquia, que se deve conservar com o maior ciúme”; com isto estabelecia o objetivo de...

“que o Português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português, e não se lembre senão da glória e da grandeza da monarquia a que tem a fortuna de pertencer, reconhecendo e sentindo os felizes efeitos da reunião de um só todo composto de partes tão diferentes que separadas jamais poderiam ser igualmente felizes, pois que enquanto a metrópole se privaria do glorioso destino de ser o entreposto comum, cada domínio ultramarino sentiria a falta das vantagens que lhe resultam de receber o melhor depósito para todos os seus gêneros, de que se segue a mais feliz venda no mercado geral da Europa.”³⁶

Desta forma, o “português do Brasil” deveria se sentir integrado ao todo da monarquia, esquecendo qualquer particularidade que o tornasse

diferente do português metropolitano. Era uma forma de prever a integração do Império impedindo a constituição de outras identidades.

O plano de D. Rodrigo, apresentado nesta Memória, comportava um conjunto de medidas que deveriam assegurar a articulação entre as partes do império, definindo os papéis entre a metrópole e seus domínios ultramarinos, tanto do ponto de vista dos aspectos econômicos, como administrativos. A quase totalidade das propostas contidas no projeto não foram levadas a cabo, o que indica que, do ponto de vista prático, a Memória não teria tido grande resultado. Contudo, deve ter repercutido de maneira favorável no universo letrado da América portuguesa, exatamente no meio social onde D. Rodrigo também desejava obter adeptos para a causa do império, enfraquecendo, pela via da incorporação dos letrados coloniais às ações do Estado, as possibilidades de oposição ao sistema monárquico. Assim é que buscava a eficiência do sistema, num quadro de crise e enfraquecimento do Antigo Regime, buscando meios alternativos para prevenir as dissidências e sublevações.

As considerações de D. Rodrigo sobre os domínios da América se somaram aos inúmeros conselhos que o príncipe regente D. João receberia antes de transferir a Corte para o Brasil, efetuando uma manobra política que imprimiu enorme singularidade ao processo de emancipação do Estado no caso brasileiro. Em 1803, o mesmo D. Rodrigo de Sousa Coutinho dirigiria para D. João uma memória sobre a mudança da sede da monarquia portuguesa, justificando as razões do traslado:

“Quando se considera que Portugal por si mesmo muito defensavel, não é a melhor, e mais essencial parte da Monarquia; que depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu soberano, e aos seus Povos o irem criar um poderoso Império no Brasil, donde se volte a reconquistar, o que se possa ter perdido na Europa, e donde se continue uma guerra eterna contra o fero inimigo, que recusa reconhecer a Neutralidade de uma Potência, que mostra desejar conservá-la.”³⁷

Assim aconselhava D. Rodrigo o deslocamento da Corte para a empresa de “ir criar um poderoso Império no Brasil”. Dois anos antes, a idéia aparecera numa carta de 30 de maio de 1801, onde D. Pedro - o marquês de Alorna - expressava ao príncipe regente a sua avaliação das possibilidades portuguesas naquela conjuntura:

“A balança da Europa está tão mudada que os cálculos de há dez anos saem todos errados na era presente. Em todo caso o que é preciso é que Vossa Alteza Real continue a reinar, e que não suceda à sua coroa, o que sucedeu à de Sardenha, à de Nápoles e o que talvez entra no projeto das grandes Potencias que suceda a todas as coroas de segunda ordem na Europa. Vossa Alteza Real tem um grande Império no Brasil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez tremia, e mude de projeto, se Vossa Alteza Real o ameaçar de que se dispõe a ir ser Imperador naquele vasto território aonde pode facilmente conquistar as Colonias Espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as Potências da Europa. Portanto é preciso que Vossa Alteza Real mande armar com toda pressa todos os seus Navios de guerra, e todos os de transporte, que se acharem na Praça de Lisboa - que meta neles a Princesa, os seus Filhos e os seus Tesouros, e que ponha tudo isto pronto a partir sobre a Barra de Lisboa, e que a pessoa de Vossa Alteza Real venha a esta Fronteira da Beira aparecer aos seus Povos, e acender o seu entusiasmo.”³⁸

O marquês de Alorna ainda observaria que, mesmo perdendo o território da metrópole europeia para o inimigo invasor, estando na América seria mais fácil resgatá-lo, mandando socorro. Sabia também Alorna do perigo das recomendações que fazia, mas não seria o único a pensar nessa solução. Aí aparecem explicitamente as idéias da criação de um grande Império no Brasil e a transformação do monarca português em seu Imperador.

DO REINO UNIDO à Independência

Os quatro primeiros anos da presença da Corte no Brasil, de 1808 a 1812, pertenceram, como observou Max Fleiuss³⁹, ao Conde de Linhares e à sua intensa atividade reformadora, mas caberá ao Conde da Barca, Antonio de Araujo e Azevedo a liderança do Gabinete na fase onde o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Apesar da conhecida atribuição dessa idéia ao príncipe de Talleyrand, que a teria sugerido ao conde de Palmela, a medida já fora proposta a D. João por um dos seus mais brilhantes conselheiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, no ano anterior. Oliveira Lima considerou que a “elevação do Brasil a Reino, além de ser uma afirmação solene da sua integridade territorial, foi a derivação lógica e a consequência necessária de um estado de coisas criado por circunstâncias fortuitas, mas não menos imperiosas.”⁴⁰ Porém, é importante observar que o novo estatuto do Brasil, em 1815, correspondia àquela

lógica projetista presente no pensamento e na ação do Conde de Linhares que, falecendo em 1812, não pode assistir ao novo passo na montagem do Império, luso-brasileiro, por ele sonhado.

Em parecer exarado a 22 de abril de 1814, Silvestre Pinheiro Ferreira apresentava uma proposta que abordava o problema do regresso da Corte para Portugal e sugeria “providências convenientes para prevenir a revolução” e “tomar a iniciativa na reforma política”. Para o conselheiro tratava-se de...

“suspender e dissipar a torrente de males, com que a vertigem revolucionária do século, o exemplo dos povos vizinhos, e a mal entendida política, que vai devastando a Europa, ameaçam de uma próxima dissolução e de total ruína os estados de Vossa Alteza Real, espalhados pelas cinco partes do mundo, quer seja pela emancipação das colônias, no caso de Vossa Alteza Real regressar para a Europa, quer seja pela insurreição do reino de Portugal, se aqueles povos, perdida a esperança, que ainda os anima, de tornar a ver o seu amado príncipe, se julgarem reduzidos à humilhante qualidade de colônia.”⁴¹

Silvestre Pinheiro Ferreira considerava que a conjuntura exigia providências “grandes e extraordinárias” para enfrentar o perigo da revolução nas duas principais partes do império. Era preciso “assegurar a integridade da monarquia, sustentar a dignidade do trono, e manter o sossego e a felicidade dos povos”. Com estes objetivos é que apresentava ao Príncipe Regente D. João um sumário das providências a serem tomadas, contendo leis, decretos e alvarás. No primeiro projeto de Lei recomendava que D. Maria I fosse proclamada “imperatriz do Brasil e rainha de Portugal”, garantindo, para D. João, a regência do império do Brasil e dos domínios da Ásia e da África. Ao príncipe da Beira, D. Pedro, deveria ser entregue a regência de Portugal e ilhas dos Açores, Madeira e Porto-Santo, onde seria assistido pelo conselho de Estado até completar a idade de vinte anos. Recomendava, ainda, que após o falecimento da Rainha, D. João tomasse o título de “imperador do Brasil, soberano de Portugal” e o príncipe da Beira o de “rei de Portugal, herdeiro da coroa do Brasil, procedendo do mesmo modo a sucessão na augusta descendência de Vossa Alteza Real”. O projeto recomendava, ainda, para as diferentes partes deste Estado multicontinental “uma só lei, e um só legislador”, garantindo a sua unidade. Com isto, Silvestre Pinheiro Ferreira previa a definição de um novo estatuto para a América portuguesa, definindo-a como Império e praticamente

subordinando o Reino ao Brasil, uma vez que D. Pedro, como Rei de Portugal, deveria reinar sob a autoridade de seu pai, Imperador do Brasil.

Na segunda lei proposta, o conselheiro sugeria a forma de divisão dos domínios da coroa, estabelecendo uma ordem nobiliárquica para a gestão do Império. Alvarás e decretos deveriam fixar as divisões territoriais dos títulos e as nomeações dos titulares. Também propunha, através de lei, a divisão administrativa e judiciária, abolindo “a odiosa distinção de colônias e metrópole”. Com isto seria garantida a ascensão aos títulos e cargos “sem distinção alguma de países”. Ao explicar, através de uma nota, os fins desta providência, Silvestre Pinheiro Ferreira afirma:

“O primeiro é assegurar a Vossa Alteza Real e aos seus augustos sucessores no império do Brasil o exercício do poder legislativo no reino de Portugal, sem que aqueles povos se julguem por isso reduzidos à categoria de colônia, ou de algum modo minorados na independência, que de direito compete àquele reino. O segundo fim é de estabelecer, por meio da promoção dos empregados de um tribunal inferior a outro tribunal superior, seja do ultramar para o reino, seja do reino para ultramar, uma rotação regulada e moderada, como consta da mesma lei, que produz necessariamente uma extensa ramificação de interesses e de famílias, vínculo este que em toda a parte constitui a verdadeira idéia de pátria.”

O conjunto de medidas propostas incluía Alvarás e decretos para fixar as divisões territoriais mencionadas nas medidas anteriores e um Alvará com força de lei para regulamentar a administração da real fazenda, regulando o erário régio e o conselho da fazenda. É importante ressaltar que a “sede do império” não ficava estabelecida previamente na capital da antiga metrópole, devendo estar situada onde “o governo possa melhor acudir com providências à maior parte dos seus Estados; e donde melhor possa paralisar a influência das potências estrangeiras, na parte que julgar ser-lhe nociva”. Mais importante do que fixar a sede do Império parecia para Silvestre Pinheiro Ferreira ser primordial “unir, de maneira indissolúvel, as duas dinastias em uma só”. Com isto referia-se não apenas à casa reinante, mas à sequência dinástica dos titulares que deveriam gerir as duas partes do Império. A pedra angular de todo o edifício residiria em impedir qualquer distinção entre a América portuguesa e o velho Reino.

Ao procurar a reforma da monarquia, o Conselheiro buscava modernizá-la, não com a adesão aos princípios liberais, de quem se tomaria um dos maiores defensores e propagandistas, mas buscando adaptar o

novo estado às novas formas de ascensão social e política. Com isso considerava que “as instituições de nobreza devem variar, segundo as leis, usos e costumes de cada nação, e de cada século”. Previa, então, que das “cinzas da antiga nobreza” deveria nascer “outra nova, cujas funções, honra e vantagens sejam mais conformes aos usos e costumes do nosso século”. No sentido de permitir a transição entre dois mundos e procurando adaptá-la aos novos tempos, permitindo a incorporação dos emergentes, admitia: “Cumprir combinar a nobreza hereditária com a de aquisição. É justo, que o nascimento habilite. Mas é necessário, que, *coeteris paribus*⁴², o ‘merecimento prefira’”. Com isto Silvestre Pinheiro Ferreira defendia que “a promoção de Portugal para o ultramar, e deste para aquele, forma estreito vínculo entre ambos os países”. O Conselheiro parecia estar forjando um novo conceito de Pátria e de Nação, ao idealizar um novo equilíbrio político sob uma monarquia dual, assentada numa aristocracia a ser plasmada a partir da aceitação da ascensão burguesa em coexistência com os direitos da velha ordem estamental. Seria uma forma de cooptar o mundo da empresa, das finanças e da propriedade, no novo e no velho mundo, para um projeto que visava impedir a eclosão da Revolução burguesa e popular nos dois mundos. Impedir o que viria a acontecer com o Vintismo e a Independência do Brasil. Contudo, no projeto do Conselheiro estavam, como no de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, as sementes da opção monárquica que daria a forma ao Estado autônomo brasileiro.

Kenneth Maxwell já havia nos alertado para as dificuldades enfrentadas pelo projeto de império luso-brasileiro que talvez estivesse, desde o princípio, condenado a falhar. Para ele, “os conflitos fundamentais entre interesses e ideologias e as tensões interiores à estrutura social e econômica do Brasil puxavam em muitas direções diferentes.”⁴³ Maxwell apontou para as dificuldades do processo, tendo em vista os obstáculos na alteração das estruturas sociais básicas no Brasil, o que era um impedimento para a construção de uma nova sociedade, observando ainda que, após a independência, todas as alternativas para a transformação da organização econômica da mão-de-obra falharam. Suas análises, entretanto, apontaram para uma especificidade na transição, dando relevo à atuação de letrados como José Bonifácio de Andrada e Silva e ao que denominou de “geração de 1790”. Com isto também chamou a atenção para a especificidade das relações entre o Brasil e Portugal a partir de meados do século XVIII, recuo fundamental para a compreensão desta história comum aos dois países.

Há, todavia, uma dimensão insuficientemente estudada na transição

para a Independência e que corresponde às adesões ao modelo político do Reino Unido. Adesões no mundo letrado, do comércio e da propriedade, isto é, na base social do que virá a sustentar, em 1822, a própria autonomia. Um debate político impresso, revelado em folhetos que circularam desde 1820, pode nos conduzir às atitudes de defesa da permanência do rei português no Rio de Janeiro.

Além dos folhetos impressos⁴⁴, há um conjunto de representações, no ano de 1821, onde o Senado da Câmara do Rio de Janeiro é tomado como uma espécie de via de acesso ao rei. Estas representações encaminhadas pela Câmara exemplificam as adesões a uma concepção de transformação política que desejava conservar os reinos unidos e garantir a permanência de D. João VI no Brasil. Todas as representações são motivadas pela iminência do retorno da família real a Portugal e referem-se ao decreto de 7 de março de 1821. Na *Representação dos habitantes do Rio de Janeiro a D. João VI pedindo a sua permanência no Brasil*⁴⁵, assim se expressam os signatários:

“Ao doloroso silêncio, que em nós, os habitantes do Rio de Janeiro, produziu o inesperado Decreto de 7 de março do corrente ano, sucedem necessariamente os magoados gemidos, que agora exalamos aos Pés de Vossa Majestade cheios de amor e respeitosa submissão, esperando que o melhor dos Soberanos não desprezará as súplicas do mais humilde e mais aflito de todos os povos, que sem pretender entrar nos Segredos da Alta Prudência do seu quase adorado Monarca, só representa em lágrimas os motivos, que o fazem desaprovar a Real Determinação de se mudar Vossa Majestade com a sua Corte para o antigo berço da Monarquia Portuguesa, como uma calamidade particularíssima ao Brasil. O nosso cuidado pela Augusta Pessoa de Vossa Majestade ainda mais que o nosso bem pela sua Real Presença, neste País abençoado, obriga-nos as seguintes humildes representações, pouco ordenadas pela confusão da nossa dor, mal desenvolvidas pela rapidez de uma mudança de tanta ponderação; porém muito sinceras e muito filhas do nosso amor e respeito, que por tantas vezes havemos testemunhado, e que Vossa Majestade tem feito público em eternos monumentos, que se difundem pela face do mundo.

Quando no memorável Dia 7 de março do ano de 1808 Vossa Majestade apareceu no seio deste povo, escapando felizmente a perfídia do usurpador dos Tronos da Europa, nós, os habitantes do Brasil, vimos realizado o grande Plano de alguns dos nossos antigos Monarcas, que conhecendo a pequenez dos Reinos de

Portugal e Algarves, em comparação com a magnanimidade de todos os seus habitantes, consideraram sempre o Brasil como uma Égide da glória e do nome Português. Os nossos aplausos por este rasgo da mais iluminada política de Vossa Majestade foram respondidos na Europa por muitos e grandes Sábios, que então viram erguer-se no Brasil um Império, que a Presença de Vossa Majestade fazia grande e respeitável na geração presente, colossal e assombroso nos séculos futuros.

O céu pareceu igualmente confirmar este acerto de Vossa Majestade cobrindo os nossos Bravos de imortais louros, em tantas e tão bem feridas batalhas, que enriquecem as páginas da nossa história, mas ainda apressando-nos a Paz Geral, tão necessária a verdadeira prosperidade dos Impérios, e muito principalmente aos que principiam a florescer. O rápido estabelecimento de tantos Tribunais, e de tantas obras indispensáveis em uma Corte, obrigavam-nos a ver no Brasil o mesmo quadro, que nos princípios do passado século a História nos apresenta no Império da Rússia; a fundação da nova Capital de Petersburg pelo grande Pedro, substituindo-a à velha Moscou, berço de quase todos os seus Czares, não deixava a menor dúvida de que o estabelecimento do Trono Português no Rio de Janeiro, depois de haver mudado de Lisboa, assegurava a Nação toda a mesma, ou muito maior glória a face do mundo e dos Impérios os mais poderosos”.

Esta representação dos habitantes da Corte tropical era assinada por um grande número de sacerdotes, alguns ilustres como o Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, que encabeçavam a lista ao lado de professores régios, advogados, militares, cirurgiões e comerciantes - gente do universo letrado. Defendiam a permanência do Rei no Brasil utilizando uma retórica de súplica aos moldes do Antigo Regime, ao mesmo tempo em que valorizavam o juramento do Rei à Constituição (no caso a espanhola) “que os povos pediram”, “reformando antigos abusos”. Argumentavam que para a manutenção dos três Reinos o Trono não precisava estar na Europa, valendo mais que “ele se assente em um País mais amplo, e mais suscetível de engrandecimento, como é o Brasil”, do que “num pequeno País”. Apelavam para a paternidade real como “sinceros filhos” e assim se definiam:

“Somos Portugueses, Senhor, somos fiéis e respeitosos vassallos, somos interessados no bem do Monarca e da Nação; por isso chorando um futuro desgraçado e próximo, pela orfandade, em que seremos deixados, pedimos com amor e com submissão,

requeremos com justiça que viva sempre Vossa Majestade nos braços dos seus fiéis habitantes do Rio de Janeiro, que tantos sacrifícios tem feito por Vossa Majestade e que conhecendo o tesouro que possuem com a Pessoa do seu Respeitado Monarca, empenham os seus corações, as suas vozes, e as suas lágrimas, para possuí-lo sempre defendido dos seus inimigos com a generosidade de fiéis e honrados vassallos”.

O mesmo teor desse texto se repetirá nos demais, como a *Representação da Corporação dos Ourives e Mercadores de Metais e Pedras Preciosas*⁴⁶ e a *Representação do Corpo de Comércio da Corte*⁴⁷, que definia o “Brasil como o verdadeiro Corpo da Monarquia Lusitana”, apesar de reconhecer que o país devia “a Portugal sua existência, e vida”. Consideravam, ainda, os comerciantes que...

“Portugal hoje rico de Luzes, conhecendo o pouco que vale, e pode por si só, devia sacrificar um pouco de seu melindre, como antiga metrópole, ao bem de sua conservação, e grandeza, deixando-nos esta honrosa qualidade, ou repartindo-a conosco de modo a se ajustar e decidir em Cortes”. Ambicionavam assim a manutenção da qualidade de sede da monarquia para o Rio de Janeiro, recusando o retorno à condição de colônia e avaliando que o abandono do Brasil poderia levar à separação. A ausência do Rei conduziria às ‘querelas intestinas de independência e separação recíproca das Capitânicas’ e estas, por sua vez, ‘ensoparão de sangue este belo País, como ensanguentaram a América do Norte, e atualmente tem desolado a América Espanhola’. Ressurgia também aí também um velho medo, quando constatam: ‘nossa sorte será muito mais horrível por termos um número imenso de bárbaros africanos entre nós.’⁴⁸

A defesa da união dos reinos também surgirá no expressivo *Manifesto do Povo do Rio de Janeiro sobre a residência de Sua Alteza Real no Brasil dirigido ao Senado da Câmara*, de 29 de dezembro de 1821⁴⁹. O sujeito deste Manifesto é o “povo do Rio de Janeiro” que se dirige ao seu “legítimo representante” para que evitar que o Príncipe Regente D. Pedro também retornasse para a “antiga sede da Monarquia Portuguesa”. O tom deste documento, porém, vai se distanciando das Representações anteriores e a palavra “independência” aparece como o possível resultado da convocação do Príncipe Regente pelas Cortes de Lisboa. O *Manifesto* cita, em francês, a M. De Pradt⁵⁰ na avaliação que fizera sobre a vinda da Corte, seus condicionantes e resultados. O vocabulário e os argumentos usados no

texto revelam uma rápida evolução, nas atitudes dos colonos, a partir do retorno do Rei. Os riscos da queda de status do Reino do Brasil conduz a uma nova forma de utilização das palavras, em especial: nação, interesses nacionais, fraternidade nacional, prosperidade nacional e povo. Contudo, ainda é a união dos reinos que se quer preservar:

“O Brasil conservado na sua categoria, nunca perderá de vista as idéias de seu respeito para com a sua ilustre, e antiga metrópole; nunca se lembrará de romper esta cadeia de amizade, de honra, que deve ligar os dois continentes através da mesma extensão dos mares que o separam; [...] este mesmo espaço nunca será capaz de afrouxar os vínculos de nossa aliança, nem impedirá que o Brasil vá ao longe com mais alegria, com a mão mais cheia de riquezas, do que ia dantes, engrossar a grande artéria da Nação”⁵¹

A idéia de rompimento, portanto, irá crescendo ao longo dos meses e impondo novas atitudes. Os colonos potencialmente revolucionários, e alguns o foram, haviam se tornado súditos do império luso-brasileiro. Tratava-se agora de transitar para uma nova e difícil condição, rompendo os laços com a Nação portuguesa. Os acontecimentos precipitaram-se conduzindo para a radicalização os que até às vésperas da Independência mantinham-se leais à monarquia lusitana. E este é o caso do próprio patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, cuja trajetória e importância é sempre merecedora de atenção. Vamos apenas surpreendê-lo em dois momentos da sua correspondência aos Sousa Coutinho, seus protetores. Em 9 de novembro de 1803 escrevia José Bonifácio para o Conde de Linhares definindo-se como um bom servidor do Estado no cumprimento de suas obrigações, autodenominando-se como “bom português e fiel vassalo”, perfeitamente integrado à “nação” portuguesa e à sua história. Contudo, na mesma correspondência, onde critica a conjuntura portuguesa e o desrespeito às autoridades, aproveita para manifestar o seu desejo de voltar ao Brasil para servir no posto de Intendente Geral das Minas, pelo menos, no seu dizer: na administração das minas de Goiás, Mato Grosso e Cuiabá, onde teria, segundo ele, “campo mais vasto, e menos dificuldades - em pouco tempo, trabalhando com sossego e prazer produziria muito mais, do que cá [Portugal].”⁵² Ao avaliar o seu desejo de retorno à América, José Bonifácio confessava ao Ministro de D. João, seu amigo e protetor, que “*saudades da pátria*” foram avivadas “no íntimo do meu coração”. Porém, quando o Andrada se expressava em documentos oficiais, como na *Representação ao Príncipe Regente acerca dos estabelecimentos de*

*minas e metais do Reino de Portugal*⁵³, os vocábulos *Nação* e *Estado*, como sempre, referem-se a Portugal e ao Reino e *Pátria*, com maiúscula, também a Portugal.

Outro momento significativo se daria após a morte do Conde de Linhares quando José Bonifácio escrevendo para um irmão de D. Rodrigo afirma: “já estou velho e mal acostumado para ser sabujo e galopim de ante-salas; mas, se me quisessem dar algum governilho subaltemo, folgarei muito em ir morrer na pátria e viver o resto dos meus dias debaixo do meu natural Senhor pois sou português castiço.”⁵⁴ Verificava-se aí a transição, onde pátria surgia como lugar de nascimento, ao mesmo tempo que a nacionalidade continuava a ser portuguesa. Com a radicalização do processo e o rompimento com as Cortes de Lisboa o discurso de José Bonifácio, bem como o de seus contemporâneos também se radicaliza. Bonifácio passa a propor a D. Pedro um “basta” aos “insultos” e “desprezos da parte do Congresso de Lisboa” por parte dos “habitantes do Brasil” e questiona com energia:

“Porventura somos Escravos? Porventura o Brasil ainda está habitado de hordas bravias sem civilização e sem política? Porventura a Providência fez aparecer o Brasil, e depositou nas entranhas dos seus montes o ouro só para nutrir o luxo, a magnificência, e orgulho europeu? Acaso somos mesmo ainda obrigados a dissimular por motivos de gratidão? Que bens / não nos iludamos / que bens, que favores tem o Brasil recebido de Portugal? Que cuidados, que desvelos, teve nunca este Pai ingrato a respeito de um filho tão feliz disposição? Governá-lo por mais de três séculos com um cetro de ferro? Um pai deve vigiar desveladamente pela felicidade de seus Filhos: um Proprietário pelo aumento da sua propriedade, e quando, em que época se pôde o Brasil lisonjear de ter exaltado esses sentimentos, e gozado destas vantagens? Que ousem desmentir-nos: que apresentem os bens que nos têm feito, e porem em imparcial balança os que do Brasil tem recolhido. No decurso de tantos séculos só conhecemos a Portugal pelos males que dali recebíamos; e agora, que havemos adquirido uma nova existência, havemos de abjurá-la só pelo seu interesse?”⁵⁵

José Bonifácio prosseguia na radicalização, afirmando:

“Ah! Senhor, enquanto tivermos braços, enquanto tivermos corações, enquanto girar uma gota de sangue nas nossas veias, havemos de sustentar os nossos Direitos à face da Nação, e do

Mundo inteiro. A Independência ou a morte - eis aqui a nossa divisa”.

Neste texto, o Andrada conclamava D. Pedro a aceitar o título de Imperador do Brasil, “Imperador deste vasto, e riquíssimo Império”. A “nossa amada pátria” não exprime mais apenas o lugar de nascimento, mas o resultado de uma intenção política - voltada para o enfrentamento com a velha metrópole e seus interesses. Para garantir direitos face ao “Mundo inteiro” seria preciso, todavia, atingir um padrão de legitimidade para o novo Estado independente.

E a autonomia se fez com o príncipe europeu tornado Imperador. Assim, o novo Estado apropriava-se da figura do herdeiro da dinastia dos Bragança, apropriando-se também de todos os significados que poderiam permitir a sua legitimidade. Um indicador bastante interessante deste aspecto pode ser verificado na cerimônia da coroação e sagração de D. Pedro como Imperador do Brasil realizada, na Capela Imperial do Rio de Janeiro, a 1º de dezembro de 1822, quando do aniversário da aclamação de D. João IV como primeiro rei da dinastia de Bragança. Com isto, dava-se, também, a apropriação da própria História de Portugal e do passado monárquico da nacionalidade portuguesa, tomado aí como um instrumento eficaz para garantir o reconhecimento internacional da Independência. Daí não ser possível passar ao largo da dimensão simbólica da História, sem o estudo dos seus significados. A opção monárquica na formação do estado nacional no Brasil não deve ser entendida, portanto, como uma mera opção conservadora, mas uma escolha racional que procurava garantir um padrão de legitimidade para a unidade territorial da América portuguesa. É obvio que esta dimensão não é auto-explicativa, estando irremediavelmente vinculada aos interesses econômicos e políticos do mundo da propriedade na antiga Colônia.

Parece-nos, contudo, profundamente equivocado continuar a reduzir a ação dos homens na história unicamente à condição de reflexo dos interesses econômicos, perspectiva que vai se tornando cada vez mais insuficiente na análise histórica. É obvio que esses interesses movem a vontade dos homens, mas num quadro de complexidade onde os fatores de ordem ideológica cruzam-se com uma infinidade de aspectos simbólicos. É preciso, nesta direção, compreender as construções imaginárias instituidoras da própria sociedade e identificar os significados simbólicos do processo. No caso em questão tudo estava por construir: a unidade do

território, a administração do novo estado independente, as instituições estruturantes da sociedade, os padrões civilizatórios e a própria nação. Tratava-se, então, de um conjunto de tarefas difíceis e polêmicas, onde a produção simbólica foi peça fundamental; daí a importância da escrita da história, da literatura e das artes plásticas num processo que é fundador da Nação como “comunidade imaginada.”⁵⁶

O projeto de fundação da nacionalidade, é importante ressaltar, não se esgota na implantação do Estado independente. Daí ser importante investigar as “invenções” da nacionalidade, bem como as idéias de criação de um povo a caminho da civilização. Por outro lado, é sempre bom lembrar que estas reflexões em torno dos projetos hegemônicos de construção do estado e da nação ainda não abrangem as especificidades dos projetos de âmbito regional expressas, por exemplo, nas revoltas do período regencial. Há muita coisa para ser estudada e reexaminada na história das províncias, antigas capitanias, e nos projetos alternativos, ou dissidentes, que nelas eclodiram. São os outros Brasis possíveis, que certamente teriam conduzido à fragmentação do território da América portuguesa e ao surgimento de repúblicas, como no caso da parte espanhola do continente. Os elementos que reunimos neste texto apenas evocam aspectos que precisam ser aprofundados e discutidos. Vamos recorrer, mais uma vez, ao Patriarca. Desta vez em 2 de setembro de 1823, por ocasião de uma entrevista no jornal “O Tamoio”, publicada em forma de Carta ao Redator, onde ele mesmo constrói a sua localização no processo histórico recente e justifica a opção monárquica:

“...eu tive a desgraça de ser o primeiro Brasileiro que cheguei a ser Ministro d’Estado: isto não podia passar pela guela dos Europeus, e o que é pior, nem pela de muitos Brasileiros. Ajunte a isto que fui também o primeiro que trovejei das alturas da Paulicéia contra a perfidia das Cortes Portuguesas: o primeiro que preguei a Independência e a liberdade do Brasil, mas uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da Monarquia Constitucional, único sistema que poderia conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social desde o Prata ao Amazonas, qual a formara a Mão Onipotente e sábia da Divindade.”

NOTAS

1. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil (até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,

- 1917 (Tomo LXXIX da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). P.32.
2. DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed./Ed. da UFRJ, 1993. P.81.
3. BURDEAU, Georges. *L'État*. Paris: Seuil, 1970. P.14.
4. PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942. P. 364.
5. MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1965. P. 57.
6. SCHULZE, Hagen. *Estado e nação na história da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, P. 17.
7. Este texto foi publicado, várias vezes, a partir de cópias existentes em Portugal e no Brasil, como é o caso do Histórico Ultramarino, de Lisboa, (doravante AHU, Papéis Avulsos, Rio de Janeiro, 1797), e da Nacional do Rio de Janeiro (doravante BNRJ, Coleção Linhares: Mss. I - 29-13-16), onde surge com o título de "Discurso pronunciado perante a junta de ministros e outras pessoas". Marcos Carneiro de Mendonça, no seu livro *O Intendente Câmara*, ao publicar a transcrição do documento, usou o manuscrito da BNRJ e, mais recentemente, André Mansuy Diniz Silva utilizou o manuscrito do AHU na magnífica edição, de textos de D. Rodrigo, que dirigiu para o Banco de Portugal, dentro da Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português. Também há transcrição integral, desta Memória de D. Rodrigo, na revista *Brasília* (Vol. 4, 1949. P. 383-422), com introdução de Américo Pires de Lima e transcrição parcial na biografia de D. Rodrigo de Sousa Coutinho da autoria do Marquês do Funchal. Este documento tem sido objeto das considerações de Fernando Antonio Novais. (In: NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: HUCITEC, 1981. P. 117-118), de José Luís Cardoso (In: CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII: 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. P. 191-203) e de Kenneth Maxwell (In: MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal -1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, Capítulo 8. P. 233-271), entre outros.
8. Já havíamos chamado a atenção para esta frase no livro *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, 1992). P. 112.
9. NOVAIS, Fernando Antonio. Op.cit.. P. 117.
10. DIAS, Graça Silva. "Ruptura cultural e ruptura política nas origens do liberalismo." In PEREIRA, Miriam Halpern (org.). *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1982 2º vol., p. 220.
11. LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio Ed., 1945. 1º vol., p. 187.
2. MAXWELL, Kenneth. Op.cit., P. 238.

3. Idem. P. 254.
14. Idem. P. 254.
15. SANTOS, Afonso Carlos Marques. *No rascunho da nação*. Inconfidência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, 1992. P. 142.
16. Ver JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo : HUCITEC ; Salvador : EDUFBA, 1996.
17. ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português. Lisboa : Edições Afrontamento, 1993. Cap. 2, p. 77-89.
18. Idem. P. 89.
19. Idem. P. 89.
20. Idem. P. 83. Valentim Alexandre critica o livro de Carlos Guilherme Mota (MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil 1789-1801*. Lisboa : Livros Horizonte, s.d.).
21. Cf. o capítulo 2, do livro *No rascunho da nação*, que tem como título "A administração do medo". Neste capítulo abordamos o clima de repressão e arbítrio existente no Rio de Janeiro durante o governo do Conde de Resende, examinamos o seu raio de ação e o contextualizamos na política do Estado português nesta conjuntura de crise.
22. DIAS, Graça e DIAS, J. S. da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. Lisboa : Instituto Nacional da Investigação Científica, 1980. 4 vols. Em especial o vol. I, tomo I.
23. Como é o caso do historiador brasileiro João Capistrano de Abreu que minimizou e secundarizou a Inconfidência, excluindo-a dos seus *Capítulos de história colonial*. Capistrano, preocupado com as bases de constituição da nacionalidade, não percebeu que as devassas abertas contra os letrados constituem uma janela aberta para a compreensão das formas de pensamento e dos limites da consciência dos colonos.
24. BARROW, John. *A Voyage to Cochinchina, in the years 1792 and 1793*. London : Cadell and Davies, 1806. P. 101-2. A passagem de Lord Macartney e sua comitiva pelo Rio de Janeiro, também foi registrada por Aeneas Anderson, Samuel Holmes e George Leonard Staunton, além de Barrow. Todos publicaram os seus relatos.
25. Tratei desta questão, com alguns detalhes, no livro *No rascunho da nação*. Ver capítulo 2.
26. "Ofício do Conde de Resende para o Desembargador (e poeta) Antônio Diniz da Cruz e Silva. Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1794. Autos da Devassa ordenada pelo vice-rei Conde de Resende contra os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro em 1794." *Anais da Nacional*. (Col. 61 - 1941). Rio de Janeiro, 1941. P. 215. A devassa e a trama envolvida foi tratada, por nós, no capítulo 3 de *No rascunho da nação*, páginas 77-111.

27. DIAS, Graça e DIAS, J.S. da Siva. Op. cit. Vol. 1, p. 340.
28. Ofício do Intendente Geral da Polícia, Pina Manique, para o marquês de Ponte de Lima - Lisboa, 8 de agosto de 1799. Apud SORIANO, Simão José da Luz. *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*. Lisboa : 1866-1890. T. 3, p.70.
29. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Op.cit. P. 100-107.
30. Ver nota 7.
31. Apud SILVA, André Mansuy Diniz. "Introdução". *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa : Banco de Portugal, 1993. T. I, p. XII.
32. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (nascido em 3 de agosto de 1755 e falecido, no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1812, aos 56 anos). Era filho primogênito de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, importante figura da administração pombalina: Governador e Capitão-General de Angola (1764-1772) e Embaixador em Espanha (1775-1780). D. Francisco descendia de uma das mais antigas casas nobres de Portugal, a dos Condes de Redondo. É interessante registrar que D. Rodrigo teve como padrinho de batismo, ninguém menos que Sebastião José de Carvalho e Mello, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Também é importante observar a posição familiar de D. Rodrigo no âmbito da diplomacia portuguesa. Em 1778, ao ser nomeado como Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Corte de Sardenha, seu pai, D. Francisco, era Embaixador em Madrid e seu tio, D. Vicente de Sousa Coutinho, Embaixador em Paris. Sua missão diplomática em Turim prolongou-se até 1796, num total de 17 anos, tendo coincidido com fatos como a Revolução Francesa e a invasão do Piemonte pelo exército francês.
33. SILVA, André Mansuy Diniz. Op. cit. "Introdução". P. LII.
34. Apud FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1923. P. 97.
35. COUTINHO, Rodrigo de Sousa Coutinho (Dom). "Memória sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América" In: *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Vol. II. Lisboa : Banco de Portugal, 1993. P.48.
36. Idem. P.49.
37. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, apud Oliveira Lima. Op.cit. P. 54.
38. Carta do Marquês de Alorna, datada de 30 de maio de 1801. Apud. Oliveira Lima. Op. cit. P. 56.
39. FLEIUSS, Max. Op. cit. P. 88.
40. LIMA, Oliveira. Op. cit. P. 553.
41. FERREIRA, Silvestre Pinheiro. "Memórias políticas sobre os abusos gerais e modo de os reformar e prevenir a revolução popular redigidas por ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815. *Idéias Políticas*. Rio de Janeiro : PUC/CFC/Ed. Documentário, 1976. P. 20-31.

42. Expressão latina: em iguais condições.
43. MAXWELL, Kenneth. *O Império Luso-Brasileiro*. P.383.
44. Seis folhetos foram reunidos, em fac-símile, no livro *O Debate Político no Processo de Independência*. (Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1975. Introdução de Raymundo Faoro).
45. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos: II-34, 30, 61.
46. Idem.
47. Idem.
48. Idem.
49. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Caixa 740 - pac.4 - doc.3 (doravante ANRJ)
50. Entre os vários textos que M. De Pradt escreveu sobre as colônias da América destaca-se *Des trois derniers mois de L'Amérique Meridionale et du Brésil*. Paris : F.Bechet, Libraire, 2^e ed., 1817.
51. ANRJ Caixa 740 - pac.4 - doc.3
52. BNRJ Seção de Manuscritos. Coleção José Bonifácio: I - 4, 35.
53. ANRJ Cod. 807, vol. 5, fls. 170-171.
54. Carta de José Bonifácio de Andrada e Silva. Apud VIANNA, Hélio. "Correspondência de José Bonifácio (1810-1820). Revista de História (Vol. 27). São Paulo, USP, 1963.
55. BNRJ Seção de Manuscritos. Coleção José Bonifácio - I - 4,35.
56. A expressão é usada aqui no sentido atribuído por Benedict Anderson (ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. "São Paulo : " Ática, 1989. P.13-16).





*D. Pedro IV e I, Imperador do Brazil, Rey de Portugal e Algarves,
Citado por Stanislaw Herstal, Iconografia de D. Pedro I,
(Lisboa, 1972)*



1831 D. Pedro I e a praça pública

Iara Lis Carvalho Souza **

Em 1831, assiste-se a uma implosão da arquitetura de poder que constituía a figura de Pedro I. Sua legitimidade e soberania congregaram um sistema de adesões das câmaras de todo país que enviaram, por coerção ou voluntariamente, representações, nele depositando seu voto de obediência; um acirrado debate político a respeito da origem da autoridade pública e política que pode ser rastreado nos periódicos e folhetos; passando pelas diversas festas e modos de representação do monarca; até candentes tensões sociais que opunham grupos da elite, desertores, milícias, tropas, homens livres pobres, além dos anseios de libertos e escravos no intuito de dilatarem sua liberdade. No começo da década de 1820 e de várias maneiras, celebrou-se um contrato social que instaurava uma sociedade civil e, ao mesmo tempo, conferia, pela primeira vez, ao Brasil o estatuto de corpo político autônomo. Entretanto, quais as forças que ruíram esta arquitetura política e social e como se operou esta desmontagem de uma autoridade política, sem que se perdessem os fundamentos de uma monarquia constitucional? Gostaria de salientar de que maneira esta desmontagem política foi perpassada por movimentos de rua, em meio a praça pública em 1831. Antes porém, cabe situar como D. Pedro ocupou, pela primeira vez, a praça pública em fevereiro de 1821.

Entre 18 e 24 de fevereiro de 1821, D. João VI decretava a partida de D. Pedro para Portugal com a incumbência de lá reorganizar o poder, sem contudo aderir às Cortes. Simultaneamente, mandava organizar por todo império uma consulta às câmaras e vilas para delinear uma nova constituição, sendo que uma comissão de doutos, escolhidos pelo rei e residentes no Rio,

* Este artigo baseia-se na tese de doutorado da autora, intitulada *Pátria Coroa: o Brasil como corpo político autônomo, 1788-1831* (UNICAMP, 1997).

** Historiadora. Doutora em História, Universidade de Campinas. Professora de História Moderna e Contemporânea, Universidade de Campinas (Campinas, SP).

encaminhariam tal reforma. Com tal procedimento, astutamente, o rei recorria à câmara, instituição de consulta e mando local, usando-a como respaldo para se defrontar com as Cortes que, agora, deliberavam sobre a autoridade real, limitando-a, e promovendo uma inflexão na noção de soberania. À instauração das Cortes, D. João VI respondeu com o apelo às câmaras, mobilizando uma outra maneira de argamassar sua legitimidade.

No Rio de Janeiro, esta proposta acendeu os ânimos da elite fluminense a ponto de certos grupos rivais se enfrentarem publicamente em 26 de fevereiro. Ao longo de 1821-22, o grupo dos palacianos, altos burocratas, negociantes de grosso trato, nobreza emigrada debateram-se com Ledo, cônego Januário, Clemente Pereira, Silva Porto. Todavia articularam-se de várias formas e, no final das contas e em conjunto, apoiaram a independência sob a batuta de D. Pedro, embora isso não minimizasse ou anulasse seus antagonismos.

Da reforma joanina participava o grupo palaciano de Pereira da Cunha, Nogueira da Gama, João Severino Maciel da Costa, José da Silva Lisboa sem contemplar a chamada corrente *constitucional* de Ledo, que acabou por se alinhar ao vintismo em Portugal e viam na partida de D. João um modo de repensar as relações entre Brasil e Portugal, sem acarretar, necessariamente, na separação. Este grupo também reivindicava a elaboração de uma constituição como defendiam no Revérbero Constitucional Fluminense, lançado em setembro de 1821. Acreditava na necessidade universal de leis, inscrita na alma dos homens e, somente, as *verdadeiras leis* governariam com liberalidade. Tais leis se assemelhavam àquelas descobertas por Newton que regem a natureza e deveriam *regular a sociedade*. Tal constituição, aqui formulada, teria por finalidade reformar a sociedade e atender aos seus interesses de participar do jogo político e da definição das regras do mercado local¹.

Numa rápida reação à reforma, a corrente *constitucional* organizou um ato público que obrigasse o rei a aderir às Cortes². Para tanto, articulou-se aos oficiais das tropas de linha e milícias, insatisfeitos com a demora para efetivar as promoções. Já as tropas de linha aderiram devido ao atraso constante dos soldos e o seu pequeno valor. Os soldados portugueses, por sua vez, reclamavam da prolongada e involuntária estadia no Brasil. As tropas se encarregariam da movimentação no largo do Rocio na manhã de 26 de fevereiro, a fim de que o rei jurasse as Cortes e anulava-se, desta maneira, sua tentativa de articular sua legitimidade através das câmaras e da reforma feita por doutos.

Um testemunha, favorável aos constitucionais, identificava os organizadores e a forma de encaminhamento do movimento, cujo mote seria *Constituição de Portugal ou a Morte*. Ao amanhecer, a artilharia montada da corte, o batalhão de infantaria português nº 2, o batalhão português de caçadores nº 3, o regimento de artilharia de guarnição, o destacamento de artífices, se alinharam no largo do Rocio, solicitando ao brigadeiro Francisco Joaquim Carretti que aceitasse o comando geral do movimento e exigindo de D. João VI que se rendesse às Cortes e mudasse seu ministério. Outros batalhões e oficiais foram aderindo à manifestação. A fim de promover uma mudança, um projeto político se valia das ruas para expor sua vontade e recorria às tropas, numa clara referência ao povo em armas mas sob controle hierárquico e disciplinar.

Ao saber do movimento, D. Pedro “entrou na praça vazia que a Tropa havia formado, estando as embocaduras das ruas guarnecidas com peças d’artilharia mostrou um papel que se dignou a ler e disse depois ao Povo e a Tropa que ali se achava: ‘Tudo está feito: a Tropa pode ir já a quartéis, e os officiaes vão beijar a mão de meu Augusto Pai.’”⁸ Em resposta, o bacharel Macamboa disse que tais papéis não atendiam ao reivindicado. Neste momento de aflição, D. Pedro comprometeu-se a levar os pedidos da tropa-povo-oficiais a seu pai e obteve autorização real para todos os itens. Enquanto isso, o senado da câmara se reunia na grande sala do Real Teatro São João, o que aumentava o prestígio do movimento, porque o legalizava e demarcava um espaço de discussões fora das ruas.

Quando D. Pedro retornou à praça, leu os decretos datados do dia 24 - como se fosse uma vontade do rei anterior às exigências dos constitucionais, numa forma de dissimular sua derrota -, e ouviu vivas. Subiu ao teatro, que ficava nesta praça, foi à varanda, releu os decretos, foi saudado novamente com vivas e aplausos. Ali mesmo, da varanda, jurou por si e seu pai as Cortes. Outras autoridades públicas, inclusive o novo ministério, prestaram juramentos. Ao que se diz, as tropas e o povo pediram a presença do rei. Quando D. João VI chegou à praça, foi saudado com aplausos, vivas e tiros, teve o coche seguido pelas tropas, sendo que Pedro ia à frente e a cavalo. Na janela do teatro, D. João VI foi aclamado e reafirmou seu compromisso. As tropas desfilaram em sua honra e o rei deu sua mão a beijar, num sinal de reverência de seus súditos que repunha a ordem anterior. Contudo cumpria-se o desejo do movimento arregimentado por oficiais e constitucionais à revelia das ordens joaninas e graças à atuação de D. Pedro. Naquela mesma noite, a família real foi aclamada no teatro com vivas e luzes.

A saudação da família real no teatro, antes, durante e depois do espetáculo era de praxe e reiterava a importância do rei, mostrando o bom comportamento e lealdade do súdito. Na saudação, toda sociedade em paz repunha a ordem social ao concordar com a autoridade real. Porém, pela primeira vez em 26 de fevereiro, D. Pedro apareceu na praça pública, dominou o jogo de cena e resolveu um impasse político, sendo elogiado pela conduta e considerado um “anjo da paz”.

Para os constitucionais, burocratas, negociantes de grosso trato, ricos proprietários, era visível que D. Pedro encaminhou uma solicitação da praça, que podia degradingolar em outros quereres ou até na famigerada anarquia. Resolveu a tensão entre seu pai e seu “povo”, atendeu às reivindicações destes liberais, mas não se dispôs com o outro grupo. Ele parecia um instrumento da vontade geral, no entender dos constitucionais, estando apto para exercer a autoridade pública. Elogiava-se as qualidades dignas de um príncipe: a atitude moderada, as palavras contidas, os gestos calculados, o ouvir a todos e obter a anuência do rei, sem constrangê-lo embora derrotado. Ressaltava-se o modo como administrava a cena pública, sem inflamar a tropa, desautorizar os oficiais ou incitar às armas⁴.

Perceba-se que, neste início do século XIX, a praça pública participava da lógica da política, pois funcionava como um lugar privilegiado da liturgia de poder⁵ e quase um último recurso para solicitar algo ao governante ou desafiá-lo. Quando os “constitucionais” lançaram mão deste expediente, valeram-se de uma cartada de alto risco pois as tropas poderiam desobedecer; daí, a premência de contar com a fidelidade dos comandantes e bem ordenar o ritmo da tomada do largo do Rocio, como que num compasso de relógio, a fim de evitar desencontros ou esvaziar sua importância. Todos os pelotões marchariam sincronicamente pela cidade até alcançarem, juntos, o largo do Rocio - centro de instituições burocráticas, na frente da câmara, praça de festas religiosas, parada obrigatória das procissões e ponto de comércio. Neste sentido, a esfera pública era teatralizada.

Pouco depois, em 1822, o largo do Rocio foi rebatizado de Praça da Constituição⁶, demonstrando sua importância enquanto um espaço político e simbólico que comemora e referenda o regime vigente. Neste diapasão, ainda em 1822, pretendeu-se construir ali um monumento ao 26 de fevereiro. O projeto propunha uma estátua na qual D. Pedro ocupava o alto do pedestal, em uniforme militar, com a mão sobre a constituição, posta em cima de uma coluna ornada com o braço real, circundada embaixo por

figuras emblemáticas - como Minerva que aludia à sua sabedoria recém-descoberta pelas elites locais. No monumento, há um plano geometrizado que afunila uma série de círculos, de baixo para cima e do maior para o menor. Deste modo, a cabeça de D. Pedro coincide o ponto mais alto e central do conjunto⁷. Também uma Carta ao Redator no Revérbero⁸, sugeria que se erguesse um colégio, em cujo pórtico o 26 de fevereiro seria gravado e celebrizado. Estes projetos não saíram do papel, no entanto repõem a importância que se desejava conferir a tal dia, tentando torná-lo *memorável*, sobretudo considerando a ausência de monumentos permanentes na cidade.

Esta movimentação política não foi apenas uma negociação palaciana, entre ministros, negociantes, nova e tradicional nobreza. Desta feita, a rua passava a desempenhar um papel preponderante na cultura política da época e, simultaneamente, D. Pedro aparecia como um líder político, pois tornou visível sua capacidade de resolver um conflito. Talvez caiba indicar que os grandes negociantes, os proprietários de terras e escravos, os atacadistas, os homens de estado, perceberam aí a importância de D. Pedro na constituição de uma cena pública ordeira, sem violência ou distúrbios.

Os “constitucionais” organizaram um acontecimento capaz de mobilizar a praça e, em tese, atingir do rei ao transeunte, sem cair na anarquia. Sua estratégia política passava por um jogo de cena e, assim, o 26 de fevereiro adquiriu a dimensão de fato histórico, podendo entrar para os anais reais ou de Portugal, porque o rei jurou a constituição. Durante o biênio 1821-22, esta data tinha tanta importância e repercussão quanto o 9 de janeiro, pois a figura de D. Pedro passava a se entremear ao projeto constitucional. E pedia-se ao príncipe que aproveitasse a situação para domar o jogo político fundando o império brasileiro e ocupar a cena pública que também era histórica.

No Sábado de Aleluia de 1821, contudo, o Rio assistiu a outra manifestação em praça pública, que colocava em disputa, mais uma vez, estes círculos da elite e cujo desfecho foi, ao contrário da anterior, um tumulto⁹. Na Praça do Comércio, os deputados eleitos pelas comarcas faziam uma avaliação dos projetos de governo que seriam levados avante por D. Pedro, que ficaria como regente no lugar de D. João VI. Numa série de golpes e contragolpes, onde cada grupo da elite procurava assegurar seu espaço de atuação política e importância, a reunião acabou englobando uma participação maior da população que levou suas reivindicações, apresentando-as num espaço político, onde cada anseio deveria ser reconhecido, discutido e posto em votação. Silvestre Pinheiro Ferreira

desaconselhou o caráter excessivamente público que a reunião ganharia ao ocorrer na Praça do Comércio, sugerindo o sustensório da Igreja de São Francisco de Paula, que evitaria o ajuntamento de povo e seria mais “fácil de guardar”¹⁰. Suas preocupações se justificavam, pois como ministro da guerra, sabia dos boatos nas ruas Direita e da Quitanda, nos quartéis, nos cafés, nas tavernas, nas lojas. Ele temia o que se passava nas ruas e reconhecia viver um momento de tensão político-social, na qual as possibilidades estavam em aberto: “Todos antevem em grosso, que nada do que hoje existe se pode conservar. Mas quaes serão as mudanças que se preparam? Quaes serão as victimas das reformas? E serão estas para bem ou para maior desventura do Estado?”¹¹

Esta reunião apresentou suas reivindicações a D. João VI e atravessou a noite com inflamados discursos, sendo considerada foco de anarquia e tumulto, tanto pelos constitucionais quanto pelos aliados do rei. Para abafá-la, o governo enviou tropas com ordens de reprimir, o que resultou em mortos, feridos e na derrota das reivindicações populares. Perceba-se que diversamente do 26 de fevereiro, tal reunião foi interpretada da mesma maneira pela elite: um populacho sem rosto, desencontrado, desorganizado e perigoso, usando da palavra para expor sua vontade, constituindo-se num risco iminente de violência e quebra da ordem social. A reunião saía do controle das elites e, desta vez, pode-se assinalar que a população mais generalizada, mais heterogênea da cidade, com seus diversos quereres vindos das ruas, com seus boatos, ganhava voz e se expressava, reivindicando participação numa praça pública investida de caráter político. O trauma foi tamanho que os comerciantes estrangeiros e brasileiros se recusaram a negociar naquela Praça e apareceu um cartaz com os dizeres: “Açougue dos Bragança”.

No decorrer de dois meses, entre fevereiro e abril de 1821, o Rio de Janeiro assistiu duas manifestações ocuparem a praça pública, ambas armadas pelas elites. Na primeira, estas descobriram em D. Pedro um aliado, de quem poderiam usar a imagem.. Da outra vez, tinham tido medo da anarquia, percebendo que a tão querida ordem poderia, de um momento para outro, ficar no fio da navalha, pois parte da população, marcada pela diversidade, tornava sua palavra pública e investida de caráter político. No contraste entre um modo de vivenciar a política na praça pública e na definição do direito de participação política, entre o 26 de fevereiro e o Sábado de Aleluia, a presença do príncipe parecia mais eficaz aos olhos das elites. Aos poucos e recorrendo à formulação litúrgica do

poder real, as elites se deram conta de que o Príncipe emergia enquanto a melhor opção para ocupar o espaço público e encerrar em si a capacidade de representar a soberania, entrelaçando-se a ela.

Sou obrigada a reconhecer que trato neste artigo da maneira como D. Pedro ocupou a praça pública ao pacificá-la perante uma movimentação social, diante do jogo de interesses e rivalidades sociais. Deixo para outra ocasião a chance de discorrer a respeito da liturgia real e os modos pelos quais teatralizava o espaço público e tinha uma capacidade de representar a concordância entre o governante e o governado, entre o monarca e seu povo, fundando um pacto social. As festas de entrada de D. Pedro em São Paulo, Minas, Rio, Bahia, a farta distribuição de seu retrato no início da década de 1820, a aclamação e coroação na corte atestam a vitalidade desta liturgia que muito significava na cultura política da época.

Em 1831, as ruas eram fonte de contínuas preocupações para a Coroa. Desde a implantação da Intendência de Polícia pode-se indicar sua vigilância quanto à circulação de portugueses que passavam a residir no Brasil ou partiam para Portugal, a maioria empregada no comércio onde atuavam como caixeiros¹². A Intendência controlava as entradas e saídas de portugueses e brasileiros ao longo da década de 1820¹³. Zelava pelas ruas, atentando à movimentação de escravos, libertos, homens livres pobres, portugueses recém-imigrados em busca de um trabalho ou um pedaço de terra; sendo que uns concorriam com os outros por um ofício, um emprego, uma renda. Nos arredores da cidade, perseguia-se os quilombos, os escravos fugidos, o comércio ilícito de escravos que não pagava os devidos impostos ou empreendido por ciganos, cuidando também da movimentação dos tropeiros¹⁴. Por outro lado, a Intendência não dispensava o trabalho compulsório daqueles que encarava como *vadios*, nas obras públicas ou os enviando às tropas e milícias. Uma certa homogeneidade na visão das elites impedia-lhes de perceber a heterogeneidade no meio desta gente pobre, livre, liberta e escrava.

As ruas passaram a ser alvo da atenção da legislação, sobretudo a partir de 1825¹⁵. Uma série de leis passaram a determinar iluminação noturna, rondas nas freguesias, proibição de porte de armas brancas e de fogo, bem como interpelação de qualquer suspeito - principalmente negros - ao longo do dia e da noite. A partir de dada hora da noite, qualquer pessoa estava sujeita a ser revistada e foi estabelecido um horário limite, no período noturno, para funcionamento de tavernas, botequins e vendas

populares. Qualquer rodinha de pessoas, nas esquinas, travessas e ruas, durante a noite deveria ser dispersada, e foi estabelecido um prêmio em dinheiro para qualquer cidadão que prendesse um ladrão ou um salteador, e uma pena em chibatadas ou encarceramento de algum escravo flagrado com qualquer arma.

Entre 1825-1830, a cidade assistiu a um processo de empobrecimento destas camadas populares devido aos altos impostos sobre o abastecimento local, encarecendo os víveres, uma desvalorização da moeda no câmbio internacional para arcar com o ônus das guerras de independência, o novo custo militar e financeiro da Cisplatina, o pagamento de uma indenização Portugal e à circulação de dinheiro falso. Este problema econômico afetava as formas de sobrevivência cotidianas desta população escrava, liberta, livre, mulata, negra, branca pobre, acarretando numa interpretação, generalizada, que culpava taverneiros, açogueiros e carniceiros - todos, em geral portugueses -, pela falta de carne ou por seu alto preço. Esta compreensão concorria para que se acirrasse a aversão contra os portugueses¹⁶.

Esta diversidade de protagonistas sociais continuamente reunidos e em circulação nas praças e ruas, possuía um contraponto idealizado nas paradas militares, nas tropas enfileiradas, na obediência às hierarquias e ordens militares. Todavia, em fins da década de 1820 e começo de 1831, as praças e ruas da cidade do Rio de Janeiro se inflamaram, abrindo espaço às várias reivindicações, tornando-se palco de tumultos e relembrando a dissolução da assembleia de eleitores de abril de 1821, quando as tropas invadiram o recinto, causando mortes e ferimentos¹⁷. Nestas ocasiões, a figura de D. Pedro não conseguiu assenhorar-se da situação, encaminhando a solução e a querida tranquilidade social. Longe disso, em 1831, uma revolta de civis e tropas no Campo de Santana deslegitimou abertamente sua autoridade, desembocando na abdicação. Se o príncipe mostrara, pela primeira vez, sua eficácia política em fevereiro de 1821, desta feita, do interior de um espaço público emergia de maneira visível e incontornável a sua frágil sustentação e definitiva destituição.

Em 1828, a revolta das tropas mercenárias de irlandeses, alemães, portugueses, brasileiros, atingiu as ruas da cidade, resultando em mortos, feridos, expatriados, atingindo o comércio, as residências, afugentando os senhores, envolvendo negros, escravos, forros, e, acima de tudo, mostrava os perigos desta tensão étnica e social que a cidade vivia¹⁸.

Tal revolta foi debatida no “Astréa” e na “Aurora Fluminense” que, em vários momentos, comentavam e criticavam a presença daqueles estrangeiros no país. Também a assembleia legislativa, reinstalada desde 1826, ocupou-se do assunto. Receavam que tais imigrantes funcionassem como instrumentos do exarcebamento da autoridade imperial, apoiando Pedro I militarmente. Porque os alemães mercenários tinham lutado na dispendiosa e impopular Guerra da Cisplatina e, no Rio de Janeiro, serviam na Guarda Pessoal do imperador.

Em meio a estes motins de 1828, Pedro I não saiu às ruas, não foi a praça pública e mobilizou seus ensejos a seu favor, controlando-os e delimitando-os, exercitando sua capacidade de *pacificar* a praça pública. Desta feita, os motins de uma gente tão heterogênea tomaram a cidade, suspendendo o ritmo do trabalho, pondo em risco a propriedade, atacando vendas, tavernas, casas, causando mortes, desafiando a segurança pública e explicitando sua fragilidade.

Pela pouca agilidade e fraqueza de seu ministério em organizar uma reação, empurrado pela opinião pública dos proprietários que se sentiram francamente ameaçados, compelido pelos ingleses e franceses tratados com xenofobia, pelo fracasso ao tentar uma política de colonato, pela presença *perigosa e desafortunada* dos negros, Pedro I substituiu seu ministério por uma série de liberais. Procedimento político completamente novo na sua atuação, que evidencia certa fraqueza. A partir daquele ano, a “Aurora Fluminense” e a assembleia vão discutir detalhadamente a extensão do poder imperial, denotando uma oposição.

Entre 1828-31, Pedro I foi sendo, mais e mais, detratado e iniciou-se um processo de desmontagem dos andaimes que constituíam sua autoridade. No “Astréa” apareciam pequenos textos na sessão *Variadas* a respeito do bom príncipe “que tem princípios de justiça e de razão, deve favorecer a liberdade de fallar sobre os negócios do Estado como o melhor e único meio de descobrir os abuzos e os meios de reformar os erros, e faltas de seus ministros.”¹⁹ Por sua vez, o jornal definia o tirano, que ia se confundindo com figura do imperador: “Vulgarmente se chama tyrano um rei, que governa com violencia, e sem attenção á justiça e ás leis. Em sentido rigoroso o tyrano é um particular, que arroga a authoridade real sem ter direito.”²⁰

Esta frente liberal procurava reforçar e aumentar a autoridade da assembleia diante da atuação do poder monárquico que, desde a constitui-

ção de 1824, podia: distribuir honrarias e privilégios, sancionar leis à revelia do legislativo, nomear ministros e controlá-los ao contrário do que previa o poder moderador, concebido por Benjamin Constant, no qual o ministério se subordina ao imperador, responde pelos seus crimes à justiça e negocia com a Assembléia, relativizando o tamanho do poder do soberano, delimitando-o e, paralelamente, conservando seu caráter único na estrutura de poder, na medida em que *tempera* as relações entre os outros poderes públicos.

Esta corrente liberal, que abarcava os jornais “O Repúblico”, “Astréa”, “Aurora Fluminense” e a crescente presença de liberais na Assembléia, retomava repetidamente o embate entre a assembléia e o monarca em 1823²¹, descobrindo aí uma atitude despótica de Pedro I ao fechá-la, marchando com mais de 500 soldados pelas ruas, cercando o prédio e prendendo os deputados.

Esta recuperação da luta entre o legislativo e o imperador, por parte destas facções liberais, servia como uma demonstração da desmedida autoridade do monarca e, desta maneira, fazia a balança do poder pender para o lado liberal, funcionando a favor na sua estratégia política para se legitimar. As próprias personagens históricas retomavam a disputa de 1823 a fim de se (re)verem na mesma situação, buscando, entretanto, um outro desfecho que garantisse a sua vitória política²². Tentavam presentificar uma disputa de um passado recente, do qual vários deputados participaram e se ressentiam, porém reutilizavam este passado para se favorecer no jogo político que, gradativamente, minava a figura real ao reafirmá-la numa condição autoritária, *absolutista, tirana*, como então se propalava.

Prudente, a “Aurora Fluminense”, cujo editor ocupava um assento na Assembléia, advertia o leitor quanto às tensões que opunham Pedro I e aquele órgão legislativo, buscando evitar uma atitude extremada, postulando “a moderação: Nada de jacobinismo de qualquer que seja a cor. Nada de excessos. A linha está traçada, é a da Constituição que se jurou no dia 25 de março. Nada de alterações que a desfigurem e lhe façam perder o prestígio da virgindade. Tornar prática a Constituição que existe no papel deve ser o esforço dos liberais, como o dos servís neutralizá-la e destruí-la se for possível²³. O editor desejava evitar qualquer excesso, buscando a estabilidade. No entanto, para destituir o monarca teve que se juntar à movimentação nas ruas. Temia, porém, que o 7 de abril se transformasse numa revolução social. Aliás, a regência terá muitas dificuldades em refrear e controlar estes motins urbanos.

Paralelamente, acirraram-se os antagonismos entre a nobreza portuguesa emigrada, os altos funcionários do Estado - que cada vez mais cercavam o imperador -, e o grupo de grandes negociantes, proprietários abastados, comerciantes responsáveis pela rede de abastecimento, que se afastavam do imperador. Entre as trocas ministeriais de fins da década de 1820, Pedro I aliava-se aos portugueses togados e emigrados. Daí, a percepção de que Pedro I se alinhava aos portugueses que lucravam com seus postos na burocracia, com o comércio internacional e o mercado miúdo composto de taberneiros, lojas, botequins, que vendiam alimentos, tecidos, bebidas, serviços. Ademais, a partir das difíceis circunstâncias políticas do governo de D. Miguel, muitos portugueses - músicos, professores, médicos, advogados, funcionários públicos, professores e outros pobres mais - migraram para o Rio de Janeiro, recebendo proteção de Pedro I interessado em garantir apoio para o reinado de D. Maria da Glória. Ele os auxiliava com mesadas, ajuda financeira ou cargos no funcionalismo público, dispensando empregados brasileiros. Muitos dos portugueses pobres vinham rivalizar com os libertos, pobres, mulatos, escravos, ciganos, desertores, fugidos, no mercado de trabalho, aumentando o problema étnico-social.

Por seu lado, os traficantes, ainda benquistos na sociedade carioca e que desfrutavam de prestígio social, se viram ameaçados pelos acordos com a Inglaterra, que estabeleciam legalmente uma data final para o tráfico africano. Corriam, então, o risco de verem seus negócios e a si mesmos postos na ilegalidade²⁴. Diante desta política internacional, não nutriam mais tantas simpatias pelo imperador que, pessoalmente, concordava com a abolição gradual da escravidão. D. Pedro publicara um artigo a favor da gradual abolição da escravidão, na esteira da proposta de José Bonifácio, e autorizara que esta política fosse decidida e implementada no âmbito da província, esvaziando o poder de decisão e de barganha da assembléia no Rio de Janeiro sobre um tema tão candente e onde vários negociantes estavam envolvidos e representados²⁵.

Ao mesmo tempo, as tropas e os que eram forçados compulsoriamente a se alistar viviam debaixo dos castigos, dos pequenos e atrasados soldos, de oficiais execrados pelos seus desmandos. A reforma militar de 1825 aumentou os castigos físicos contra soldados indisciplinados e alterou o estatuto da milícia, que passava à força regular, desempenhando papel policial dentro das cidades, liberando os outros corpos militares para participarem da Guerra da Cisplatina. Também crescia a impopulari-

dade do imperador, em virtude do aumento do recrutamento para atender às necessidades de guerra. A população pobre enfrentava constante vigilância do Estado, sempre ameaçada de ação criminal sob a acusação de vadiagem. Diversos crimes, inclusive esse, eram penalizados com o alistamento compulsório. Tal quadro só fazia fragilizar, entre estes protagonistas sociais, a legitimidade do imperador.

O desmonte da figura de Pedro I continuava dentro da Assembléia. Em 1828, sistematizou-se uma legislação a respeito das câmaras municipais baseada num projeto de Feijó. As câmaras atrelavam-se, de vez, ao governo de cada província e, de imediato, se desligavam do monarca²⁶. A partir de 1823, as câmaras remetiam-se ao presidente da província nomeado pelo imperador e coadjuvado por um conselho provincial escolhido nos conformes da Assembléia. Nesta regulamentação, de 1828, a câmara passava a se subordinar ao governo da província, pois suas medidas precisavam da aprovação provincial. Ficava proibida de destituir alguma autoridade, como fizera no início da década, ou então de nomeá-la sem o aval do governo provincial. Perdia a capacidade de fundar um ato político, bem como tornava-se apenas instituição administrativa. Portanto, dentro da assembléia e desta corrente liberal, nascia uma estratégia de invalidar a antiga câmara nos moldes da colônia, suprimindo-a, apesar de ter sido um dos moventes da independência ao expressar o seu voto no novo imperador e celebrar um novo contrato social. Também nesta regulamentação do papel da câmara, a Assembléia retirou-lhe a função de autorizar, prover, organizar e controlar as festas locais, as procissões religiosas, abatendo a sua força simbólica local, sua habilidade e capacidade em mobilizar signos e investi-los com determinados sentidos ou até mesmo de celebrar o contrato social como fizera em 1822-24²⁷.

Um dos andaimes da arquitetura de poder do monarca ruía na medida em que uma política centralizadora, agora, regia o papel das câmaras. Em compensação, se perdia sua autoridade judiciária, restringia sua autonomia política e seu papel na economia local, a câmara indicava os nomes de funcionários, juizes de paz²⁸, inspetores de quarteirão, ocupando-se mais da saúde, da higiene e das estradas, pontes, ruas, municipais²⁹.

Igualmente, em 1828 e implementando os dispositivos da Constituição de 1824, criava-se o Supremo Tribunal de Justiça, institucionalizando o poder judiciário, suas atribuições e formas de nomear os juizes, desenhando um outro poder que se contraporía e limitaria o poder real, desvencilhando o

soberano do exercício da justiça. Entre 1827-1830, a legislação relativa ao judiciário foi reformulada³⁰, principalmente com a instituição do cargo de juiz de paz. Criado para desempenhar funções policiais, atendia também às pequenas causas e disputas. Também supervisionava os contratos de trabalho e era encarregado do recrutamento militar, podendo aí usá-lo como uma forma de penalizar pequenos delitos³¹. Discutiu-se também a elaboração do Código Criminal e suas prerrogativas, que ensaiavam uma descentralização da autoridade no país e visavam extinguir os cargos de ouvidor, juiz de fora e juiz ordinário. Redefinia-se quem criminalizava e punia os atos cotidianos, políticos e do mundo do trabalho³².

Nascia uma rede administrativa, militar e judiciária paralela ao monarca e que não lhe dizia respeito, até mesmo prescindia dele, sem que estes liberais controlassem os efeitos, repercussões e eficácias destas mudanças, pois o juiz de paz, por exemplo, conviveu com a milícia, a Guarda Nacional, sendo que por vezes suas autoridades se justapunham, contrapunham, chocavam-se, sem saber quem deveria obedecer a quem ou qual decisão preponderava. Assim, uma reforma liberal adentrava o estado, reordenando o judiciário, a força militar, a atuação das câmaras e seu raio de ação.

Paralelamente, extinguiu-se a Mesa de Consciência e Ordens, num projeto apresentado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Este órgão permitia ao imperador distribuir graças, arbitrar sobre o poder religioso, seu funcionamento, a nomeação de cargos e a divisão dos territórios e bens de cada paróquia, mosteiro, ordem religiosa, além de dispensar a obediência à alguma lei, de forma que, numa localidade, sua mão se fazia presente pela igreja, justiça, câmara. Tais instituições e correlações administrativas, de autoridade e força, foram paulatina e rapidamente implodidas pela legislação.

A imprensa liberal destacava o enclausuramento português do imperador, assinalando sua falta de brasilidade e, ao mesmo tempo, proclamava o receio de que se tornasse um tirano, acachapando a representatividade da imprensa e da assembléia legislativa. Tal campanha liberal espalhava-se em São Paulo, Minas, outras províncias, acirrando os ânimos entre portugueses e brasileiros, culminando com o assassinato do jornalista Líbero Badaró e as suas exéquias tão publicamente celebradas em Minas, Rio, São Paulo.

Tentando uma reação, Pedro I empreendeu nova viagem a Minas, onde as eleições para a assembléia punham o candidato do imperador em desvantagem diante do representante liberal³³. Desta feita, num erro tático,

não se tratava de eleger um monarca ou celebrar uma festa que forjava um contrato social como ocorrera em agosto de 1822. Pedro I servia mais como uma espécie de “cabo eleitoral” de nobre cepá do que um soberano que se encontrava com seu povo e instalava, em conjunto, um governo e uma sociedade civil. Arcos do triunfo foram erguidos, festas organizadas, púlpitos preparados, mas D. Pedro evitou ouvir os discursos e os sermões a fim de não se deparar com uma censura à sua autoridade ou uma crítica a seu governo. Em Barbacena, os sinos dobraram em réquiem e, em alguns lugares, gritaram o nome de Líbero Badaró ao invés de saudá-lo.

Em Vila Rica, o imperador fez uma polêmica Proclamação. Defendia sua prerrogativa de vetar ou sancionar uma lei, cabendo-lhe decidir sobre o sistema federativo proposto pelos liberais, que reordenaria o poder central e as relações entre as províncias. Enfim, reorganizaria a soberania brasileira. Desta maneira, ele retirava da alçada da Assembléia a capacidade de debatê-lo, votá-lo e decidi-lo. Tal pronunciamento exacerbou os ânimos entre os liberais que viam aí um ataque frontal aos seus anseios.

Retornando Pedro ao Rio, em março de 1831, os portugueses, sobretudo os caixeiros, taberneiros, açougueiros, vendeiros e carnicheiros, organizaram uma festa para recebê-lo, cuja intenção consistia em ritualizar a figura imperial³⁴. A manifestação se concentrou entre as ruas da Quitanda, Direita, das Violas, do Rosário e dos Ourives, onde dominava o comércio lusitano. Entre 10 e 16 de março, os portugueses iluminaram suas casas e acenderam fogueiras como nas festas de São Pedro e Santo Antônio. Cantando e montando bandas de música pelo trajeto, festejaram nas ruas a entrada do imperador.

Muitos brasileiros se opuseram a estas comemorações, não acederam luminárias, preferindo repor o uso de insígnias que demonstravam seu descontentamento e discordância. Revitalizaram o verde-amarelo, usaram a flor sempre-viva, chapéus de palha, que marcavam uma identidade contra os desprezados “pés-de-chumbo”. Houve quebra-quebra nas ruas, quando se misturaram gritos contra o imperador e vivas em sua honra.

No dia 13, brasileiros foram espancados nas ruas Quitanda e Rosário. E, apesar das ordens do major do dia, um capitão da ronda se recusou a prender um português que corria armado atrás de brasileiros. No dia 14, mais de 400 portugueses atacaram uma casa de encadernação e uma botica de brasileiros, aumentando a tensão na cidade. Os embates tanto ocorriam através dos brados e vivas dados ao imperador *enquanto constitucional*, à

federação, à república, quanto abarcavam o confronto físico entre “pés-de-chumbo”, “sempre-viva”, “garrafeiros”, “crioulos”, “cabras molcques” - como então se automeavam os brasileiros e os portugueses, resignificando a identificação das protagonistas sociais e seu vocabulário político.

Ao regressar de Minas, Pedro I tentou entrar no Rio nos conformes das entradas reais do começo da década de 1820 que embasavam sua soberania. Contudo as tropas não se enfileiraram, a parada militar não se efetivou, o imperador não comungou com seu povo em armas, disciplinado e obediente. Aos poucos, no decorrer deste mês de março, os tumultos iam se estendendo da noite para o dia, espalhando medo pela cidade e deixando a impressão de que era iminente a explosão.

Dentro das tropas, os comandantes rivalizavam-se entre brasileiros e portugueses, bem como os soldados da Guarda Municipal - na maioria portugueses - defendiam ou faziam vista grossa à violência dos patrícios. Por sua vez, dentro dos batalhões, mulatos, pobres e libertos se voltavam contra os portugueses. Assim, mesmo nos corpos oficialmente responsáveis pela segurança pública surgiam antagonismos e rivalidades, multiplicando-se os confrontos cotidianos que, não raro, resultavam em feridos e mortos.

No dia 17, os liberais levaram uma representação a Pedro I, escrita por Evaristo da Veiga e que foi prontamente recusada. A partir daqui, a corrente liberal concordou com o rumo que as ruas e seus tumultos davam à política, expressando vigorosamente seu descontentamento. Esta corrente, através dos jornais e dos discursos parlamentares, transformavam uma gama variada de descontentamento e desejos sociais da camada popular num aval à sua atuação política, capturando a fala alheia e se assenhorando dela para levar avante os seus projetos políticos no âmbito da política institucional. Ou seja, as elites, os homens da assembléia, eram obrigados a se deter e saber desta gente tão heterogênea no jogo político.

Logo em seguida, o dia 25 de março - aniversário da Constituição de 1824 - motivou novos embates nas ruas da cidade. Por precaução, os marujos das marinhas mercante e de guerra foram proibidos de baixar à terra durante todo dia até às seis horas da tarde. O objetivo desta medida era evitar o aumento das distensões sociais, alimentadas pela xenofobia que também alcançava, ainda que em menor escala, franceses e ingleses.

A festa no Campo de Santana incluía uma parada militar, fogos de

artifício, um *Te Deum*, prosseguindo com jantar e distribuição de esmolas aos pobres. Em meio aos acenos de lenços brancos e tapetes estendidos nas janelas, surgiram os chapéus de palha amarela e fitas verdes, com farta distribuição de um distintivo federalista³⁵. O governo ganhava novas insígnias, que se desprendiam da figura de Pedro I, diferenciando o seu significado. Apenas “vagabundos” e “andrajosos”, recompensados pelos promotores da festa, saudaram o imperador para seu repúdio. Na habitual hora dos vivas, que anteriormente depositavam com entusiasmo o voto do povo em seu soberano, ouviram-se provocadoras exclamações: “Viva à constituição! Viva à independência! Viva o imperador enquanto constitucional!”

Já o sermão proferido por Monte Alverne, um orador famoso e membro das sociedades liberais e secretas, abordava o despotismo do passado colonial sob o mando português que não deveria volver. Enfatizava ainda que o cetro e a coroa teriam sido recebidos pelo monarca das mãos do povo que assim “proclamou a soberania popular e resolveu a theoria da legitimidade.”³⁶ Condenava, portanto, a monarquia absolutista, num recado para o imperador. Nas ruas, apareciam os primeiros vivas dedicados a Pedro II.

Dias depois, uma procissão saía à rua no dia 1º de abril, passando pelo largo do Paço, onde se sobressaía a população negra e mulata. Por hábito e respeito às tradições que o erigiam, o monarca deveria se apresentar no balcão do palácio e saudar ou, ao menos, assistir a passagem da procissão. Pedro I lá se postou, mas quase ninguém, neste dia, se descobriu para reverenciá-lo numa evidência de seu desprestígio.

Os modos de representação que fundavam a legitimidade do governante, que reiteravam constantemente o pacto social entre ele e seu povo, iam sendo esgarçados e rompidos de forma irreversível, tanto no âmbito das instituições, quanto na legitimidade que as ruas e as praças lhe imputavam. Em outras palavras, o imperador Pedro I esmorecia porque a rede de poder que o sustentava ia sendo limitada e alquebrada, por dentro, e a própria condenação do passado colonial português - entendido como obra da tirania - acarretava nesta liquidação.

No começo de abril, a tensão na cidade subiu com os boatos de que alguns brasileiros teriam sido assassinados por uns portugueses na rua do Ouvidor. De imediato, o imperador partiu para São Cristovão, onde aí permaneceu. O grupo de “O Republico” marchou para o largo do Moura e para a frente do arsenal de guerra, clamando vingança.

Entre os dias 3 e 7 de abril, a rua Direita foi palco de insultos e agressões entre brasileiros e portugueses. Os quartéis entraram em prontidão, as armadas inglesa e francesa ficaram em alerta. Em frente ao Arsenal de Guerra, oradores revzavam-se, proclamando seus anseios e projetos. Neste início de mês, esta população diversificada da cidade foi, paulatinamente, juntando-se no Campo de Santana, outrora um palco das cerimônias do imperador e ainda local de procissões religiosas. Este espaço público foi tomado por esta gente - quer da elite, quer de escravos, quer dos pobres livres, quer das tropas - à revelia do governante, explicitando e tornando visível sua falência.

Na assembléia, desde a tentativa da representação liberal a Pedro I, decidira-se levar a cabo a revolução³⁷, espelhada na França de 1830. Contudo, uma questão urgia: a necessidade de domar, no momento e da maneira certos, estes movimentos de rua e da praça pública. Para tentar frear estes anseios, os deputados liberais se reuniram na Chácara da Floresta de Custódio Dias e, por sua vez, Evaristo da Veiga pedia a formação de Guardas Nacionais³⁸ em detrimento das tropas com sua organização, amizades, solidariedades e brigas. Queria armar os cidadãos no intuito de proteger a ordem pública e evitar o despotismo popular, considerado o pior dos males.

Depois da abdicação, em julho de 1831, na medida em que os motins de rua continuavam, a Regência decretava leis proibindo o ajuntamento de cinco ou mais pessoas, o porte de armas, e suspendiam a fiança em caso de flagrante delito. O governo adquiriu a faculdade de suspender juizes de paz - a autoridade local de maior autonomia - sob a alegação de serem estes negligentes ou prevaricadores. As rondas pelas ruas e praças foram intensificadas, e a campanha e a opção pela Guarda Nacional, intensificadas. Com estas estratégias formuladas na esfera da assembléia e da imprensa liberal, procurava-se domar esta efetiva participação popular e seus desejos, fazendo-a recuar na medida em que estreitavam o controle dos espaços públicos e recorriam à violência.

Ainda no começo de abril de 1831, o círculo de Pedro I insistia na estratégia e na disputa pela importância e significação das festas. No dia 4, houve um beija-mão em honra a D. Maria da Glória, no qual os portugueses reverenciaram sua rainha. De novo, houve pancadaria nas ruas e intensificaram-se as diferenças étnicas, espalhando-se a noção de que o imperador adotava uma postura portuguesa, retrógrada frente à independência e traía a constituição liberal. No dia seguinte, chegava um batalhão

de Santa Catarina convocado por Pedro I para respaldá-lo. Nas ruas, circulavam grupos de populares com armas brancas e de fogo. No dia 6, a população já se juntava no Campo de Santana, em plena praça pública, que passou a rivalizar em poder de decisão com o imperador.

Os liberais Vieira Souto, Custódio Dias, Odorico Mendes, se colocavam na posição de porta-vozes daquela população ali reunida, pedindo a manutenção do *habeas-corpus* que seria suspenso pelo imperador, ampliando assim sua autoridade para ordenar prisões e agir à revelia dos outros poderes - repetindo o que ocorrera em 1823 ao fechar a Assembléia. Os liberais insistiam neste espelhamento de 1823 em 1831 nos jornais e na assembléia. Igualmente, reivindicava-se um ministério liberal, contra o que estava em exercício e era ligado aos portugueses.

Os juizes de paz da cidade transitavam entre São Cristovão e o Campo de Santana, noticiando suas recíprocas decisões. A esta altura, eram os únicos a tentar uma solução negociada, pois gozavam de certa estima entre seus eleitores e constituíam uma autoridade reconhecida pelo monarca.

O comandante de armas Lima e Silva, membro de uma abastada família carioca, astutamente ia se tornando o comandante em chefe do Campo de Santana e daquela população diversa. As propostas abarcavam um leque distinto de objetivos: desde uma invasão do arsenal de guerra e a posse de suas armas, uma marcha até São Cristovão, um império federativo, até a proclamação da república. Pedro I, de modo irrevogável, não cedeu a nenhuma destas solicitações, reafirmando seu caráter autoritário.

No Campo de Santana, comprimiam-se de 3000 a 4000 pessoas, em dias de tensão e pancadaria. Tornou-se comum o uso do verde-amarelo, das quadras maldosas, as brigas entre “cabras”, “moleques”, “pés-de-chumbo”, tornaram-se constantes. Tudo isto intensificou a clivagem no interior da população, que transformava o outro num inimigo aberto, que deveria ser excluído e/ou vencido. Pedro I procurou dispersar a multidão através de uma proclamação; todavia, não saiu de São Cristovão em momento nenhum, sem se fazer presente na cena pública e política. Paralelamente, crescia o número de pessoas no Campo de Santana, principal lugar das festas da cidade, que se erigia numa arena política, onde se expressavam os anseios mais populares da cidade que os liberais tentavam domar a seu favor.

No dia 7 de abril, entre a madrugada e o período da manhã,

os corpos de soldados abandonaram de vez os quartéis, engrossando o coro de descontentamento contra o monarca, numa derradeira vitória do Campo de Santana, pois não existia mais um povo correlato ao imperador, que o seguisse e celebrasse com ele um pacto de obediência. Mesmo depois da abdicação, as tropas e a população civil continuaram acampadas e em vigília no Campo de Santana até o embarque tardio do soberano deposto no dia 13. O princípio da justiça suprema e da polícia deslocavam-se de sua figura, instalando-se no novo Código Criminal definido em 1830-1832, sob a batuta do liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos. A corrente liberal e as elites precisavam deste expediente do Código Criminal para vigiar e criminalizar os atos cotidianos desta população que se fazia presente na praça pública, amotinava-se, participava com o seu corpo, ação, força, ansios, do jogo político, pois ela implementava a mudança.

Neste esvaziamento da figura de Pedro I, nasciam: a Guarda Nacional que viria desorganizar e substituir as tropas que, de algum modo, haviam pactuado com o governante; a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, entre o final de abril e começo de maio de 1831, cujas as primeiras reuniões ocorreram na casa de Antônio Borges da Fonseca, o perseguido editor de "O Repúblico". Tais sociedades rapidamente se espalharam, primeiro pela região sudeste e, depois, pelo Brasil, funcionando como uma espécie de partido político que sustentava as práticas e posturas liberais durante o período regencial³⁹. Assim, essas sociedades enfraqueceram, em nível local, as câmaras - amesquinhas em sua atuação política - e concorreram para a vigilância da ordem social.

Na intenção de demarcar a virada ocorrida no 7 de abril, em outubro de 1831, a assembléia regulamentava as novas datas da nação. Desaparecia o 12 de outubro, dia da aclamação de Pedro I, seu aniversário, data que tanto casava o monarca à América, erigindo-se o 7 de abril numa data nacional. Além disso, reconhecia-se o aniversário do imperador-menino, Pedro II, em 2 de dezembro e enfatizava-se a importância do 7 de setembro. No discurso liberal, o 7 de abril recuperava o 7 de setembro, a noção da independência, a separação de um governo português que Pedro I passava a encarnar. Neste sentido, o movimento de 7 de abril foi considerado uma *regeneração*, quando o Brasil reencontrava seu verdadeiro sentido proclamado no 7 de setembro. Uma série de festas em nome da abdicação comemoravam esta regeneração, sobretudo no eixo do sudeste, reavivando um compromisso patriótico de cada brasileiro⁴⁰. E, ao mesmo tempo, celebrava-se pela primeira vez o império do Brasil ao suprimir a figura de Pedro I.

NOTAS

1. Oliveira, C. H. L. de S. *Astúcia Liberal. As relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. USP, Tese de Doutorado, 1986.
2. Biblioteca Nacional (doravante BN) Lisboa. Reservados, Cód. 10.759. "Relação do acontecimentos do Rio de Janeiro no dia 26 de fevereiro de 1821 e algumas circunstancias que o precederam e produziram."
3. BN Lisboa. Cód. 10.759. Op. cit.
4. Nas poesias que circularam em 1821, ele já era considerado um herói.. Por exemplo: *Os Heróis sempre marcarão/ Hum dia com grandes Feitos?/ ... o Rio de Janeiro/ Hum Herói em si achou,/ Que de mais gloria c'rouu,/ 26 de Fevereiro* ("Poesias em applauso dos heroicos feitos do memoravel dia 26 de fevereiro de 1821." Rio de Janeiro : Imprensa Regia, 1821).
5. SOUZA, Iara Lis F. S. Carvalho. Op. cit. Capítulo "As Festas do Imperador"; RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os Símbolos do Poder. Cerimônias e imagens do estado monárquico no Brasil*. Brasília : Ed. UnB, 1995.
6. COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1965. Vol. 3.
7. Prospecto e planta do Monumento, desenho a nanquim e sépia por Francisco Pedro do Amaral. In: HERSTAL, Stanislaw. *Iconografia de D. Pedro*. São Paulo : Ministério da Educação e Cultura ; Lisboa : Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1972.
8. Revérbero Constitucional Fluminense, 2 de abril 1822. P. 255.
9. Sobre esta reunião: FERREIRA, Silvestre P. "Memórias e cartas biográficas sobre a revolução popular e o ministério do Rio de Janeiro desde 26 de fevereiro de 1821 até o regresso de S. M. o Sr. D. João VI com a Corte para Lisboa e os votos dos homens d'Estado que acompanharam a S. M." (1ª. parte e 2ª. parte) *Anais da Biblioteca Nacional*. (doravante RIHGB) (Vol. 2 - 1876-1877 ; Vol. 3 - 1877-78); BRASIL, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. "Cartas sobre a revolução do Brasil pelo conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira." RIHG (T. 51 - 1888); BRASIL, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. "Memória sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de abril na Praça do Commercio do Rio de Janeiro. Escripita em maio do mesmo anno por uma testemunha presencial." RIHGB (T. 27 - 1864); BRASIL, Biblioteca Nacional. "Processo da Revolta na Praça do Commercio do Rio de Janeiro. Inquirição de testemunhas." In: ———— *Documentos para a História da Independência*. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1923.
10. FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Memórias...* Op. cit. *Anais da Biblioteca Nacional* (Vol 3 - 1877-78). P. 189.
11. FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Memórias...* Op. cit. *Anais da Biblioteca Nacional* (Vol 2 - 1876-77). P. 314.
12. MARTINHO, L. M., "Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento." In: MARTINHO, L. M. e GORENSTEIN, R. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*, Rio de Janeiro: Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1993.

13. Arquivo Nacional, Cód. 323 - Registro da Correspondência da polícia. v. 7.
14. Idem. Vols. 7 e 8.
15. BRASIL. *Collecção das Decisões do Governo*: Justiça. 3 de janeiro de 1825/29 de janeiro de 1825/ 2 de abril de 1825.
16. Sobre o assunto ver KATO, Ruth M. *Revoltas de rua: o Rio de Janeiro em três momentos* (1821-1828-1831). UFRJ, Dissertação de mestrado, 1988; LOBO, Eulália Maria L. *História do Rio de Janeiro* (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro : IBMEC, 1978. Sobre 1831 ver RIBEIRO, G. S. *A Liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. UNICAMP, Tese de doutoramento, 1997.
17. Ruth Kato bem desenvolve o argumento de que estas movimentações de rua de 1828 e 1831 pareceram aos contemporâneos uma repetição da desastrosa e perigosa reunião de eleitores em 1821. Tal estratégia de colar uma data a outra contribuía para a ilegitimidade real.
18. Kato, Ruth. Op. cit. Walsh, Bosche, Schlichthorst e Seidler relataram e analisaram esta revolta.
19. Astréa, 12 de fevereiro de 1831.
20. Astréa, 24 de fevereiro de 1831. Dissociava-se, aqui, o imperador da justiça, da lei, além de acusar o rei de governar a favor de um interesse particular, desprezando a necessidade pública.
21. Sobre o fechamento da Assembléia em 1823, ver: SOUSA, Otávio Tarquínio de. "A mentalidade da Constituinte." In: Anais do II Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro, 1934; SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1954. Vol. 8; RODRIGUES, José Honório. *A Independência: revolução e contra revolução*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1975. Vol. 4.
22. Vasconcellos de Drummond, amigo e aliado de José Bonifácio, atava 1831 a 1823, como se a abdicação fosse uma resposta premeditada ao fechamento da assembléia e como se boa parte da elite não tivesse concordado com tal fechamento. Ele escreveu: "O dia 7 de Abril de 1831, que foi a reacção do 12 de novembro de 1823, viu á testa dos acontecimentos a tropa e os mesmos homens da acção contra a qual reagiu." ("Anotações de A . M. V. de Drummond à sua biographia." Anais da Biblioteca Nacional (Vol. 13 - 1885-1886). P. 85.
23. Aurora Fluminense, 9 de dezembro de 1829.
24. RODRIGUES, J. "Os traficantes de africanos e seu 'infame comércio' (1827-1860).", Revista Brasileira de História (Vol. 15 - nº 29). São Paulo : ANPUH/Contexto, 1995; CONRAD, Robert E. *Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1985.
25. VIANA, Hélio. *D. Pedro I, jornalista*. São Paulo : Melhoramentos, s/d.; CARVALHO, M.J.M. de. *Hegemony and rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*. Urbana-Champaign : University of Illinois, 1989. A decisão, segundo este autor, foi publicada em 1828. Em seu artigo de jornal, D. Pedro condenava a escravidão, pois nenhum homem tinha o direito de submeter o outro a seu bel-prazer, desconhecendo a liberdade de cada homem. Por outro lado, era contrário à escravidão, pois como um *cancro*, se instalava na sociedade e corroía

o bom cidadão, com maus exemplos dados pelo próprio escravo, um ser menor. O artigo foi publicado n' O Espelho em 1823, mas, ao que parece, o texto teria sua primeira versão em 1819. D. Pedro assinou sob o significativo codinome de *O Filântropa*.

26. Para debater o lugar da câmara: BOXER, Charles R. *Portuguese society in tropics: The municipal councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda*. Madison and Milwaukee : The University of Wisconsin, 1965; RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Local government in Portuguese America: A study in cultural divergence." *Comparative Studies in Society and History* (Vol. 16, nº 2 - março 1974). Cambridge : Cambridge Univ. Press, 1974; BELLOTO, Heloísa L. "O Estado Português no Brasil: Sistema administrativo e Fiscal." In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1986; XAVIER, A. B. e HESPANHA, A. M. "A representação da Sociedade e do Poder. in HESPANHA, Antônio M. *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993; HESPANHA, Antônio M. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal. Século XVII*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994; Mello, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo : Cia. das Letras, 1995; Figueiredo, Luciano Raposo de A. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. USP, Tese de doutorado, 1996; BICALHO, Maria Fernanda B. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa. Séculos XVII e XVIII*. USP, Tese de doutorado, 1997.

27. SOUZA, Iara Lis F. S. C. Op. cit. Cap. "O Imperador - Contrato".

28. Era uma autoridade eleita em nível municipal, responsável por resolver contendas, processar e julgar cobranças e impostos municipais, aliando uma instância judiciária e policial, em si mesmo, dentro da cidade. Desapareceu em 1840, quando se estabeleceu uma legislação que transformava este juiz num cargo de carreira, dentro da magistratura, nomeados pelo poder central. Novamente, abatia-se o poder da municipalidade e sua autonomia.

29. Lei de 1 de Outubro de 1828. Em especial Título III: Posturas policiais. Sérgio Buarque de Hollanda já identificou este processo de *nulificação das câmaras*. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A Herança colonial: sua desagregação." In: ———— *História Geral da Civilização Brasileira* (T.II, vol. 1 - O Brasil Monárquico). São Paulo : Difel, 1970.

30. O aumento e a pluralidade da população no Brasil tornava-se, no entender das autoridades públicas e das elites, um sinônimo do aumento dos crimes na sociedade. Cf. AUFDERHEIDE, Patricia Ann. *Order and violence: social deviance and social control in Brazil 1780-1840*. University of Minnesota, 1976.

31. Sua função foi regulamentada em despacho de 15 de outubro de 1827. O juiz de paz era eleito no âmbito local, agindo com certa autonomia e se reportava a uma autoridade provincial. A amplitude e vigor da sua atuação atendia, penso, a preferência de muitas vilas, cidades, províncias, que desejavam uma autonomia local, desprendendo-se de um poder centralizador sediado no Rio de Janeiro.

32. Flory, T. *Judge and jury in Imperial Brazil, 1808-1871: Social control and political stability in the New state*. Austin and London : University of Texas Press, 1981. Cap. "The Imperial Justice of Peace".
33. Itinerário da Viagem do Imperador D. Pedro I e da Imperatriz à Província de Minas Gerais em 1831. RIHGB (T. 64 - 1902).
34. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (doravante BNRJ). Manuscritos, Revolução de 7 de Abril de 1831. Mn I, 32, 6, 24.
35. "Astréa" (17 de abril de 1831) pedia aos brasileiros que voltassem a usar o laço nacional de 1822, em 1831, a fim de expressar sua fidelidade à nação independente, constituição e sua desaprovação da tirania de D. Pedro I.
36. Apud Tobias Monteiro. *História do Império*. (T. II - O Primeiro Reinado). Rio de Janeiro : F. Briguiet & Cia, 1946. P. 300.
37. A par deste espelhamento na França, reconhecia-se a inauguração de um novo momento na sociedade brasileira. Evaristo da Veiga escreveu: "Do dia 7 de abril de 1831 começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos Brasileiros, e livre." Apud SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores...* Op. cit. Vol. 6, p. 101. Por sua vez, Bernardo Pereira de Vasconcelos acentuava o caráter ordeiro deste movimento: "A Nação, abdicado o Throno Constitucional pelo Primeiro Príncipe, que ella elegeu, nem teve intuito de subverter as Instituições Constitucionaes e mudar a Dynastia, nem o de consagrar a violencia e proclamar a anarchia; usou sim do incontrastavel direito de resistência á opressão, e quiz popularisar a Monarchia, arredando-se della os abusos e os erros que a havião tornado pesada aos Povos, afim de reconcilia-la com os princípios da verdadeira liberdade." Apud SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores...* Op. cit. Vol. 5, p. 279.
38. CASTRO, Jane Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Brasília : INL ; São Paulo : Cia. Ed. Nacional, 1977.
39. Wernet, A. *Sociedades Políticas (1831-32)*. Brasília : INL ; São Paulo : Cultrix, 1978.
40. Sobre as festas mineiras de 1831, ver: Chamon, C. S. *Festejos imperiais. Festas cívicas em Minas Gerais - 1815/1845*, Belo Horizonte, UFMG, 1996. Cap. "A festa patriótica".





A América oferece a coroa a D. Pedro
Xilogravura de autor desconhecido, citada por
Stanislaw Herstal, *Iconografia de D. Pedro I.*
(Lisboa, 1972)

D. Pedro I e o calmante da Malagueta *



Isabel Lustosa **

D. PEDRO e a imprensa

Após partida de D. João, a Revolução Constitucional no Brasil evoluirá no sentido da Independência. A luta dos que aqui ficaram, se travaria exclusivamente em torno do herdeiro da coroa, como diz Caio Prado, “num trabalho intenso de afastar da influência das Cortes portuguesas e trazê-lo para o seio dos autonomistas.” No começo de 1821, D. Pedro esteve muito mais próximo das tropas portuguesas do que dos brasileiros. Para Barbosa Lima Sobrinho, o trabalho de José Bonifácio e de Hipólito da Costa foi o de fazer com que o destino do príncipe se confundisse com o do Brasil. Durante o ano de 1822, o príncipe acabaria por definir-se em favor do Brasil, pela Independência.

Era um príncipe mais filho de Carlota Joaquina do que de João Carlos, de temperamento impulsivo e apaixonado, que precisava ser mimado, cujos caprichos tinham que ser aturados, a cujas faltas se tinha de fazer vista grossa. E tinha como agravante a juventude, a inexperiência, a falta de uma boa formação cultural. Calhara-nos um príncipe no mesmo estágio em que se encontrava o país sobre o qual lhe competira reinar. Até o advento da Revolução do Porto, ele nada sabia das questões de governo. Mantivera-se alheio a tudo, meio pândego, meio desportista, a percorrer a cidade a cavalo. Coube aos homens que, através dos impressos movimentavam a cena, conquistá-lo para a causa do Brasil.

Dividido naturalmente entre a sua condição de herdeiro da Coroa Portuguesa e de amante do Brasil, país ao qual chegara com nove anos,

* Este artigo é baseado na tese de doutorado da autora: *Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na Independência*. (IUPERJ, Rio de Janeiro, 1998).

** Historiadora. Doutora em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro. Chefe do Setor de Pesquisa Histórica da Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro, RJ)

durante o ano de 1821, ele tenderá para Portugal. De repente, descobrem-no como a salvação da Pátria. De repente, vê-se revestido de uma autoridade e de uma imprescindibilidade que nunca experimentara antes. Competem as folhas do tempo da indefinição - "vai ou não o Príncipe também para Portugal?" - na melhor forma de seduzi-lo, convencê-lo de que tem aqui uma missão a cumprir.

Todas as tendências em disputa estão convencidas de que a permanência do príncipe é indispensável para a integridade do Brasil. Mesmo os mais radicais não deixam de reconhecê-lo. A ausência de um foco de autoridade preciso faz do príncipe antes uma bandeira a ser conquistada do que uma autoridade em si. Mas o príncipe não se revelou objeto tão maleável quanto a sua idade e má formação poderiam sugerir. Influenciado pelos homens mais maduros que o cercaram nos diversos gabinetes que lhe serviram, ele foi sempre muito cioso de sua autoridade e de seu papel na história que acontecia.

Durante todo o período da campanha da Independência, a Imprensa evitou ataques a D. Pedro. Ele nunca foi diretamente acusado da autoria de qualquer das tantas ações arbitrárias que o governo promoveu. Mesmo quando foi evidente a sua atuação em episódios como os que visaram o "Malagueta", tanto o violento artigo publicado no "Espelho" no começo de 1823, quanto a surra que o jornalista levou em meados daquele mesmo ano, o nome do Imperador não será mencionado.

Esta atitude da Imprensa se prendia a dois fatores: de um lado, a mobilização contra as Cortes portuguesas que se iniciou na segunda metade de 1821, quando aqui chegaram as notícias sobre as medidas contra o Brasil que começavam a ser aprovadas lá e, de outro, a fragilidade do quadro político, a falta de uma liderança e mesmo de uma definição de programa a ser seguido. A única coisa real que havia, o único símbolo político, que representava, ao mesmo tempo, a unidade do país e uma instituição política sólida: a Monarquia, era D. Pedro. Talvez por isso, nenhum dos jornais do Rio se manifestou em defesa dos dois redatores do "Compilador Constitucional Fluminense" quando, em abril de 1822, um deles foi deportado e o outro sofreu ameaças de violência. O "Compilador" fora o único jornal do Rio a romper o pacto silencioso que unia toda a imprensa do Rio em torno de D. Pedro e seus redatores foram os primeiros jornalistas que sofreram perseguições por parte do gabinete Andrada. Ninguém no Rio tivera, até então, a coragem de se manifestar diretamente contra o

príncipe. Só em 1823 e escrevendo do Recife é que Cipriano Barata diria que talvez os Bourbons andassem em busca do seu justo castigo. Os redatores do “Compilador” defenderam a utilidade da viagem de D. Pedro à França. Apesar de lá só existirem regicidas, dizia o “Compilador”, a viagem do príncipe teria um caráter pedagógico pois assim ele ficaria sabendo a que perigos se expõe quem desobedece a opinião pública.

Naturalmente que esse príncipe impetuoso e apaixonado, que se queria um liberal mas que logo revelaria um caráter francamente autoritário, manteria com a Imprensa relações tão ambíguas como as que mantivera Napoleão Bonaparte¹, a quem secretamente admirava. A maior parte dos artigos que publicou eram caracterizados por sua grande agressividade, eivados de um humor irresponsável e recheados dos mais violentos insultos².

D. PEDRO, Regente

Em março de 1821 foi promulgado o decreto de D. João VI definindo sua partida e fazendo de D. Pedro, Regente do Reino do Brasil. Pelo mesmo decreto também ficavam marcadas eleições para a escolha dos deputados brasileiros que deveriam participar das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituinte da Nação Portuguesa.

O decreto de 22 de abril de 1821 que aprovou as instruções para o exercício do cargo de Regente marcou o início da autonomia efetiva do país. Ficava o príncipe com o direito de conferir cargos, postos e condecorações. Estava autorizado até, em caso urgente, a fazer a guerra ou a admitir tréguas. D. Pedro deliberaria com o auxílio de 4 ministérios, do Reino e Estrangeiros, da Guerra, da Marinha e da Fazenda. Em caso de morte do príncipe, governaria a princesa, com um Conselho de Regência.

Durante o primeiro semestre de 1821, a política do príncipe foi de composição com as tropas portuguesas aqui sediadas, comparecendo a banquetes e bailes promovidos pela oficialidade. Tinha medo do futuro que aqui o aguardava e queria, desesperadamente, ir embora para Portugal conforme manifestou em carta a D. João datada de 21 de setembro:

“Peço a V.M., por tudo quanto há de mais sagrado, me queira dispensar deste emprego, que seguramente me matará, pelos contínuos e horrorosos painéis que tenho, uns já à vista, e outro, muito piores, para o futuro, os quais eu tenho sempre diante dos olhos... Perdoará o meu modo de escrever; mas é a verdade que o faz, não sou eu.”³

O clima esquentara no Rio de Janeiro, naquele mês de setembro. No dia 15, o Padre Januário da Cunha Barbosa, pregador da Capela Real, do alto do púlpito, discorria sobre a maneira de como se poderia organizar no Brasil um governo perpetuamente livre. Junto com Joaquim Gonçalves Ledo, oficial maior da Contadoria do Arsenal do Exército, Januário lançava, naquele mesmo dia 15, o primeiro número do “Revérbero Constitucional Fluminense”⁴.

O decreto das Cortes de 1^o de outubro de 1821, determinava que D. Pedro deveria voltar para Portugal de onde passaria a viajar incógnito pela Espanha, França e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas “dotadas de luzes, virtudes e adesão ao sistema constitucional, que para este fim S. M. houver por bem de nomear”. Logo depois deste, foi promulgado outro decreto, através do qual ficavam extintos os tribunais criados por D. João VI no Brasil desde 1808, o que significava o desemprego para cerca de 2000 funcionários públicos. A Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, através do mesmo decreto, ficava reduzida a simples Casa de Relação Provincial.

Publicados na “Gazeta Extraordinária” do dia 11 de dezembro, os decretos das Cortes relativos aos tribunais e ao Príncipe caíram como uma bomba no Rio de Janeiro. O clamor foi geral. Até então, mesmo a linguagem dos mais radicais como o “Revérbero”⁵, ainda mencionava o vínculo que ligaria eternamente o Brasil a Portugal (1^o de outubro de 1821). Tudo mudou com a chegada dos decretos.

No dia 12 de dezembro de 1821, apareceu, impresso pela Tipografia Nacional um folheto anônimo intitulado *O Despertador Brasiliense*⁶. Dizia ele ser a resolução das Cortes, “ilegal, injuriosa e impolítica” e acusava os portugueses de estarem “a fomentar o cisma”. Sugeria aos brasileiros que se dirigissem a D. Pedro expondo-lhe que o país não poderia perder as vantagens e representação de que já estava gozando. Considerava nula a alegada transferência da sede da Monarquia para Lisboa e pedia ao Príncipe que, para o bem do Brasil, não partisse.

Seria mesmo o decreto que determinava que D. Pedro deveria voltar para Portugal de onde passaria a viajar incógnito, acompanhado por pessoas “dotadas de luzes”, o principal objeto da campanha para impedir a partida do Príncipe. Com o fito de, atingindo seu amor próprio, fazê-lo desobedecer à determinação das Cortes, trabalharam insistentemente este tema, tanto o “Revérbero” quanto outros periódicos e panfletos publicados no

Rio. A *“Malagueta”*, jornal de Luís Augusto May, no seu terceiro número, lembrara o que havia predito o Abade De Pradt: “o barco que levasse a família real levaria com ele a Independência do Brasil.” O documento dos paulistas, publicado na *“Gazeta do Rio de Janeiro”*, de 8 de janeiro de 1822, implorava:

“Nós rogamos portanto, a VAR com o maior fervor, ternura e respeito haja de suspender a sua volta para a Europa, por onde o querem fazer vigiar, como um pupilo, rodeado deaios e de espias.”⁷⁷

Também Hipólito da Costa se referiria ironicamente ao decreto.

“Um príncipe, que pudera ser o vínculo de união entre Portugal e o Brasil, [...] se lhe destinou um desterro disfarçado para viajar, ler a medicina doméstica do Buchanan, sob tutores que as cortes lhe nomearam.”⁷⁸

Um deputado teria dito em tom de deboche que D. Pedro haveria de “aprender línguas nas quatro primeiras estalagens que frequentasse”. Fazendo alusão naturalmente ao estilo do príncipe, frequentador das tascas e das mesas de botequim. Estilo que já era conhecido na Europa. O *“Revérbero”* tachou este comentário de indecorosa provocação e exclamou com exagero: “É assim que se fala do jurado herdeiro presuntivo da monarquia!”⁷⁹ Em outro número, o mesmo jornal exalta a adesão de D. Pedro à causa do Brasil, aproveitando para relembrar a determinação injuriosa das Cortes: “O que não quis reconhecer o Congresso composto dos sábios portugueses reconheceu um jovem príncipe que eles queriam mandar instruir em quatro estalagens!!!”⁸⁰

A MALAGUETA

O último jornal a surgir no Rio em 1821 foi A *“Malagueta”*⁸¹. Era um jornal onde o estilo e a personalidade do redator eram tão característicos e predominantes que Luís Augusto May passaria, daí em diante, a ser mais conhecido como o *“Malagueta”*. May era português e veio para o Brasil em 1810. Trazia carta de recomendação de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, o Conde de Funchal, para o seu irmão, o Conde de Linhares, então todo poderoso ministro de D. João. Aquela curiosíssima carta foi ditada pelo Conde de Funchal ao portador e é um documento da imagem do jornalista diante de seus contemporâneos.

“Escrevo esta carta ditando ao portador, o tenente Luís Augusto May, o qual, além do ofício que já escrevi a seu respeito, deseja esta carta particular com que se te apresente. É natural que escrevendo

ele mesmo a carta, eu não diga nem muito bem nem muito mal... O conhecimento que tem das línguas inglesa e francesa o habilitam igualmente para o serviço civil e militar principalmente se seu chefe o vigiar bem e não o deixar conversar demais.”¹²

Sobre o conteúdo desta carta, Antônio Teles da Silva¹³ contaria depois a D. Pedro uma versão anedótica que lhe teria sido transmitida por Hipólito da Costa, segundo a qual, o texto do Conde de Funchal ao irmão dizia:

“Meu irmão. Luís Augusto May, portador desta, pede-me que o recomende a Vossa Senhoria. Ele é um doido varrido, mas como também faz caturrices pode diverti-lo nas horas vagas; queira portanto dar-lhe preferência a qualquer outro que esteja nas mesmas circunstâncias.”¹⁴

As confusões do período que antecedeu à Independência, no entanto, encontram-no sem padrinhos. May viu seu cargo ameaçado pelas medidas das Cortes portuguesas e, por isso, como ele mesmo diria depois, “teve de tirar seus cuidados dos sonhos na sua reforma e aposentadoria”¹⁵ e lançar-se “no campo raso da liberdade da Imprensa” com a publicação, em 18 de dezembro de 1821, do primeiro número da “Malagueta”. Não foram, diria ele depois, em carta aberta ao príncipe, “manejos de uma recôndita política, nem falsas idéias de merecimento pessoal, que o haviam posto na escabrosa carreira de escritor”.

A repercussão da “Malagueta” foi imediata. O jornal de May logo se tornou o mais popular na Corte, chegando a contar com quinhentos assinantes no Rio de Janeiro. Resumia-se a “Malagueta” a um longo artigo do seu redator, escrito na primeira pessoa e, muitas vezes, sob a forma de uma carta ao Imperador. Seu estilo era pesado, não só por conta dos enormes parágrafos como também das questões de que tratava. Em geral, ele procurava intervir no debate político, propondo medidas constitucionais.

Seus ataques eram velados. Valia-se do recurso de fazer anteceder a crítica à atitude do adversário por um imenso elogio às suas qualidades pessoais. Era o estilo do “Malagueta”, cheio de circunlóquios, de observações de duplo sentido, de falsa subserviência, que irritava profundamente seus adversários. Além de comentário irônicos sobre a atuação dos ministros, costumava fazer alusões à imaturidade do Imperador.

Logo, a “Malagueta” entraria em confronto com o “Espelho”, de Ferreira de Araújo¹⁶. O “Espelho” classificou de “grande motim” às restrições de May

ao decreto de 16 de fevereiro que criara o Conselho de Procuradores. As críticas de May referiam-se ao preâmbulo do decreto onde D. Pedro falava na Constituição “que jurara dar”. Aquela expressão, evidenciaria, na visão de May, a intenção do príncipe de dispor sobre o sistema Constitucional em detrimento da Assembléia. Contestando essa interpretação, o “Espelho” lembra a regra que recomenda que se deve estar atento à intenção de quem escreve.

“Se pois, as intenções de S.A.R. são puríssimas; se ainda mesmo em casos duvidosos, se deve pender para a melhor parte, conforme a regra, é tresloucado arrojo assanhar-se contra expressões inocentes, entornando sobre elas mortífero veneno, para lisonjear o pequeno bando que, sempre à mira de empolgar a menor ocasião de motejar o governo, aplaude com ambas as mãos os guinchos das aves agoureiras.”¹⁷

Pretendiam com isto o redator do *Espelho*, com ele, certamente, José Bonifácio, fazer calar ao “Malagueta”. Nesta, uma das tantas cartas publicadas pelo “Espelho” contra o “Malagueta”, já estava expressa toda a tensão que marcará o período. As tentativas dos Andradas de afastar os concorrentes de junto do trono; suas intenções mais autoritárias no que concernia às soluções constitucionais: o veto do soberano às leis e um projeto de Constituição que saísse do Paço para a Câmara e não o contrário. Por outro lado, o “Espelho” evidencia o jogo sinuoso do “Malagueta”, as óbvias tentativas de lisonjear o ministério e seduzir o príncipe, aliadas a uma opção política que tendia para o lado dos radicais da Maçonaria sem com eles se confundir.

O CALMANTE do “Malagueta”

Muita coisa acontecera depois que circulou no Rio, em julho de 1822, o último número da primeira fase da “Malagueta”. Número em que May revelava que era candidato ao cargo de Secretário dos Negócios do Brasil nos Estados Unidos. Em agosto, fora nomeado para a vaga Luís Moutinho¹⁸, redator do “Papagaio” e reconhecido membro do grupo Andradista. Depois vieram os turbulentos meses de setembro, outubro, novembro¹⁹. Em dezembro de 1822, Luís Augusto May fizera correr o boato de que voltaria a publicar a *Malagueta* e que nela pretendia atacar o governo. Antes que realizasse este intento, May foi alvo de violento artigo publicado no “Espelho” nº 120, de 10 de janeiro de 1823*.

* Os trechos aspeados mas não referenciados são de responsabilidade da autora, que optou por esta solução para não sobrecarregar a área de notas com um número excessivo de citações ao mesmo documento (N.E.).

Intitulado *O Calmante da e no Malagueta*, no artigo se contavam as negociações em torno da não acontecida nomeação de May. José Bonifácio o convidara ocupar o cargo de Oficial Maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros em Washington com quatrocentos mil réis para as despesas. Oferta que fora recusada pelo jornalista que achara o valor muito baixo, pois “não se sujeitava por bagatelas, já não duvidando ser comprado por mais alguma quantia”. D. Pedro teria também prometido-lhe, além do “ordenado, ajuda de custo suficiente para o transporte, além dos três quartéis adiantados, como era o costume”.

“De nada se lembra, de nada se lembra, porque o interesseiro de nada se lembra, senão do seu interesse. Mas apesar de tudo, disse que aceitava o lugar e que estava pronto, para ver se pilhava a pechincha. E, depois de oito dias, apresenta uma nota cheia de todo o metodismo, matonismo, pedindo mais quantos e quantos que andaria por seis mil cruzados, segundo dizem. Todos os dias, apesar de cansar as bestas em ir à casa e gastar os sapatos na escada do Excelentíssimo Sr. José Bonifácio, indo lisonjeá-lo o mais possível, para ver se apanhava a dita quantia. Mas como o reto Ministro lhe dissesse que, se quisesse ir lhe daria três mil cruzados só, em cima do ordenado do lugar que lhe tocava como gratificação, teve a desgraça de tocar na tecla que move toda a máquina Malaguetal. Eis que, de repente vai começar, segundo anunciou, porque ele nada diz que se não saiba, a desacreditar o Ministério todo, para ver se promove a desordem.”

Sem meias palavras, o autor da carta diz que sua intenção é patentear ao público o caráter do “esturdíssimo, esturradíssimo, constipadíssimo, matoníssimo, politiquíssimo e cacholíssimo” autor de um periódico, cujo nome é de uma pimenta, “Malagueta, ou por outra p. que o pariu (a ele)”. Os ataques se alternam em torno dos mesmos temas: a ambição, a incompetência, a cupidez, a bajulação e outras falhas de caráter atribuídas ao redator da “Malagueta”. Referindo-se aos eternos pleitos de May junto ao governo, revela que ele, no tempo do ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal (chamado aqui de “Estrompador mór da Nação”), ia todos os dias à Chácara de S. Cristóvão beijar a mão de D. João VI, “fazendo mil cortesias de cabeça abaixo, a ponto de lhe poderem chamar o Doutor Côncavo” e relata seu dia de trabalho como funcionário público. Diz que o May, logo que entra na Secretaria, faz uma profunda cortesia em “rodízio” a todos os presentes. Em seguida, dá uma circulada por entre as mesas dos colegas, para bisbilhotar os papéis que estão sobre elas, “quase dando com

o nariz em cima deles”. Limpa o suor com o lenço e, como sempre alega estar constipado, tem justificativa para usá-lo amarrado à cabeça.

“Depois, senta-se no seu lugar, escreve duas palavras, põe a pena, bate com a mão na testa, pega no lenço, limpa o suor degrenhando muito o cabelo, mete o lenço na algibeira, levanta-se, dá quatro passeios pela sala, conta duas histórias e meia à desfilada, chega ao pé do Oficial Maior, diz-lhe que está constipado, mete-se na sege, vai para casa, chega à casa, toma o timão, põe um barrete branco como de Manoel Alves no entremez de Manuel Mendes, e principia a passear na varanda, cogitando como há de dizer mal do Ministério. Eis aqui como este impostor ganha a sua vida, desperdiçando o tempo e percebendo ordenado e emolumentos da Secretaria, porque nunca falta ao ponto.”

A parte mais forte do artigo vem com a descrição detalhada dos aspectos físicos e morais. O “Malagueta” não seria alto nem baixo.

“Os pés não lhe fazem muita honra, as canelas são bem esburgadinhas, não tem ovas; barrigas de pernas foram-se; os joelhos furam as calças, e são alguma coisa metidos para dentro; as coxas por fora não parecem más, se são macias haja vista ao Conde das Galveias; os entremédios tais quais; barriga não tem, está pegada às costas; o umbigo tem um buraco tamanho que lhe pode sair um carro carregado de capim; o peito não mostra grande fortaleza apesar de resistir às grandes pancadas que lhe dá com a mão; os braços tem muita habilidade; e as mãos ainda muito mais [...]; o pescoço é de esganarelo, tem um nó tamanho que nem o de uma amarra de nau; a cabeça tem muito que contemplar, dá por minuto mais vezes com ela para trás e para diante do que um sino de qualquer igreja pode dar de badaladas tocando a rebate um dia inteiro; os queixos são bem esburgadinhos; as faces tem duas covas (ó que covas!); a língua é um radical badalo; os beiços acompanham a sobredita; o nariz mostra bem a razão do amor que lhe teve o Conde das Galveias; os olhos inculcam ter lombrigas; a testa tem suas protuberâncias que, segundo o Dr. Gall, umas mostram ter memórias, outras não ter reflexão alguma, ser estouvado, e outras ser um sórdido interessciro; o cabelo é semi-estrangeiro; como a fala; na calva pode-lhe fazer exercício um batalhão com seus piolhos à mistura, para marcarem os pontos do alinhamento; em suma, no físico do Sr. Malagueta está descoberto o moto contínuo.”

Foi o Conde das Galveias, que substituiu Linhares no Ministério da Guerra, quando este morreu em 1812, quem nomeou May oficial da

Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Se, na primeira parte da carta, ao falar das coxas do Malagueta, de cuja maciez quem poderia dar testemunho seria o Conde das Galveias e do nariz que teria feito a alegria daquele conde, já está explicitada a intenção de atribuir um caráter de ligação homossexual à amizade de May com Galveias, na segunda parte, a linguagem se torna francamente direta e ainda mais chula. Ali, com o intuito de aclarar a memória do jornalista para benefícios que teria recebido de terceiros, em meio ao rol aparece a indagação:

“Não se lembra do lugar fedorento do Conde das Galveias, largo como a porta de uma cocheira, onde teve a distinta honra de aprender (e por agradecimento ter dado um beijo) os movimentos seguidos napolitanos e a tática fradesca, política, filantrópica, egoística e econômica?”

Esta notável peça jornalística, talvez única no seu estilo publicada no Brasil, é atribuída por muitos historiadores a D. Pedro I. E, de fato, quem ousaria escrever de maneira tão desabrida num cenário onde as leis ainda estavam por se fazer e onde jornalistas estavam sendo julgados por crimes por abuso da liberdade de imprensa? Quem já pesara a mão em outros artigos contra adversários do gabinete Andrada? Só o príncipe se abalançaria a tanto. É bem o seu estilo, presente em suas cartas, nos outros artigos que publicou e no anedotário que se criou em torno dele.

Otávio Tarquínio e Carlos Rizzini atribuem a D. Pedro I a autoria do *Calmante*, baseando-a em correspondência de Maler²⁰. Hélio Viana, em seu estudo *D. Pedro I, jornalista*²¹, atribui a autoria a Antônio Teles. Teles, no entanto, em correspondência a D. Pedro, negaria veementemente esta acusação que lhe fora feita pelo “Malagueta”. Numa carta quase toda dedicada a fazer comentários maliciosos sobre o May, ele diria:

“O que lhe não perdôo, é dizer ele também que dei golpes à moralidade com a carta que ele diz que eu publiquei. Quem não tiver a carta à mão há de supor que eu ensinei a furtar moças, etc.”²²

É possível que May acusasse Antônio Teles, para não atacar diretamente ao Imperador. Teles escrevia com muita liberdade e bom humor a D. Pedro, mas jamais alcançaria os mesmos baixos níveis das cartas do Imperador a ele dirigidas. Exemplar do estilo de D. Pedro é este trecho de carta endereçada ao mesmo Teles, datada de 27 de janeiro de 1825, onde o Imperador dá conta da eleição de May para a Assembléia, dizendo que: “é

de esperar que esse louco vá remetido da Assembléia para a Santa Casa”. Na carta, D. Pedro também aproveita para comentar a reação entusiástica que um retrato seu provocara entre as moças das cortes Européias.

“Como não tenho o c... do Padre Martinho para poder daqui f... lá essas meninas que tanto gostaram do meu retrato (o que eu não quereria pois não gosto de m... e tenho cá coisa boa que é genitivo de Castro, tirando-lhe o [ilegível] que é cunhada de quem você sabe.”²³

O *Calmente* é um texto grosseiríssimo mas, no entanto, tem seus momentos de grande humor: a descrição do dia de trabalho do burocrata May, de suas pequenas espertezas, é impagável. Mesmo a primeira menção a um possível caso dele com o Conde das Galveias, tem a sua graça. É de um total desrespeito à memória do admirável diplomata, amigo do Conde da Barca, ambos cultíssimos, de maneiras afrancesadas que, certamente, não deviam agradar a um príncipe que, como o descreveria mais tarde um estrangeiro, tinha os modos de moço de estrebaria.

De qualquer maneira, os originais do *Calmente* não constam dos arquivos de D. Pedro, no Museu Imperial. O que não serve de prova de que ele não o tenha escrito. Diante das reações que provocou, não é improvável que lhe tenha dado o mesmo destino que deu às cartas da marquesa de Santos²⁴.

May não reagiu. Ou melhor, reagiu de acordo com o seu estilo: foi ao Imperador solicitar uma reparação. Obteve de D. Pedro a promessa de que faria publicar no “Diário do Governo” uma nota de repúdio ao artigo do “Espelho” e foi promovido, a 23 de abril de 1823, de simples oficial a Oficial-maior graduado, o posto mais alto do funcionalismo do tempo, “em atenção à sua probidade, inteligência e bons serviços”. Imaginaram talvez o Imperador e seu ministros calar com isto a boca do jornalista tão sensível a este tipo de graça.

A MALAGUETA EXTRAORDINÁRIA nº 2 e suas devastadoras consequências

“E declaro, muito especialmente, que eles levavam espadas nuas e paus grossos que eu vi, e com os quais perpetraram em minha pessoa o massacre que constou de grande primeiro golpe de espada que foi aparado no castiçal, e na mão esquerda, e do qual resultou o aleijão e ferida aberta que ainda hoje conservo, de mais cinco golpes ou cutiladas, maiores e menores, na cabeça, que se me deram

enquanto as luzes se não apagaram, além de dez ou doze contusões violentas no pescoço e corpo, de que resultou também o aleijão do dedo índice da mão direita.”²⁵

Depois de aguardar, sem sucesso, por três meses, a publicação da nota de D. Pedro contra “a publicação suja do Espelho de 10 de janeiro”, May lançou a “Malagueta Extraordinária” nº 2. Nela, sob a forma de uma longa carta dirigida a D. Pedro, bem no seu estilo sinuoso, lembrava a nota prometida onde ficaria demonstrando que o governo não tinha tomado parte alguma naquela ofensa que a “todos pareceu ter saído debaixo dos auspícios de Alta Proteção”. Agradecia certa mercê reparadora do “mal que outros haviam feito”, certamente referindo-se à promoção e acusava diretamente aos Andradas, lembrando “os excessos que se seguiram da derrota de Ledo.”²⁶

Por volta das oito horas da noite do dia 6 de junho de 1823, Luís Augusto May acabava de mandar servir o chá, em sua casa, à Estrada de São Cristóvão, nº 75²⁷ ao padre Luís Lobo Saldanha e ao cirurgião José da Silva Callado. Era o dia seguinte ao da publicação da “Malagueta” extraordinária e May aguardava visita de José Bonifácio.

Mas, no lugar do ministro, quem apareceu mesmo foi um bando de embuçados - quatro, cinco ou mais, diferem os relatos - armados de cacetes e de espadas que perpetraram no “Malagueta” aquilo que na linguagem da época se chamava, *assassinio*. O jornalista foi salvo, segundo Varnhagem, “pela presença de espirito de uma preta que lembrou-se de apagar a luz”²⁸. O padre se escondeu debaixo do piano e May conseguiu, segundo ele mesmo contou no “Protesto feito à face do Brasil inteiro”, beneficiando-se da escuridão, fugir dos agressores e refugiar-se na chácara de um outro padre seu vizinho, Serafim dos Santos²⁹.

A repercussão do atentado contra o “Malagueta” foi imediata. Na Assembléia Constituinte, o deputado Carneiro da Cunha classificou o episódio de “insulto funesto e trágico”. May virou sinônimo de martírio do jornalismo nascente - permanente referência a ser agitada por outros jornalistas menores que ousavam comparecer ao “campo raso da liberdade da imprensa”.

Só a 18 de junho o “Diário do Governo” falaria da “atroz assuada” em que fora atacado e gravemente ferido no interior de sua casa o Oficial Maior da Secretaria dos Negócios da Marinha. A carta assinada pelo *Obser-*

vado dizia respeito, na verdade, à portaria publicada no mesmo “Diário”, em que se mandava abrir devassa para investigar o atentado. Essa portaria, diria o jornal, era mais uma prova de quanto o governo se esmerava em garantir a segurança do cidadão e do quanto se horrorizava “ao aspecto de fatos nefários, que tendem nada menos do que a uma feroz anarquia, se acaso a impunidade desse azo a vinditas particulares”. Receava o *Observador* que impressa como estava a tal portaria pudesse correr mundo prejudicando a imagem do Brasil lá fora. O problema da tal portaria era, a seu ver, não revelar as circunstâncias que precederam o atentado.

“O Oficial Maior de que se trata é o redator da Malagueta. [...] nunca pegou na pena que não fosse para censurar e falar mal de tudo, até que finalmente, na véspera de sua nunca assaz sentida catástrofe, saiu com uma Malagueta Extraordinária, em que o sábio autor excedeu-se a si mesmo. [...] Os nossos deputados, ministros de estado, procuradores de província, magistrados, os outros escritores, etc. etc., tudo, tudo caiu debaixo da língua viperina do redator; até mesmo [...] é atacada a Nação brasileira por um a quem ela paga!!! Os brasileiros são chamados mulatos e caboclos e as principais famílias do Império são tratadas por peões fidalgos!! Era pois muito e muito natural que um tal escritor provocasse a cólera de imensos indivíduos menos fleumáticos do que eu.”³⁰

O atentado foi atribuído aos Andradas e contribuiu para a queda de seu Ministério. João Soares Lisboa diria a propósito: “Não digo que José Bonifácio foi o autor de tão negro crime, porém, tanto peca o ladrão como o consentidor.”³¹. A verdade é que ninguém ousava pronunciar o nome do outro principal suspeito: o próprio Imperador. Na Câmara, o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio, discursaria sobre o episódio dizendo: “É público e todo o mundo sabe quem foram os assassinos do ‘Malagueta’”. Mas, apesar de desafiado por Soares Lisboa, o deputado não denunciou os supostos autores do atentado.

Otávio Tarquínio de Souza acha que o mais provável é que a idéia do atentado tenha partido mesmo do Imperador. Segundo aquele autor, se havia matéria a respeito da qual D. Pedro não admitia a mais insignificante reserva era a da limitação dos seus poderes pela Constituinte. Não admitia também que lhe recusassem o direito de só aceitar a Constituição se a julgasse digna do Brasil e dele. Diz Varnhagen que José Bonifácio soubera que do atentado, dois dias depois e que, além de Paes Leme, de cujo bolso caíra uma carta a ele endereçada, tinham tomado parte da agressão, Berquó

e Gordilho, membros da camarilha inseparável do Imperador³². A tal não se aventurariam sem a anuência do chefe.

Em carta a Metternich, Mareschal é positivo a este respeito: o atentado contra o “Malagueta” fora obra do Imperador. May, no *Protesto*, publicado em março de 1824, desmentiu o boato de haver sido desafiado ou ameaçado por José Bonifácio na tarde do dia da agressão. E, finalmente, em 1832, inocentou, na Câmara dos Deputados, aos Andradas. Do exílio, Bonifácio falaria com amargura sobre o episódio, reforçando, em texto particular, a suspeita de culpa do Imperador:

“Com que fingimento me não quis o Imperador assegurar que não aprovava o dirigir a imprensa, que era justo e constitucional deixar reclamar contra os Ministros. É prova que já então projetava derribar o Ministério e aviltar os homens que lhe tinham posto a coroa na cabeça: mas quando o doido do May escreveu contra ele prorrompeu na atrocidade que todos sabem.”³³

O atentado deu lugar também a uma onda de humorismo que fez do “Malagueta” a personagem mais visada pela sátira do período. O jornal de João Soares Lisboa publicou quadrinha que dizia: *Chamam servis os Andradas, / é calúnia, é falso é peta. / São liberais de matar, / que o diga o “Malagueta”*. Outro jornal ironizava o drama do jornalista: *Caro “Malagueta” meu, / O mundo pasmado está / Do pouco que se vos dá / Do muito que se vos deu!!!*³⁴ Antônio Teles da Silva soube do atentado na Europa, e escreveria de lá a Vasconcelos Drummond em 29 de setembro daquele ano: “O caso é que o May sempre tinha que ir parar no hospital ou por doido ou por massado.”³⁵

De qualquer maneira, a vítima, para não trair a tradição, obteve do Imperador, por causa do atentado, uma aposentadoria por invalidez, mantendo o privilégio do exercício da função. Aposentado a 7 de fevereiro de 1824, como lembra Hélio Viana, só em 31 de março redigiu o *Protesto*. E, neste, orçou os danos que sofrera em decorrência do sinistro, em 2:230\$000. Teria recebido também indenização em dinheiro? É o que sugere Cairu.

“É tal qual consta de seus insultantes escritos; mas tem desculpa; porque esta é a sua pedra filosofal; e está já na posse de descompor e insultar o gênero humano; levar pancadas e pedir indenizações assaz lucrativas!!! Não é mau negócio, assim ele dure por muitos anos !!!”³⁶

O LEGADO DO JORNALISMO da Independência

O jornalismo do tempo da Regência é um seguimento natural do que se fez durante as campanhas que antecederam e sucederam a Independência. Nele, os recursos do humor, da caricatura verbal, da difamação pura e simples, cujo sucesso já se provara antes, estarão presentes de forma mais intensa, mais direta. Como conseqüência natural, as agressões físicas a jornalistas serão mais freqüentes. Luís Augusto May, que foi eleito deputado e feito membro dos jurados, em 1825, será novamente espancado em 1829. May voltaria a publicar a "Malagueta", de maneira esporádica, sempre que alguma circunstância o justificasse.

Supõe-se que a causa desse segundo atentado foi um número da "Malagueta" em que se ironizava a Ordem da Rosa, criada em homenagem à Imperatriz Amélia Eugênia. Entre os suspeitos de mandante do espancamento figura como principal novamente o Imperador. A agressão aconteceu em 26 de agosto de 1829 e o deputado foi atacado na rua, quando se achava em companhia de outro deputado, Cunha Matos também que levou umas bordoadas. O "Jornal do Comércio" condenou o atentado ressaltando, no entanto, que este fora causado pelo estilo do jornalista:

"Bem que a soltura de linguagem do redator da Malagueta, que nas suas cáusticas jeremiadas nem as cinzas dos mortos respeitava, tornava como infalível uma tal catástrofe, contudo um atentado destes é para lastimar, pois a vida do cidadão e do deputado deve ser respeitada, quando se trata de reprimir a ousadia do jornalista."

O "Malagueta", não obstante o conhecimento e talvez a certeza da participação do Imperador não só nos atentados, mas também na escrita do infamante artigo do "Espelho", dirigiu-se ainda a este várias vezes, em cartas "dúplices ou obscuras, solicitando-lhe favores ou pretendendo prestar-lhe serviços e não teve pejo de com ele avistar-se em audiências privadas."³⁸ Evaristo da Veiga, redator da "Aurora Fluminense", também atingido a 5 de novembro de 1832 por um tiro que, felizmente, não o matou, diria sobre a Imprensa de seu tempo:

"A maior parte dos jornais que possuímos (e nesta parte também nos confessamos culpado ou arrastado pela força da torrente) mais invectivam que argumentam; os nomes próprios e não as doutrinas enchem quase todas as suas páginas. Conhecemos que esse vício é ainda mais notável nas folhas que pertencem à comunhão

exaltada, porém não são isentos de tal censura os periódicos da moderação.”³⁹

O depoimento de Evaristo da Veiga seria confirmado por John Armitage que notara serem os jornais oficiais no Brasil, pelo menos tão repreensíveis como os seus antagonistas; costumando advogar não só doutrinas contrárias ao sentido da Constituição, como lançar grosseiros e repetidos insultos a quase todos os membros da oposição. John Fox Bunbury, naturalista inglês que por aqui esteve entre 1833 e 1835, observara que, no Brasil, a liberdade de Imprensa era garantida pela Constituição, “sendo cerceada apenas pela liberdade da faca, a qual, apesar de não ser reconhecida pela Constituição, existe, assim mesmo, de maneira muito considerável.” Bunbury anotava ainda que a maior parte dos jornais publicados contém mais injúrias pessoais e impropérios do que informação ou discussões instrutivas sobre princípios políticos⁴⁰.

Humor e violência: esta a combinação que só se desfará na Imprensa brasileira após a maioridade de D. Pedro II. Da Imprensa que nascera em 1821, D. Pedro foi, ao um só tempo, o público alvo e o mais agressivo redator. Dentre os vários artigos manuscritos que constam de seus arquivos, existem um que permaneceu inédito. Nele, D. Pedro faz um apanhado da Imprensa do Rio de Janeiro. Sem data, mas possivelmente do começo de 1822, pois ali são mencionados o “Revérbero”, a “Sabatina”, o “Bem da Ordem”, a “Malagueta” e o “Compilador” e ainda não se fala sobre o “Correio do Rio de Janeiro”. O texto é todo elogios para o “Revérbero”. D. Pedro cita o jornal de Ledo e Januário como exemplo de estilo constitucional de escrever. Para ele, naquele momento, o “Revérbero” seria o único que falaria português e o falaria com amor à Pátria, porque em tudo dizia a verdade.

Admirava assim, o jovem príncipe, na época da inocência, à retórica dos maçons que tanto irritava José Bonifácio. Mas este gosto seria superado no processo de seu vertiginoso aprendizado das coisas da política e o estilo que o príncipe adotou, quando se lançou na Imprensa foi o dos mais agressivos pasquins da Independência. O humor e a agressão, fazem parte de sua fórmula e esta é que se imporia como a do jornalismo de campanha.

NOTAS

1. Sobre as relações de Napoleão Bonaparte com a Imprensa ver WEILL, George. *Le Journal. Origines, évolution et rôle de la presse périodique*. Paris : La Renaissance du livre, 1934. P. 129-137.
2. Assinando-se *O Inimigo dos Marotos* ou *Duende* voltou-se inicialmente contra o jornalista João Soares Lisboa que, no “Correio do Rio de Janeiro” atacara o Apostolado. Publicaria seus primeiros artigos no *Espelho* de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. O “Espelho” circulou no Rio entre 1º de outubro de 1821 a 27 de junho de 1823. Este funcionava como uma folha semi-oficial e fazia um jornalismo extremamente agressivo. Voltaria, ainda, na fase que antecedeu a dissolução da Assembléia, a atacar Soares Lisboa nas páginas do “Diário do Governo”. Hélio Viana fez um bom levantamento dos artigos de D. Pedro, comparando os textos impressos com os originais constantes no arquivo do Museu Imperial. (Ver VIANA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo : Edições Melhoramentos, 1974. 3 vols.)
3. Apud VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil...* Brasília, DF : Ministério da Educação e Cultural/INL, 6ª. edição, 1972. P. 137.
4. O “Revérbero Constitucional Fluminense” era o primeiro jornal politicamente independente que se publicava no Rio. Era independente porque, ao contrário dos jornais surgidos no primeiro semestre daquele ano, os redatores do “Revérbero” não estavam comprometidos de forma alguma com o governo. O “Revérbero” durou treze meses, de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, passando de quinzenal a semanal em janeiro de 1822. Circularam, do “Revérbero”, 48 números ordinários e três extraordinários, impressos, os primeiros na oficina de Moreira e Garcez e os dez últimos na Tipografia Nacional.
5. Os redatores do “Revérbero” começaram sua atuação, tal como os mais ponderados jornais do primeiro semestre de 1821, combatendo supostos rumores acerca da Independência do Brasil. No seu número 3, datado de 15/10/1821, em correspondência assinada com as iniciais *JVS*, constróem uma longa argumentação em torno do tema. O Brasil não teria condições ainda, dizem, de ser independente. Para uma Nação ser independente, acrescentam, “não basta querer sê-lo, é mister poder sustentá-lo”. E como o Brasil acabara de “largar os ferros”, se optasse logo pela Independência, ia apresentar ao mundo uma debilidade, animadora da usurpação estrangeira e propícia à propagação da anarquia.
6. O “Despertador Brasiliense” é de autoria de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu.
7. ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Coligidas e Reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão.
8. Correio Brasiliense, maio de 1822, P. 412. O Dr. Buchanan seria freqüentemente lembrado por Hipólito quando se tratasse de ironizar mais esta medida das Cortes contra o Brasil. Quando ele faz a defesa da atitude de

D. Pedro impedindo que entrasse no Rio de Janeiro a Divisão Auxiliadora que viera substituir a de Avilez, justifica-a, entre outras coisas, porque aquela expedição se destinava a “mandá-lo amarrado a Lisboa, para aí aprender a Medicina Doméstica de Buchanan”. (Correio Brasiliense, julho de 1822. P. 483)

9. Correio Brasiliense, nº 8, 1 de janeiro de 1822.

10. Idem, nº 11, 22 de janeiro de 1822.

11. A “Malagueta” saiu em edições regulares de 18 de dezembro de 1821 até junho de 1822 e extraordinárias até (possivelmente) 1833.

2. Apud DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1957. P. 233. Carlos Rizzini diz que May chegou ao Brasil em 1815 e que auxiliou os condes da Barca e das Galveias o que é uma incongruência porque Galveias, junto com o Conde da Barca, grande inimigo dos ingleses, morreu em 18 de janeiro de 1814, vítima de uma “febre nervosa” (Ver RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* (1500-1882). Rio de Janeiro e São Paulo : Liv. Kosmos Ed. ; Porto Alegre : Erich Eichner & Cia. Ltda., 1946. P. 389). O mais provável é que esteja certo Mecenas Dourado quanto à data de chegada de May ao Brasil.

13. Antônio Teles da Silva Caminha de Menezes (1790-1875), Marquês de Rezende, era filho do Marquês de Penalva. É citado na correspondência de Santos Marrocos como um moço sério e constante freqüentador assíduo da Biblioteca Real. Fez uma longa carreira diplomática, iniciada em abril de 1823, quando foi representar o Brasil na Áustria. Amigo pessoal de D. Pedro I, seria leal a este e à sua viúva até o fim. Sua carreira diplomática prosseguiria, depois da abdicação do Imperador, ao serviço do governo português. Escreveu o elogio póstumo de D. Pedro I.

14. Apud DOURADO, Mecenas. Op. cit. P. 234.

15. A Malagueta Extraordinária. Nº 1, 31 de julho de 1821.

16. O Capitão Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838), redator da “Gazeta”, entre 1813 e 1821 era baiano. Foi professor da Academia de Marinha de Lisboa, onde estudou, chegando a 1º Tenente. Matemático e latinista, com vários livros publicados, Ferreira de Araújo regressou a Salvador em 1805, acompanhando o Conde da Ponte, com quem morou. Obteve transferência para o corpo de engenheiros no Rio, com a ajuda do Conde de Linhares. Aqui lecionou nas Academias de Marinha e Militar, chegando ao posto de brigadeiro. Ingressaria depois na política, sendo eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte em, 1823. Apesar de suas tantas outras atividades foi sempre um ativo jornalista. Dizem que morreu de desgosto após ter, em 1837 assumido, sem sucesso a defesa, perante o tribunal, de seu filho, o major Inocência Eustáquio de Araújo, acusado de envolvimento na Revolução de 7/11/1837. (BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura, 1970. 6º vol, p. 71-72. Ed. Fac-similar do original de 1902)

17. O Espelho. Nº 31, 4 de março de 1822.

18. Luiz Moutinho Alves e Silva, (1794-1863), do grupo andradista, tendo no período que compreende este trabalho atuado na redação de dois periódicos: O "Papagaio" e o "Tamoio", Moutinho se distinguiria depois na carreira diplomática.
19. Meses em que aconteceram: a Independência, a Aclamação de D. Pedro Imperador, a renúncia e o retorno do gabinete Andrada e o início da devassa contra o maçom Gonçalves Ledo e seus amigos. Devassa que recebeu o apelido de *Bonifácia*.
20. Ver SOUSA, Otávio Tarquínio. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1952 (3 vols). P. 528 ; ver tb. RIZZINI, Carlos. Op. cit. P. 392.
21. VIANA, Hélio. *História do Brasil...* Op. cit. 2º vol, p. 362-378.
22. Carta de Antônio Teles a D. Pedro I. Viena, 25 de setembro de 1824. Arquivo do Museu Imperial, Col. D. Pedro I, maço 51, doc. 239.
23. Carta de D. Pedro I a Antônio Teles. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1825. Arquivo do Museu Imperial, Col. D. Pedro I, ms. No manuscrito do Imperador, *c...*, *f...* e *m...* estão grafados com todas as letras.
24. É bem verdade que consta ali, no entanto, os originais de vários artigos seus e um longuíssimo texto, possivelmente inédito, assinado por *Quitute*, escrito com a letra do Imperador e totalmente destinado a atacar o "Malagueta". Também estão nos seus arquivos as cartas trocadas entre o Imperador e Antônio Teles que, em tom anedótico, falam sobre o jornalista.
25. Protesto feito à face do Brasil inteiro por Luís Augusto May. *A Malagueta Extraordinária*. N° 2, 31.03.1824.
26. Referência às prisões e perseguições promovidas por José Bonifácio contra os aliados de Gonçalves Ledo.
27. Antes da determinação do Ministério da Justiça, datada de 21 de maio de 1823, que instituiu a numeração das casas da maneira como se conhece hoje o número das casas referia-se à ordem cronológica das construções na rua onde estivesse localizada. O documento onde May registrou seu endereço foi redigido em 31 de março de 1824.
28. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. cit. P. 292.
29. Cf. VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira* (1812-1869). Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional do Livro, 1945. P. 513.
30. Diário do Governo, 18 de junho de 1823.
31. Correio do Rio de Janeiro. N° 81, 6 de novembro de 1823.
32. Pedro Dias Paes Leme, mais tarde Barão, Visconde e Marquês de Quixeramobim. João Maria da Gama Freitas Berquó, depois Barão, Visconde e Marquês de Cantagalo, e o brigadeiro Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda, depois 1º Barão de Pati do Alferes, Visconde de Lorena e Marquês de Jacarepaguá eram validos de D. Pedro, seus constantes companheiros nesta fase.

33. SOUSA, Otávio Tarquínio de. A vida de D. Pedro I... Op. cit. P. 526.
34. VIANA, Hélio. Contribuição à história... Op. cit. P. 516.
35. Apud DOURADO, Mecenas. Op. cit. P. 236.
36. VIANA, Hélio. "Introdução." In: *A Malagueta - 1822*. Rio de Janeiro : Zélio Valverde 1945. (Coleção Fac-similar de jornais antigos).
37. Apud VIANA, Hélio. Contribuição à história... Op. cit. P. 525.
38. SOUSA, Otávio Tarquínio de. A vida de D. Pedro I...Op. cit. P. 528.
39. Apud VIANA, Hélio. Contribuição à história... Op. cit. P. 140.
40. Idem. P. 150.





D. Pedro I e José Bonifácio

sob o império da amizade *

Berenice Cavalcante **

“A natureza parece muito particularmente interessada em implantar em nós a necessidade das relações de amizade e Aristóteles afirma que os bons legisladores se preocupam mais com essas relações do que com a justiça. É verdade que a amizade assinala o mais alto ponto de perfeição na sociedade.”

Montaigne, *Ensaio*s

Há um duplo aspecto no destaque que D. Pedro e José Bonifácio têm na bibliografia sobre a história do Brasil no período da independência. Por um lado, o tratamento habitualmente dedicado pelos especialistas demonstra a importância indiscutível de que ambos desfrutam quando se trata de conhecer aquele momento específico, e, por outro lado, revela a circunscrição destes estudos ao campo do “político”. O privilegiar do enfoque político de suas trajetórias é igualmente compreensível, tendo em vista também a relevância da participação dos dois atores no processo de independência.

Neste artigo, as considerações em torno do imperador e do “patriarca” da independência serão vistas sob ótica distinta, retomando aquela discussão, por caminhos diferentes. A prioridade é esboçar algumas hipóteses acerca da natureza daquela aproximação e das bases sobre as quais construiu-se esta identificação entre ambos, privilegiando a compreensão

* Pesquisa realizada graças ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

** Professora associada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

dos valores sobre os quais o encontro se forjou. O foco, portanto, se deslocará das considerações acerca do impacto ou dos efeitos de suas iniciativas e ações, para a análise de outra “história”, a da amizade entre o imperador e o velho do Rocio.

A relação que se estabelece entre ambos constrói-se a partir de valores inerentes ao mundo privado, onde se expressa a sensibilidade moderna, da qual a amizade é traço característico, traduzindo um ato voluntário e, assim, de liberdade de escolha, em que os lugares ocupados na cena pública passam a plano secundário, ou perdem significado.

A amizade moderna é aquela que permite a expressão do verdadeiro *self* em relação ao outro, um *self* não definido pelos valores do mundo público. Por recriar-se a partir de atos voluntários, a amizade fornece um espaço idealizado para a compreensão da noção moderna de liberdade individual¹, prescindindo da exigência da condição de igualdade e independente dos lugares ocupados no espaço público do poder.

Este propósito tornou possível a retomada de fontes documentais relativamente pouco exploradas, a saber, a correspondência entre D. Pedro e José Bonifácio e as anotações pessoais deste último². A respeito das fontes aqui utilizadas é importante esclarecer que não se tratam de “documentos de amizade” como se pode caracterizar a troca epistolar nos séculos XVIII e XIX³. Como se verificará ao longo deste artigo, os exemplos extraídos da correspondência entre D. Pedro e José Bonifácio não se enquadram no propósito de “dizer tudo”, ou do nada poupar, levando adiante as descobertas de si e do outro que caracterizam um procedimento tido como clássico do “pacto epistolar”⁴.

A referência não se adequa ao material disponível principalmente porque não são escritos cuja finalidade seja a troca de confidências e da intimidade, embora, sem dúvida, escritos com a franqueza só permitida no âmbito do privado. Em sua maior parte, são bilhetes curtos, tratando predominantemente de assuntos da vida pública. É material fragmentado que, não obstante esta aparente aridez e descontinuidade, revela sentimentos, afetos e desafetos que, em diferentes conjunturas os aproximou e os distanciou.

Sob esta ótica, a leitura destes documentos permite o estabelecimento de três “momentos” no relacionamento entre D. Pedro e José Bonifácio. Se, por um lado, estes momentos guardam alguma correspon-

dência com os acontecimentos da cena pública, a eles não se circunscrevem, possuindo um tempo que lhes é próprio. O que chama a atenção na correspondência mantida entre ambos no período analisado é a mudança de tom, a manifestação de sentimentos diversos, reveladores tanto da constante “recriação” das referências afetivas, por atos de vontade de cada uma das partes, como daquilo que singulariza e distingue as relações de amizade em comparação às relações contratuais típicas do mundo moderno: o fato de serem fundadas fora do limite temporal e sem que nenhuma regulamentação ou corpo de leis lhe imponha limites⁵. Enquanto fruto de atos voluntários, as amizades contêm um elemento de fragilidade, são submetidas ao acaso⁶ e contêm um componente de risco, do qual nossos personagens não estavam imunes.

O primeiro momento inicia-se em 1821, quando D. Pedro assume as funções de príncipe regente, e vai até 1823, quando José Bonifácio pede demissão do ministério e exila-se na França. Nesta fase, a troca de correspondência deixa transparecer a proximidade, ainda que muito respeitosa, como não poderia deixar de ser, mas reveladora de afetividade, delicadezas, algumas intimidades e, sobretudo da identidade de perspectivas políticas. Por estas razões, pode-se estabelecer este como o período de “encontro”, em que a amizade vai se forjando pelo desvelamento das respectivas afinidades eletivas. O segundo momento inicia-se com a ida de José Bonifácio para o exílio, e é o da amizade às avessas. As circunstâncias que o forçaram a deixar o país explicam o ressentimento, a mágoa e o tom peculiar que ele imprime às referências a D. Pedro. O terceiro momento, quando de seu retorno ao Brasil em 1829, é o do “coroamento” da amizade, pois, mais do que o reatamento e a reaproximação, a indicação de José Bonifácio para tutor dos príncipes é referência paradigmática.

Esta proposta de compreensão das relações entre D. Pedro e José Bonifácio - e sua correspondente periodização - comporta um traço peculiar do ponto de vista dos procedimentos de leitura e interpretação das fontes documentais. Ainda que se possa falar em relações afetivas e na amizade que sustentava a colaboração política na conturbada cena política do início do século XIX em nossa sociedade, em cada um desses momentos esta experiência é reconstituída a partir de um dos pólos da relação. Assim é que existe uma alternância entre as vozes predominantes na correspondência. A situação decorre exclusivamente da disponibilidade das fontes e cria um movimento pendular, fazendo com que as hipóteses sejam testadas inicialmente a partir das cartas de D. Pedro, deslocando-se em

seguida para José Bonifácio, voltando para o primeiro. De toda maneira, estas correspondências, mesmo ao deixarem sempre uma parte oculta, ou em “silêncio”, registram as diversas manifestações de que se compõe a amizade, a começar pela forma como o remetente se dirige ao outro ou se despede dele.

É interessante ainda registrar que apenas no primeiro momento, os dois experimentaram uma situação de convivência, isto é, o cenário da troca de correspondências é o das províncias do império. Porém, mais do que espacial, a idéia de convivência decorre, aqui, do fato de estarem ambos unidos em torno da mesma causa. Nos dois momentos subseqüentes, a cena é a da separação, se não afetiva, pelo menos espacial, primeiro com a experiência do exílio para José Bonifácio, e depois com o retorno de D. Pedro para Portugal, o que não deixou de ser também uma forma de exílio. Embora vivenciadas de formas distintas, estas ausências inverteram os papéis, em termos de “dívidas e créditos” que as relações afetivas comportam.

A leitura da correspondência e de parte das “Notas” de José Bonifácio desvenda formas de estabelecimento das relações entre público e privado em nossa sociedade e, ainda, os valores sobre os quais se assentavam as solidariedades políticas. O argumento aqui desenvolvido é o de que a vivência da amizade, livre dos imperativos de uma sociedade aristocrática, e a forma através da qual sua manifestação é analisada - a correspondência -, suspendem as formalidades da vida pública, dando freqüentemente lugar à familiaridade. Isto viabilizou um comércio baseado na troca de idéias, de opiniões⁷ e de valores morais, sobre os quais, é de se supor, os dois missivistas sonhavam construir a nova sociedade. Tais são as premissas a partir das quais a análise desta documentação permite conhecer os traços constitutivos da amizade moderna.

Já num contato inicial com a correspondência de D. Pedro para José Bonifácio chamam a atenção os termos e as expressões com que o príncipe se dirige e se despede de seu destinatário. Suas palavras iniciais são invariavelmente: “Meu amigo”, “Meu José”, “Meu José e amigo” e “Meu bom amigo”. Nas despedidas, a amizade é reafirmada com declarações como estas: “este amo que cada dia é mais seu amigo”, “seu amo e amigo sincero” ou “seu amigo constante”, completadas pela assinatura em que omitia o título, identificando-se simplesmente como Pedro.

Não fossem estas declarações confirmadas pelo conteúdo das cartas, ou por comentários complementares, poderiam passar por meras formalidades, embora os adjetivos empregados revistam de modo caloroso as referências e reafirmem o afeto declarado.

Não são expressões gratuitas ou meras convenções destituídas de sinceridade. As saudações e despedidas demarcam o campo afetivo que unia D. Pedro a seu ministro. A substituição das fórmulas insípidas com que habitualmente se iniciam e se encerram correspondências protocolares pelas expressões transcritas acima expressa o compartilhamento de uma mesma maneira de ver e de pensar, e são de fundamental importância para se construir uma relação de estima e de confiança recíprocas⁸.

Contudo, se a amizade é uma das maneiras pelas quais as pessoas estabelecem a confiança mútua, a própria confiança contém um elemento de risco porque é a intermediária entre o conhecimento e a ignorância sobre o outro. Como salienta Silver, a confiança é significativa exatamente porque o outro conserva sua capacidade de agir contra o nosso interesse, ignorá-lo ou de simplesmente ser tentado a fazê-lo em determinada situação (o acaso). Assim, a confiança adquire um caráter moral, pois afirma o veto à traição, apesar de sua possibilidade existencial⁹.

Confiança, amizade e risco são então ingredientes inseparáveis das formas de vivência da sensibilidade moderna e é sob esta ótica que se pode dar seqüência à leitura da aludida correspondência, lembrando ainda que a aproximação entre ambos se dá em razão do *self* de cada um, não derivando, portanto, dos lugares respectivos ocupados no espaço público do poder.

A aproximação entre D. Pedro e José Bonifácio tem início somente quando este resolve retornar ao Brasil em 1819, depois de viver por aproximadamente trinta anos na Europa. Apesar de gozar de grande prestígio na corte portuguesa,¹⁰ em razão dos cargos que ocupara na administração, seus planos de vida no Brasil não incluíam a participação nos negócios públicos. Conforme registrou certa vez, pretendia cuidar de sua chácara, para onde levaria sua biblioteca de cerca de seis mil volumes¹¹. Assim, pensava prosseguir em seu trabalho de cientista, pois, como resumira em sua petição, “só suspiro por entranhar-me nas matas de São Paulo”¹². Apesar de ter realizado sua planejada viagem mineralógica pelo interior de paulista no ano seguinte ao de sua chegada, sua vida tomou rumo muito

diferente, contrariando estas expectativas. José Bonifácio não permaneceria por muito tempo no anonimato, distante da cena política. D. João VI concede-lhe o título de conselheiro e, em junho de 1821, torna-se vice-presidente da Junta Provisória da província de São Paulo.

Embora o propósito deste artigo não seja o de analisar o perfil de estadista e parlamentar, estas breves referências ao início de sua carreira política servem para esboçar o quadro da aproximação entre o futuro imperador e o “patriarca” da independência. Duas breves passagens sugerem o quanto José Bonifácio já representava para D. Pedro: a primeira, a concessão de uma pensão “tendo em consideração os bons serviços” prestados ainda em Portugal, e a segunda, o elogioso reconhecimento do príncipe de que a ele “se deve a tranqüilidade atual da Província de São Paulo”, conforme registrou em correspondência enviada a D. João VI¹³.

A avaliação positiva da atuação de José Bonifácio na vida pública revela duplamente a alta estima com que D. Pedro o distinguia e o reconhecimento da existência de uma “dívida” ou de um “crédito” para com ele, componente igualmente significativo no universo das relações afetivas de então.

A leitura da correspondência mantida por D. Pedro com José Bonifácio ao longo dos dois anos seguintes, nos quais este foi conselheiro, ministro e secretário de Estado - distanciando-se cada vez mais de seus “outeirinhos”¹⁴, reafirma este reconhecimento, entremeando o tratamento de assuntos de natureza política com declarações explícitas de sua gratidão. São passagens, por exemplo, em que “agradece suas judiciosas reflexões”, declara aprová-las e conclui dando ao seu destinatário o crédito pelo bom termo em que uma dada situação teria chegado: “se todos os príncipes que quisessem obrar precipitadamente (assim como pelo Diabo eu ia fazendo), tivessem um amigo como eu prezo ter, eles nunca se deslustrariam, e sua glória seria multiplicada todos os dias”¹⁵, afirma o monarca.

A afirmação quanto à multiplicação da glória do príncipe evidencia a natureza pública dos assuntos de que trata a correspondência. Contudo, o que importa reconhecer é que nela já se percebe o imbricamento entre a vida pública e privada, uma vez que o texto registra o gradativo aumento de sua afeição por seu colaborador ao confessar-se “cada dia mais seu amigo” e ao prometer que “logo, quando passar por sua casa entrarei para agradecer a franqueza.”¹⁶

Em relação a este ponto procede a observação de Vincent-Buffault acerca de uma característica particular da amizade entre homens. Originária da atividade guerreira, do perigo, dos atos de heroísmo, da solidariedade e do exercício da coragem frente ao adversário, a amizade entre os homens preserva um importante potencial emocional, sobretudo ao se articular ao tema da ação¹⁷. Embora não se tratasse de uma ação militar, adversários é que não faltavam ao príncipe a José Bonifácio, pois, na ação política, igualmente, enquanto uns ganham outros perdem.

As virtudes ressaltadas - “as reflexões judiciosas e a franqueza” - alimentam o apreço e a admiração do príncipe regente, estreitando os laços de amizade, fundados na admiração e no respeito, que uniam-no a José Bonifácio. Já nos primeiros meses do ano de 1822, seus bilhetes, redigidos sempre com expressões afetuosas, indicam que a relação entre ambos ultrapassara os limites iniciais da esfera pública, assumindo um tom acentuadamente marcado pela privacidade.

D. Pedro não esconde de José Bonifácio seus sentimentos, a tristeza e dor com a doença e a morte do filho: ao convocá-lo ao palácio para despachos rotineiros, abre seu coração ao confessar-se “chorando” e, para dar a dimensão de seu sofrimento, pede a José Bonifácio que “calcule pelo amor que tem à sua família e ao meu filho qual será a dor que transpassa o coração deste seu amigo”¹⁸. É a ele que envia o epitáfio a ser escrito na sepultura do filho e, em mais uma demonstração de estima, concede-lhe autorização para emendá-lo caso não o considerasse bom. Nestas passagens, destacam-se os níveis diferentes em que se desdobrava o afeto sobre a qual fundava-se a relação de confiança entre o príncipe e seu ministro: a identidade entre ambos supunha também a vivência da condição paterna, e estendia-se à amizade de José Bonifácio pelo filho de D. Pedro.

As demonstrações de intimidade, típicas da esfera privada, se sucedem em sua correspondência, mesmo quando o assunto dissesse respeito aos negócios públicos. Como é conhecido, durante o ano de 1822, face às tensões políticas no reino, o príncipe viajou para Minas Gerais e São Paulo e, neste período, por diversas vezes, utilizou-se do correio para comunicar-se com José Bonifácio.

Como já fizera em ocasiões anteriores, dirige-se ao “amigo” utilizando um possessivo carinhoso, chamando-o “meu José” e, ainda que se desculpasse, revela sua indignação contra a presença de navios no litoral do Rio de Janeiro, com expressão pouco formal, grafando a exclamação

“com todos os diabos!”¹⁹. Neste exemplo, como também no anterior, constata-se com maior clareza que, no espaço reservado da conversação epistolar, ao contrário do que se verifica na esfera pública não há a domesticação das emoções. Em contraste com as formas típicas da sociabilidade na esfera pública em que o “*self*” deve ser disciplinado em nome das práticas normatizadas da civilidade e da polidez, na correspondência privada o diálogo abriga a manifestação dos sentimentos e das paixões excluídos da instância pública²⁰.

Em outra correspondência, o príncipe regente, trocando informações a respeito da movimentação de tropas e da possibilidade de haver uma Bernarda, acentua o tom de intimidade com José Bonifácio, ao fazer uma confissão, absolutamente desnecessária para a situação, de estar escrevendo “nu em pêlo”²¹. Neste caso, uma vez mais, constata-se não apenas a aludida ausência de disciplina, como também a já referida flexibilidade entre as fronteiras do público e do privado.

A conversa epistolar prossegue num descontraído e bem humorado pós-escrito com referências à amenidades, à brincadeiras com que ocupa o tempo em suas horas de folga²². É de se supor que a distância e as saudades aprofundassem a amizade, pois, de S. João d’El Rei, despede-se escrevendo que “ninguém lhe deseja mais saúde e fortuna que este seu amo e amigo, Pedro”²³, e delicadamente pede-lhe desculpas pela caligrafia.

A confiança depositada por D. Pedro em José Bonifácio ou, por outro ângulo, o “crédito” que este conquistara, seja por suas “judiciosas reflexões”, seja por revelar-se o “amigo de panos quentes”,²⁴ permitia que entre eles, ou pelo mesmo da parte do príncipe-regente, os assuntos públicos fossem tratados em tom de confidência, em típica manifestação de comportamentos da esfera privada.

Assim é que na troca de correspondências D. Pedro permite-se chamar de “pião-zarolho”²⁵ o bispo que o acolheu em São Paulo, e expressa suas dúvidas e restrições em relação aos nomes cogitados para a composição do ministério a ser formado pós-independência, classificando um deles de “atado” e acusando o outro de ter “um irmão ladrão”²⁶. Em momento de indecisão diz não “saber sobre que pé deve dançar”, pedindo a José Bonifácio que o aconselhe “como um amigo que deseja o bem de sua pátria” e despede-se lembrando ser recíproca a amizade que lhe devotava.

A hipótese aqui desenvolvida acerca da flexibilidade da fronteira entre o público e o privado, ou melhor, os fundamentos de natureza privada da aproximação política entre D. Pedro e José Bonifácio, manifesta-se de forma mais contundente na cumplicidade demonstrada nos acontecimentos que marcaram nossa história nos anos de 1822 e 1823. Cumplicidade consciente e muito prezada como, por exemplo, quando conta ao amigo a repreensão recebida pelo pai por não terem retornado a Portugal e que o anima a desejar que “Deus lhe dê anos bastantes de vida para, de comum acordo comigo, acabarmos a grande obra começada, e que com sua cooperação espero acabar”²⁷.

De forma bem mais contida, José Bonifácio obedecendo às regras da formalidade, encabeça sua correspondência para D. Pedro com um respeitoso “Senhor”, mas não se exime de externar seus sentimentos em relação à sua “preciosa” saúde e comentar como a ausência de notícias o deixava com o “coração inquieto.”²⁸ José Bonifácio corresponde à confiança que nele foi depositada e assume explicitamente sua cumplicidade ao referir-se “aos nossos inimigos” ou a “nossa causa”²⁹, e ao firmar o compromisso de “combater o inimigo frente a frente, até morrer pela pátria e pelo imperador.”³⁰

As referências a “inimigos comuns”, a “nossa causa”, ao compromisso de “morrer pela Pátria e pelo Imperador”, associadas ao ideal de terminarem juntos “a grande obra começada” - ou seja realização de um projeto futuro prefigurando uma nova realidade-, recoloca o tema da amizade e da ação. No final do século XVIII e início do XIX a participação nas sociedades secretas e nas lojas maçônicas tipifica a relação entre público e privado, constituindo-se numa forma indireta de fazer política³¹, ou seja, possibilitando a construção de um discurso moral sobre o qual se idealizava a sociedade futura.

O convívio nas lojas maçônicas permitia ainda uma experiência de sociabilidade que não se pautava pelas distinções e hierarquias sociais. Nelas vivia-se uma experiência de igualdade cuja referência era o debate de idéias e opiniões e o conhecimento do “segredo”³², base da solidariedade entre seus membros, cujos laços de amizade fortaleciam-se em torno da prefiguração de um mundo novo. A ação das lojas maçônicas e sociedades secretas é também importante para o conhecimento das relações entre o público e o privado na conjuntura em que D. Pedro e José Bonifácio participaram do “Grande Oriente”, sendo este mais um *locus* no qual germinaram os vínculos afetivos entre estes dois personagens de nossa história.

Como é sabido, este quadro de cumplicidade e aliança seria alterado com a saída de José Bonifácio do ministério em julho de 1823, e sua passagem para o grupo da oposição, acontecimentos já amplamente explorados pela historiografia sobre o período. Ao que se saiba, não houve troca de correspondência privada entre ambos tratando deste rompimento. Neste caso, as respectivas versões circularam publicamente, embora, de certa forma mascaradas, pois ao suposto artigo de José Bonifácio publicado no jornal "Tamoio", o Imperador respondeu com uma carta-artigo, assinada também com pseudônimo. Assim, encerra-se aquele primeiro momento da relação entre D. Pedro e José Bonifácio com a troca de farpas e acusações entre o "Baiano" e o "Azorrague", designações com as quais ocultavam suas verdadeiras identidades.

A relação que mantiveram ao longo de mais de dois anos, alimentada por sentimentos vários e pela manifesta convergência de pontos de vista acerca da condução de assuntos da esfera pública, não poderia permanecer imune aos efeitos do rompimento político.

Na fase que se inicia com a ida de José Bonifácio para o exílio em Talence, o quadro é bem distinto, aí reconhecendo-se um interregno na amizade. O antigo embricamento entre a esfera pública e privada, que revestira a aproximação dos dois personagens, fez com que os acontecimentos na vida pública tivessem por efeito, a extensão da ruptura à esfera privada. Não há troca de correspondência entre eles durante os seis anos em que José Bonifácio permaneceu no exterior. Também não se tem notícia de notas, ou passagens de algum escrito em que D. Pedro fizesse referência ao ex-aliado. De sua parte há o silêncio.

Da parte de José Bonifácio, o quadro apresenta-se de maneira ligeiramente diversa, sendo mesmo possível recuperar sua reação e seus sentimentos em relação a D. Pedro, através de algumas anotações. Durante o tempo em que viveu na França, ele não deixou de escrever, mantendo correspondência regular com seu amigo Antônio Meneses Vasconcelos Drumond³³ e membros de sua família. Nas cartas enviadas a terceiros e em suas anotações particulares, ele externa suas emoções, deixa transparecer seu estado de espírito e demonstra os sentimentos que passou a nutrir pelo Imperador.

Sob o efeito dos acontecimentos e na solidão do exílio, José Bonifácio refaz a imagem do ex-aliado político, atravessando um período que chamamos anteriormente da fase do afeto às avessas. Às avessas porque o

próprio ressentimento e a forma depreciativa com que se refere ao Imperador em suas anotações não destitui estas referências de conotações relativas ao campo das emoções e dos sentimentos, embora distantes e, mesmo, radicalmente distintas das formas afetuosas predominantes outrora. Eram antes, o seu contrário, ou sua desqualificação. Entre os sentimentos manifestos por José Bonifácio nesta fase destaca-se o da traição: “O imperador me enganava, afetando a maior franqueza e intimidade.”

Através de ironias e comentários depreciativos ao homem público, chamado de “enfático defensor perpétuo”, “imperador de Mata-Porcos” e “Pedro Malasartes”, as farpas atingem o ex-amigo. Mas, mesmo quando critica a postura política de D. Pedro, que chega a ser comparado a um sultão e um déspota, o que está em jogo para José Bonifácio não são os efeitos desta postura na vida pública da sociedade brasileira³⁴. Distante deste tipo de preocupação, não é o ex-ministro e ex-conselheiro da regência quem fala. O que está em jogo é o fato de ter sido enganado, e estes comentários e reflexões “íntimas” revelam, portanto, o desejo de resguardar sua vida privada. São preocupações desta natureza que o levam a uma reavaliação do passado e de suas perspectivas futuras.

Sob o império das próprias paixões, José Bonifácio manifesta a recusa até mesmo ao cultivo da memória desta amizade passada, desejando poder em seus “outerinhos ter a ventura de esquecer” que um dia fora seu amigo. De forma simbólica expressa o desejo que “entre eu e ele [D. Pedro] haja de permeio a cordilheira dos Andes, ou o grande oceano. São expressões que retomam o tema da amizade e da ação, e, numa suprema manifestação do embaralhamento dos assuntos públicos e privados afirma que “nunca mais, enquanto Pedro existir, aceitarei emprego.”³⁵

Como se a dinâmica da relação mudasse de pólo, numa espécie de inversão, de efeito também às avessas, agora era o primado da instância pública que inviabilizava qualquer possibilidade de convivência na esfera privada. De toda forma, o que se percebe ainda é a aludida fragilidade, ou mesmo ausência, da fronteira entre estas instâncias.

Um outro exemplo bastante significativo deste argumento está na correspondência enviada por José Bonifácio a seu sobrinho José da Costa Aguiar Andrada, onde reafirma que “ao Brasil não pretende mais voltar, [pois] não posso nem devo buscar voluntariamente uma terra em que só encontrei ingratos e inimigos”. Se a passagem não inova em relação à referida relevância dos valores do mundo privado, dos afetos e da subje-

tividade na ordenação de condutas públicas, em passagem subsequente a correspondência oferece mostra de comportamento paradigmático deste modo de proceder e, por extensão, das formas de sociabilidade típicas em nossa sociedade no primeiro quartel do século passado. A finalidade da carta é solicitar ao sobrinho que mostre “ao Imperador esta minha carta e lhe requeira, de minha parte, que se digne definir se posso ou não contar com minha pensão, [...] ou se é de vontade dos seus ministros que eu morra aqui atasalhado de dores e aflições”. O pedido é reforçado no *pós-escrito*, sob o argumento de que nele só há “sinceridade e franqueza de um homem bom e franco, a quem ele [o imperador], em melhores eras lisonjeava com o título de seu amigo, título que nunca lho desmereci.”³⁶

O que chama a atenção nesta iniciativa é a ambigüidade em relação ao prestígio, que de uma parte José Bonifácio supõe não mais desfrutar, pois necessita da mediação do sobrinho e, por outro lado, por ainda acreditar no antigo prestígio, anima-se a reivindicar aquilo a que considera fazer jus. Portanto, é ainda a lógica das relações pessoais e do prestígio³⁷, típicas da esfera pública, que se faz presente. José Bonifácio utiliza como argumento a seu favor a antiga amizade, vale repetir, as relações de caráter privado, recuperadas como fiadoras do pleito indiretamente encaminhado ao Imperador.

Passaram-se os anos e, como é sabido, em 1829, José Bonifácio retornou ao Brasil. Recém-chegado ao país, em visita à Imperatriz, foi apresentado por D. Pedro “como seu melhor amigo.”³⁸ Com esta cena, que pareceu eliminar o mal estar e o desentendimento dos últimos anos, inaugurou-se o terceiro e último momento das relações entre ambos.

Distante das funções políticas, José Bonifácio retoma suas atividades de cientista, num período que ele mesmo chamou de “retiro filosófico em Paquetá”, dedicando-se ao prosseguimento de suas pesquisas em mineralogia. O fato de José Bonifácio não ocupar cargos no governo durante o conturbado período regencial e, posteriormente, com o retorno de D. Pedro a Portugal após a abdicação - vivendo ele próprio uma espécie de exílio - criou uma situação peculiar na relação entre eles.

Em contraste com a fase em que ambos participaram diretamente dos assuntos políticos, nos três anos que se seguiram à partida de D. Pedro para Portugal, o quadro é distinto. Ambos estão distantes do poder, embora os acontecimentos políticos reflitam sobre eles, recriando a ambiência em que as razões e os valores inerentes ao mundo privado explicitamente justificam as derradeiras decisões de D. Pedro antes de deixar o país.

Os exemplos que se seguem podem ser lidos como documentos de amizade, no sentido em que as questões de estado projetam-se no âmbito estritamente familiar, com a decisão de D. Pedro de nomear José Bonifácio tutor do futuro imperador e das princesas suas irmãs, numa atitude de inquestionável confiança e amizade. Antes de focalizar mais detidamente estes documentos, contudo, recuemos no tempo para um breve registro relativo aos sentimentos que José Bonifácio já expressara em relação a D. Pedro pouco tempo após seu regresso ao Brasil.

No início de 1830, embora dedicando-se aos seus estudos, José Bonifácio não escapou das acusações de conspiração e de ligação com facções políticas que tramavam ações contra a regência e o Ministério. Defendendo-se destas acusações em carta ao Marquês de Barbacena, expõe suas alegações que, nos propósitos deste texto não têm muita relevância, exceto nas duas passagens: uma em que o acusa e a outros detratores do propósito de “separarem este velho (sic) [...] do seu antigo amigo e soberano” e outra passagem, linhas adiante, onde reafirma que “fui e sou ainda amigo de D. Pedro e da Monarquia Constitucional”³⁹.

Estes trechos não trazem novidades, pois de longa data, como correspondências anteriores revelaram, a amizade legitimava a conduta política, numa espécie de atestado de fidelidade. Este, portanto, é mais um exemplo a corroborar o argumento aqui desenvolvido.

Por seu turno, D. Pedro, tempos depois, em abril de 1831, nos documentos em que respectivamente convida e depois nomeia José Bonifácio como tutor, justifica sua decisão com base na amizade que lhe dedicava. O tom é solene, destituído das fórmulas carinhosas típicas do clima de intimidade com que a ele se dirigia anteriormente.

De início, com uma citação de Cícero⁴⁰, lembra que os amigos certos se conhecem nas horas incertas, e em seguida faz o apelo exclusivamente em nome da amizade e da fidelidade com a qual D. Pedro insinua poder sempre contar: “É chegada a ocasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação do meu muito amado e prezado filho, seu Imperador. Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria de meu querido filho e espero que educando-o naqueles sentimentos de honra e de patriotismo (...) ele venha um dia fazer a fortuna do Brasil.” Ao final despede-se como “seu amigo constante”⁴¹.

Na nomeação, pelo caráter oficial e público do documento de 6 de abril, invertem-se os termos e são as qualidades de José Bonifácio que são

ressaltadas como legitimadoras de seu ato, referindo-se ao “mui probo, honrado e patriótico cidadão”, embora não omita ser ele seu “verdadeiro amigo”.

Naquelas circunstâncias, esgotado, ou ao menos temporariamente suspenso, o trato dos assuntos públicos entre eles, e em momento difícil e delicado de sua vida, D. Pedro toma a decisão que reconduz a relação entre eles ao âmbito estritamente do privado. A escolha do tutor apresenta-se então como pura expressão de um ato voluntário e individual baseado numa afinidade eletiva.

Passados mais de dez anos de relacionamento em que aprofundaram os laços de amizade, cultivaram solidariedades, compartilharam disputas políticas - vivências que não excluíram a experiência do ressentimento; a decisão do Imperador às vésperas de seu retorno para Portugal é demonstração da alta estima com que distinguira José Bonifácio, e que fora o ponto de partida da aproximação entre eles.

Por sua natureza, a decisão de D. Pedro pode ser interpretada sob a perspectiva da noção romana de *fides*⁴², em que a confiança depositada no outro ultrapassa a estimativa de suas qualidades morais. Apesar de D. Pedro ressaltar a probidade, honradez e patriotismo de José Bonifácio, sua atitude, entendida como expressão de *fides*, implica a expectativa do benefício em relação ao que foi confiado. Ela comporta portanto uma expectativa de recompensa, de retorno. Entregar a responsabilidade da educação do futuro imperador a José Bonifácio era uma atitude que traduzia sua confiança e, simultaneamente, expressava que nele investia *fides*, estando aí envolvida a recompensa da lealdade.

Na carta de aceitação da função de tutor, redigida em Paquetá⁴³, José Bonifácio considera o convite “um lenitivo para seu aflito coração” e expressa sua satisfação por constatar que D. Pedro “confia” em sua “honra” e em seus “pequenos talentos”. Termina firmando o compromisso de que, mesmo em caso das Câmaras não confirmarem a nomeação, não deixaria “um só momento de vigiar sobre sua [Pedro II] futura felicidade e aproveitamento”.

No entanto, apesar da disposição inicial, registrada com palavras que provavelmente tranquilizaram D. Pedro em sua partida, estas intenções parecem não corresponder aos acontecimentos nos meses subsequentes. As cartas enviadas de Portugal por D. Pedro deixam transparecer que

aquela esperada lealdade ficava muito aquém de suas expectativas. Se, ainda não se esgotara a confiança, o crédito, sem dúvida, ficara muito abalado.

De São Miguel, em carta datada de maio de 1832, D. Pedro refere-se a uma correspondência enviada em novembro do ano anterior, na qual pedia notícias dos filhos, antes mesmo de indagar sobre a situação do país. Reclama de “não ter recebido nem sequer duas linhas” e o repreende escrevendo que “este esquecimento, para não dizer falta de sua parte, não me parece deva ser *apaga daquela ilimitada confiança* que face ao mundo, mostrei ter ao meu amigo quando o nomeei tutor, entregando-lhe deste modo, objetos tão caros ao meu coração. É um pai que fala a outro pai, é um amigo que fala a seu amigo.”⁴⁴

A ênfase nos valores do mundo privado não seria novidade, assim como a conversa de pai para pai e de amigo para amigo, como um procedimento que duplicasse, através do recurso aos sentimentos, o peso e a importância de sua solicitação.

O que o episódio revela, no contexto deste artigo, é a presença do componente de risco envolvido na amizade moderna construída sobre relações personalizadas, que tinham a moral e a confiança como ideais. Por não se submeterem a quaisquer constrangimentos legais e, diversamente, serem fruto de escolhas individuais, não havia possibilidade de se evitar o desapontamento, as frustrações, a surpresa e, até mesmo, a traição, pois a confiança é sempre mediada pelo conhecimento e a ignorância sobre o outro. Esta configuração atinge indistintamente nobres e plebeus, é inerente à condição de amigos e, portanto, ignora títulos nobiliárquicos e aristocráticos, deles não estando excluídos príncipes, príncipes-regentes e imperadores.

- NOTAS**
1. SILVER, Allan. “Friendship and trust as moral ideals.” *Archives Européennes de Sociologie* (T. 30, n 2, 1989). P. 274
 2. José Bonifácio deixou uma massa considerável de anotações, algumas ainda não transcritas, mas que não configuram um diário.
 3. CHARTIER, Roger. *La correspondance*. Les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris : Fayard, 1991.
 4. VINCENT-BUFFAULT, Anne. *Da amizade*. Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro : Zahar ed, 1993. P. 415.
 5. SILVER, Allan. Op. cit. P. 276.

6. VINCENT- BUFFAULT, Anne. Op. cit. P. 9.
7. ARIÈS, Philippe. *Por uma história da vida privada*. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, George (org.). *História da vida privada*. São Paulo. Companhia das Letras, p. 91.
8. VINCENT- BUFFAULT, Anne. Op. cit. P. 239.
9. SILVER, Allan. Op. cit. P. 276.
10. Ao término de sua viagem de estudos pela Europa, realizada com bolsa concedida pelo governo português, José Bonifácio retornou a Portugal e foi professor da Universidade de Coimbra, Intendente-geral das Minas e Metais do Reino, Diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda, Superintendente do rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra, Superintendente de Alfândegas e Marinhas e Secretário da Academia de Ciências de Lisboa.
11. COSTA, Emília Viotti. "José Bonifácio, o homem e o mito." In: MOTA, Carlos Guilherme (org) *1822. Dimensões*. São Paulo : Perspectiva, 1972. P.116.
12. SOUSA, Otávio Tarquínio. *José Bonifácio. 1763-1838*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1945, pp. 83-84.
13. LIMA Jr., Augusto. *Cartas de D. Pedro I a D. João VI*. Rio de Janeiro, 1941. P. 22
14. Maneira como José Bonifácio referia-se à sua chácara em São Paulo
15. VIANA, Hélio. "José Bonifácio e os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Vol.260 - jul/ dez,1963). P.169.
16. Ibidem.
17. VINCENT-BUFFAULT, Anne. Op. cit. P. 14.
18. VIANA, Hélio. Op. cit. P. 168.
19. Idem. P. 169
20. ELIAS, Norbert. *La société du cour*. Paris : Flammarion, 1985.
21. OLIVEIRA, José Feliciano. *José Bonifácio e a Independência*. São Paulo : 1955. P. 337.
22. VIANA, Hélio. Op. cit. P. 173.
23. Ibidem.
24. OLIVEIRA, José Feliciano. Op. cit. P. 336.
25. Idem. P. 338.
26. VIANA, Hélio. Op. cit. P. 177.
27. OLIVEIRA, José Feliciano. Op. cit. P. 337.
28. VIANA, Hélio. Op. cit. P. 171.
29. Idem. P. 178.
30. *Notas a Fala do Trono*. ms Arquivo IHGB, lata 191, 4847.

31. KOSELLECK, Reinhart. *Le règne de la critique*. Paris : Editions du Minuit, 1979. P. 13, passim.
32. COCHIN, Augustin. *Sociétés et démocratie*. Paris : Librairie Plon, s/d.
33. BRASIL, Biblioteca Nacional. "Cartas Andradas." *Anais da Biblioteca Nacional* (Vol. 14 - 1886-1887). Rio de Janeiro, 1887.
34. DOLHNIKOFF, Miriam (org.)- *José Bonifácio de Andrada e Silva. Projetos para o Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras. P. 240-241.
35. Idem. P. 204-205.
36. VIANA, Hélio. Op. cit. P.186.
37. ELIAS, Norbert. Op. cit.
- Vasconcelos Drumond, apud VIANA, Hélio. Op. cit. P.187.
39. VIANA, Hélio. Op. cit. P.181.
40. Apud VIANA, Hélio. Op. cit. P. 190. Em latim *Amicus certus in re incerta cernitur*.
- VIANA, Hélio. Op. cit. P.190 (Grifos nossos).
42. SILVER, Allan. Op. cit. P.283.
43. VIANA, Hélio. Op. cit. P.181.
44. Arquivo IHGB, lata 188, doc.72 (Grifos nossos).





Retrato de D. Pedro I
Pintura. Óleo/tela
Manuel de Araújo Porto Alegre
1826
Acervo Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro, RJ)

Correção, que te fazem barão...



Observações sobre a outorga de títulos
no Brasil, 1822-1831

Vera Lúcia Bottrel Tostes **

A nobreza brasileira, até a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, era composta de homens pertencentes a aristocracia açucareira, no Nordeste e de comerciantes, fazendeiros e mineiros, no Sul do país. Não havia, entretanto, semelhança entre a nobreza da Colônia e a da Metrópole. Sobre o assunto, diz Oliveira Lima, em “O Movimento da Independência, 1821-1822” que “não foram os grandes nobres, os poderosos representantes das casas de alta linhagem, como, em Portugal, as de Bragança ou de Aveiro, que passaram ao ultramar: foram os representantes da pequena nobreza, fidalgos já se sabe ou filhos de algo, constituindo a casta guerreira. Eram eles os samurais da Península, que nas possessões se equiparavam socialmente desde o século XVI aos plebeus, salientando-se como exploradores de sertões, ocupadores de terras, fundadores de povoações.”¹

A fidalguia nacional mantida pelo rei de Portugal, conferia mercês e foros com cunho de simples honorificência no grau de cavaleiro nas chamadas ordens militares, estimulando que as famílias se estabelecessem na Colônia. Não constituíram empecilho para o recebimento de mercês e graças régias a bastardia ou a mestiçagem, como Francisco Barreto de Meneses, general da campanha contra os holandeses, em Pernambuco era

* Em Portugal, durante o reinado de D. Maria II (1834-1853), foram levantados protestos contra o que era entendido como excessiva liberalidade na concessão de títulos nobiliárquicos. A certa altura, um versinho apócrifo exprimia muito bem a revolta reinante, em certos setores, contra tal prática: “Corre, cão, que te fazem barão/ Correr para onde, me fizeram visconde?..”

** Muscóloga. Mestre em História, Universidade de São Paulo. Professora de Heráldica e Genealogia, Universidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ). Diretora do Museu Histórico Nacional

filho de português com índia peruana. Também receberam mercês e foros o índio Camarão, o preto Henrique Dias e João Fernandes Vieira, que governou Angola e Pernambuco, apenas para citar alguns exemplos mais expressivos. No entanto, nunca foram concedidos títulos de nobreza.

Os títulos tiveram origem nos cargos administrativos da sociedade medieval. A partir do século XV, sobretudo em Portugal sobrepujaram os graus, depois que o título de conde passou a ser usado como distinção ligada à posse de terra, no século XIV. Desde então outros títulos foram incorporados para distinguir pessoas de grande importância, denominadas de acordo com a posse e direito de jurisdição sobre as terras. A nobreza teve acesso os títulos de duque, marquês, conde, visconde e barão².

A diferença entre grau e título distingue a origem da nobreza entre os de linhagem antiga, com diversas gerações comprovadas de serviço ao rei, dos que receberam títulos novos outorgados pelo monarca em reconhecimento a serviço prestados na guerra ou em períodos de paz. O recebimento de título requeria pagamento previsto em Alvará que vigorou, em Portugal a partir de 21 de maio de 1466, passado pelo rei D. Manuel: “Eu El-Rei faço saber quantos este meu alvará viram, que o rei de armas Portugal me disse que em bem do seu regimento do dito ofício, as pessoas a quem eu fizesse mercê de algum título e dignidades eram obrigadas a lhe dar cada um, os valores de título de duque, cem cruzados, e de marquês, setenta cruzados e de conde, cinqüenta cruzados e de visconde, trinta cruzados, e de barão, vinte cruzados, posto que os ditos títulos se não façam com cerimônia, e para se saber que tenho ordenado e assentado o que lhe assim hão de dar e pagar, mandei passar este alvará.”³ Eram assentados porque recebiam “assentamentos”, que consistiam no pagamento de uma taxa, cuja importância variava de acordo com o título. Ao longo dos séculos, tanto os valores de assentamento quanto os de recebimento de títulos foram sendo corrigidos.

Com D. João VI este panorama se modificou, permitindo que o quadro de agraciados se ampliasse. Foram concedidos títulos para “pessoas condecoradas e outras que tivessem consideração civil pelos seus empregados, ou pelos seus cabedais.”⁴ Iniciava-se uma prática que permitiu o acesso à nobreza de um número maior de representantes da população colonial. A medida descontentou os fidalgos portugueses, assim como os brasileiros que possuíam distinções antigas. Ambos os grupos consideraram que a introdução de novos elementos desvalorizava sua posição social.

O Rei foi alvo de prolongadas críticas, que acabaram por levar o visconde (depois marquês) de Caravelas a se pronunciar, no Senado em 1826, recordando o período de D. João VI: “nós todos que aqui estamos, temos muitas razões para nos lembrarmos da memória de Sr. D. João VI, todos lhe devemos ser gratos, pelos benefícios que nos fez: elevou o Brasil a reino, procurou por todo o seu bem, tratou-nos sempre com muito carinho e todos os brasileiros lhe são obrigados.”⁵

O retorno de D. João VI para Portugal, em 1821 deixou para seu filho D. Pedro o trato da terra e da gente, numa corte que reunia uma “classe superior” composta de fidalgos lusitanos que aqui chegaram com a corte, uma aristocracia brasileira proprietária, agora nobilitada, uma população de homens livres pobres e agregados às classes superiores e uma vasta população negra, que transitava pôr todos os lados exercendo ofícios os mais variados.

Logo seria a população de um império independente, fundado por D. Pedro. Se para tal população a emancipação política representava uma aspiração de liberdade, para o Príncipe liderar o movimento foi ato de astúcia política, combinada com um temperamento impetuoso, talvez herdado da combinação dos sangues português e espanhol. Não há como negar o papel exercido pelo príncipe Bragança, apesar de vozes terem se levantado para tentar negar-lhe o lugar. Como o marquês de Sapucaia, que, em discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro afirmou que “ninguém pode arrogar-se a glória, não digo só de ter feito, mas de ter apresentado a declaração da emancipação política do Brasil; este ato operou-se tão aceleradamente e por tal unanimidade de votos de todos os brasileiros, que pode dizer-se com verdade que os fatos encaminharam os homens e não os homens os fatos”⁶. Coube a D. Pedro, desembainhando a espada e proclamando: “É tempo! ... Independência ou Morte! ... Estamos separados de Portugal! ...”, um papel que transcende o simbolismo.

Logo após os primeiros momentos de euforia pela independência, as questões relativas as concessões de honrarias sofreram forte oposição dos parlamentares. A decisão de deixar para si o encargo de conceder títulos, honras e condecorações provocou na Assembléia Geral descontentamento que se expressava nos discursos contra algumas medidas, como a de conceder o título de marquês do Maranhão ao almirante Thomas Cochrane, em 1823.

De fato, eram protestos políticos, que refletiam o debate em torno do poder a ser atribuído ao monarca⁷. Francisco Brandão Montezuma, por exemplo, pediu a indicação para que a Assembléia “declarasse que o Governo não poderia verificar semelhantes graças, se não depois que por lei se estabelecesse a ordem e a graduação dos títulos que iriam fazer a grandeza da fidalguia da Nação Brasileira.”⁸ Apoiado pelos colegas deputados, encontrou em Andrada Machado a indicação que procurou definir a questão com a emenda, “que se diga ao Governo de Sua Majestade Imperial que enquanto a Assembléia não decretar a existência de distinções nobilitárias e de títulos, não se dêem mais os ditos títulos e distinções.”⁹

Esta foi a primeira tentativa de retirar o poder Executivo a concessão de títulos. No entanto, a Constituição do Império do Brasil, no parágrafo XI, do Título 5º, de 1824 terminou por figurar o direito de agraciar, como competência do monarca.

Os títulos e os brasões passaram a ser concedidos através de decretos assinados pelo Imperador e referendados pelo Ministério do Império, sem direito a hereditariedade. A nobreza brasileira se constituiu de duas categorias: a pequena nobreza e os grandes do Império. A primeira compreendia os barões e os viscondes, que podiam acrescentar as honras de Grandeza, e a segunda os duques, os marqueses e os condes.

Para o agraciamento cumpria-se a vontade imperial de honrar os cidadãos que prestavam relevantes serviços, sem a necessidade de comprovar ascendência nobre, uma vez que a Constituinte não reconhecia o corpo da nobreza. As solicitações eram encaminhadas ao Imperador por cartas onde detalhavam os serviços prestados a Nação, na guerra e na paz, na defesa da ordem pública, na independência e integridade do Império, nas Milícias e nas missões religiosas¹⁰. Os serviços deviam ser provados pôr justificação feita em juízo.

O título era deferido por decreto lavrado e registrado pela Secretaria de Estado do Ministério do Império no Livro de Registro de Leis, Alvarás e Contas, com pagamento de taxa diferenciada para cada título. Seguindo os procedimentos portugueses, o pagamento devia ser efetuado em quatro meses¹¹. Excedido o prazo legal, tornava necessária a renovação para expedição da carta imperial.

O texto da carta imperial e do registro eram idênticos. Na parte referente as honra, lê-se: “Todas honras e privilégios, preeminências,

isenções, liberdade e franquezas que hão e têm e de que sempre usarão na Monarquia Portuguesa, hoje separada deste Império, e que direito lhe pertenceram”. A referência à monarquia portuguesa foi abandonada a partir de 1848.

O número de agraciados durante o Primeiro Reinado pode ser facilmente levantado nos registros existentes no Arquivo Nacional (ver Anexos).

Dos 1211 títulos concedidos no Brasil, 986 foram outorgados em primeira titulação. Os 225 restantes aos que obtiveram mais de uma titulação. No governo de d. Pedro I foram agraciadas 149 pessoas. Desses 51 foram elevados como novos títulos. Entre 1825 e 1826 foram concedidos 107 dos quais 46, no dia 12.10.1825 e 61, no dia 12.10.1826. Representam a maior concentração de outorga nobiliárquica de todo o Império brasileiro, o que contribuiu para que durante a Regência fosse solicitado o término de concessões. A origem da denominação dos títulos, na sua maioria é geográfica representando o local de nascimento ou de propriedade rural.

O primeiro título foi concedido a Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, barão da Torre de Garcia de Ávila, no dia da coroação de D. Pedro, em 1 de dezembro de 1822. Cinco mulheres foram agraciadas, entre elas D. Maria Isabel Alcântara brasileira, duquesa de Goiás, filha legitimada com D. Domitila de Castro Canto e Melo, marquesa de Santos.

Sem descendência a nobreza brasileira não formou tradição pela permanência de título numa mesma família, impedindo a construção de “casa nobres”. Este fato associado a falta de regulamentação legal dos direitos e deveres dos nobres contribuíram para a imagem caricatural da nobreza. Versos irônicos como os atribuídos a Luís Gama, publicados no jornal paulista *O Cabrião*, de Ângelo Agostini refletem este sentimento quando dizem: “A família dos fidalgos/ Tem crescido até mais não/ Já não há na terra um homem/ que não tenha o seu brasão.”

A fama de conceder indiscriminadamente títulos de nobreza atribuída a D. Pedro I levou os parlamentares do Império a pedirem pela regulamentação, criação e distribuição de títulos e condecorações, evitando novas concessões durante a Regência, como o aditivo apresentado pelo deputado Ernesto Ferreira França, “em razão de poder-se receiar que o mesmo abuso continuasse, porquanto, nascendo ele de terem os ex-ministros e o governo passado muitos afilhados, também poderia tê-los a

Regência, e ainda com mais razão pôr serem três pessoas em lugar de uma.”¹² Durante a Regência não foram outorgadas honrarias. A prática nobilitária retornou no Segundo Reinado, com D. Pedro II que superou em muito o número de títulos concedidos por seu pai.

NOTAS

1. LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência, 1821-1822*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. P. 44.
2. Sobre a origem dos títulos, ver: TOSTES, Vera Lúcia B. *Títulos e brasões, sinais da Nobreza*. Rio de Janeiro: J.C. Editora, 1996, P. 30.
3. Apud MATOS, Armando de - *Manual de Heráldica Portuguesa*. Porto: F. Machado, 1942. P. 213.
4. CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da Nobreza Brasileira - 1. Cadetes*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966. P. 23.
5. Apud Cunha, Rui Vieira da. *O Parlamento e a Nobreza*. Brasília: Senado Federal, 1979.
6. Apud LIMA, Oliveira. *O movimento de Independência, 1821-1822*.
7. Sobre o assunto ver TOSTES, Vera Lúcia B. “Visão parlamentar da nobreza brasileira.” In: *Boletim do Centro de Memória da Unicamp* (Vol. 4 - nº 7/8, 1992). Campinas, 1992.
8. BRASIL - *Anais das Assembléias Geral Constituinte e Legislativa*. Rio de Janeiro: 1823. P. 10.
9. BRASIL - *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: 1823. P. 222.
10. BRASIL - *Anais do Parlamento Brasileiro. Assembléia Constituinte, 1823*. P. 222.
11. José Antônio da Silva Maia apud “Nobreza Brasileira”. In: *Anuário do Museu Imperial* (Vol. 5, 1946). Petrópolis, 1946 (publ. 1950). A questão legal referente às mercês de concessão em recompensa por serviços prestados, ao Estado eram garantidas pela Constituição do Império, art.102, inciso 11, e 179, incisos 48 e 28.
12. *Anais da Assembléia, 1831, Tomo II*, Rio de Janeiro. Apud TOSTES, Vera Lúcia B. *Títulos e Brasões...* Op. cit., pp. 31-40.

ANEXOS

Nota: A abreviação dos títulos quando seguidos da letra g significa a abreviatura de - título com grandeza. Os números entre parênteses correspondem ao título solicitado e concedido a parentela.

NOME	TÍTULO	DECRETO	LIVRO/FOLHA
Alexandre Vieira de Carvalho	b/g (2)de Lajes	18.10.1829	IV,71
Amaro Velho da Silva	b. de Macaé	12.10.1826	VII,62
Ana Francisca Maciel da Costa	b. /g São Salvador Campos	08.01.1823	VII,34
Ana Romana de Aragão Calmon	b. de Itapagipe	12.10.1825	VII,42
Antônio Doutel de Almeida	vis/g.de Mirandela	19.12.1922	IV,41
Antônio Doutel de Almeida Feijó	vis/g de Mirandela	19.12.1822	IV,41
Antônio Joaquim Pires de Carvalho	b. da Torre Garcia Ávila	1.12.1822	VIII,31
Antônio Luís Pereira da Cunha	vis/g Inhambupe de Cima	12.10.1825	Iv,51
Antônio Teles da Silva Meneses	vis/g de Resende	12.10.1825	IV,47
Antônio Teixeira de Freitas Barbosa	b. de Itaparica	28.10.1826	V,122
Bento de Araújo Lopes Vilas Boas	b de Maragogipe	12.10.1825	VII,60
Bernardo José da Gama	vis de Goiana	24.12.1830	IV,77
Boaventura Delfim Pereira	b de Sorocaba	12.10.1826	VII,62
Caetano P. de Miranda Montenegro	vis/g Vila Real Praia Grande	12.10.1825	IV,52
Caetano P. de Miranda Montenegro	vis/g(2)Vila Real Praia Grande	10.07.1828	IV,66
Carlos Eugênio Napoleão Beauharnais	d ¹ de Santa Cruz	05.11.1829	
Carlos Frederico Lecór	vis de Laguna	04.04.1825	IV,43
Clemente Ferreira França	vis/g de Nazaré	12.10.1825	IV,51
Domingos Borges de Barros	b. d Pedra Branca	12.10.1825	VII,51
Domingos de Castro Antiqueira	b. ¹ Jaguari	18.10.1829	VII,74
Domitila de Castro Canto e Melo	Vis/g de Santos	12.10.1825	IV,53
Estêvão Ribeiro de Resende	b/g de Valença	12.10.1825	VII,45
Felisberto Caldeira Brant Pontes	Vis/g Barbacena	12.10.1825	IV,54

NOME	TÍTULO	DECRETO	LIVRO/FOLHA
Felisberto Caldeira Brant Pontes	vis/g ² Barbacena	31.07.1830	Iv,74
Felisberto Caldeira Brant Pontes	vis/g de Barbacena	12.10.1825	IV,54
Felisberto Caldeira Brant Pontes	vis/g ² Barbacena	31.07.1830	IV,74
Francisca Joana L. Castelo Branco	vis/g Itaguaí	12.10.1825	Iv,55
Francisco da Costa Sousa de Macedo	vis/g da Cunha	12.10.1825	IV,47
Francisco de Assis Mascarenhas	m. de São João da Palma	12.10.1825	II,21
Francisco de Souza Coutinho	vis/g Maceió	12.10.1825	IV,74
Francisco Elesbão de Carvalho	b. de Jaguaripe	01.12.1824	VII,39
Francisco Manuel de Paula	b. da Saúde	12.10.1828	VII,69
Francisco Maria G. Veloso Barbuda	b. Pati do Alferes	12.10.1825	VII,52
Francisco Pais Barreto	vis/g de Recife	12.10.1824	IV,42
Francisco Paula M. Tavares Carvalho	b. de Vila Bela	12.10.1826	63,VII
Francisco Vicente Viana	b do Rio das contas	12.10.1825	VII,57
Francisco Vicente Viana	b(2) do Rio das Contas	12.10.1826	VII,64
Francisco Vilela Barbosa	vis/g(i) de Paranaguá	12.10.1825	IV,51
Ildefonso de Oliveira Caldeira Brant	vis/g Gericinó	12.10.1826	IV,60
Isabel Maria Alcântara Brasileira	d. de Goiás	24.05.1826	I, 3
João Batista F. de Sousa Coutinho	b. de Catas Altas	18.10.1829	VII,75
João Carlos Augusto d'Oeynhausén	vis/g de Aracati	12.10.1825	IV,47
João Carlos Pereira de Almeida	vis.(2) Santo amaro	18.10.1829	IV,71
João de Castro Canto e Melo	vis/g de Castro	12.10.1826	IV,62
João de Castro Canto e Melo	vis/g(2) de Castro	12.10.1827	IV,65
João de Tavares Maciel da Costa	vis/g(2) de Queluz	18.10.1829	IV,71
João Gomes da Silveira Mendonça	vis/g do Fanado	12.10.1825	IV,51
João Inácio da Cunha	b de Alcântara	12.10.1825	VII,55/56
João Maria Gama Freitas Berquó	b/g(1) Cantagalo	12.10.1825	VII,43
João Rodrigues Pereira de Almeida	b. de Ubá	12.10.1828	VII,70

NOME	TÍTULO	DECRETO	LIVRO/FOLHA
João Severino Maciel da Costa	vis/g de Queluz	12.10.1825	
João Vieira de Carvalho	b/g de Lajes	12.10.1825	VII,53
Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão	b(1) de São Francisco	01.12.1824	VII,40
Joaquim José de Azevedo	vis(1) Rio Sêco	01.12.1822	IV,40
Joaquim Pires Carvalho e Albuquerque	b. de Pirajá	05.04.1826	VII,61
Joaquim Xavier Curado	b. /g São João das Duas Barras	12.10.1825	VII,54
José Correia Picanço	b./g de Goiana	22.01.1823	VII,36
José da Silva Lisboa	b. de Cairú	12.10.1825	VII,50
Jose de Marechal Abreu	b. de Serro Largo	12.10.1825	VII,55
José de Oliveira Barbosa	b. do Passeio Público	18.10.1829	VII,77
José Egídio Alvares de Almeida	vis. De Santo Amaro	12.10.1825	IV,48
José Egídio Gordilho de Barbuda	vis(2) de Camamú	17.10.1830	IV,75
José Egídio Gordilho Veloso de Barbuda	vis/g(2) de Camamú	12.10.1828	IV,68
José Feliciano Fernandes Pinheiro	vis/g de São Leopoldo	12.10.1826	IV<63
José Félix Pereira de Burgos	b. de Itapicuru-Mirim	18.10.1829	VII,75
José Fernando Carneiro Leão	b/g Vila Nova de São José	12.10.1825	VII,46
José Joaquim Cordeiro de Campos	vis/g de Caravelas	12.10.1825	IV,51
José Joaquim Moniz Barreto Aragão	b. de Itapororoca	18.10.1829	Vii,71
José Teixeira da Fonseca Vasconcelos	b. de Caeté	12.10.1825	VII,49
Lucas Antônio Monteiro de Barros	b.(1) de Congonhas do Campo	12.10.1825	VII,49
Luís de Saldanha da Gama Brito	vis/g de Taubaté	12.10.1825	Iv,47
Luís José de Carvalho e Melo	vis/g(2) da Cachoeira	12.10.1826	IV,64
Luís José de Carvalho e Melo	vis/g da Cachoeira	12.10.1825	IV,51
Luís Manuel de Oliveira Mendes	b. de Itapicuru de Cima	12.10.1825	VII,60
Luís Saldanha da Gama	vis/g de Taubaté	12.10.1825	Iv,47
Manuel Antônio Farinha	b. de Sousel	12.10.1825	VII,48
Manuel Bernardes Pereira da Veiga	b. de Jacutinga	17.10.1830	VII,80

NOME	TÍTULO	DECRETO	LIVRO/FOLHA
Manuel de Sousa Martins	b. da Parnaíba	04.04.1825	VII,41
Manuel Inácio da Cunha e Meneses	vid fo Rio Vermelho	17.10.1830	IV,76
Manuel Inácio de A. Souto Maior	b. de Itanhaém	01.12.1822	VII,32
Manuel Jacinto Nogueira da Gama	vis/g de Baependi	12.10.1825	IV,51
Manuel Rodrigues Cameiro Pessoa	b. de Itabaiana	12.10.1825	VII,51
Mariano José da Fonseca	vis/g de Maricá	12.10.1825	IV,51
José Araújo de Aragão	b.(2) de São Francisco	18.10.1829	VII,76
Patrício José Correia da Câmara	b. de Pelotas	12.10.1825	VII,55
Paulo Fernandes Carneiro Viana	b./g de São Simão	22.01.1823	VII,37
Paulo José da Silva Gama	b/g de Bagé	22.01.1823	VII,38
Paulo José da Silva Gama	b.(2) de Bagé	12.10.1825	VII,44
Pedro Dias Pais Leme	b. de Quixeramobim	12.10.1825	VII,46
Pedro Dias Pais Leme	m. de São João Marcos	12.10.1826	II,24
Pedro Justiniano de C. Carneiro e Melo	vis/g(3) da Cachoeira	12.10.1828	IV,69
Rodrigo Pinto Guedes	b/g do Rio da Prata	12.10.1826	VII,65
Thomas John Cochrane	m. do Maranhão	12.10.1823	II,20
Tomás García Zúniga	b. de Calera	12.10.1823	VII,73
Tomás Joaquim Pereira Valente	b/g de Rio ardo	12.10.1825	VII,47
Vicente Navarro de Andrade	b. de Inhomirim	12.10.1826	VII,66





O Rio de Janeiro na primeira

metade do século XIX

Expansão urbana e transformação
na paisagem construída

Sonia Gomes Pereira *

Desde a segunda metade do século XVIII, quando se tornara capital da colônia (1763), a cidade do Rio de Janeiro vinha crescendo de forma significativa. No início do século XIX, após a vinda da corte portuguesa e sobretudo a Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808), que incorporou o Brasil à expansão da Revolução Industrial e do capitalismo internacional, o Rio de Janeiro passou a crescer de maneira muito mais acelerada. Centro das decisões políticas e principal porto exportador e importador do país, a cidade funcionava como polo de redistribuição da economia brasileira, ainda essencialmente agrária, e desenvolvia cada vez mais os setores comerciais e de prestação de serviços.

Toda esta polarização econômica e financeira trouxe uma imensa atração pela vida na capital. A população quase quadruplicou na primeira metade do século XIX, passando de cerca de 60.000 habitantes em 1808 para 266.196 habitantes no recenseamento feito em 1849. O assentamento dessa população também sofreu mudanças significativas, revelando um progressivo processo de urbanização: assim, neste recenseamento de 1849, fica demonstrado que cerca de um quarto da população (60.290 habitantes) estava localizado nas paróquias rurais, enquanto aproximadamente três quartos (205.906 habitantes) já estavam estabelecidos nas oito paróquias urbanas¹. Outro aspecto a ser observado nestes dados sobre a constituição

* Museóloga. Doutora em Comunicação e Cultura, UFRJ. Professora titular, Escola de Belas Artes, UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)

populacional do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX é a quase equiparação entre homens livres e escravos: desta forma, em 1849, a população livre é ligeiramente superior à escrava nas paróquias urbanas (51,2% livres e 48,8% escravos), enquanto nas paróquias rurais a situação inverte-se: a população escrava é ligeiramente superior à livre (52,2% escravos e 47,8% livres)².

Também a forma de ocupação das freguesias começou a se alterar a partir da primeira metade do século XIX. Ao contrário do período colonial - em que o adensamento unia pobres e ricos no usufruto comum de praticamente os mesmos espaços urbanos, ficando a diferenciação social explicitada muito mais na qualidade e na aparência das construções - de agora em diante, de forma cada vez mais aguda, inicia-se a estratificação social do espaço da cidade, qualificando os locais segundo o seu uso e a sua destinação.

Assim, em torno dos anos 20 do século XIX, já se podia notar uma tênue diferenciação entre as cinco freguesias urbanas: Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana. As freguesias da Candelária e São José abrigavam as instituições mais importantes da cidade e tinham-se convertido em residência preferencial das classes dominantes. As demais classes, precisando estar próximas ao centro, onde estava concentrado o mercado de trabalho, aglomeravam-se cada vez mais nas freguesias de Sacramento e especialmente Santa Rita e Santana³.

Também nas freguesias rurais começava a se delinear uma diferenciação social. As freguesias muito distantes permaneciam rurais, produzindo essencialmente para suprir o abastecimento da cidade. As freguesias mais próximas iniciaram nesta época um processo crescente de retalhamento das antigas fazendas em chácaras, usadas pelas classes mais abastadas, inicialmente apenas para lazer, mas gradualmente passando a residência permanente, seguindo o exemplo da própria família real, que se estabelecera na Quinta da Boa Vista em São Cristóvão⁴. A valorização da natureza e da vida no campo, em oposição à cidade, é um fenômeno iniciado com o romantismo, sobretudo ligado à moda do pitoresco, como descrevem Pevsner e Loyer⁵. Mas, com o progressivo processo de estratificação urbana, passa a ter também a conotação de signo de qualificação social, num processo semelhante ao apontado por Baudrillard⁶: ter propriedade no campo ou morar nos arrabaldes semi-rurais representa um privilégio

exclusivo das classes abonadas, que podem arcar com o ônus das grandes dificuldades de mobilidade da época.

Como decorrência deste intenso processo de diferenciação e crescimento urbanos, o Rio de Janeiro, cada vez de forma mais nítida, vai revelando uma expansão física orientada por dois grandes vetores. Um, no sentido norte, em direção à Freguesia do Engenho Velho, mais especificamente o arrabalde de São Cristóvão, que, pelo fato de abrigar a residência real, passou a atrair famílias endinheiradas, depois que o acesso ao bairro foi garantido pelo aterro de parte do Mangue de São Diogo. Após a chegada da Corte, a Câmara Municipal mandou aterrá-lo para a abertura do Caminho do Aterrado ou das Lanternas - que mais tarde passou a chamar-se Rua Senador Eusébio e hoje constitui o lado par da Avenida Presidente Vargas - prolongando a Rua Nova de São Pedro, desde o Campo de Santana até a Ponte dos Marinheiros, nas imediações da Praça da Bandeira e promovendo a ligação entre o centro da cidade e a Quinta da Boa Vista. Resolvido o problema de acessibilidade, o bairro rapidamente cresceu, especialmente em moradias aristocráticas, fenômeno que se estendeu, embora em grau mais modesto, até a Ponta do Caju⁷. O seu crescimento foi tão acentuado que justificou a criação da Freguesia de São Cristóvão em 1856, desmembrada do Engenho Velho⁸.

O outro vetor de expansão dirigiu-se para o sul, partindo da Lapa em direção a Botafogo, na Freguesia da Lagoa, criada em 1809, como desmembramento da de São José. Os bairros da Glória e do Catete cresceram tanto que em 1834 criou-se a Freguesia da Glória, desmembrada ainda da de São José⁹. Também Botafogo cresceu muito, progressivamente rivalizando com São Cristóvão como opção de moradia das elites.

Ao longo deste período, portanto, as classes de renda mais alta - as únicas com poder de mobilidade - foram-se deslocando do antigo centro da cidade e se instalando nesses bairros seletos, cada vez mais valorizados pela intervenção do poder público, que os privilegiava com a abertura e conservação de caminhos de acesso e posteriormente com a abertura de linhas de transporte coletivo. Mas, entre os dois vetores de expansão da cidade, nesta primeira metade do século XIX, o que predomina é o voltado para a zona norte - ao contrário do que se evidenciará no final do século XIX, quando o vetor sul se tornar prioritário¹⁰.

A expansão acelerada do Rio de Janeiro criou também uma crise na sua centralidade no século XIX. Passado o primeiro século da colonização,

em que a cidade situava-se essencialmente no Morro do Castelo, o processo de expansão para a várzea fizera do Largo do Carmo, hoje Praça XV, o centro da cidade, agregando vários prédios importantes da administração colonial, várias igrejas conventuais e de irmandades, além das atividades portuárias. No século XIX, no entanto, apesar do Largo do Carmo continuar desempenhando a função de núcleo central, torna-se evidente a valorização progressiva do Campo de Santana, hoje Praça da República. Aí são instaladas várias repartições públicas - o Quartel General, o Senado da Câmara, o Tribunal do Júri da Corte, o Supremo Tribunal de Justiça, o Museu Real, depois Nacional – transformando-o num verdadeiro centro administrativo da cidade. O Campo de Santana contava também com um jardim, uma arena e o Palacete do Campo, formando um conjunto que foi utilizado repetidas vezes para solenidades oficiais ou ocasiões de lazer da população, certamente devido à sua maior amplitude, em relação ao já saturado Largo do Carmo¹¹.

Todo este processo de expansão urbana do Rio de Janeiro vai logicamente refletir-se na modificação da paisagem construída, como fica bastante evidente se compararmos os mapas da cidade em 1808/1812 e em 1852¹². A partir das indicações de Eduardo Canabrava Barreiros e incorporando uma ampla pesquisa em fontes primárias e secundárias, foi assinalado nestes mapas o conjunto mais completo possível dos monumentos citados em ampla documentação como então existentes na parte central da cidade. Sem pretender de forma alguma afirmar que estes mapas correspondam à totalidade do que existia na cidade na época, acreditamos que eles representem uma amostragem bastante significativa do que então existia, uma vez que incorporam referências de mapas, representações visuais da cidade e relatos de viajantes, de historiadores e de literatos, além de estudos de pesquisadores.

No mapa de 1808/1812, pode-se observar que na malha urbana mais recente, além da Rua da Vala, depois Uruguaiana, a trama viária é frequentemente interrompida por praças: Largo do Capim, antigo Campo da Força; Largo de São Domingos; Largo de São Francisco de Paula; Largo da Lampadosa, depois Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes; Largo de São Francisco da Prainha; além do Campo de Santana. Ao contrário, na parte mais antiga as praças são poucas: além do Largo do Carmo, há apenas o Largo de Santa Rita, o Largo do Moura e o Largo da Carioca. Para além dos Morros do Castelo e de Santo Antônio, surgem o Largo da Ajuda e o Largo da Lapa, ladeando o Passeio Público. A partir, portanto, da segunda

metade do século XVIII, houve já a preocupação de garantir esses espaços livres, melhorando a circulação e a aeração e sinalizando que, com a extensão do tecido urbano, a relação com o centro ia-se esgarçando, criando a necessidade de subcentros, com capacidade de polarização mais reduzida. Esses núcleos de importância secundária não surgiram aleatoriamente: derivam de marcos civis e sobretudo religiosos, como as ermidas, antes afastadas, mas agora integradas à cidade.

Neste mapa de 1808/1812, aparecem localizados 82 monumentos, dos quais se pode ter certeza que faziam parte da paisagem construída da cidade na época. Destes 82 monumentos, 38 pertencem totalmente ao ciclo colonial da arquitetura da cidade, uma vez que sua construção ou reconstrução já estava encerrada em meados do XVIII. Os 44 monumentos restantes foram construídos a partir de meados do século XVIII, em processos mais ou menos demorados de construção ou de reconstrução. Sem entrar na discussão das opções formais e concentrando a atenção na questão dos programas, acredito que analisar a natureza destes 44 monumentos pode nos levar a conhecer com maior acuidade a arquitetura que era efetivamente praticada neste período de passagem do século XVIII para o século XIX.

Destes 44 monumentos, 24 estão ligados à arquitetura religiosa e 20 à arquitetura civil. Das 24 construções de cunho religioso, há apenas uma igreja conventual; são 19 prédios ligados a irmandades, sendo 15 igrejas e quatro instituições assistenciais; aparecem dois prédios ligados ao clero regular; e também dois cemitérios.

Destes dados, algumas conclusões podem ser tiradas. As construções religiosas superam numérica e mesmo qualitativamente as construções civis, dominando inequivocamente a paisagem urbana. Esta supremacia da arquitetura religiosa não é novidade: em todo o período colonial, a cidade sempre contou com uma atividade constante de construção de igrejas, enquanto a maioria dos prédios públicos era alocada precariamente em imóveis provisórios - situação que só começou a ser revertida na segunda metade do século XVIII, com a administração progressista de alguns governadores e vice-reis¹³. Mas o que mais nos interessa ressaltar a respeito da arquitetura religiosa neste período é o número elevado de igrejas novas - recém-construídas ou em construção -, que se vêm juntar às edificadas nos séculos anteriores, indicando uma continuidade de procedimentos em relação ao período colonial: a Igreja, muito mais do que o Estado, possui poder em recursos e capacidade de gerenciamento para investir em arquitetura.

É notório o decréscimo de poder das ordens conventuais - fato que já se instalara desde o século XVIII: a única igreja conventual deste período é a igreja da Ordem Primeira do Carmo, construção iniciada em 1761 e terminada em 1822. O clero regular, apesar de instância centralizadora da Igreja, tem uma visibilidade menor na cidade: aparecem desta categoria dois prédios - o Palácio Episcopal, construído em 1702 e reformado em 1774, e o Seminário São Joaquim, existente desde 1758. O que predomina são as irmandades - confrarias religiosas laicas, que desde o século XVIII assumiram importância fundamental na estruturação da sociedade brasileira; representando os diversos segmentos sociais, seja por organização profissional ou por diferenciação econômica e racial; neste período, as irmandades continuavam desempenhando um papel primordial na cidade, inclusive pelas suas atividades assistenciais, como fica evidente pelo fato de nesta categoria se inscreverem: 15 igrejas e capelas - N. S. do Bonsucesso, Santa Luzia, Santa Cruz dos Militares, N. S. da Candelária, Senhor Bom Jesus do Calvário, N. S. da Lampadosa, N. S. da Lapa dos Mercadores, Santana, Ordem Terceira do Carmo, N. S. Mãe dos Homens, S. Francisco de Paula, S. Jorge, S. Gonçalo Garcia, Senhor dos Passos, N. S. da Conceição do Cônego - e quatro instituições assistenciais - o Recolhimento de N. S. do Parto, o Hospício de N. S. da Conceição e Boa Morte, o Hospício de Jerusalém e o Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência - todos construídos no período em questão. Além disso, aparecem dois cemitérios - dos Pretos Novos e dos Ingleses - indicando, de um lado, a prática de separar os sepultamentos das igrejas, destinando locais mais afastados do centro da cidade para este fim e, de outro lado, a diversificação religiosa, apesar de minoritária.

Quanto às 20 construções de caráter civil, três estão diretamente ligados à administração da colônia; três são militares; quatro referem-se às atividades portuárias/comerciais; oito remetem à instalação dos serviços de abastecimento de água; e duas dizem respeito ao lazer.

Os três monumentos da administração colonial são: a Casa da Câmara e Cadeia, construída a partir de 1720 e reformada em 1808, quando se acrescentou um passadiço unindo-a ao Paço; o Paço, segunda Casa dos Governadores, projeto do Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim de 1743; e a Casa dos Contos que, construída a partir de 1710, inicialmente para abrigar a primeira Casa dos Governadores, passou em 1743 a sediar a Tesouraria Geral, sendo em 1805 reformada para aí funcionar o Erário Real até 1815, quando para aí transferiu-se o Banco do Brasil - exemplo

típico de um processo característico do período colonial, em que estas instituições civis mudam constantemente de localização, em soluções quase sempre improvisadas.

Três prédios militares - o Quartel de Artilharia, o Arsenal de Marinha e a Casa do Trem - são seguramente deste período, embora existam referências a outros estabelecimentos militares, dos quais ainda não foi possível identificar cronologia e localização nesta pesquisa. De qualquer maneira, já é possível sinalizar a mudança na forma de organização militar, que deixa de se concentrar nas fortalezas dos primeiros séculos da colônia, para ocupar lugares dentro da cidade, em prédios geralmente de grande porte.

As oito construções ligadas ao abastecimento de água são: o Aqueduto da Carioca, construído entre 1744 e 1750, e uma série de seis chafarizes – do Lagarto, do Largo do Carmo, do Largo da Carioca, das Marrecas, do Largo do Moura, da Glória - e uma fonte - dos Boiotas - todos do período em questão.

As atividades portuárias estão se estendendo em direção ao Morro de São Bento: são três construções - o Armazém do Selo da Alfândega, o Armazém do Sal e o Mercado do Peixe - englobando boa parte do comércio a elas inerente.

Duas construções atestam a diversificação na vida urbana: o Passeio Público, ao mesmo tempo espaço de lazer e estratégia de saneamento, e a Casa da Ópera de Manuel Luís, erguida provavelmente entre 1770 e 1780, ficando em atividade até 1810 - uma das primeiras casas de espetáculos da cidade, fundada pelo português Manuel Luís Ferreira.

Fica assim evidente que, no que toca à arquitetura civil, o Rio de Janeiro no início do século XVIII possuía a paisagem construída que resultava basicamente do esforço das administrações progressistas de governadores e vice-reis da segunda metade do século XVIII. A presença do Príncipe Regente e da Corte não possibilitou ainda uma mudança mais palpável no cenário da cidade. Com exceção do Paço dos Governadores e do Aqueduto da Carioca, poucas construções têm efetivamente um caráter monumental. Aumentou o número de equipamentos urbanos, como chafarizes e fontes, que, importantíssimos no cotidiano da população, certamente influíam na mudança de trajetos e na própria imagem da cidade, apesar de poucos deles terem um porte mais relevante. E certamente a cidade contava com um jardim público e um teatro – não era muito, mas já indicava uma diversificação no lazer, antes unicamente circunscrito às festas religiosas.

Passadas quatro décadas, é notável comparar a expansão da cidade no mapa de 1852 (FIG 2). A região da Cidade Nova desenvolveu-se bastante, graças à diminuição do Mangal de São Diogo, seguindo ao longo do recém-aberto Canal do Mangue e em torno do Largo do Rocio Pequeno, futuramente Praça XI de Junho. Outra região urbanizada foi o Morro da Saúde, agora já praticamente articulado ao Morro da Conceição e ao Campo de Santana. A região dos Alagadiços de Pedro Dias, quase totalmente recuperados, começam também a se incorporar à trama viária em torno do Campo de Santana. Também a ocupação da zona sul se esboça no avanço do arruamento além da Rua do Desterro ou de Santa Teresa. Fica também evidenciada a extensão das atividades portuárias para o litoral até a Saúde: estão aí assinalados os Trapiches da Saúde e do Valongo e o Cais dos Mineiros. Não há dúvida, portanto, que nesta época o vetor norte da cidade cresce de forma muito mais notória do que o vetor sul, concentrando o esforço do Estado em sua consolidação.

No mapa de 1852, estão assinalados 45 monumentos, sendo 32 novos, que não existiam na cidade em 1808/1812, data do mapa anterior, e 13 antigos aparecendo como reformados. A análise destas construções e reconstruções pode nos fornecer algumas indicações importantes sobre o que foi efetivamente produzido na primeira metade do século XIX, em contraponto com a expansão física da cidade e as mudanças políticas do país no período.

Entre os 45 monumentos, 15 têm caráter religioso. São duas igrejas novas - a Capela dos Pretos e a Igreja do Santíssimo Sacramento - e sete igrejas do período anterior reformadas - a Ordem Primeira do Carmo; Ordem Terceira do Carmo; S. José; N. S. da Candelária; Bom Jesus do Calvário; N. S. Mãe dos Homens; Senhor dos Passos, agora N. S. do Terço. Aparecem três hospitais: da Ordem Terceira do Bom Jesus e Via Sacra; dos Terceiros de São Francisco de Paula; e a nova Santa Casa de Misericórdia. E constam três igrejas não católicas: duas protestantes - a Igreja Episcopal Britânica e a Igreja Alemã Protestante - e uma maçônica - o Templo Maçônico Grande Oriente do Brasil.

Apesar do investimento em igrejas novas ter diminuído, fica bastante evidente ainda a importância das irmandades, seja na reforma ou reconstrução de igrejas, seja no estabelecimento dos hospitais - revelando a importância crescente da questão assistencial. De qualquer forma não há dúvida de que no cotidiano da cidade a vida religiosa ainda tem uma presença

dominante, como aparece com frequência na literatura da época¹⁴. Surge ainda alguma diversificação religiosa, que, apesar de minoritária, é significativa da presença dos estrangeiros e do poder político de grupos como os maçons.

Os 30 monumentos restantes têm caráter civil diversificado: quatro estão ligados diretamente ao governo: o Senado da Câmara, a Câmara Municipal, o Tesouro Nacional e a Secretaria de Guerra; três têm funções comerciais: a Primeira Praça do Comércio, a Segunda Praça do Comércio e o Mercado do Peixe; quatro estão ligados às atividades portuárias: o Trapiche da Saúde, o Trapiche do Valongo, o Cais Pharoux e o Cais dos Mineiros; três correspondem ao abastecimento de água: os chafarizes das Lavadeiras, de Matacavalos e a reforma do chafariz Largo da Carioca; quatro são escolas: a Academia Imperial de Belas Artes, a Escola Militar - depois Escola Politécnica; o Colégio Pedro II - a partir da reforma do Seminário de São Joaquim - e a Escola de Marinha; um hotel: o Pharoux; um museu: o Museu Nacional; dois teatros: São João e São Januário; um clube - o Club Fluminense; seis residências; e uma praça para festividades: o chamado Palacete do Campo.

É interessante observar neste conjunto de monumentos civis que os prédios de governo ainda são minoria, estão dispersos pela cidade, alguns deles ainda sofrem do mesmo processo de improvisação que ocorria no período colonial - aproveitamento de prédios mais antigos ou então a alocação de várias repartições públicas num mesmo prédio.

A presença do Grandjean de Montigny desde 1816 e a abertura da Academia Imperial de Belas Artes desde 1826 parecem ter neste momento pouca consequência neste terreno: basta observar que, daqueles 30 monumentos civis, Grandjean só está ligado com segurança a três obras: a Academia, a Primeira Praça do Comércio e o Mercado do Peixe. Grande parte dos seus projetos arquitetônicos não foi construída e grande parte do que se constrói não conta com a sua colaboração. Os seus projetos urbanísticos, que poderiam marcar a cidade com uma imagem que refletisse os acontecimentos políticos em curso, não saíram dos arquivos da Academia¹⁵.

A ação do Estado aparece, além dos já citados prédios de governo, em investimentos nas atividades portuárias, no abastecimento de água - como já ocorrera no período anterior - acrescida de algumas poucas porém significativas novidades: quatro escolas e um museu - indicando um direcionamento importante: a diversificação do papel do Estado através da

implantação de instituições destinadas à formação de uma elite identificada com valores culturais de acordo com o modelo burguês.

Pode-se, portanto, concluir que, na primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro vive um processo decisivo de crescimento acelerado, de diferenciação e hierarquização social do espaço e de crise da centralidade urbana - fatores certamente decisivos na quase que imediata modificação de sua paisagem construída. Mas esta modificação se passa num processo ambivalente entre mudança e tradição. A Igreja ainda detém uma presença maciça no cotidiano da cidade, sobretudo através das irmandades, que assumem cada vez mais as tarefas assistenciais, e certamente como reflexo da própria configuração legal, pois a separação entre Estado e Igreja só se concretizará com a Constituição da República. A atuação do Estado é ainda dispersiva, não se consubstanciando em intervenções sobre a cidade, que denotem diretamente o aparato de governo, mas ela se concretiza de forma inequívoca em duas direções básicas - a expansão dos equipamentos de infra-estrutura urbana e a instalação de instituições culturais balizadoras de uma sociedade à procura de sua construção como nação. E finalmente já aparecem alguns indícios de novos hábitos de lazer, modestos porém significativos de mudanças na forma de fruição da cidade.

- NOTAS**
1. ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Zahar/IPLANRIO, 2ª ed. 1988. P. 39. CARVALHO, Lia de Aquino. "Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro 1886-1906." In: ROCHA, Oswaldo Porto e ————. *A era das demolições – habitações populares*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, 1986. P. 134.
 2. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussman tropical*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro : COPPE/UFRJ, 1982. p. 144.
 3. ABREU, Maurício de Almeida. Op. cit. P. 35-37.
 4. Idem. P. 41.
 5. PEVSNER, Nikolaus. *Perspectiva da arquitetura européia*. Lisboa : Ulisséia, s.d. P. 293-294. LOYER, François. "Ornement et caractère". In: *Le siècle de l'Eclectisme: Lille - 1830/1930*. Paris/Bruxelas : Archives d'Architecture Moderne, 1979 P. 79-82 e 85-86.
 6. BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa : Edições 70, 1981. P. 11-55.
 7. BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit. P. 15. ABREU, Maurício de Almenda. Op. cit. P. 37.

8. BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit. P. 37.
9. Idem. P. 41.
10. PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 1996. P. 220-224.
11. SISSON, Rachel. "Marcos históricos e configurações espaciais - um estudo de caso: os centros do Rio de Janeiro." In: *Arquitetura Revista*. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1986. P. 62-69.
12. Para 1808, ver os mapas "A cidade do Rio de Janeiro em princípios do século XIX (baseada na planta régia de 1808/1821)." In: BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro: 1565-1965*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965. Prancha 14; para 1852, ver "A cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX (baseada na planta Garnier de 1852)." Idem. Prancha 16. Localização dos monumentos a partir de pesquisa histórica e iconográfica da equipe do Projeto Integrado *Ecletismo Carioca*, apoiado pelo CNPq, sob a coordenação de Sonia Gomes Pereira, 1994/1998. Estes mapas vêm sendo trabalhados por uma equipe de bolsistas de aperfeiçoamento e iniciação científica, sob a minha coordenação, através do projeto integrado de pesquisa *Ecletismo Carioca*, com o apoio do CNPq. A partir de pesquisa histórica e iconográfica, foram localizados monumentos existentes na cidade nos dois mapas históricos citados.
13. PEREIRA, Sonia Gomes. "A mudança no espaço colonial do Rio de Janeiro colonial." In: *Barroco* (1996). Belo Horizonte: Secretaria de Cultura de Minas Gerais/FAPEMIG, 1996. P.155-164.
14. A presença dominante das referências religiosas na literatura brasileira do século XIX pode ser analisada através do exemplo de "Dom Casmurro", de Machado de Assis. PEREIRA, Sonia Gomes. "Mudança e permanência no urbanismo e na arquitetura: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX." In: *Interfaces* (Nº 1, 1995). Rio de Janeiro: CLA/UFRJ, 1995. P. 77.
15. Projetos no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, inventário n. 6393 e Museu D. João VI n. 2978. COUSTET, Robert. "Grandjean de Montigny, urbanista". In: In: PUC-RIO. *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; FUNARTE; Fundação Roberto Marinho, 1979. Figs. 29 e 30. Projeto no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, inventário n. 6538. COUSTET, R. Op. cit. Fig. 31.





Morro do Castelo, final do século XIX

“A expansão acelerada do Rio de Janeiro criou também uma crise na sua centralidade no século XIX. Passado o primeiro século da colonização, em que a cidade situava-se essencialmente no Morro do Castelo, o processo de expansão para a várzea fizera do Largo do Carmo, hoje Praça XV, o centro da cidade, agregando vários prédios importantes da administração colonial, várias igrejas conventuais e de irmandades, além das atividades portuárias.”

Sônia Gomes Pereira, p. 113-114.
(Acervo do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro)

Formação de museus nacionais na



América Latina independente*

Maria Margareth Lopes**

O COLECIONISMO na América Ilustrada

Permeando a aparente diversidade das coleções dos mais diferentes museus no mundo moderno, um aspecto de homogeneidade os unifica. Os museus materializam “o intercâmbio que une o mundo visível e o invisível”, representados dos modos mais variados, desde a coleta de antiguidades às viagens que se multiplicaram a partir do século XV, “deslocando as fronteiras do invisível e atingindo locais que a tradição dizia fora do alcance”¹.

Dos novos mundos, foram com as mercadorias, novos saberes e novos objetos, que independentes de seu estatuto original, eram recolhidos aos museus europeus, não pelo seu valor de uso, mas por seu significado de representantes do invisível: países exóticos, sociedades diferentes, outros climas. E se até meados do século XVIII, tais ‘produções’ não tinham o mesmo valor das antiguidades e das ‘medailles’, a partir desta data, estas se tornariam os objetos por excelência destes espaços construtores da História Natural.

Os gabinetes e jardins da época, passaram então a substituir seus antigos mostruários por exposições catalogadas, que se tornaram um modo de introduzir na linguagem sobre o mundo “uma ordem que é do mesmo tipo da que se estabelece entre os vivos”, apresentando assim uma nova

* Este trabalho se insere no projeto de estudo comparativo dos museus argentinos e brasileiros, que está sendo desenvolvido no Museo Etnografico “Juan B. Ambrosetti” da Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, com o apoio da Rockefeller Foundation Humanities Fellowships 1998.

** Doutora em História, USP. Professora do Instituto de Geociências, UNICAMP (Campinas, SP); professora visitante, University of Southwestern Louisiana (1997), com o apoio da FAPESP

maneira de se fazer a história. Em meio a esse “tempo classificado” de reconhecida importância metodológica para esses espaços e organizações “naturais”², consolidou-se a submissão dos sistemas de arranjo dos objetos às novas normas das novas taxinomia, em detrimento das antigas concepções de mundo. Na interação dos museus e das ciências que neles cresceram e se especializaram, fazendo-os crescer e se especializar, os amadores e eruditos começaram a se tornar naturalistas e, os museus se disseminaram por todo o mundo, desde o final do século XVIII.

Chegaram à América, no bojo das políticas ilustradas de Portugal e Espanha e se acomodaram às dinâmicas das sociedades locais, constituindo-se em legados incrivelmente centralizados do entusiasmo pela classificação e pelo conhecimento enciclopédico daquele século. Os museus tornaram-se instituições de produção e disseminação de conhecimentos, nos moldes que lhes exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se com elas, ao longo do século XIX, seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções.

Na verdade, mesmo antes da chegada dos espanhóis, já estavam bem estabelecidos, em outros quadros conceituais, os zoológicos e jardins botânicos de Montezuma, que possuíam ricas e variadas coleções ambientadas de acordo com os modos de vida e *habitat* dos organismos. Tenochtitlán, entre outras cidades, se constituía em um centro de ‘naturalistas’ com amplos conhecimentos da flora e fauna da região. Maias e mexicas tinham bem estabelecidos nomenclaturas botânicas e zoológicas e agrupamentos sistemáticos em nível do que hoje se considera categorias taxonômicas de famílias³.

No Brasil Holandês, do século XVII, uma típica Casa de Salomão, ao estilo baconiano foi organizada e mantida por Maurício de Nassau em Maurícia, na região da atual Recife. Lá foram construídos jardins botânicos e zoológicos, observatório astronômico e museu⁴.

Nos territórios que hoje constituem a Venezuela, desde 23 de julho de 1712, o governador informava de Caracas, que publicara a ordem de se formar uma biblioteca pública nas imediações do Palácio Real e que “para que fossem melhor descobertas as propriedades da natureza, seriam reunidas na mesma biblioteca coisas singulares destas Índias”. Pedia que “se pusesse particular interesse” em recolher minerais, animais, plantas e frutas acompanhados de relações que explicassem seus nomes e características⁵.

Em Cuba o primeiro gabinete de História Natural que se criou por volta de 1780, foi organizado pelo português Antônio Parra, que em 1787 publicou uma descrição deste gabinete no primeiro livro científico impresso na ilha, do qual foi o autor. Esta obra foi citada por Cuvier e Valenciennes em sua "*Histoire naturelle des poissons*". O museu de Parra foi transportado para Espanha por volta de 1790, integrando o Museu de Madri⁶.

A Jose Longinos Martinez - naturalista e cirurgião da Real Expedição Botânica à Nova Espanha (1786/87-1803) - e aos interesses das elites crioulas locais e atribuída a criação dos primeiros museus do México e Guatemala.

Inaugurado em 25 de agosto de 1790, para comemorar a subida de Carlos IV ao trono da Espanha, o Gabinete de História Natural na cidade do México exibia 17 ossadas de 'elefantes' encontradas em Nova Espanha, entre as peças que mais atraíam a atenção dos visitantes, segundo a "*Gazeta de Mexico*". Minerais de ouro e prata, petrificações, produções vulcânicas, ao lado de animais, amostras vegetais, microscópios, barômetros e 'cameras obscuras' integravam as 24 estantes em que se organizava o Gabinete de História Natural. Com rapidez e entusiasmo, as doações que não paravam de chegar foram enriquecendo o museu⁷.

Mas, rapidamente Longinos enfrentou a forte oposição ao sistema de classificação lineano de parte dos naturalistas locais⁸, o que parece ter sido um dos fatores - além evidentemente das guerras de independência - que influíram na não continuidade da atividade do museu, que no entanto teve parte de suas coleções armazenadas, até a criação do que seria o primeiro Museu Nacional em 1825, já no México independente.

A sua saída do México, Longinos novamente fundaria museus, agora na Guatemala, que vivia um ambiente ilustrado, onde desde 1794 se defendiam teses na Universidad de San Carlos baseadas nas idéias de Buffon, em oposição ao modelo aristotélico de geração espontânea a partir da natureza em putrefação⁹. Com o apoio da 'Sociedad Economica de Amigos del País', Jose Longinos Martinez formou alunos agora sim, seguindo o sistema de Lineu. Ensinou dissecação, conservação e organização dos produtos no museu e, depois de quatro meses de trabalho, inaugurou-se em 9 de dezembro de 1796, o primeiro Museu de História Natural em Nova Guatemala. Os bacharéis em Filosofia pela Universidad de San Carlos - Ortiz e Larrave -, ajudantes de Longinos discorreram sobre tópicos de História Natural no ato de inauguração do museu¹⁰.

O museu, cuja seção de minerais do país era a mais rica, seguia as subdivisões lineanas dos reinos animal e vegetal, expunha os herbários da flora da Guatemala organizados pelos ajudantes de Longinos, além de “*ídolos e curiosidades dos indígenas*”¹¹. Em um pedaço da horta do palácio do governo, onde funcionava o Museu se organizou provisoriamente o Jardim Botânico, mas esse museu parece ter sido desativado, por volta de 1801, pouco depois do fechamento da Sociedade Econômica, em 1799¹².

Como na Guatemala, novamente em Cuba, as Sociedades Econômicas de Amigos do País, desempenharam papéis expressivos nos processos de incentivo às ciências e particularmente à criação de museus. Por iniciativa dessa sociedade local, com objetivos de desenvolver a agricultura, o comércio e a instrução para os jovens, foi organizado em 1819, um Jardim Botânico e um Laboratório de Química e, em 1823, um Gabinete Anatômico, com peças anatômicas, trazidas de Florença destinados às aulas de Anatomia e Fisiologia, que funcionava no convento de San Agustín¹³. Referem-se a esse espaço e a essas coleções, as organizações dos futuros museus que se criaram ao longo do século.

Desdobramentos da política ilustrada que Espanha adotou no século XVIII, tais gabinetes e museus integraram o conjunto de iniciativas que marcariam a consolidação da História Natural na América. Nessas iniciativas se inseriu também a Casa Botânica criada e dirigida por José Celestino Mutis que funcionou em Bogotá no contexto dos trabalhos que ele coordenou da Real Expedição Botânica ao Novo Reino de Granada entre 1783 e 1816¹⁴.

Embora as expedições científicas espanholas tenham colaborado para a organização dos primeiros museus na América, e mesmo instruído estudantes como nas iniciativas das Sociedades Econômicas de Amigos do País na Guatemala e em Cuba, seus objetivos explícitos continuavam a ser o envio de coleções para o Real Jardim Botânico e para o Museu de Madri, que havia sido criado por Carlos III em 1772.

E esses também eram os objetivos da Casa de História Natural, criada no Rio de Janeiro, em 1784, no ambiente da política ilustrada e da diversificação da economia luso-brasileira do final do século XVIII. Além da organização de academias literárias, que possuíam gabinetes, e jardins botânicos em algumas regiões do país, a “Casa dos Pássaros”, como era conhecida, foi criada pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos, para facilitar o cumprimento das ordens emitidas por Lisboa, de envio de produtos natu-

rais. Lá ficavam expostos enquanto aguardavam o embarque, pássaros e outros animais vivos ou preparados e montados, mas divididos apenas por famílias, sem determinação de gênero ou espécies, dado que não havia quem fosse capaz de classificá-los¹⁵.

Francisco Xavier Cardoso Caldeira, “Xavier dos Pássaros”, primeiro responsável por essa “Casa de História Natural” treinou aprendizes. Um deles, João de Deus Mattos que por volta de 1806, aprendia sua arte, teve sua vida toda vinculada ao futuro Museu Nacional do Rio de Janeiro¹⁶. Xavier dos Pássaros morreu em 1810. Para substituí-lo na função de Inspetor da Casa de História Natural foi nomeado o doutor em Filosofia e oficial do Real Corpo de Engenheiros, Luís Antônio da Costa Barradas. Os “empregos” do museu - que correspondiam aos salários dos funcionários da Casa, só foram extintos em 1813, quando a Corte portuguesa já estava no Brasil. As coleções armazenadas foram provavelmente transferidas para Academia Militar, criada em 1810.

Articulada ao plano maior, que inclusive pressupunha o funcionamento dos Museus de Coimbra, Ajuda e da Academia de Ciências em Lisboa, a “Casa dos Pássaros” funcionou regularmente durante mais de 20 anos. Integrou como parte essencial o conjunto dos museus do Império luso-brasileiro. Adequou-se perfeitamente, a sua função de entreposto colonial, no âmbito da política de valorização dos recursos naturais, que tendo como o eixo o Brasil, permitiu o melhor conhecimento de Goa, Macau, Guiné, Moçambique e Angola¹⁷.

Apesar de todos os fatores que sempre vão estar presentes na difícil história de sobrevivência dos museus - controvérsias científicas, guerras de independência, falta de apoio financeiro ou, pessoal capacitado para os serviços necessários -, remanescentes dessas primeiras coleções vão ser encontrados nas origens dos novos museus que se organizam no século XIX, no México, Cuba, Brasil ou na Colômbia, onde na Casa Botânica de Mutis, seria instalado o futuro museu nacional.

Mas se continuidades podem ser identificadas quanto a coleções, investigações de território, projetos culturais e científicos em curso desde o final do período colonial, estes agora assumem novo caráter.

Os novos museus se constituiriam em sua maioria associados aos processos de independência de cada país: Argentina (1812), Brasil (1818), Chile (1822), Colômbia (1823), México (1825), Peru (1826), Uruguai (1837).

E, no contexto desses processos de ruptura definitiva do antigo sistema colonial e de construção das novas repúblicas, à medida que em que os museus se constituíam em lugares

privilegiados para onde convergiam agora, os produtos da investigação dos territórios, eles também se converteriam nos símbolos responsáveis por gerar e consolidar as novas identidades nacionais que se forjavam.

No caso brasileiro, então, que a inversão do pacto colonial, transformou a colônia em sede da Metrópole, a nova situação *suus generis* conferiu ao museu que se construiu em 1818, no Rio de Janeiro, um caráter metropolitano, universal, que não se alterou quando da independência, mudando apenas de nome para Imperial e Nacional.

OS MUSEUS da América espanhola independente

Uma das primeiras considerações a se ter em mente quando se fala da construção de museus na América Latina, refere-se aos contornos territoriais dos atuais países, que diferentemente do caso brasileiro, se alteraram significativamente desde a formação das primeiras repúblicas no início do século XIX.

Ao longo de todo o século XIX, em que o Brasil foi se constituindo como nação, mesmo que às custas das guerras separacionistas, seu imenso território foi mantido unificado. Assim, quando falamos de Museu Real (até 1822) e Museu Imperial e Nacional depois disso, no Rio de Janeiro, esta instituição tinha um caráter geral e nacional. Caráter esse, atestado inclusive pela preocupação constante de seus diretores com a reunião de coleções que sancionavam como representativas de todo o território, incorporando inclusive, coleções enviadas do Uruguai nos anos de 1821 a 1825 em que este país foi anexado ao Brasil.

No caso do Vice-Reinado do Rio da Prata - que abrangia os atuais Uruguai, Bolívia, Norte da Argentina, Paraguai e Chile, com a independência chilena de 1813, - este se constituiu nas Províncias Unidas do Rio da Prata em 9 de julho de 1816, pela independência proclamada em Tucumán. Nos diferentes contextos sócio-políticos que se sucederam, museus nacionais seriam construídos na Argentina tanto em 1812 e 1823 em Buenos Aires, como em 1854, em Paraná¹⁸, então capital da Confederação Argentina, que havia se separado de Buenos Aires, em 1853.

Assim, em 27 de junho de 1812 a Assembléia Nacional Constituinte Argentina decretou que se estabelecesse um Museu de História Natural em Buenos Aires. As primeiras coleções do então chamado “Museo del País” começaram a ser reunidas durante o ano de 1813 e foram depositadas provisoriamente na Biblioteca Pública. Um dos grandes incrementos do Museu, foram as coleções de fósseis doadas pelo naturalista Muñoz em 1814, que constam da relação - “*Objetos de História Natural e instrumentos para começar a formar um gabinete*” -, e incluem amostras do reino animal e mineral, além de diversos aparelhos como um microscópio de 6 graduações, termômetros, prismas, etc.¹⁹

Mas, foi só a partir de 31 de dezembro de 1823, que foi organizado simultaneamente a uma escola de física, o então “Museo Público”, com a reunião daqueles e outros objetos de História Natural nas salas do andar superior do Convento de Santo Domingo. Estes objetos resultaram em grande parte do cumprimento das instruções enviadas em 1823, por Rivadávia - secretário do Triunvirato do Governo: “*Circular a los gobernadores intendentes y respectivos Cabildos para que remitieran a la Capital las producciones extrañas de los tres reinos para la formación de un museó*”. Suas ainda modestas coleções eram descritas em 1827, pela “Cronica Política de Buenos Aires” como a garantia de um futuro promissor para o ensino das ciências físicas e naturais no museu:

“De todos nossos recentes estabelecimentos, o que atrairá algum dia a atenção dos estrangeiros, assim como hoje excita pouco a dos nacionais é o gabinete de física e de História Natural, que se aumenta silenciosamente no Covento de Santo Domingo. Apenas conta seis meses de existência, ainda que a primeira demanda que se fez à Europa, para compra de instrumentos teve lugar em 1823 (...) O estabelecimento de Santo Domingo não é todavia o que deverá ser. Segundo os planos do governo se devem reunir naquele sítio os objetos relativos ao ensino das ciências físicas e naturais. Por conseguinte deve haver um laboratório de química, um gabinete de física e um museu de zoologia, de mineralogia e de botânica. O Museu de que falamos se deve em grande parte ao zelo dos senhores Carta e Ferrari”.

Seis anos depois, outra notícia sobre o Museu mencionava 800 objetos do reino animal, além de mais 1.000 insetos, e 1.500 peças do mundo mineral, que reuniam coleções compradas em Paris, além de 1.505 moedas de cobre e prata²⁰.

No Chile, um Museu de História Natural foi pensado, como o seria na Colômbia, no contexto das diretrizes educativas que se estabeleceram na consolidação do processo de emancipação política do país.

A organização de um Museu Nacional²¹ na Universidade de San Felipe em Santiago foi proposta em julho de 1813, recém instalada a República, no mesmo decreto que criou o Instituto Nacional – instituição modelo da nova educação republicana, que teria um papel central na formação das elites chilenas.

A reconquista espanhola de 1814 e as lutas pela consolidação definitiva da independência até 1818, fariam com que a proposta de organização do museu esperasse até o ano de 1822. Para dirigi-lo, assim como “realizar uma viagem científica por todo o território chileno, com o objeto de estudar a Geologia do país, seus minerais e demais objetos de História Natural” foi contratado o francês Juan José Dauxion Lavaysse, que ficou famoso na história do Chile, como um ‘aventureiro’, que não cumpriu sua missão, embora permanecesse no cargo até sua morte em 1830.

Em 1830, para novamente organizar outro gabinete de História Natural com as “principais produções vegetais e minerais do território” e, estudar a História Natural, o governo chileno contratou outro francês, Claude Gay (1800-1873), que estudara medicina e farmácia em Paris e fora coletor do Muséum d’Histoire Naturelle. No Chile, Gay era, desde 1828, professor de Ciências Naturais no Colégio de Santiago, e durante nove anos realizou suas viagens de exploração pelo país e pelo Peru, para escrever sua “História física e política do Chile”, publicada em 1855.

O novo museu foi organizado somente em 1838, com numerosíssimas amostras de animais, vegetais e minerais colecionadas durante as expedições científicas de Claude Gay, e com um princípio de coleções de antiguidades chilenas. E, em 1839 foi transferido para um prédio construído para abrigá-lo, juntamente com a Biblioteca Nacional. Quando Gay retornou à França em 1842, ao que parece, levou grande parte das coleções e o Museu ficou a cargo dos decanos da Faculdade de Ciências Físicas e Naturais da Universidade do Chile.

No caso da República da Grã-Colômbia, entre 1818 e 1830, esta era constituída pelos países: Venezuela, Equador e Nova Granada. Depois da separação da Grã-Colômbia, Colômbia e Panamá conservaram o nome de Nova Granada até 1858. Assim à época de sua construção, em

1824, o Museu de Bogotá, tinha um caráter nacional para toda a república, o que pode explicar em parte a não existência, ou organização mais tardia de museus nacionais, nos atuais países, que então conformavam estas repúblicas.

Mas já era explícita a preocupação com a organização de museus regionais. Na lei de “Instrucción Pública de la Gran Colombia” de março de 1826, por influência de José Maria Vargas - médico e naturalista ilustrado, primeiro reitor da Universidade Central da Venezuela republicana que chegou a ser posteriormente por alguns meses presidente desse país -, se determinava que em cada Universidade, das capitais dos departamentos: Cundinamarca, Venezuela e Equador, deveria haver uma biblioteca pública, um gabinete de História Natural, um laboratório químico e um jardim botânico com os assistentes necessários, além das respectivas cátedras²².

Assim como José Longinos Martínez participou da organização dos primeiros museus no México e Guatemala, Mariano Eduardo de Rivero y Uztáriz (1798-1857), engenheiro peruano formado pela Escola de Minas de Paris, foi o primeiro diretor tanto do Museu Nacional de Bogotá (1823-1825) como do Museu Nacional do Peru (1826/36).

O Museu de História Natural²³ e a Escola de Mineração de Santa Fé de Bogotá integraram as medidas político-educacionais implementadas quando da independência da Grã Colômbia, com o objetivo explícito de incentivar os estudos e as atividades de mineração no país. As guerras pela independência, afetaram profundamente o setor mineral da região entre 1801 e 1820. Conscientes desta situação os governantes, que mantiveram os ideais ilustrados do período anterior, depositavam as esperanças de prosperidade do país na riqueza de minerais preciosos e na reativação das explorações mineiras. Viram na educação - na difusão dos conhecimentos técnicos - o meio mais garantido e eficaz para alcançar o desenvolvimento da exploração mineral.

Francisco Antonio Zea - um dos colaboradores da Expedição Botânica, do período colonial e que posteriormente dirigiu o Jardim Botânico de Madri - foi o responsável por contratar em Paris, onde era “embaixador” da recém constituída República, um grupo de naturalistas para estabelecer as duas novas instituições educacionais e científicas. Entre outros responsáveis pelos estudos de botânica, fisiologia e anatomia comparada, Mariano Eduardo de Rivero y Uztáriz foi encarregado da organização e direção da Escola de Minas e do Museu de História Natural, que incluía

um laboratório Químico e uma biblioteca de História Natural, e Jean Baptiste Boussingault, químico e engenheiro de minas pela Escola de Minas de Saint-Etienne, foi encarregado de lecionar Mineralogia e Química.

O decreto de criação do Museu, que também ordenava a realização de expedições para avaliação das minas, é bastante revelador das prioridades e esperanças depositadas então nas atividades da mineração no país. Este decreto considerava uma 'feliz oportunidade' que a República pudesse promover e difundir as Ciências Naturais, porque desta forma poderia obter as 'vantagens' de que não continuassem ocultos no mesmo lugar em que a natureza os produzira "os ricos metais e outros muitos objetos do reino mineral que abrigam em seu seio nossos vales e montanhas".

Ao museu cabiam as cátedras de Mineralogia e Geologia, Química Geral e Aplicada às Artes, Anatomia Comparada, Zoologia, Entomologia, Conchiologia, Botânica, Agricultura, Desenho, Matemáticas, Física e Astronomia. Na Escola de Mineração, o ensino mais técnico voltava-se para Matemáticas simples e aplicadas às máquinas, Física, Mineralogia e Geologia, Química Analítica e Metalurgia, Geometria Descritiva e Desenho.

Inaugurado em 4 de julho de 1824, a "Gaceta de Colombia" de 18 de julho de 1824, divulgando instruções para o envio de produtos para o Museu descreve entre suas primeiras coleções: uma coleção de minerais europeus e de outras diferentes regiões, organizada segundo o sistema de Haüy; alguns "pedaços de ferro meteórico", encontrados em diferentes áreas da República, convenientemente analisados por Rivero e Boussingault; muitos ossos gigantesco de animais desconhecidos encontrados na região de Suacha; uma múmia encontrada cerca de Tunja, com sua manta bem conservada, apesar de seus supostos mais de 400 anos; insetos de "extraordinária formosura"; vários mamíferos, répteis, peixes e alguns instrumentos indígenas muito bem feitos; além dos aparelhos do laboratório e de uma sala de desenhos.

As instruções detalhadíssimas que acompanhavam a solicitação de envios de coleções, além de recomendar o uso de pimenta ou tabaco junto aos esqueletos de animais para evitar que os insetos os destruíssem, pedia as localizações exatas das coletas e os nomes dos doadores para que constassem para sempre no museu. E esperava que com a ajuda de tais pessoas em alguns anos o museu pudesse competir com os gabinetes europeus, pois eram incalculáveis as riquezas colombianas que se poderiam reunir.

Rivero e Boussingault realizaram várias expedições de exploração do território e inspecionaram várias minas de prata e ouro visando (e obtendo em vários casos) o reinício de suas explorações. Em 1825, Rivero deixou Bogotá para fixar-se em Lima, onde organizou e foi o responsável por cerca de dez anos do Museu Nacional peruano. À saída de Rivero as atividades do museu colombiano declinaram. Nos anos sessenta, após diversas tentativas de reorganização o Museu Nacional foi incorporado à Faculdade de Ciências Naturais de Bogotá.

As propostas de organização de um museu no Peru²⁴ datam do período de lutas pela independência. Ainda não constituída a República, em 2 de abril de 1822, um decreto presidencial que proibia a exploração de objetos que se encontravam nas “huacas” (covas) menciona que estes, uma vez já retirados, deveriam se destinar ao museu nacional. Impedida qualquer iniciativa nesse sentido pelas guerras de independência, 4 anos mais tarde Mariano Rivero iniciava novamente a criação de um museu. Embora a situação política e econômica do país tenha impedido em muito o avanço do projeto, em 1836, Rivero e outros colaboradores haviam conseguido reunir uma mostra significativa das riquezas culturais e naturais do país e o museu foi formalmente criado em 1836, tendo sobrevivido até 1882.

No México, até 1802, “restos” do Gabinete de História Natural inaugurado por Longinos permaneciam em uma sala para exposição pública no colégio jesuíta de San Ildefonso, sobre o qual há referências que reunia coleções de “antiquilhas e pedras antigas” desde 1697. Possivelmente a partir dessas coleções, em 1822 se estabeleceu na Universidade do México um Gabinete de História Natural, que com a independência, se tornaria em 1825, o primeiro Museu Nacional do México. Desde essa época os vínculos do Museu Nacional seriam permanentes com a Universidade e sempre destacados em suas histórias, como nos demais museus latino-americanos, seus objetivos de servir ao ensino.

Na década de 1830, um novo Museu Nacional foi fundado pela fusão do Conservatório de Antiguidades Mexicanas e este Gabinete de História Natural, aos quais se somaram uma ampla coleção de minerais. Desde fins de 1825 até 1834, o diretor desse Museu foi o padre e médico Isidoro Ignacio de Icaza. Em fins de 1839, a Marquesa Calderón de la Barca em seu livro “La vida en México durante una residencia de dos años en ese país” refere-se às coleções desse museu, destacando além dos objetos arqueológicos, “uma boa coleção de minerais e algumas espécies muito

finas de ouro e prata”, embora as coleções vegetais e os animais fossem muito deficientes, para um país que parecia destinado pela *natureza* “a ser o grande império de todas as ciências naturais”²⁵.

No museu mexicano, assim como no Peru e em outros museus da América Central que se criariam na segunda metade do século XIX, a presença das antiguidades locais, foi uma marca característica desde suas primeiras coleções. E a estas coleções se identificam as tentativas de se estabelecer continuidades históricas lineares, como no caso mexicano, desde os astecas até as novas nacionalidades que se construíam²⁶. No entanto estas apropriações e expropriações das antigas culturas indígenas para representar possíveis vínculos com um passado destruído pelo colonizador, ou que antecedia a ocupação, não deixaram de incorporar as ambiguidades resultantes da assimilação da herança colonial ilustrada e das concepções universais de museus. Por longos anos esculturas em pedra de deusas astecas que estavam na Universidade para estudos, não foram consideradas apropriadas para exibição no museu, ao lado das réplicas gregas e romanas que estavam expostas.

Um novo Museu Nacional que se destacaria na investigação das ciências naturais e arqueológicas no México imperial, seria novamente inaugurado pelo imperador Maximiliano de Habsburgo, em 1866.

Contemplados brevemente alguns aspectos das propostas iniciais que orientaram a criação dos museus na América de colonização espanhola, vejamos então como o governo português instalado no Brasil idealizou nosso “Museu Geral Brasílico”, considerando em maior detalhe suas “Instruções”, que como em diversos outros museus latino-americanos, também estiveram na base da organização desse museu.

UM MUSEU METROPOLITANO NOS TRÓPICOS: a construção do Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro

Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional brasileiro da segunda metade dos anos setenta ao início da década dos noventa, atribuiu a criação do então Museu Real, em 6 de junho de 1818, ao casamento de D. Pedro de Alcântara com D. Leopoldina, que trouxe consigo a missão de naturalistas coordenada por von Schreibers, diretor do Museu de História Natural de Viena.

De fato, a criação do museu seis meses depois da chegada da Arquiduquesa, ela própria uma interessada no estudo e nas coleções de

História Natural, pode sugerir tal influência, a que sem dúvida, somaram-se outros fatores, tampouco desprezíveis para uma recuperação das origens do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

O Brasil, diferentemente das demais repúblicas latino-americanas que começavam a se constituir, já havia se tornado a sede do Império português desde 1808 e havia sido elevado à categoria de Reino Unido desde 1815. E uma vez no Brasil, a Corte portuguesa dera continuidade aos seus projetos ilustrados.

Do ponto de vista das iniciativas científicas a transferência da Corte não significou nenhuma negação ao seu processo de adesão a ciência moderna. As instituições que se criaram aqui foram aquelas consideradas essenciais desde as reformas pombalinas, entre as quais se incluíam além das escolas superiores, os jardins botânicos e museus.

A partir do decreto de criação do Museu Real em 6 de junho de 1818 - que se refere à compra das casas para abrigar o Museu e à transferência das coleções existentes na Academia Militar e em outros lugares - iniciaram-se os esforços para a viabilização da nova instituição. Pintaram-se as casas e as coleções foram transferidas sob a curadoria do ilustrado frei José da Costa Azevedo.

As coleções transferidas reuniam além da “coleção Werner” - os 3.326 exemplares mineralógicos, comprados da Academia de Minas de Freiberg para o Museu da Ajuda e possivelmente classificados por Werner -, algumas peças herdadas da Casa do Pássaros e as primeiras doações que o próprio D. João VI fizera: um vaso de prata suportando um grande coral esculpido representando a batalha de Constantino contra Mazencio; algumas antiguidades, como duas chaves romanas, um pé de mármore com alparcata grega, uma arma de fogo marchetada de marfim da Idade Média, vários quadros, dois móveis contendo modelos de oficinas das diferentes artes e ofícios que serviram à instrução dos príncipes portugueses.

Costa Azevedo havia sido professor de Filosofia Natural da instituição que foi um dos marcos fundadores desse ensino no país, o Seminário de Olinda, inaugurado em 1798. Na época, era professor de História Natural e Química na Academia Militar. Entre sermões e obras sobre o clima do Rio de Janeiro e a salubridade dos ares de Olinda, Costa Azevedo ensinava Mineralogia e classificava as amostras minerais do museu a partir dos “Elementos de Mineralogia, segundo o método de Werner”, que siste-

matizara. Auxiliado por João de Deus de Mattos no cuidado com as coleções já desde a Academia Militar, com a fundação do museu, passou a utilizar as novas salas e coleções para suas aulas. Em 1819 o Jardim Botânico foi anexado ao Museu e no mesmo ano foi publicada a “Instrução para os viajantes e empregados nas colonias sobre a maneira de colher, conservar e remetter os objectos de História Natural”²⁷.

Como o decreto de criação do Museu, pelo seu caráter de estabelecimento de medidas administrativas não se ocupou de como se daria a viabilização da finalidade específica do Museu de “propagar os conhecimentos e os estudos das ciências naturais no Reino do Brasil”, o que, consideramos, foi feito por essa “Instrução”. Esse documento, inúmeras vezes retomado pelos primeiros diretores do Museu parece expressar o ideal de funcionamento do Museu Real e depois Imperial e Nacional do Rio de Janeiro, em seus primeiros vinte e cinco anos de existência.

A “Instrução” expõe em detalhes as concepções de Ciências Naturais e Museus vigentes então e fornece orientações específicas para que pessoas “não dadas a esta qualidade de estudos” pudessem remeter os produtos ao Museu.

Referindo-se especificamente ao Museu e ao Jardim Botânico, a “Instrução” divulgava as concepções de História Natural de Vandelli, Buffon, Geoffroy Saint Hilaire, para vinculada a elas, propor a organização ideal do “Museu Geral Brasilico”. Este se apoiaria em uma rede de Gabinetes de História Natural locais, em intercâmbios com outras nações, em trabalhos de naturalistas, especificamente empregados para este fim e em um laboratório químico para completo conhecimento das produções naturais.

Vandelli, professor de História Natural da Universidade de Coimbra reformada, é lembrado para explicar que no “estado atual do mundo e do Brasil [...] não consiste pois o estudo da História Natural na simples nomenclatura, mas nas observações, e nas experiências para conhecer as relações, a ordem da natureza, sua economia, polícia, e formação da terra, e revoluções que sofreu, e enfim as utilidades que se podem tirar das produções naturais, além das conhecidas”²⁸.

Estudo esse, que não poderia mais ser feito em viagens de alguns anos ou meses, nem tampouco somente através de informações, ou apenas pelos naturalistas europeus. Pelo contrário, “só de naturalistas dignos e judiciosamente empregados no Brasil por toda a sua vida se poderá espe-

rar uma série de observações sabiamente feitas, comparadas e sistematizadas, que ponham em toda a luz a natureza inteira desta Parte, e nos ensinem os modos de convertê-la em nosso proveito. Até, desairoso será para os naturalistas Americanos esperar que os naturalistas europeus venham fazer as ricas colheitas científicas no novo mundo [...]”²⁹.

- A “Instrução” mantinha o modelo europeu dos museus metropolitanos apoiados em uma rede de museus provinciais para abastecimento do museu central, uma vez que as concepções de ciências reinantes explicavam que “a experiência tem mostrado, que há produtos de cada um dos três Reinos da Natureza, exclusivos de certas capitâneas e paragens do Brasil (o que era de se esperar por causa das condições climáticas)”³⁰.

Mas não só. Nossos naturalistas e primeiros organizadores do Museu Nacional acreditavam na ciência de Buffon, segundo a qual

“era demonstrado que todos os animais, que não têm meios de atravessar o Oceano, são na parte Meridional d’América (não obstante certa analogia de forma) diferentes na espécie, e até, em famílias inteiras, dos Animais das outras partes da Terra, ainda dos da América Setentrional, é claro que só desta Parte Meridional os Museus do Mundo podem ser providos dos Animais, que aqui são exclusivamente produzidos [...]. Destas óbvias considerações [...] é evidente que devemos por todo o cuidado em conhecer os Produtos Naturais desta importante Parte do Mundo; e esperar dele grandes resultados para as Ciências e para as Artes. Convém agora que os Naturalistas à vista de tantas espécies, gêneros e famílias novas de animais, que se encontram no Novo Mundo, verifiquem o princípio novo e fecundo em aplicações sobre analogia de estrutura que existe entre os peixes, os pássaros, os quadrúpedes e o homem; princípio que o sábio naturalista M. Geoffroy St. Hilaire desenvolveu em uma série de Memórias.”³¹

Estas eram as funções do Museu - identificar os produtos naturais únicos dessa parte do mundo, para o proveito das Ciências e das Artes e deles prover os Museus do Mundo. Para concretizá-las foram necessárias as minuciosas informações, presentes em todas as orientações para a formação de coleções, como no caso dos museus argentino, colombiano.

Os Governadores de cada Província deveriam organizar duas coleções completas de todos os produtos da sua região, enumerando igualmente as séries, das quais uma seria remetida para o Rio de Janeiro e a outra depositada em um Gabinete de História Natural local, que reuniria apenas

os produtos de cada região. Uma vez recebidos os produtos no Rio de Janeiro, estes deveriam ser arranjados de maneira a formar um catálogo. O método sugerido era o mesmo seguido por Manuel José Barjona, encarregado do Museu da Universidade de Coimbra³². Uma vez elaborado o catálogo, este seria remetido para as Províncias que dispunham então de um catálogo semelhante e “por esta forma teríamos arranjado o nosso Museu Geral Brazílico”³³.

O caráter metropolitano e universal, proposto para o museu, se evidencia à medida em que a “Instrução”, considerando a circunstância de ser então o Rio de Janeiro, a sede da Monarquia portuguesa, atentava também para a necessidade de que houvesse no Museu...

“[...] os Produtos Naturais de todas as nossas Ilhas, Possessões d’Ásia³⁴ e África, do Reino de Portugal e finalmente de todo o Mundo. A respeito das Ilhas e Possessões Africanas e Asiáticas, conviria que entre o Museu do Rio de Janeiro e todos os Governadores daquelas partes houvesse as mesmas relações que com os do Brasil.”³⁴

E, dada a total inversão da situação geo-política, sugeria a “Instrução” que cópias do catálogo fossem enviadas aos Reais Museus da Ajuda em Lisboa, e da Universidade de Coimbra, e que fossem enviadas as duplicatas dos itens dos quais o museu do Rio de Janeiro pudesse abrir mão.

Os intercâmbios com outros países também eram contemplados pela “Instrução”, que proponha que os Ministros e Cônsules portugueses nos diferentes países facilitassem a obtenção de coleções e correspondência como forma de enriquecimento mútuo dos museus e multiplicação dos conhecimentos.

E de fato, também no caso brasileiro esses intercâmbios internacionais, que iriam se consagrar ao longo do século XIX como a forma mais eficiente de se constituir coleções de caráter universal, se efetivaram. A princípio esses parecem ter sido considerados como “trocas de presentes” de e para Sua Majestade Imperial, que os mandava “coletar” ou depositar no Museu. E através deles se pode visualizar aspectos do acervo inicial do Museu Nacional, bem como outras particularidades em relação aos cuidados no transporte dos produtos e mesmo quanto à moda da conchiologia, característica do final do século XVIII, que persistia.

Segundo a “Lista dos presentes que Sua Magestade Imperial destina para Ultramar” em 1825, foram, não se sabe exatamente para onde, “17 caixas com cujas tampas em vez de pregadas vão parafusadas evitando o uso do martelo para que não se desarranjem ou se despedacem”. Entre “quadros e arranjos de flores e frutas feitos de conchas”, foi enviado “um grande número de pássaros de cores as mais vivas - cardeais, beija-flores, periquitos, tiês, pica-paus tucanos - uma garça branca, algumas aves de rapina, várias aquáticas ainda não conhecidas, uma nova espécie de colhereiro cor de rosa; além de insetos, borboletas, cobras.”³⁵ Das Ilhas Sandwich, em 1824, vieram peças etnográficas para o Imperador que as doou para o Museu; uma coleção de objetos mineralógicos foi enviada para o Gabinete de Mineralogia do Príncipe da Dinamarca, que se prontificava a enviar outros em troca; de Gênova, chegou um caixão com produtos mineralógicos e geognósticos do Vesúvio; do diretor do Museu de Roma, vieram em diferentes ocasiões, caixões com produtos zoológicos e mineralógicos solicitando intercâmbios; o Ministro Plenipotenciário do Brasil em Paris, mandou um vaso do tempo dos Lombardos. O intercâmbio direto com o Museu Real de Berlim, intermediado pelo naturalista Sellow, em 1827, foi o primeiro de que se tem registro. A diretoria daquele museu remeteu em troca de coleções brasileiras, uma coleção de aves, com sua relação, pretendendo “por esse meio estabelecer uma correspondência regular com o Museu dessa Corte, o que sem dúvida é de reconhecida vantagem às luzes de uma e outra nação”.

Além de intercâmbios a “Instrução” continuava orientando os possíveis correspondentes sobre detalhes (etiquetas, numeração, anotações de localizações, possíveis usos, etc..) de como enviar produtos de cada um dos três reinos da natureza e objetos das “artes” de outros povos.

Não inteiramente de acordo com tais medidas, mas evidenciando, que estas tiveram repercussão, em 1826, o médico e físico-mór de Belém, no Pará - Antônio Corrêa de Lacerda, que se ocupava de sua “Flora Paraense”, com 1.479 plantas classificadas segundo os sistemas de Jussieu e Linneu, discutia com o diretor do Museu Nacional as orientações da “Instrução” que recebera.

Advogava “proteção” aos naturalistas nacionais e suas restrições quanto ao envio de espécies novas e desconhecidas, ainda não denominadas, para o Rio de Janeiro, deviam-se ao fato de que, daí, elas podiam ser mandadas para os museus europeus e classificadas, sem menção ao trabalho dos naturalistas brasileiros.

Sentia que “as nações estrangeiras diariamente nos tiram a glória de descrevermos e classificarmos os nossos produtos naturais. Sua Magestade Imperial [...] devia embelezar o esplendor de tanta glória mandando naturalistas e desenhadores, por todo o Império a fim de analisarem, descreverem e desenharem as diferentes plantas e animais, que a natureza, a própria, sobejamente lhe prodigalizou. Quando isto não seja possível parece convinha ao menos mandar pelas diferentes províncias homens que saibam extrair as peles de animais, conservá-los e empalhá-los [...]. Pelo que pertence porém aos que se podem conservar em espírito de vinho, querendo fazer mais um esforço em prol da glória de Sua Magestade Imperial, encarregar-me-ei do seu acondicionamento e remessa, se o governo mandar ver e puser a minha disposição, os necessários vidros. Porém para se evitarem remessas baldadas convém que do Rio de Janeiro se mandem relações com os nomes sistemáticos e vulgares dos diferentes animais que o Museu possui [...]. Pará, 18 de janeiro de 1826”.

Apesar de suas dificuldades Antônio Corrêa de Lacerda enviou animais e aves do Pará, classificadas segundo o sistema natural de Cuvier. Seu valor foi destacado por Custódio Alves Serrão, então diretor do Museu Nacional, já que os animais enviados eram característicos “do clima do Equador e dos lugares regados por grandes rios”, o que os diferenciava dos demais produtos zoológicos já obtidos de outras regiões do Império.

E como desde então, a distante e desconhecida província do Pará já povoava de sonhos de riqueza o imaginário dos naturalistas e das autoridades brasileiras, foi aceita a sugestão, de que se encarregasse uma “pessoa hábil” para o trabalho de coligir e arranjar os produtos naturais naquela província.

Ainda de acordo com o explicitado na “Instrução”, foi estabelecido “um bom e bem provido Laboratório Químico” no Museu, o qual era essencial para a identificação e classificação dos produtos, que afinal se acumulavam no Museu, exatamente para serem analisados, identificados, classificados e rotulados segundo suas propriedades e utilidades: “depois de se conhecer grande número de produtos naturais do Reino do Brasil convirá que haja um único Laboratório onde sem dúvida se verifiquem as suas naturezas e se façam todas as composições de uso na Medicina e nas Artes.”³⁶ Autorizada a compra em Paris dos instrumentos solicitados pelo Diretor do Museu e uma vez instalado o laboratório, nele trabalharam os primeiros diretores do Museu, analisando recursos minerais, e particularmente as amostras de carvão de pedra, que chegavam de diversas regiões do país.

A “Instrução” ainda arrolava os nomes de naturalistas nacionais e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento das ciências naturais, bem como daqueles que estavam no momento a serviço no país e que eventualmente poderiam ser consultados, nas localidades em que se encontravam para auxiliar no envio de produtos para o Museu ou Jardim Botânico. Entre esses eram mencionados: Manuel Ferreira da Câmara, Sebastião Navarro de Andrade, João da Silva Feijó, Frei José da Costa Azevedo, Frei Leandro do Sacramento, Francisco Vieira Goulart, José Vieira Couto, Pedro Pereira Correia de Senna, José Caetano de Barros, Sellow, Freyeiss, Scott, Pohl, Natterer, Roque Schuh, Auguste de Saint-Hilaire, Monlevade, Acard, além de outros correspondentes do “Jardin des Plantes” de Paris, espalhados por todas as províncias que não se sabia os nomes.

Os planos de constituição do ‘Museu Geral Brasílico’ se adequavam às funções que se esperava destas instituições, segundo as concepções da História Natural de então. Funções essas, que implicavam em uma dualidade de papéis a desempenhar, característica de nossa peculiaridade de “Império Colonial”. Por um lado o Museu do Rio de Janeiro se constituiria enquanto Museu Metropolitano – um símbolo do urbano e da civilização – na nova nação que se constituía na América.

Seria um centro receptor dos produtos das províncias brasileiras e possessões do “ultramar” e manteria intercâmbios com outras nações para dispor de coleções de caráter universal, quer quanto aos produtos, quer quanto as suas procedências. Este ideal de funcionamento e organização do Museu Metropolitano, agora no Rio de Janeiro, concretizado pela “Instrução” seria sucessivas vezes retomado ao longo do século XIX. Os diferentes diretores, sempre lembrando a “Instrução”, buscariam incrementar o intercâmbio com as províncias, quer pela remessa de duplicatas do Museu Nacional para incentivar a criação de museus locais, quer pelos pedidos de envio de coleções das províncias encaminhados aos seus presidentes.

Por outro lado, armazenando do modo mais completo possível os produtos locais “únicos” desta parte do mundo, o Museu atuou como “local” para os museus “centrais” europeus, podendo assim garantir durante todo o século XIX (em que pesem as mudanças nas concepções do que se entendeu por intercâmbio científico), seu lugar de provedor dos museus europeus.

Na implementação das medidas propostas pela “Instrução”, os diretores que se sucederam nas primeiras décadas de funcionamento da instituição foram todos professores de História Natural, Mineralogia e ou Química na Academia Militar, e integraram a geração de ilustrados que se não participou exatamente da Independência, contribuiu de modo decisivo para a consolidação das instituições científicas e educacionais no país no período. Todos dirigiram o Museu até 1842, quando se estabeleceu um novo regulamento, praticamente sozinhos, de acordo com o proposto na “Instrução”, a exemplo do que fazia o Dr. Barjona, em Coimbra.

Quanto ao significado dessas primeiras coleções, que a “Instrução” orientava como obter, se as retomamos desde as doações de D. João VI, passando pela compra de uma coleção egípcia pelo Imperador, ou pelos objetos etnográficos enviados das diversas partes do mundo como presentes ao Imperador que os doava ao Museu, além dos produtos naturais das diversas regiões do país e do estrangeiro, até a compra de um dromedário, é possível identificar na realidade concreta desses objetos, a idéia do Museu universal, de caráter metropolitano, construído em moldes europeus, que almejava ser completo sim, mas de coleções que representassem o mundo todo, tal qual os museus das nações civilizadas, entre as quais o novo Império do Brasil almejava ser incluído.

Nossa historiografia nunca entendeu o que fazem até, hoje aquelas múmias egípcias, tão controvertidas, no Museu Nacional.

A estas coleções somavam-se aquelas mineralógicas, que a exemplo de outros museus latino-americanos, permaneceram até meados do século como as principais coleções do Museu brasileiro, imprimindo-lhe também sua marca, musealizando sua orientação científica. No seu catálogo mais antigo e completo, de 1838, estas coleções são descritas como constituídas por: “produtos oritognósticos” 500 rochas e 4.015 amostras minerais, entre as quais os 3.326 exemplares, que embora conservando as determinações nominais wernerianas, estavam dispostos nas vitrines conforme o sistema de Haüy, aperfeiçoado por Berzelius e Beudant, considerados mais atualizados e aceitos na época. A esta coleção especialmente rica em minerais “de prata e cal” somavam-se 101 amostras de ouro e 117 diamantes de cristalizações, cores e tamanhos variados.

À diferença dos demais países latino-americanos, na ausência de universidades no país, o Museu Nacional foi durante toda a primeira metade do século, praticamente a única instituição voltada especificamente à

investigação em ciências naturais. Mas igualmente serviu ao ensino, emprestando e tomando emprestado coleções e professores das escolas da corte. Funcionou, desde seus primeiros anos até praticamente o final do século, como um órgão consultor governamental para os assuntos de mineração e recursos naturais. Em seu laboratório químico eram realizadas as análises de amostras minerais enviadas ao governo de todos os cantos do país e seus diretores eram consultados sobre pareceres técnico-científicos acerca da viabilidade ou não da exploração dos recursos minerais do país. Daí decorre fundamentalmente sua importância como uma das principais instituições científicas do período imperial brasileiro, responsável pela institucionalização das ciências naturais no país³⁷.

CONSIDERAÇÕES finais

O panorama geral das origens dos museus latino-americanos que pretendemos traçar não tem nenhum das duas tendências que ainda permeiam os estudos comparativos na América Latina. A primeira pressupõe uma visão generalizante, que pretende englobar em uma “única” e “coerente” interpretação, todos os “casos” dos países da América Latina. Essa, em nosso entender, mascara a riqueza das especificidades das experiências locais. Já a segunda, por supervalorizar os “casos”, perde de vista marcos históricos mais amplos que poderiam dar sustentação às análises sobre a América Latina.

No que se refere aos museus, algumas características centrais, em meio à diversidade das coleções, parecem similares.

As descrições em periódicos de época, os catálogos, as instruções para formação de coleções dos gabinetes e museus latino-americanos em suas origens evidenciam que aqueles se assemelhavam em tudo aos gabinetes europeus do final do século XVIII, onde monstruosidades, ossos gigantes, produtos de história natural, obras de arte, coleções mineralógicas e numismáticas, objetos arqueológicos e etnológicos conviviam lado a lado.

Criados nos moldes europeus, particularmente do museu parisiense, tiveram as exposições dos recursos naturais como parte integrante dos projetos formadores de nacionalidades, nos períodos de constituição de algumas nações latino-americanas, porque estes se apoiavam nas perspectivas de suas minerações ou demais recursos naturais que não necessariamente se viabilizaram tão promissores, quanto se desejou.

Seus decretos de criação ou atividade prática os integravam explicitamente aos novos projetos educacionais de formação das futuras elites dirigentes. Criados e recriados tantas vezes como as próprias repúblicas, sobreviveram, também com todas as dificuldades das próprias repúblicas e impérios.

Enquanto fenômenos tipicamente urbanos e espaços de socialização, os museus se constituíram à época, também na América Latina independente, como reflexos de tomadas de consciência dos valores da razão, da civilização, bem como do novo espírito científico implantado desde os projetos ilustrado hispano-americano e luso-americano.

Enquanto instituições científicas, perseguiram os critérios que regiam a seleção de coleções em todo o mundo: o raro, o desconhecido, o novo, o distante, o único - o "invisível" de Pomian. E eram exatamente esses os critérios que possibilitavam o avanço das ciências naturais, a classificação sistemática de novos produtos com seus possíveis novos nomes e usos, o envio desses produtos para os países europeus, o acompanhamento e a atualização sobre os diversos ramos das ciências naturais. Em que pesem suas especificidades, as particularidades de cada museu, de cada país, a valorização do único, do próprio, do peculiar, mas que caracteriza o todo - a definição da espécie a partir do "tipo", princípio básico da taxonomia - sempre foi a essência dos Museus em todo o mundo. E essa perspectiva também uniu os museus latino-americanos.

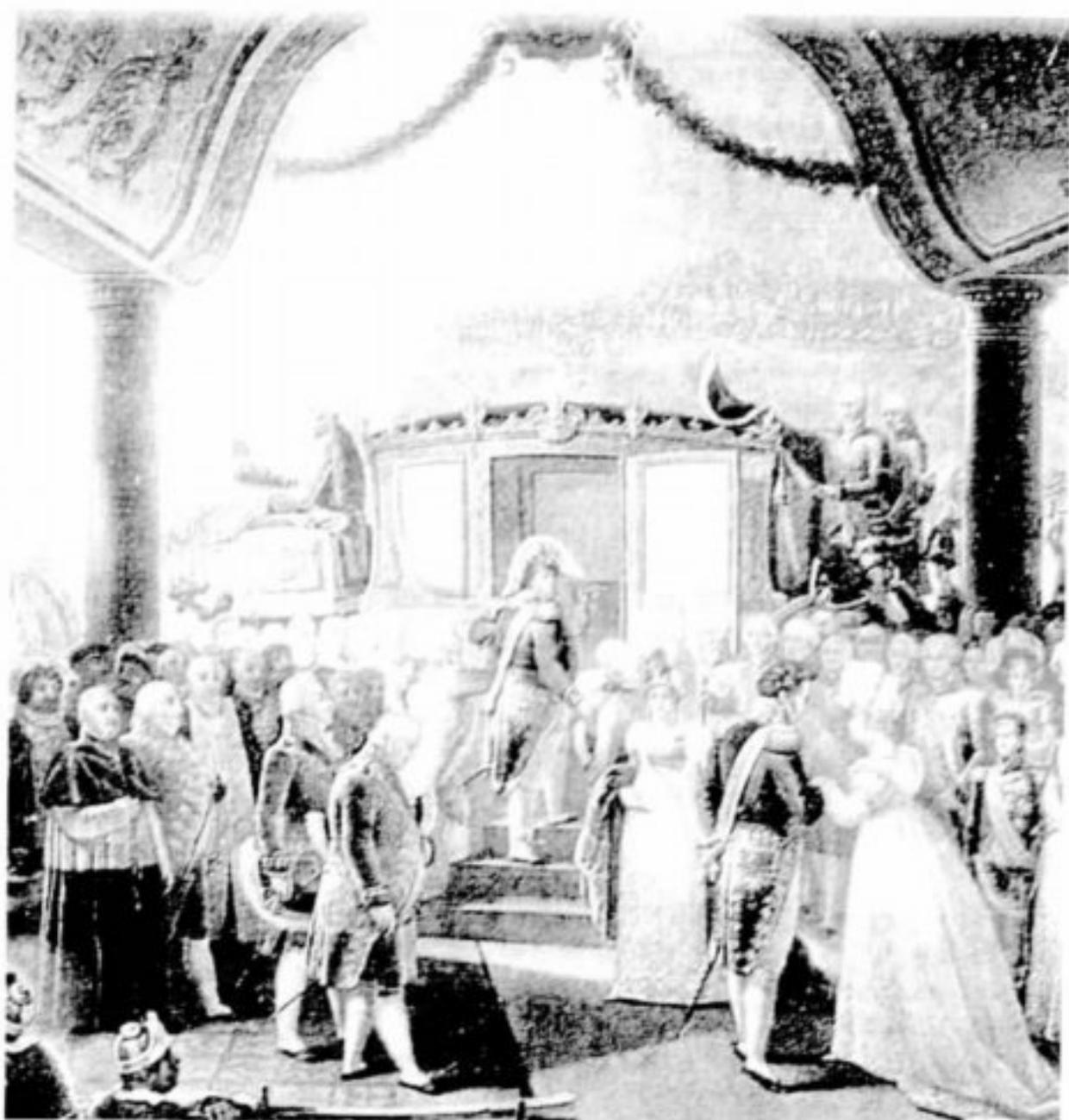
- NOTAS**
1. POMIAN, Kryzstoff. "Coleção". In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. 1 (Memória/História). Lisboa : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. P.77.
 2. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo : Martins Fontes, 1967. P. 177.
 3. FERNANDEZ, M. A. *Historia de los Museos de México*. México : 2ª ed., 1988.
 4. CATALA, Sala. "El paraíso urbanizado: ciencia y ciudad en el Brasil holandés". *Quipu* (Vol. 6, nº 1 - jan./abr. 1989). P. 55-77.
 5. DORTA, E. M. "Materiales para la Historia de la Cultura en Venezuela (1523-1828)". *Documentos del Archivo General de Indias de Sevilla*. Caracas ; Madrid : 1967. Doc. 2737, Caracas.
 6. BARREIRO, R. P. A. J. *El Museo Nacional de Ciencias Naturales (1771-1935)*. Museo Nacional de Ciencias Naturales. Madrid : Ed. Doce Calles, 1992 (1ª ed. 1935?).

7. MORALES-MORENO, L. G. "History and Patriotism in the National Museum of Mexico". In: KAPLAN, F. E. S. (ed.). *Museums and the mankind of "ourselves": The role of objects in national identity*. Leicester : Leicester Univ. Press, 1996. P. 171-177.
8. ACEVES, P. "La políticas botánicas metropolitanas en los virreinos de la Nueva España y del Perú". In: LAFUENTE, A. et al. *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid : Univ. Autónoma de Madrid, 1993. P. 287-296.
9. LANNING, J.T. *La ilustración en la Universidad de San Carlos*. Guatemala : Univ. de San Carlos, 1976.
10. MALDONADO-POLO, J. L. "La principal contribución de José Longinos Martínez en el reino de Guatemala: el Gabinete de Historia Natural". In: BÉNASSY, M.C. et al. (coords.). *Nouveau Monde et renouveau de l'Histoire Naturelle*. v. III. Paris : Press de la Sorbonne Nouvelle, 1994. P. 267-280.
11. BARRAS DE ARAGÓN, F. "Sobre o establecimiento de un Museo de Historia Natural en Nueva Guatemala y trabajos con él relacionados". (Papel impreso del Archivo de Indias procedente del legajo titulado "Guatemala". Correspondencia del Presidente de la Audiencia D. José Damas, 1797). *Boletín de la Real Sociedad Española de Historia Natural* (Tomo XLI, 1943) Madrid : 1943. P. 579-592.
12. Dez anos após a Independência, em 24 de outubro de 1831, um decreto governamental ordenava organizar um museu, novamente na Sociedade Econômica, já então reaberta e finalmente em 1864, um novo Museu Nacional na Guatemala começaria a ser organizado novamente pela 'Sociedad Económica de Amigos del País', sendo inaugurado em 7 de janeiro de 1866. MUÑOZ, L.L. "El primer Museo Nacional de Guatemala (1866-1881)". *Museo Popol-Vuh*. Universidad Marroquín. Guatemala. 1979
13. GONZÁLEZ, A. C. G. y RIVERO, A. R. "El Museo Anatomico de la Habana (La enseñanza de la anatomía, cirugía y obstetricia: 1823-1842)". *Asclepio* (Vol. 2, 1991), P. 23-48.
14. RESTREPO F. O. "La Expedición Botánica y la Comisión Corográfica: una mirada comparativa". *Senderos* 5 (25-26). Biblioteca Nacional de Colombia, 1993. P. 535-563.
15. MAIA, Emílio Joaquim da Silva. "Esboço Histórico do muzêo nacional, servindo de introdução a trabalhos sobre as principaes especies zoologicas do mesmo estabelecimento". Sección Zoologica. *Trabalhos da Sociedade Vellosiana*. Biblioteca Guanabarensis. 1852. P. 90-99.
16. As referências que se seguem sobre o museu brasileiro, quando não explicitadas estão em LOPES, Margarete M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo : Hucitec, 1997.
17. MUNTEAL Fº, Oswaldo. "Todo um mundo a reformar: intelectuais,

- cultura ilustrada e estabelecimentos científicos em Portugal e no Brasil, 1779-1808". Anais MHN (Vol. 29, 1997) Rio de Janeiro : 1997. P. 87-108.
18. Para a história desse museu que não será tratada aqui ver: PODGORNÝ, I. "Alfred Marbais du Graty en la Confederación Argentina. El Museo Soy Yo". Ciencia Hoy (Vol.7, nº 38 - 1997). P. 48-53.
19. GONZÁLEZ, A. L. *El Museo de Ciencias Naturales de Buenos Aires. Su Historia*. Buenos Aires : Min. Cult. y Educ/Ed. Culturales Argentinas, 1980.
20. O médico italiano Pedro Carta Molina, que exercera cargos de docente na Universidade de Turim e trouxera à Argentina a segunda remessa dos instrumentos comprados para o gabinete de física dirigiu as duas instituições. Em 1826, a escola e o museu se separaram e o sr. Carlos Ferrari, ajudante de Carta Molina, se tornou de fato o encarregado do museu, ocupando-se especialmente das coleções zoológicas. BABINI, J. *La Evolucion del Pensamiento Científico en la Argentina*. Buenos Aires : Ediciones La Fragua, 1954. P. 83 e 86.
21. As informações que se seguem sobre este museu estão em PHILIPPI, R. A. "História del Museo Nacional de Chile"- Boletín del Museo Nacional (Tomo I, nº 1 - 1908). P. 3-30.
22. TEXERA, Y. A. "Tras la huella perdida: la Botanica en Venezuela durante el siglo XIX". VESSURI, H.M.C. *Las Instituciones Científicas en la Historia de la Ciencia en Venezuela*. Caracas : Fondo Editorial/Acta Científica. 1987. P. 13-41.
23. Para a história desse museu, ver RESTREPO, O.F. "Naturalistas, Saber y Sociedad en Colombia". *Historia Social de la Ciencia en Colombia*. Tomo III. Colciencias, 1993. P. 17-299; ESPINOSA, B. A. "La Mision Boussingault (1822-1831), sus resultados y su influencia en la ciencia colombiana". Rev. Acad. Colomb. Cienc. (Vol. 18, nº 68 - mayo, 1991). P. 15-22.
24. LUMBRERAS, L. G. "Tres fundaciones de un museo para el Peru". In: VIZCARRA, A. C. *El Museo Peruano: utopia y realidad*. Lima : Industrial Grafica, 1996. Anexos, pp. 121-130.
25. Cf. FERNANDEZ, Op. cit. P. 128, referência 3.
26. Cf. MORALES-MORENO. Op. cit. Referência 7.
27. "Instrução para os viajantes e empregados nas colonias sobre a maneira de colher, conservar e remetter os objectos de História Natural. Arranjada pela administração do Real Museu de História Natural de Paris. Traduzida por ordem de Sua Majestade Fidelissima, expedida pelo excellentissimo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Reino do original Francez impresso em 1818. Augmentada, em notas, de muitas das instrucções aos correspondentes da Academia Real das Sciencias de Lisboa, impressas em 1781; e precedidas de algumas reflexões sobre a História Natural do Brazil, e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico em a Côrte do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro : Impressão Régia, 1819."
28. Instrução... Op.cit. P. XIX.

29. Id. P. XXIII.
30. Id. P. IV.
31. Id. P. VI e VIII.
32. Ver Instrução... Op.cit. P. IX.
33. Instrução... Op.cit. P. X).
34. Id. P. XII.
35. BRASIL, Museu Nacional. Livro de ofícios do Museu Nacional. P.10-11.
36. Instrução... Op.cit. P. LIV-LV.
37. LOPES, Margarete M. *As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo. Depto. de História. FFLCH/USP, 1993.
37. Cf. PRADO (op.cit.), referência 19.





Desembarque da Arquiduquesa D. Carolina Leopoldina em 1817. Junto com a esposa de D. Pedro, desembarcaram no Brasil as primeiras missões científicas cujas atividades dariam origem aos acervos de museus europeus e de boa parte do acervo do Museu Real, fundado menos de um ano depois.

Desembarque de Sua Alteza Real a Arquiduquesa D. Carolina Leopoldina [...] no Rio de Janeiro em 5 de novembro de 1817

Gravura a buril por Charles Simon Pradier, segundo pintura de Jean-Baptiste Debret

Circa 1818

Acervo do Museu Histórico Nacional, Arquivo Histórico

Araras gregas



A questão do neoclassicismo anterior à missão artística francesa na história da arquitetura no Brasil

Roberto Conduru*

A QUESTÃO- uma fórmula simples-simplificadora

Entre os impasses ainda presentes na historiografia sobre a arquitetura produzida no Brasil no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, existe uma questão que o texto em curso pretende comentar brevemente. Na maioria das versões sobre a história da arquitetura no Brasil, a chegada da Missão Artística Francesa ao Rio de Janeiro, em 1816, é tratada como momento de viragem, evento cultural finalizador de um tempo e iniciador de outro. Este primado da Missão como marco fundamental, divisor de períodos históricos, funciona como interdito que impede a designação de neoclassicista para a produção artística do Brasil setecentista que seguiu o retorno à racionalidade clássica desenvolvido na Europa a partir de meados do século XVIII. Todas as experiências setecentistas de retorno à ordenação classicizante ou são desconsideradas ou são tratadas apenas como prenúncios de acontecimentos posteriores.

Esta questão está embutida em uma fórmula simples: o Brasil era barroco no tempo que tinha estatuto de colônia e de vice-reino de Portugal, neoclássico na época de reino unido e de império. Uma fórmula simples e simplificadora mas de grande alcance, vinculada que está a outras formulações que compõem a visão modernista sobre a história da arte no Brasil. Em síntese, esta visão acredita que à colônia barroca, seguiu-se o

* Arquiteto. Mestre em História, PUC-RJ. Professor de História e Teoria da Arte e da Arquitetura, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (ambas no Rio de Janeiro, RJ)

império neoclássico e a degenerescência eclética da primeira república, com seus desdobramentos neocoloniais, até o advento heróico do modernismo nos anos 1920 e o reatar correto dos laços com a tradição autêntica. Inerente e fundamental para esta visão é a crença de que a verdadeira natureza do Brasil é barroca; crença no barroco como emblema de nacionalidade que foi construída em outro momento de pretensa autenticidade artística - o modernismo, que se pensava como instante de reencontro do país consigo próprio.

O PRIMADO da Missão

A visão modernista da história da arquitetura no Brasil pode ser encontrada nos textos daquele que é, talvez, seu principal formulador - Lúcio Costa. Em seu "Depoimento" de 1948 e em seu artigo "Muita construção, alguma arquitetura e um milagre" de 1951, está implícita mas nem por isso menos evidente a questão do primado da Missão e o conseqüente interdito para a existência do neoclassicismo nos setecentos¹.

Um exemplo de como esta visão foi difundida é a obra "Rio Neoclássico"² de Clarival do Prado Valladares. Em sua "Análise Iconográfica do Neoclássico Remanente (sic) no Rio de Janeiro", o autor indica a data convencionalizada pelos historiadores - "a presença da Missão Artística Francesa" - para estabelecer "em que data começou o neoclássico no Rio de Janeiro", mas observa que "não teria tranqüilidade de memória" pois "tudo restaria dentro de um nevoeiro", recordando que o classicismo já se manifestara no Brasil em meados do século XVIII, com as obras de Antônio José Landi no Pará. Entretanto, as ilustrações do livro são em sua maioria de obras posteriores à Missão, nas poucas obras de edifícios iniciados nos setecentos são comentadas as partes terminadas no século seguinte, o que confirma sua adesão à visão modernista.

A questão reaparece na obra *Uma Cidade em Questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*, subsidiando os textos de Robert Coustet e Donato Mello Júnior³.

A visão modernista também pode ser observada na estrutura da História Geral da Arte no Brasil organizada por Walter Zanini; no que tange à questão da Missão e do neoclassicismo, especificamente em dois textos. Em seu texto sobre a arte do século XVI ao início do século XIX⁴, Benedito Lima de Toledo inclui as obras de Antônio José Landi, José Custódio de Sá e Faria e Francisco João Roscio no estilo pombalino, "cujos ingredientes são o neopaladianismo, o abandono da sobrecarga ornamen-

tal barroca e uma racionalização dos processos construtivos”, mas classifica esta produção como “proto-neo-clássica”. Em seu texto sobre a arte do século XIX e do início do século XX⁵, Mário Barata cita a produção artística do século XVIII - a casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, a igreja da Santa Cruz dos Militares no Rio de Janeiro e algumas das realizações de Landi no Pará -, mas as reúne sob o título de “infiltração do neoclassicismo”. Como o recorte da obra é baseado na visão modernista, a Missão Artística Francesa aparece como marco original; por conseguinte, os autores não podem ver o retorno ao classicismo nos setecentos senão como antecipação de algo cujo momento certo e pleno no Brasil é o início do século XIX.

Entretanto, é em outros dois autores que esta visão aparece de modo mais claro: Paulo Santos e Carlos Lemos.

Paulo Santos, em sua obra de referência - *Quatro séculos de Arquitetura* -, afirma que “O Neoclassicismo predominou na arquitetura do Rio de Janeiro da segunda década até o terceiro quartel do século XIX e foi, por excelência, o estilo do período imperial. Refletiu, aqui, a tendência comum a todo o Ocidente em fins do século XVIII e princípios do XIX, de retorno às formas da antigüidade clássica greco-romana.” O autor não deixa de assinalar a manifestação do neoclassicismo ainda nos setecentos: “No Brasil, conjugado ao rococó, se insinuara, desde antes do último quartel do século XVIII”, citando as obras de Antônio José Landi e a Associação Comercial da Bahia; “No Rio de Janeiro, anunciara-se, igualmente, desde o último quartel do século XVIII - menos pelo vocabulário estilístico do que pelo sentido, já o seu tanto academizante da composição”, citando a planta da igreja de São Francisco de Paulo e a fachada da igreja da Candelária; ainda no Rio, “Na segunda metade do século XVIII, predominou a tendência italianizante e o gosto do monumental, mais um anúncio do retorno ao classicismo”. Junto às imagens da insinuação e da anunciação, vem o julgamento negativo: no “academizante” supracitado que se repete no comentário sobre a capela de Nossa Senhora das Vitórias, da igreja de São Francisco de Paula, obra em que o mestre Valentim trabalhava no final da vida e na qual, para o autor, “o friso de guirlandas no alto das paredes (tão empregados pelos Adams), indica automatismo academizante, e o advento do Neoclassicismo.”

Carlos Lemos, em seu texto sobre a coexistência no Brasil do maneirismo e do barroco até o advento do neoclássico histórico⁷, divide a produção

arquitetônica portuguesa pós-renascentista em “duas vertentes ditas maneiristas, a tradicionalista, a ‘chã’ ligada às soluções estruturais e formais do gótico tardio e a italiana, ou erudita, vinculada ao classicismo [...]. Essa vertente italiana, principalmente no início do século XVII, comandou as grandes obras religiosas do reino e do além-mar lusitano [...]. Esses edifícios verdadeiramente maneiristas, ou maneiristas históricos, constituem os elos iniciais de uma longa cadeia brasileira de obras daquela variação estilística que alcançou e atravessou todo o século XVIII para confrontar-se com o Neoclássico instalado pela Missão Francesa no início da centúria seguinte”. Sobre o estilo pombalino, ainda no mesmo texto, afirma: “Para nós esse proto-neoclássico pombalino tem um nome: Maneirismo. Maneirismo disfarçado. Maneirismo ‘residual’, que nunca abandonou os teimosos engenheiros d’El Rei”. Para o autor, são exemplos de construções maneiristas, realizações da primeira e da segunda metade dos setecentos “Dos engenheiros militares portugueses que atuaram no Brasil no século XVIII e que ignoraram o barroco, preferindo em suas composições, a contenção renascentista”, “dentro da tradição arcaizante”: a Casa do Governo da ilha de Santa Catarina e a igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro, projetos de 1748 do brigadeiro José da Silva Pais; a igreja da Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, projeto de 1780 do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria; a Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, projeto de 1784 do capitão-general Luís da Cunha Meneses. Apenas no Palácio do Governo de Belém do Pará, obra de 1759 de Antônio Giuseppe Landi, o autor vê a superação do maneirismo na ornamentação das envazaduras já barroquizante.

Dois estudos recentes parecem seguir adotando esta visão.

Alberto Sousa, em seu reexame da arquitetura neoclássica brasileira⁸, entende “a fase neoclássica propriamente dita (dos anos 1810 aos anos 1880, aproximadamente)”, dividindo-a em dois períodos com o início do segundo reinado na década de 1840. Julgando incorreto chamar essa arquitetura de neoclássica, propõe a designação “arquitetura classicista (ou classicismo) de transição” para os edifícios neoclassicistas das primeiras décadas do século XIX, considerando-a “aplicável, também, “aos projetos de tendências classicizantes da metade de século anterior à instalação da Corte portuguesa no Brasil”, e “arquitetura classicista (ou classicismo) do segundo reinado” para a produção neoclassicista da segunda fase. Apesar do autor contestar várias idéias estabelecidas a respeito do neoclassicismo na “historiografia dominante da arquitetura brasileira” e reconhecer o

neoclassicismo das experiências setecentistas, não questiona o marco do início do século XIX para o início do estilo no Brasil e, conseqüentemente, a posição original da Missão Artística Francêsa.

Sandra Alvim, no primeiro volume de seu estudo sobre a arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro⁹, manifestamente evita a classificação estilística ao analisar o modo como os revestimentos, os retábulos e a talha participam da composição plástica. Sobre a igreja da Santa Cruz dos Militares, por exemplo, observa no “Índice comentado das igrejas” que “O grande valor de sua fachada deve-se não só ao fato de ser a única do gênero da cidade, mas também à qualidade de sua composição. Além disto, é um exemplo da diversidade de modelos adotados no Rio a partir de meados do Setecentos”. Apenas no “Glossário”, a autora dá pistas sobre o seu posicionamento quanto aos estilos e sua incidência na arquitetura carioca: “a arquitetura maneirista tem grande penetração, cria raízes e torna-se protótipo formal. No que se refere às plantas e fachadas, guia o caráter rígido das obras até o século XIX”; o estilo “Luís XV (rococó): [...] Surge no Rio de Janeiro em meados do século XVIII: nas decorações internas e em elementos isolados das fachadas”; quanto ao pombalino, é um estilo de “urbanismo racionalista” em que, “na arquitetura religiosa, as diferentes e contraditórias composições das fachadas se caracterizam por um ecletismo tardo-barroco conjugado a outras influências”, não havendo menção sobre estas “influências” ou sobre a presença do estilo na arquitetura carioca. Apesar da autora afirmar que “a influência neoclássica penetra sistematicamente a partir da Missão Francesa”, o que a alinharia aos autores anteriormente citados, cabe esperar pelos próximos volumes de sua obra para entender melhor seu posicionamento quanto à questão do neoclassicismo no Rio de Janeiro setecentista.

O NEOCLASSICISMO na colônia

Apesar da quantidade e da qualidade das citações anteriores, deve ser observado que não há consenso entre os historiadores da arquitetura. A visão modernista sobre a história da arquitetura no Brasil é contestada em alguns estudos específicos, sendo a visão dominante mas não a única. Entre os que reconhecem a presença do neoclassicismo já em obras arquitetônicas do século XVIII, podem ser citados os seguintes autores: Germain Bazin, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Gustavo Schnoor e David Underwood.

Germain Bazin, em seu estudo dos anos 1940 e 1950 sobre a arquitetura religiosa barroca no Brasil¹⁰, considera que já na igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro, da primeira metade do século XVIII, “certas características apontam para o neoclassicismo”. Para o autor, na segunda metade dos setecentos... “[o] desenvolvimento precoce das tendências neoclássicas foi favorecido no Rio de Janeiro pela influência pessoal do quarto vice-rei, Luiz de Vasconcellos (1779-1790). Imitando aquilo que Pombal havia feito em Lisboa, Luiz de Vasconcellos quis modernizar a velha cidade barroca e desencadeou esse movimento de urbanização que se desenvolveu no século seguinte sob o reinado de D. João VI e dos dois imperadores”. “Mestre Valentim, como está demonstrado na evolução de suas obras de talha, passou do rococó ao neoclássico”. A igreja da Santa Cruz dos Militares “reflete o abandono do estilo rococó”, seu frontispício foi “inspirado na fachada desenhada por Vignola para o Gesú [sendo] um dos exemplos de volta às formas da época clássica que observamos na época neoclássica”. “A análise dos monumentos cariocas comprova que a evolução característica dessa cidade a conduziria, mais cedo do que as outras províncias do Brasil, às soluções do neoclassicismo, e isto no mesmo período em que Minas e Pernambuco iriam produzir algumas das obras primas da arte rococó luso-brasileira”.

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, em seu artigo sobre a arquitetura e as artes no século XVIII brasileiro¹¹, ao analisar o período de 1760 a 1800, defende que “A influência preponderante da arte da corte de Lisboa, [...], faria com que tanto nas igrejas do Rio de Janeiro construídas na época quanto nas da longínqua Belém, prevalecesse a marca do estilo pombalino, [...] caracterizado como uma espécie de ‘regulamentação neoclássica do rococó’”

Gustavo Schnoor, em seu texto sobre a igreja da Santa Cruz dos Militares¹², considera que a fachada do templo, de “inspiração jesuítica” [parece constituir-se] em uma solução própria do estilo pombalino [...] em uma das primeiras manifestações neomaneiristas da tendência classicizante que, então, se esboçava no Rio de Janeiro [...] retomada do gosto classicista que apontava para o Manirismo”. O autor ainda acrescenta que, caso se confirme a data da encomenda dos mármores em 1765, “teremos de considerar o *projeto* da fachada como a primeira manifestação neoclássica de nossa arquitetura”.

David K. Underwood, em seu ensaio sobre o chafariz do Largo do Paço no Rio de Janeiro¹³, considera importante o impacto do estilo pombalino e seu classicismo severo e de inspiração francesa na arquitetura do Rio de Janeiro do final do século XVIII, analisando os projetos de Jacques Funck e do Mestre Valentim para o chafariz no quadro do neoclassicismo e suas correntes de migração internacional - França, Suécia, Portugal, Brasil.

POR UMA HISTÓRIA impura

A questão do primado da Missão Artística Francesa e do interdito à existência do neoclassicismo a partir dos setecentos presente na historiografia da arquitetura no Brasil pode ser vista como decorrente do modo de entendimento da produção artística com relação a dois fatores: o tempo e o lugar.

Por um lado, a questão deriva da relação estabelecida entre a obra de arte e o momento de sua criação.

Subsidiando e potencializando a visão modernista está o enquadramento da arte como “estilo de época” - barroco como estilo do Brasil colônia, neoclássico como estilo do império brasileiro. A persistência na historiografia deste vínculo de dependência entre os estilos artísticos e os períodos históricos é um ranço que advém do entendimento dos fatos artísticos como epifenômenos de períodos históricos que os criam de modo mais ou menos causal, e não como ações e realizações que, em tensão com as demais práticas culturais, constituem e caracterizam os momentos históricos em que surgem e incidem.

Assim, naquela visão, a diferença entre a arquitetura do século XVIII e a do século seguinte deve ser não apenas estabelecida, espelhando melhor cada momento, mas acentuada, corroborando a idéia segundo a qual houve efetiva mudança no Brasil na passagem da condição de colônia e vice-reino à de reino unido e, depois, de império. Neste sentido, a exaltação da mudança estilística da colônia para o império ajuda a encobrir os traços de continuidade entre a sociedade brasileira nos setecentos e oitocentos: o escravismo, a dependência econômica e a condição periférica no sistema internacional, entre outros.

Por outro lado, a questão em exame decorre da relação estabelecida entre a obra de arte e o seu lugar de aparecimento. Assim como existe a vontade de caracterizar a arte como “estilo de época”, há o desejo de afirmá-la como “estilo da nação”.

A natureza barroca do Brasil é uma idéia construída sobre a crença na existência do estilo próprio, intrínseco ao lugar, algo quase atávico. Neste sentido, o reconhecimento de manifestações neoclassicistas a partir dos setecentos em Belém, Rio de Janeiro, Ouro Preto e Salvador turvaria a imagem paradoxalmente purista do barroco como estilo nacional. Assim, é forjada a imagem do Brasil como clausura conectada apenas à metrópole no tempo de colônia, que passa a participar da ordem mundial apenas a partir de 1808, com a abertura dos portos às nações amigas, e de 1822, com a independência política. Clausura conectada que gerou uma cultura autônoma e pura - barroca - que é perdida no início do século XIX e restabelecida apenas com os modernistas e seu projeto de “resgate” da tradição.

A resistência em aceitar que, mesmo através da conexão única com a metrópole, idéias e formas de diferentes regiões do mundo - Itália, Bavária, França - chegavam até a colônia, a dificuldade de admitir superposições estilísticas no tempo e no lugar conduz aos expurgos da historiografia. Silêncios, menções veladas e censuras sobre as obras e os arquitetos neoclassicistas anteriores à Missão que acabam por constituir uma história da arquitetura no Brasil homogênea e linear. Uma história onde as realizações artísticas podem até estar defasadas com relação às obras que caracterizam os estilos na Europa, mas devem estar de acordo com a sucessão cronológica e a independência dos estilos - maneirismo, barroco, rococó e neoclassicismo. O atraso é perdoado, porque é considerado intrínseco à uma cultura periférica, mas não a subversão à ordem pretensamente pura e linear da matriz européia, algo inadmissível por princípio¹⁴.

O desenvolvimento da vida na colônia levou à formação de um quadro de práticas culturais diferenciado da matriz metropolitana e de seus modelos. Uma das características deste quadro foi a convivência e a superposição no tempo e no espaço de referências estéticas e artísticas que, na Europa, apareceram umas em resposta às outras e eram a princípio inconciliáveis. Assim, no Brasil foi possível em um mesmo instante e lugar - o Rio de Janeiro ou Ouro Preto do final do século XVIII, por exemplo - , tanto a produção de fatos plásticos que desdobravam modelos artísticos implantados de muito tempo - do que as invenções barrocas e rococós do Aleijadinho e do mestre Valentim são o exemplos maiores -, quanto o desenvolvimento de novas idéias artísticas, como nas interpretações neoclassicistas dos engenheiros militares.

Admitir a manifestação do neoclassicismo no Brasil antes de 1816 não significa questionar a importância da Missão Artística Francesa e da conseqüente criação da Academia Imperial de Belas Artes, nem diminuir a importância da figura ímpar de Grandjean de Montigny na arquitetura do Brasil na primeira metade do século XIX por sua produção arquitetônica (projetos e obras) e a sua atuação como mestre na Academia. No que tange à questão do ensino artístico, a vinda da Missão e a criação da Academia são com toda certeza acontecimentos culturais que constituem um momento de viragem, marcando o fim de um tempo e o começo de outro - o início do ensino da arquitetura no Brasil longe do âmbito religioso e da esfera militar.

Não obstante, quanto ao neoclassicismo, não se pode aceitar que a Missão continue a funcionar como marco original que anule ou desvalorize a existência do estilo antes da chegada dos artistas e artífices franceses ao Rio de Janeiro. Mesmo que tenham existido poucas obras - umas aqui, outras acolá -, constituindo um conjunto de realizações dispersas que não permite falar de um grande movimento artístico (de resto, algo semelhante à produção neoclassicista da primeira metade do século XIX), as experiências no Brasil setecentista de referência ao movimento desenvolvido na Europa de retorno às fontes clássicas devem ser reconhecidas como instantes legítimos do neoclassicismo nos trópicos, não podendo continuar a ser desconsideradas ou tratadas apenas como prenúncios de uma plenitude só observável em obras posteriores.

Quanto à dificuldade de classificar esta arquitetura como neoclássica, dada sua distância do rigor pretendido pelos praticantes do estilo na Europa, deve ser observado que esta é uma questão que afeta tanto as edificações neoclassicistas produzidas antes da vinda da Missão Artística Francesa quanto as obras de Grandjean de Montigny e seus discípulos mais ou menos imediatos. A contradição entre o caráter específico derivado das condições locais que subsidiaram sua constituição e o anseio universalizante que fundamentava a pesquisa artística de seus autores, a particularidade de um estilo internacionalista por vocação, é um traço mais de união do que de divisão destas realizações. Sem escapar à conjuntura cultural específica que afetou a arquitetura no Brasil desde seus primórdios, as obras neoclassicistas ansiavam pelo retorno ao ideal de beleza e racionalidade nascido na Grécia. Referindo-se ao classicismo em suas mais distintas formulações históricas — gregas, romanas, renascentistas e maneiristas -, essa arquitetura regional por contingência mas universalista por projeto eviden-

cia filiação simultânea ao solo em que foram erigidas e ao horizonte cultural que almejam pertencer - o Ocidente. Exatamente como se as araras postulassem uma ascendência grega...

NOTAS

1. COSTA, Lúcio. "Depoimento" e "Muita construção, alguma arquitetura e um milagre". In: ——. *Lúcio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. P. 198-200 e 156-171.
2. VALLADARES, Clarival do Prado. *Rio neoclássico*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, P. 23.
3. COUSTET, Robert. "Grandjean de Montigny, urbanista" e MELLO JR., Donato "Fontes documentais para pesquisas sobre o arquiteto Grandjean de Montigny". In: PUC-RIO. *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC-Rio ; FUNARTE ; Fundação Roberto Marinho, 1979. Respectivamente P. 65-72 e P. 107-124.
4. TOLEDO, Benedito Lima de. "Do séc. XVI ao início do séc. XIX: maneirismo, barroco e rococó". In: ZANINI, Walter (org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. P. 268.
5. BARATA, Mário. "Séc. XIX. Transição e início do séc. XX". In: ZANINI, Walter (org.). *História geral da arte no Brasil*. Op. cit. P. 381.
6. SANTOS, Paulo. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981. Especialmente P. 29-30, P. 51-52.
7. LEMOS, Carlos A. C. "No Brasil, a coexistência do maneirismo e do barroco até o advento do neoclássico histórico". In: *Barroco*. Belo Horizonte, Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro, n. 15, 1990/1992. P. 251-256.
8. SOUSA, Alberto. *Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame*. São Paulo: Pini, 1994. P. 19-36.
9. ALVIM, Sandra. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: revestimentos, retábulos e talhas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, MINC - IPHAN, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996. Especialmente P. 219, 235-247.
10. BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983, pp. 244, 247-250.
11. OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. "A arquitetura e as artes no século XVIII brasileiro". In: *Gávea* nº 2 (set/1985). Rio de Janeiro : PUC, 1985. P. 61-62

12. SCHNOOR, Gustavo. "A igreja de Santa Cruz dos Militares. Breve notícia histórica. Considerações estilísticas sobre a fachada. A questão das reformas e da autoria da obra de talha." In: Barroco nº 15, Belo Horizonte, Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro, 1990/1992, pp. 283-290.

13. UNDERWOOD, David K. "The Chafariz do Largo do Paço in Rio de Janeiro". In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *La costruzione di un nuovo mondo: territorio, città, architettura tra Europa e America Latina dal XVI ao XVIII secolo*. Genova: Sagepe, 1994, pp. 277-281 e 289-291.

14. Algumas das observações da parte IV derivam da leitura de SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. "Da colonização à Europa possível, as dimensões da contradição". In: PUC-RIO. *Uma cidade em questão ... Op. cit.*, P. 21-33. e SCHWARZ, Roberto. "Nacional por subtração". In: ————. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P. 29-48.





D. Pedro de Alcântara : Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves
Litografia, colorida manualmente
Jean François Badoureau, segundo desenho original de Jules Antoine Vautier
Acervo Museu Histórico Nacional, Arquivo Histórico (Rio de Janeiro, RJ)



Em demanda do Eden

Arquitetura e natureza no
tempo de D. João e D. Pedro I

Gustavo Rocha-Peixoto *

O reinado de D. Pedro I representou para a história da arquitetura uma continuação das mudanças profundas de mentalidade iniciadas em 1808. Muitas dessas modificações precisaram esperar pela Independência para se completarem ou consolidarem ou mesmo para serem efetivadas. A Academia de Belas Artes dá um bom exemplo: Os artistas da missão francesa chegaram em 1816, que é também a data da carta régia que criou a Academia, mas os cursos só foram abertos efetivamente em 1826. Durante esses dez anos a tendência neoclássica que já havia na arquitetura brasileira desde o século XVIII se afirmou como o estilo oficial. De fato as primeiras manifestações do neoclassicismo arquitetônico no Rio e na Bahia conviveram com a tradição barroca. Com D. João e os artistas da missão essa tendência tornou-se dominante e oficial. E ela correspondeu à instalação de uma nova mentalidade sobre a arquitetura e seu papel de agente civilizador do Brasil a partir do Rio de Janeiro. Nunca antes e nem sempre depois as convicções teóricas sobre a forma da arquitetura e suas implicações foram tão intensas e conscientes. Sob D. Pedro a tendência se institucionaliza no ensino promovido pela Academia.

Mais tarde o período regencial encontrou o ensino artístico estabelecido e as bases teóricas e práticas do neoclassicismo bem lançadas. O Brasil dispunha então da primeira safra de artistas formados no País e no estrito pensamento neoclássico de *pedigree* francês. Se a Independência não operou uma ruptura significativa na história da arquitetura brasileira, a

* Arquiteto. Mestre em História e Teoria da Arquitetura, UFRJ. Professor de Teoria e História da Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)

abdicação de D. Pedro I correspondeu ao início de uma outra mudança do pensamento na arquitetura em direção ao abasileiramento sutil e crescente nas entrelinhas da forma neoclássica. De fato, não estávamos somente diante da primeira safra de artistas nacionais formados na academia igualmente nacional, também os regentes foram nossos primeiros governantes nascidos no Brasil e tudo isso numa época em que no mundo todo cresciam fortemente os sentimentos nacionalistas.

Quero dizer que o período dos governos de D. João e de D. Pedro I (1808-1831) correspondeu a um ciclo da arquitetura brasileira marcado pela difusão do neoclássico como arquitetura oficial. Este artigo traça um perfil das elucubrações sobre a natureza brasileira que estavam infiltradas no pensamento teórico dos arquitetos dessa época.

Foi um trajeto longo, longo. O neoclassicismo serviu aos propósitos civilizadores de D. João e de D. Pedro I como garantia de modernidade ocidental. O “estilo” assegurava à capital tropical inserção no mundo contemporâneo na tentativa de afastar o aspecto de velharia que lembrava as relações encarquilhadas de poder que estavam sendo profundamente alteradas na Europa por Napoleão. Devia ocultar o que permanecia de antiquado - o regime absolutista, a escravatura, a defasagem industrial.

Num aparente paradoxo, o neoclassicismo escolhido para servir a monarquia absoluta estava estruturado no esqueleto intelectual do Iluminismo francês, que serviu de base à Revolução de 1789 e pôs Napoleão no poder. Um segundo paradoxo está em que o ideário iluminista para reformar o mundo, foi montado a partir de uma regressão ao homem primitivo, o “Bom Selvagem”. Daí que o modelo invocado por D. João e D. Pedro I para civilizar o Brasil foi o selvagem primitivo.

Normalmente associamos o neoclassicismo ao culto estilístico da Antigüidade, preconizado por Winckelmann e Piranesi. Eles viram na regressão à Grécia e à Roma um caminho para escapar do rococó afeminado no qual enxergavam a sociedade viciada e decadente do seu tempo. Mas foi para aprofundar essa regressão na arquitetura que o abade Marc-Antoine Laugier (1713-1769) propôs um retorno à natureza selvagem e primitiva. No *Essai sur l'Architecture*, publicado em 1753 ele descreve o nascimento da arquitetura como um ato inaugural, humano e artificial, diretamente resultante da racionalização intelectual sobre os fatos naturais, e produto da experiência direta do homem diante da natureza. Para Laugier o momento preciso em que se funda a arquitetura é aquele em que o homem primitivo

dispõe quatro galhos perpendicularmente ao solo para formar um quadrado, sobre esses apoia outros quatro transversais e sobre esses últimos coloca em cada lado dois galhos inclinados de modo a chegarem a um ponto no centro.

A arquitetura primitiva assim descrita caracterizava, para Laugier - e para a geração dos que o leram e seguiram suas idéias -, uma forma de arquitetura seguramente não proveniente da corrupção e da decadência da sociedade maligna, mas que resulta do artifício virtuoso e primitivo do homem natural. E Laugier assegura em seguida que essa pequena cabana “é o tipo sobre o qual se elaboraram todas as magnificências da arquitetura.” Cada unidade construtiva da descrição objetiva justificar um elemento da organização greco-romana da arquitetura: “As peças verticais de madeira sugerem a idéia de colunas, as peças horizontais que repousam sobre elas, os entablamentos. Finalmente os membros inclinados que constituem o teto lembram o frontão.”¹

O que Laugier descreve no fundo é a *Maison carrée de Nîmes* como padrão de arquitetura moralmente justificada na origem primeva das edificações, como a demonstrar seu caráter natural e o de toda a civilização paradigmática de Roma. Mas quem é o proprietário e arquiteto da “hutte primitive” de Laugier? É o bom selvagem de Rousseau, essa figura ideal da humanidade em estado nascente. Rousseau também andava atrás de refazer a constituição moral da sociedade a partir dos seus fundamentos naturais. E o exemplo que, no *Discours sur l'inégalité*, ele propõe seguir para refazer a história do zero é o dos selvagens:

“O exemplo dos selvagens quase todos encontrados nesse ponto [estado primitivo] parece confirmar que o gênero humano foi feito para permanecer sempre assim, que esse estado é a verdadeira juventude do mundo, e que todos os progressos posteriores foram só aparentes não se dirigindo para a perfeição do indivíduo, mas, na verdade, para a decrepitude da espécie.”²

De onde Rousseau tirou essa idéia? Por que a nova sociedade deveria basear-se numa regressão ao primitivismo? A idéia teórica do homem sem maldade e vivendo em harmonia com a natureza primitiva é descrita no Gênesis.

O ensinamento do texto sagrado mostra que Adão, criado por Deus “de limo terræ” para viver num jardim de delícias plantado pelo próprio Deus (*Plantaverat autem Dominus Deus paradisum voluptatis*), assim permaneceu em harmonia com a criação até o pecado romper o equilíbrio e produzir a desarmonia. O ensinamento cristão é de que o restaurador dessa harmonia perdida é o Cristo, apelidado de ‘O Novo Adão’ por contrapor-se ao pecado e possibilitar a reinauguração da harmonia confiada inicialmente ao primeiro homem. Esse tema foi desvendado e elaborado pelo Ocidente tanto na forma do edifício genial da Teologia cristã, como pela imaginária artística durante as idades Média e Moderna. O *Paradise lost* de Milton dá uma descrição física detalhada do paraíso. Publicado em 1667, o longo poema de doze cantos tornou-se um clássico acabado da literatura inglesa e uma espécie de modelo de perfeição épica da burguesia culta.

Estava então arraigada na mentalidade ocidental a noção de que o gênero humano foi criado por Deus em harmonia com a natureza e que a maldade do homem provocou seu afastamento da natureza e o estado de crescente desarmonia. Mas a tentativa da mentalidade iluminista foi de constituir um novo fundamento para a moral cristã sem o Cristo. Ela encontrou no mito do bom selvagem de Rousseau essa formulação. A imitação do indígena selvagem substituiria o Cristo como restaurador da integridade, enquanto a Divindade criadora seria substituída pela Natureza.

Mas a experiência prática do bom selvagem estava descrita 200 anos antes de Rousseau por Montaigne que conheceu pessoalmente no porto de Rouen, num dia de outubro de 1562, três índios brasileiros remetidos por Villegaignon da Guanabara. Montaigne observou a novidade e concluiu:

“Eu acho que nada há de bárbaro e selvagem nessa nação, pelo que me relataram, a não ser pelo fato que cada um chama barbárie ao que não é seu costume [...] Lá reina sempre a perfeita religião, [Montaigne professa um tipo de agnosticismo naturalista] o perfeito regime político, perfeito e completo uso de todas as coisas. Eles são selvagens como nós chamamos selvagens os frutos que a natureza, por si e pelo seu progresso ordinário, produziu. [...] Nestes estão vivas e vigorosas as verdadeiras e mais úteis e naturais virtudes e propriedades, que nós abastardamos entre nós, e que as temos simplesmente acomodado ao prazer de nosso gosto corrompido...”¹

Comparemos os dois trechos. Montaigne observa o selvagem e o constata bom. Compara-o consigo e conclui coisas sobre si e sobre o outro. Opostamente, Rousseau elege o selvagem em ideal para operar a construção do homem na nova sociedade que ele quer formar. Entre um e o outro viveu Descartes, com quem se inaugurou uma espécie de mania sistematizante. Rousseau transforma a observação de Montaigne em sistema e imagina ser possível operar esse sistema para produzir um efeito planejável. Entre um e o outro trabalhou Newton e *malgré lui* difundiu-se, com suas idéias, a obsessão de descobrir em tudo uma lei universal. Entre Montaigne e Rousseau há uma oposição análoga à que há entre a física de Newton como descrição interpretativa da natureza e a sua transformação em metafísica no século XVIII. Rousseau opera a observação antropológica de Montaigne como sistema metafísico e, desse modo, coloca-se perigosamente a caminho da história metafísica de Hegel (mas isso já é outra história).

Repara só o que fez o Iluminismo: O Adão da tradição judaico-cristã foi substituído pelo bom selvagem para servir de modelo de perfeição; A Lei divina recebida por Moisés no Sinai e restaurada por Cristo na cruz foi substituída pelo tratamento metafísico das leis da física de Newton. (Lembremos o esforço de Hume para construir sua Religião Natural) Tudo isso para justificar a substituição da tirania monárquica pela construção teórica artificial que é o modelo de república e democracia de Rousseau e Montesquieu.

Como ficamos até agora? Laugier estabeleceu o padrão de arquitetura moralmente válida a partir das idéias do homem primitivo de Rousseau, que são uma idealização metafísica dos homens primitivos reais que Montaigne observou em Rouen, os quais Villegaignon enviou da Guanabara. Certo?

A historiografia normalmente dá como certa e sabida a filiação das idéias da Inconfidência Mineira e mesmo do surgimento do nosso Império ao Iluminismo francês, e também se reconhece no neoclassicismo arquitetônico a mão de Rousseau. A inclusão do conhecimento do Brasil como origem dessa idéia é artificiosa? A historiografia não se opõe a ver em Montaigne o introdutor da noção de que o selvagem é bom e, portanto, ver em Montaigne, sob esse aspecto, o pai de Rousseau. E que o texto de Montaigne citado acima reflete sua reação diante de bons índios brasileiros tostados ao sol do Trópico de Capricórnio é verdade histórica certa.

E a cabana primitiva de Laugier de onde saiu? Vimos que ela se destina a justificar o padrão clássico de arquitetura. É no fundo daí que ela saiu. A idéia de uma cabana de madeirá como justificadora do templo greco-romano é bem anterior a Laugier. O tratado de arquitetura de Filarete a propôs na metade do século XV. Quando Laugier publicou sua cabana em 1753 Filarete já estava muito velho e esquecido, além de ser italiano. Porém catorze anos antes do *Essai sur l'Architecture* saiu o último volume do *La Théorie et la pratique de la coupe des pierres et des bois et autres parties des bâtiments civils ou militaires ou traité de stéréotomie, à l'usage de l'architecture*, de Amedée-François Frézier (1682-1773). Frézier navega na corrente de François Blondel que via nas ordens clássicas um retorno à simplicidade dos tempos primitivos. No apêndice intitulado *Dissertation historique et critique sur les ordres de l'architecture*, Frézier justifica sua *architecture naturelle* usando o exemplo das cabanas de madeira que ele encontrou na sua viagem ao Caribe e à América do Sul, vejam só.

Pois bem. Villegaignon enviou selvagens brasileiros para a civilização na França. D. João e D. Pedro I trouxeram Grandjean de Montigny da civilização na França para civilizar a selva. Ele realizou sua tarefa ensinando na Academia e construindo na cidade, mas também exerceu seu papel de civilizado na *jungle* erguendo para sua morada uma interpretação da cabana primitiva de Laugier na Gávea - teoria em que se formou.

Mas houve uma acomodação ao Brasil do sistema neoclássico. O tipo dessa acomodação revela a que ponto de maturidade tinha chegado o neoclassicismo (europeu). De fato, a imposição de um ordenamento racionalmente aceitável já não se restringia a mera aplicação de elementos antigos de arquitetura, mas tratava-se de uma compreensão efetivamente autônoma do conceito de ordem. As "ordens" dos tratados já não são o único meio válido de conferir ordem à arquitetura.

Na casa de Grandjean, na Gávea, mesmo o uso das colunas toscanas repetidas nos dois pavimentos de copiães superpostos revela a adoção do vocabulário arcaizante. Por outro lado a forma de o utilizar é sintomática de uma nova atitude: primeiro porque a própria escolha do toscano revela um gosto pelo simples, pela ordem mais singela das "cinco" oficialmente reconhecidas. É a única sem caneluras, é a menos esbelta. Deve-se em seguida observar que a repetição da mesma ordem em dois pavimentos superpostos é um procedimento arquitetônico heterodoxo. A boa norma erudita exigiria uma ordem mais esbelta no andar de cima, conforme o modelo do Teatro de Marcello, em Roma. Porque Grandjean então repetiu

o toscano? E mais: repetiu mudando a fórmula geométrica das proporções internas das colunas. Isso revela uma compreensão da coluna como elemento estrutural simples, dotado de autonomia formal. Estamos diante de um leitor de Durand? Quase com certeza, sim. O Rio de Janeiro com toda certeza é longe demais de Paris para que Grandjean se sentisse ameaçado pela poderosa censura acadêmica da *Beaux-Arts*, e pela contra-censura “avant-garde” da *École Polytechnique*.

Reconvoco Laugier. O autor evoca como ideal, a partir de Rousseau, a natureza primitiva não corrompida. Ocorre que os arquitetos Grandjean, Manuel da Costa, Pézérat, assim como os artistas Ferrez, Neukomm, Debret, Lebreton, Taunay, e também os intelectuais Spix, Martius, Rugendas, Langsdorff e todos os cultos europeus que nos visitaram e fixaram-se entre nós entre 1808 e 1831, tinham de algum modo em si a idéia geral de Rousseau, ou ao menos seus argumentos fundadores que remontam ao Gênesis.

Mais: O que os moveu a uma aventura tropical não foram excelentes oportunidades de trabalho, nem as conquistas de riquezas fáceis, anseio que conscientemente não se podia mais ter, quanto a nosso rincão. Todos eles se comportavam (e muitos disseram isso explicitamente) como se viajassem para aquela natureza de suas referências teóricas, primitiva, não-corrompida.

As inúmeras descrições estasiadas da nossa selva coincidem com a descrição do paraíso feita por Milton. Grandjean, na Gávea repete o discurso de Robinson Crusoe ao naufragar numa ilha junto à foz do Orenoco. Daniel Defoe obriga seu personagem a refazer o caminho inverso da civilização. Mas ao naufragar Crusoe vinha de uma estadia de oito anos “*in the Brazils*”, mais precisamente na “*Bay de Todos los Santos*” onde se estabeleceu como fazendeiro. O Brasil foi então visto como uma ponte, uma etapa da ascensão de Crusoe rumo ao paraíso perdido.

Citei esses exemplos de viajantes para convencer de que entre os estrangeiros que aqui chegavam (e, pode-se crer, mesmo entre os europeus que não se aventuraram a nos visitar) pela época de D. João e de D. Pedro I, ambos incluídos, prevalecia uma clara idéia fixa do paraíso perdido. Compare-se somente a descrição do Jardim Botânico pela inglesa Graham e a descrição do caramanchão de Eva pelo seu conterrâneo Milton. E, mais, todos criam que o paraíso sobre a terra - digo o Éden mesmo - era a natureza (leia-se a selva) tropical do Brasil.

Porém, os artistas da missão, ao menos os mais fecundos no Brasil: Debret, Taunay e Grandjean de Montigny, escolheram residir em locais afastados da área urbana: Debret morava no arrabalde da Glória; mais distante foi parar Grandjean, no meio da floresta da Gávea, em terras que hoje são da PUC. Taunay deu na floresta da Tijuca, onde havia a cascata que hoje se chama “do Taunay”. Nessas atitudes (principalmente de Grandjean e Taunay) vejo Crusoe erguendo, virtuoso, sua cabana na *jungle tropical*, vejo a mais clara manifestação da nostalgia do paraíso perdido.

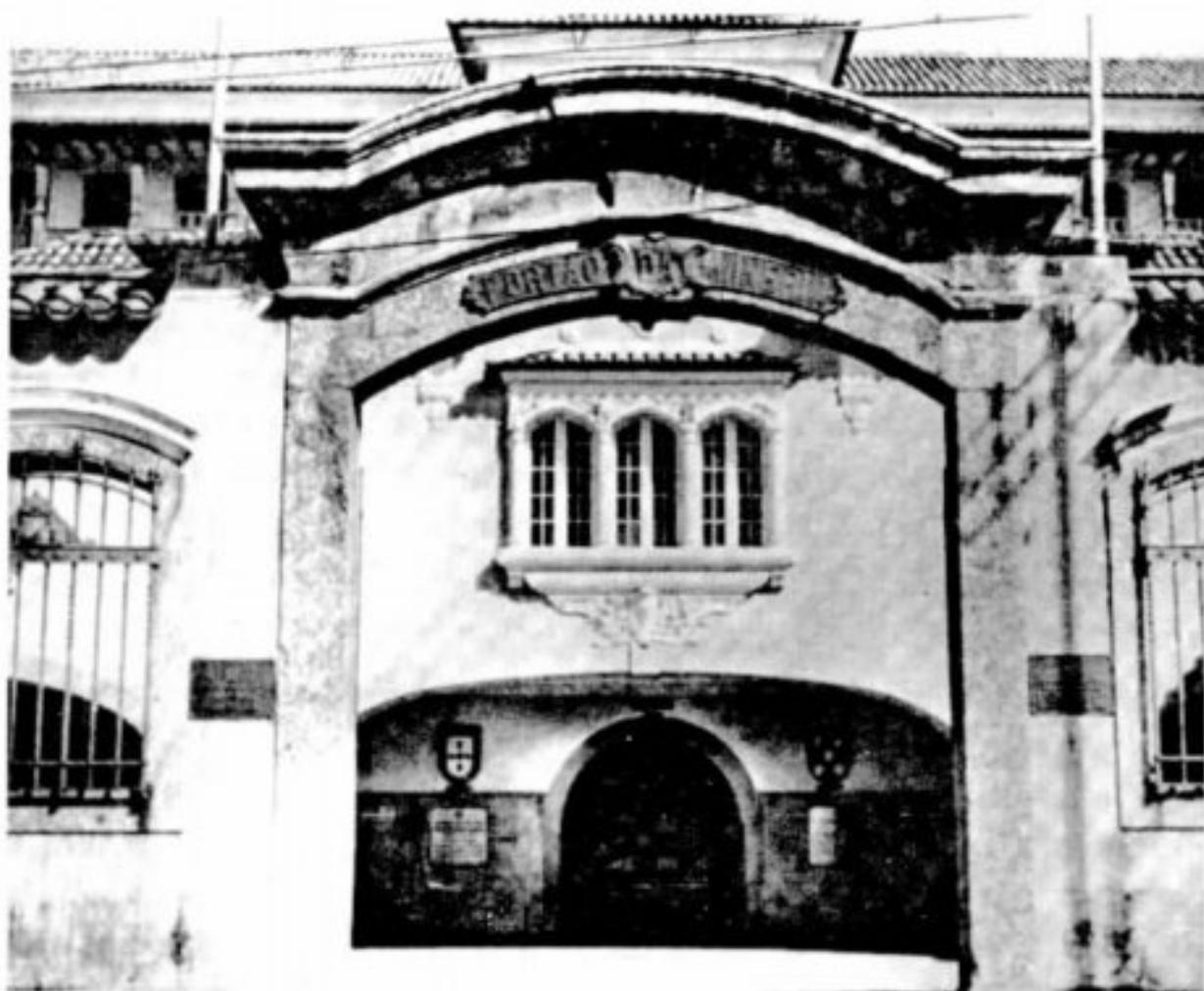
Citei a casa de Grandjean que é, de fato, um discurso arquitetônico sobre a natureza primitiva em meio à própria boa natureza primitiva. Citei os exemplos menos significativos arquitetonicamente das demais residências de europeus no Rio de Janeiro. Posso identificar ainda essas relações entre ordem neoclássica e natureza na operação intelectual complexa e sutil que levou ao modelo paisagístico do renque de palmeiras imperiais. Esse modelo que marcou de modo tão característico os jardins e praças do Brasil imperial é uma outra forma de elaboração arquitetônica da natureza.

Mas em toda a arquitetura erudita feita no Brasil, de D. João a D. Pedro I, existe um reflexo dessas preocupações. Lembro o exemplo da Primeira Praça do Comércio do Rio de Janeiro - a atual Casa França-Brasil - onde, em meio à cidade ‘bárbara’ que se deseja civilizar, Grandjean introduz uma outra natureza, com um céu artificial e ordenado para ser padrão e modelo civilizador. Lembro a série de “rostos” sucessivos do Paço de São Cristóvão, cercado de exuberante natureza, com que os monarcas buscaram denotar o sentido de sua presença ordenadora e civilizatória no trópico. Lembro o Jardim Botânico, celebração daquele país onde “tudo dá”. Napoleão espalhou em Paris monumentos da civilização. Peças egípcias, romanas, gregas que trouxe de suas campanhas. No Jardim Botânico plantaram-se monumentos naturais trazidos dos quatro cantos do mundo português.

Neles todos sentimos o desejo de reintegração na natureza, *restitutio in integrum*. Essa união do homem com a natureza, vale dizer, com os demais viventes, advém do Iluminismo francês, mas também de Darwin que, com a teoria do evolucionismo, permitiu conceber a existência de laços sangüíneos do homem com as demais espécies. E não seria demais lembrar que a viagem do *Beagle*, sim do navio em que Charles Darwin correu o mundo para delinear as leis da evolução natural, começou pelo Brasil!

- NOTAS**
1. LAUGIER, Marc-Antoine. *Essai sur l'architecture* (Vol.1). Paris : 1753.
 2. ROUSSEAU, Jean-Jacques. "La propriété, source de la société et de l'inégalité." In: *Discours sur l'inégalité a parmi les hommes*. Paris : Editions Aubier Montaigne, 1972. (tradução livre)
 3. MONTAIGNE, Michel Eyquem (dito). *Des Cannibales* (I, XXXI). Paris : Gallimard, 1973.





Portão da Minerva

Entrada principal do conjunto do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (atual Museu Histórico Nacional), *c. a.* 1945

Exemplo do tipo de arquitetura que, mesmo tendo prevalecido ao longo de 250 anos, foi gradualmente substituída a partir da chegada da Missão Artística Francesa, 1816.

“[...] os governos de D. João e de D. Pedro I (1808-1831) correspondeu a um ciclo da arquitetura brasileira marcado pela difusão do neoclássico como arquitetura oficial.”

(Rocha Peixoto, p. 161-162)

Um homem adequadamente trajado



Uma introdução ao estudo da
indumentária de D. Pedro I

Vera Lúcia Lima* e Anamaria Rego de Almeida*

APRESENTAÇÃO

Tomando a Indumentária como um sistema de signos que serve ao homem para se comunicar e se expressar no mundo, no momento histórico e no ambiente social em que vive, pode-se afirmar que ela é um documento de valor incontestável ligado à cultura, aos anseios e ideais de uma determinada época.

Por ocasião das comemorações do bicentenário do nascimento do Imperador D. Pedro I, fundador do Estado Nacional Brasileiro, personagem tão contraditória de nossa história, foi feito um levantamento dos acontecimentos da vida do Imperador e da iconografia existente sobre a sua indumentária. Procurando examinar aspectos reveladores não somente no Estadista, mas do homem-seus defeitos e qualidades-e da sociedade em que viveu, verificou-se que somente foi representado simbolizando o Poder, a Hierarquia e a Ordem.

Este trabalho procurou através de uma análise da indumentária, conforme representada na iconografia de D. Pedro I, mostrar seu “outro lado”, a parte menos observada na historiografia oficial, porque são raras as descrições dos trajes por ele utilizados. A figura de D. Pedro sempre despertou polêmica. Pesquisado por muitos, da realidade à ficção: do menino inocente ao homem realizado pela ação política, discutido, incompreendido,

* Museóloga, pós-graduada em Ação Cultural e Educativa em Museus. Pesquisadora, Museu Histórico Nacional.

** Museóloga e historiadora. Pesquisadora, Museu Histórico Nacional.

A pesquisa contou com a colaboração de Mirella De Santo Farias, graduanda em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

cheio de decisões audaciosas. Usando como contraponto a visão dos cronistas, em que medida será verdadeiro o registro da indumentária e deste homem feito pela iconografia oficial?

A INDUMENTÁRIA na iconografia

Na ampla iconografia existente sobre D. Pedro I, pode-se observar toda a indumentária utilizada pelo imperador: desde criança, como Duque da Beira, em Portugal e no Brasil; quando jovem, como Príncipe Real e Príncipe Regente, e durante todo o primeiro Reinado até a abdicação em 1831; como D. Pedro IV e Duque de Bragança, até sua morte em 1834, em Portugal.

Foi fácil encontrar representações da imagem de D. Pedro, na sua maioria em trajes oficiais. Entretanto, é notável que a iconografia deste personagem o apresente poucas vezes em trajes formais à paisana. Quando aparece, está sempre elegantemente trajado, de acordo com a moda masculina da época, eminentemente européia, tanto em criança como na idade adulta. Não foram encontrados, durante a pesquisa, retratos que o representassem na intimidade. Somente através de relatos de pessoas que conviveram de alguma forma com ele em sua época, e na fantasia de alguns autores, é que se pode ter uma noção sobre a indumentária imperial do cotidiano.

A PRODUÇÃO da imagem

Nas imagens de D. Pedro atualmente existentes foram usadas diferentes técnicas: óleo sobre tela ou madeira, aquarela, guache, pastel, gravura (litografia, gravura em metal, ponta seca etc.), desenho (grafite, carvão, bico de pena, crayon) e impressões litográficas. Também, é claro, encontram-se esculturas nos mais variados tamanhos. Retratos em outros materiais e supotes seriam previsíveis: em jóias, moedas, medalhas, relógios, leques, estojos, cristais, porcelanas e pratarias com as mais diversas funções.

Como era costume em todas as cortes européias, desde a época da Colônia a imagem do governante tinha que estar presente em todas as repartições públicas: no Paço dos Vice-Reis, nas Casas de Câmara e Cadeia, etc., simbolizando a presença da autoridade máxima. Essa imagem ficava sempre no salão principal e era geralmente um retrato feito por um pintor oficial em óleo sobre tela. Muitas vezes, esse retrato oficial servia de matriz para gravuras confeccionadas por outros artistas. Tal intenção está expressa no “Decreto de 12 de agosto de 1816”, onde se lê...

“Atendendo ao bem comum, que provem aos seus fiéis vassallos de se estabelecer no Brasil uma Escola Real de Ciências, Artes, e Ofícios, em que se promova, e difunda a instrução, e conhecimentos indispensáveis[...]”¹

Durante o primeiro reinado, o Rio de Janeiro passou por grande agitação artística ainda em consequência da vinda da Missão Francesa em 1816, no período de D. João VI. A implantação, na Corte, de uma Academia de Artes com aulas de pintura, desenho, escultura, gravura e arquitetura pelo Decreto de 23 de novembro de 1820, foi reconhecida pelo Decreto de 17 de novembro de 1824, como Academia Imperial das Belas Artes, com a rubrica de Sua Majestade Imperial D. Pedro I. Efetivamente, seu funcionamento teve início a partir de 1826, originando uma grande produção de retratos à óleo. Por este motivo é que, além de pintores brasileiros, muitos outros, portugueses e de outras nacionalidades, aqui se estabeleceram. As pessoas mais abastadas, os políticos exaltados e os patriotas, desejavam ter o retrato dos Imperadores, ao mesmo tempo que surgia a necessidade de colocar também na sala de visitas os retratos dos donos da casa.

Henrique José da Silva, pintor da Câmara de Sua Majestade Imperial e diretor da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, e Simplicio Rodrigues de Sá, pintor da Imperial Câmara e professor de desenho dos Príncipes Imperiais, foram os artistas que executaram oficialmente executaram os mais conhecidos retratos de D. Pedro I, gravados depois por Edward Smith, Urbain Mansard e outros. “Em razão da portaria de 09 de Junho de 1825 foram produzidos numerosos retratos para o Palácio dos Governadores.”²

A INDUMENTÁRIA de D. Pedro I

No Paço de Queluz em Portugal, no dia 12 de outubro de 1798, nasceu o menino Pedro de Alcântara Francisco Antonio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, que seria mais tarde transformado pelo destino em Imperador no novo mundo o Brasil, e em rei no velho mundo - em Portugal.

Quarto filho de D. João e de D. Carlota Joaquina, a princípio não seria o herdeiro do pai, pois possuía um irmão mais velho, D. Antonio, nascido em 1795. Mas a velha maldição sempre perseguindo os Bragança, não o poupou, impedindo que o primogênito atingisse a idade de assumir

o trono, falecendo em 1801. Dessa maneira tornou-se D. Pedro o herdeiro natural, recebendo então o título de Príncipe da Beira.

“D. Pedro, todavia, não se pareceu com os infantes tolhidos e anêmicos que, por último, deslisavam pelas galerias de Queluz a tristeza natural. Era um desordenado e rígido menino que lembrava aos aios a mocidade de D. Pedro de Bragança. Corado, com sangue a arrebentar nas faces boleadas, muito crescido para a idade, o farto cabelo ruivo encaracolando sobre a testa, levemente deprimida nas fontes, os lábios grossos do pai, os olhos vivos da mãe...”⁴³

a. D. PEDRO DE ALCÁNTARA MENINO – o Príncipe da Beira em Portugal, em trajés civis

Numa pintura a óleo da coleção Newton Cardoso, atribuída a Augustin Esteve e provavelmente datada de 1800, o pequeno Príncipe da Beira, com dois anos de idade e cabelos longos ruivos caídos sobre os ombros, traça uma espécie de casaco transpassado azul, aberto na gola em V, com mangas compridas e botões nos punhos rendados e camisa branca contornada por larga renda branca. Na cintura, usa uma larga faixa. Atravessado no peito aparece o fitão largo com as cores nacionais portuguesas e, pendente do decote, em fita vermelha, a ordem do Tosão de Ouro, criado na cidade de Bruges em 1430 por Filipe, o Bom, Duque de Borgonha, em honra da Virgem Maria e do apóstolo Santo André, por ocasião de seu casamento com a Infanta Isabel de Portugal. A partir deste momento passou a ser outorgado a Monarcas e Príncipes das Casas Reinantes de Espanha, Áustria e Portugal. Posteriormente foi usado também pelos imperadores do Brasil.

Em outra imagem, que pode ser encontrada na sala D. João V no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, num desenho a pastel sobre tela, originalmente datado de 1804, a Princesa D. Maria Francisca Benedita, tia-avó do futuro Imperador, então com seis anos de idade, retrata-o a meio corpo, três quartos à esquerda, com os cabelos semilongos lisos na altura do pescoço, partidos ao meio irregularmente. Traça casaca escura como a de um pequeno homem com condecorações e camisa branca de gola alta, deixando entrever sobre o colete branco o fitão real e a ordem do Tosão de Ouro.

O pequeno príncipe teve sua infância alterada pelo destino inexorável, pois outro papel estava lhe reservado. Cogitado para vir sozinho ao Rio de

Janeiro, toda a família o acompanharia, juntamente com outros personagens da Corte.

Quando as tropas napoleônicas estavam às portas de Lisboa, uma chuva torrencial conseguiu conter o ímpeto invasor, proporcionando o tempo necessário para ultimar as providências do embarque para a Colônia.

“Que reações lhe produziria aquele espetáculo sem a mais leve sombra de beleza ou de glória que foi o embarque de sua família? Que terá pensado à respeito do abandono do país invadido por tropas inimigas? Menino de 9 anos criança afoitada e enérgica, príncipe, ciente de que um dia seria rei, não lhe palpitaria no segredo do coração um fundo desgosto, uma desconsolada tristeza, uma surda revolta? ‘Se estivesse no lugar de meu pai, desembanharia a espada lutaria e venceria.’”⁴

No Rio de Janeiro, a Corte portuguesa encontra uma cidade em todos os sentidos modesta,, inclusive espacialmente. Testemunhos da época a apresentam da seguinte forma...

“Quando desembarca no Rio de Janeiro, a Corte do Príncipe Regente D. João, o perímetro urbano da cidade compreende apenas 75 logradouros públicos: 46 ruas, 4 travessas, 6 becos e 19 campos. O governador D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, cuida às tontas diante do problema difícil: o alojamento da família Real e seus acompanhantes”⁵

b. D. PEDRO DE ALCÂNTARA MENINO - O Príncipe da Beira no Brasil com casaca vermelha em traje de corte

O Príncipe Regente D. João, no final do século XVIII ou princípio do XIX, trajava casaca vermelha ornamentada de galões dourados formando casas. Esta cor era de uso comum na corte portuguesa, desde o reinado de D. José I, entre todos os membros da Casa Real de Portugal. Isto pode sere comprovado pelas telas pertencentes à coleção do Museu Histórico Nacional: o retrato de D. José I, de autoria desconhecida, o de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, 4º Vice Rei do Brasil, atribuído a Leandro Joaquim, e o quadro de Delariva, que representa o embarque da família real para o Brasil em 29 de novembro de 1807.

Em data indeterminada, já no Brasil, D. João substituiu a cor vermelha de sua farda pela azul ferrete. Segundo Washt Rodrigues “Os retratos do Príncipe D. Pedro de Alcântara, quando menino já no Brasil, apresen-

tam-no de casaca vermelha com casas, enfeites na gola e nos punhos, bordados a ouro. Alguns anos depois passa a usar dragona de ouro com P. R. de prata, como se vê na conhecida gravura de Badoureau¹⁶.

Na gravura da coleção do Museu da Imagem e do Som, de autoria de João Vicente Priaz, do período do Reino Unido - reproduzida a partir de um pontilhado de Francisco Tomaz de Almeida segundo pintura de Doménico Pellegrini -, D. Pedro, com cabelos e franjas curtas ao estilo neoclássico, veste casaca vermelha aberta contornada em ouro por galão em toda a sua volta com bordados na gola alta e na larga lapela dos dois lados do peito. A casaca deixa entrever a gola alta branca da camisa e a larga gravata branca de dar voltas formando um farto laço, que fica sobre o frisado da camisa, aonde se forma um pequeno tufo denominado "bofe ou periquito". O colete é branco. O fitão aparece atravessado no peito, da direita para a esquerda, com as cores das diversas ordens, sobre a cruz da soberana ordem de Malta. Pendente de fita no pescoço, a ordem do Tosão de Ouro e, à esquerda da casaca, as três ordens portuguesas: Cristo, Torre e Espada e Carlos III. É interessante observar que este mesmo retrato do príncipe vestindo casaca vermelha foi representado posteriormente por vários artistas, inclusive, - confirmando a citação acima de Washt Rodrigues, na gravura pontilhada por Jean François Badoureau, que pertence à coleção do Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, na qual ele aparece usando dragonas de ouro com as iniciais PR sob coroa.

Com uma educação bastante descuidada por parte de seus pais, D. Pedro teve como primeira preceptora, até os 15 anos, D. Maria Genoveva de Rego e Matos; mas foi frei António de Arrábida, futuro bispo de Anemúria, quem ocupou o papel mais importante em sua formação intelectual, acompanhando-o durante longo tempo.

A influência da cidade do Rio de Janeiro como centro formador de seu espírito e de uma mocidade alegre, fazia-o afastar-se da etiqueta do Paço ao escolher por amigos aqueles que eram chamados de a pior gente das ralés. Usando a mesma linguagem dos empregados, fugia dos guardiães de sua educação para ficar entre os cavaleiros a encilharem os animais de carga. A convivência com os lacaios despojou-o do respeito por símbolos e convenções, principalmente ao atingir a puberdade.

D. Pedro possuía porém outras habilidades e tendências como a marcenaria, e o amor à música, que conservaria por toda a sua vida. Com temperamento e alma inquietos, várias mulheres passaram por sua vida. Algumas

delas foram passageiras, outras fizeram parte da História e a influenciaram.

Entretanto a necessidade de continuidade dinástica fazia-se urgente. Uma princesa austríaca foi escolhida para ser sua esposa: a arquiduquesa Maria Leopoldina Josefa Carolina, filha de Francisco I, da Áustria, membro integrante da Santa Aliança, formada também pela Rússia e pela Prússia para resguardar o absolutismo. Por ocasião de seu casamento, D. Pedro possuía o título de Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, através do Alvará de 9 de janeiro de 1817, concedido por D. João VI, então já considerado rei de Portugal pela morte de D. Maria I em 1816, no Rio de Janeiro. A princesa desembarcou no Rio de Janeiro a 5 de novembro de 1817.

“A respeito deste primeiro encontro dos jovens esposos foram tecidas as mais diversas e absurdas conjecturas, sem que seus autores possuíssem elementos para tal. Qual teria sido a impressão de D. Leopoldina de seu consorte e da Real Família, e vice versa a de D. Pedro dela, parece, a julgar por cartas posteriores, que ela de modo algum ficara desapontada com D. Pedro, apesar de não ser, expressamente homem bonito, era, contudo, garboso e sabia impressionar as mulheres, D. Leopoldina, não fazendo tanta questão de beleza exterior amava de antemão e por dever religioso, como esposo que Deus lhe tinha destinado “

c. D. PEDRO DE ALCÁNTARA PRÍNCIPE REAL com traje em Grande Gala

No Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional há uma gravura de Pradier, reproduzida do quadro de Debret “O Desembarque de D. Leopoldina” em 1817, por ocasião do seu casamento com a princesa austríaca. D. Pedro, aos 19 anos, usava um traje de grande gala idêntico ao de D. João VI, assim como seu irmão D. Miguel.

A casaca é azul-ferrete. Na frente e em toda a casaca, em ouro, os galões e as casas bordadas são guarnecidos de ramagens de louro, assim como as abas, gola, canhões e algibeira. As dragonas são de canotão grosso. A véstia é branca. O calção, ajustado até o joelho, e as meias são de seda brancas, com sapatos pretos de fivela. D. Pedro usa também banda vermelha, talim, espada, fiador e luvas brancas. O chapéu bicorne é preto, com plumas brancas, presilha de ouro e o tope português azul e vermelho adotado em 1796. Ornando a casaca, vê-se o fitão largo com as cores das diversas ordens, que não estão visíveis na gravura.

d. D. PEDRO DE ALCÁNTARA fardado como Príncipe Real

Na gravura a buril executada por Manoel Antônio de Castro em 1820, dedicada à Princesa Real D. Leopoldina, e que faz parte, entre outras, da coleção do Museu Imperial e da Biblioteca Nacional de Lisboa, D. Pedro de Alcântara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves está representado em oval sobre brasão do Reino Unido ladeado por folhagens. Com cabelos curtos revoltos e costeletas, usa uma casaca azul-ferrete toda abotoada, com vivo branco e enfeites de galões em ouro formando casas e ramagens de folhas de louro no peito e na gola em pé, aberta em curva, podendo-se observar a extremidade da gola alta da camisa branca e a larga gravata de seda preta. Pendente do pescoço em colar ornamentado por pedrarias formando laços e folhagens, a ordem do Tosão de Ouro sobre o fitão com as cores das diversas ordens militares e religiosas fixadas no lado esquerdo do peito. As dragonas são de ouro, de canotão grosso.

É interessante constatar que o mesmo retrato reaparece em 1826, já com o Brasão do Império, gravado a buril pelo mesmo artista, além de uma variante pertencente às coleções do Museu da Imagem e do Som e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Na gravura, entretanto, surgem acréscimos à efígie imperial: uma bigode e uma pera sob a boca. A partir desses acréscimos conclui-se que a imagem do imperador podia ter diferentes interpretações numa mesma gravura, talvez até com o aproveitamento de uma única chapa de metal.

Premido por uma revolução ocorrida na cidade do Porto em 1820, D. João VI foi obrigado a jurar e aprovar, em 1821, uma Constituição Provisória, elaborada em Portugal pelas Cortes de Lisboa, sem ter conhecimento de seu texto legal. Em tais circunstâncias, o rei já não poderia permanecer ausente do reino. Sua volta era reclamada e o Decreto de 7 de março de 1821, determinava a volta da família real, deixando o príncipe D. Pedro encarregado do governo provisório do Brasil como Príncipe Regente. Iria, enfim, descobrir sozinho o que o destino lhe reservava. “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros”⁸

e. D. PEDRO DE ALCÁNTARA – Príncipe Regente com fardeta “Jaqueta de Polícia” ao proclamar a Independência

A pressão portuguesa sobre seu governo e as lutas internas dos brasileiros por sua emancipação, levaram D. Pedro a declarar a Independência do Brasil às margens do Ipiranga em 7 de setembro de 1822.

“O príncipe desembainhou a espada, no que foi acompanhado pelos militares; os paisanos tiraram os chapéus. E D. Pedro disse:

- Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu deus, juro fazer a liberdade do Brasil.

- Juramos, responderam todos!

D. Pedro embainhou a espada, no qual foi imitado pela guarda, pos-se à frente da comitiva, e voltou-se, ficando em pé nos estribos:

- Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será Independência ou Morte!

Firmou-se nos arreios, esporeou sua besta baia, e galopou, seguido do seu séquito, em direção a São Paulo....”

D. Pedro trajava uma farda pequena, constituída por uma jaqueta denominada “jaqueta de polícia”, destinada ao uso no interior dos quartéis ou a serviço. Foi provavelmente com uma farda deste tipo que ele proclamou a Independência. A jaqueta azul-ferrete é curta e abotoada por uma ordem de 14 a 16 botões pequenos. As abas também são curtas e há bordados na gola e nos canhões. Nos ombros aparece uma presilha de canotão dobrado (espécie de cordão entrelaçado formando trança). A camisa branca tem gola alta aparente e a calça é também branca. Usa a banda, um talim de couro preto e botas longas com esporas de prata. O chapéu armado não tem galão ou plumas.

Segundo Washt Rodrigues “[o] decreto de 1823 confirmou o uso desta fardeta para os oficiais gerais sendo que D. Pedro usava-a constantemente com chapéu de abas largas de palha da Itália e calça branca.”¹⁰

Entretanto, a jaqueta de polícia, curiosamente, é quase sempre representada de maneira errada. Podemos citar alguns exemplos. No óleo sobre tela do Museu Imperial, François René Moreaux, em 1844, colocou dragonas de canotão grosso nos ombros e gola aberta com gravata larga preta, quando esses elementos não deveriam estar representados. No conhecidíssimo “Independência ou Morte”, que se encontra no Museu Paulista, Pedro Américo, além de colocar também a gola aberta, acrescentou duas ordens de botões na jaqueta, quando deveria haver somente uma. Um terceiro caso é do óleo sobre tela “Os Primeiros Sons do Hino da Independência”, do Museu Histórico Nacional, encomendado pelo Governo Federal em 1922, por ocasião das comemorações do centenário da Independência. O autor, Augusto Bracet, retratou D. Pedro I com uma

jaqueta de polícia, tendo nos ombros dragonas de canotão grosso, ao invés de “presilhas de canotão dobrado”.

f- D. PEDRO Imperador - com farda de Príncipe Regente e tope patriótico na manga esquerda

Ao proclamar a independência, D. Pedro precisava assumir legalmente o trono e o governo da nova nação. Ao voltar ao Rio de Janeiro, a municipalidade convocou em circular as câmaras das Províncias vizinhas para tomarem parte na cerimônia que seria realizada e efetuada no Campo de Santana. A Aclamação como Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil ocorreu no dia 12 de outubro de 1822, dia de seu aniversário, quando completava 24 anos.

Durante alguns meses, depois da proclamação da Independência, D. Pedro I continuou vestindo a mesma farda que usava como Príncipe Regente, acrescida porém, de um emblema no braço esquerdo: o tope patriótico, tope da Independência. Era um disco verde tendo por baixo o lema “Independência ou Morte” inscrito numa fita de ouro posta em asna. Esse distintivo foi usado até 29 de agosto de 1825, quando foi feito um tratado com Portugal reconhecendo a nossa Independência.

D. Pedro I é retratado com casaca azul-ferrete abotoada, com vivo branco. Existem galões na abertura, na gola e nos canhões das mangas. Contornando a frente a gola e os canhões vê-se uma trança com folhagem. Ramos de louro saem das casas bordadas no peito e na gola, contornando também os canhões. A gola em pé é aberta em curva, com uma larga gravata de seda preta e um pequeno tufo plissado, o “bofe ou periquito”. No braço esquerdo está o tope da Independência. As dragonas são de ouro, com canotões grossos e emblema de prata na pala. Na cintura, há uma larga banda vermelha guarnecida de galões bordados a ouro. O fitão aparece a tiracolo com as cores de diversas ordens honoríficas ou militares: o Tosão de Ouro, pendente do pescoço em fita vermelha, e, no peito, diversas outras ordens. D. Pedro usa calça ajustada branca e botas com espora de prata, ou provavelmente nas cerimônias sociais da corte, meias de seda branca com sapatos pretos de fivela. As luvas são brancas e o chapéu armado tem um galão largo ou bordado equivalente, com plumas e borlas. Sob a presilha lateral o tope português foi substituído pelo tope nacional. A espada ou sabre é utilizada com fiador de borlas douradas.

A MUDANÇA NOS SÍMBOLOS e cores com a Independência

“Nada aliás, mais significativo do pensamento de D. Pedro e de D. Leopoldina do que a escolha da cor verde, a cor da Casa de Bragança, como a cor principal do Brasil separado de Portugal e a cor de ouro ou amarela, como a cor principal da Casa de Habsburgo.”¹¹

Proclamada a Independência, o primeiro cuidado de D. Pedro foi diferenciar por completo, através dos uniformes, os soldados brasileiros e os portugueses: alteraram-se os uniformes e os distintivos, tornando-os caracteristicamente nacionais; modificaram-se golas, canhões e penachos do fardamento. As cores verde e amarela da Casa Imperial brasileira substituíram o azul e o branco pertencentes à Casa Real de Portugal.

Além do corte do uniforme, a mudança das ramagens de louro para carvalho na bordadura das fardas imperiais fez com que perdessem qualquer semelhança com as fardas de origem portuguesa.

Em 18 de setembro de 1822, foi criado um emblema composto por um círculo verde isolado acima de uma fita amarela em que se lia: “INDEPENDÊNCIA OU MORTE”. Esse emblema somente deixou de ser utilizado em 1825, quando Portugal finalmente reconheceu nossa emancipação.

a. D. PEDRO I - as fardas imperiais

D. Pedro I teve duas fardas imperiais de gala usadas em grandes solenidades, e a diferença entre elas era na gola: a primeira em pé aberta em curva e a segunda de corte reto, o que tornava seus bordados independentes.

A primeira farda de gala, com ramagens de carvalho, consta ter sido criada para a solenidade da Aclamação, realizada em 12 de outubro de 1822. D. Pedro I utilizou-a também na solenidade de sua coroação, com o manto, a coroa e o cetro.

A farda definitiva, a segunda, de grande gala, usada nas grandes solenidades e também com ramagens de carvalho, ele usou até sua partida para Portugal, em 1831. A casaca é azul-ferrete com oito botões dourados e toda bordada a ouro. Há galões bordados na frente, na gola, nos canhões, nas abas e algibeiras e ramagens de carvalho com folhas e frutos cobrindo as costuras do torso e das mangas, as abas, algibeiras, gola e enfranque. Uma dupla ordem da mesma ramagem surge nos canhões e em cada lado da frente do peito, sendo que entre a folhagem da gola e dos canhões

aparecem seis ou sete estrelas pequenas. A camisa branca tem gola alta aparente. A gravata de seda preta é larga e sobre a camisa aparece o pequeno tufo plissado: “bofe ou periquito. Na manga esquerda, vê-se o tope patriótico. As dragonas são de ouro, contornadas por cordão e com canotões grossos. Sobre cada pala, as armas imperiais em prata. O fitão aparece com as cores das diversas ordens honoríficas e militares. A calça é branca, comprida e colante, com galões e bordados a ouro formando entrelaços e folhagens tanto nas costuras laterais, como nas costuras da frente e na linha da braguilha. Na cintura, usa uma larga banda de “dar voltas” com borlas douradas nas extremidades.

O talim é estreito, dourado ou de couro preto, com fecho em S deitado, entre duas carrancas, e usado por baixo da banda. As luvas são brancas. As botas altas são envernizadas, pretas e com esporas de prata. O chapéu armado é de grande formato, de seda preta com plumas brancas, tope verde e amarelo, com presilha e borlas douradas. A espada, ou sabre (não havia especificação fixa) têm fiador dourado.

Na primeira farda imperial, a gola é em pé e em curva, deixando entrever a gola alta da camisa branca com a larga gravata de seda preta e o pequeno tufo plissado (chamado “bofe”). Na segunda farda a gola é reta com bordados independentes.

Nas coleções do Museu Histórico Nacional, a primeira farda imperial está representada no óleo sobre tela de 1825 de autoria de Henrique José da Silva, e a segunda, no óleo sobre tela de 1826, de autoria de Manuel de Araújo Porto Alegre, onde pode-se observar um erro na representação dos canhões das mangas com uma só ramagem de folhas de carvalho, quando deveriam ser duas.

“D. Pedro I usava fitão largo nas cores das principais Ordens: A placa com as três Ordens portuguesas reunidas: Cristo, Avis e São Tiago da Espada, e a insignia do Tosão de Ouro Possuía as Grãs Cruzes: Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, a de Carlos III e de Isabel, a Católica; de São Luís da França; de Santo Estevão da Hungria; da Antiga Ordem da Torre Espada do valor da Lealdade e Mérito; do Espírito Santo e de São Miguel da França era Grão-Mestre da Imperial Ordem do Cruzeiro, de Pedro I e da Rosa, todas três por ele instituídas.”¹²

b. D. PEDRO I – o traje da coroação

Washt Rodrigues, remetendo-se à uma testemunha ocular da cerimônia da coroação, e aos comentários de historiadores da primeira metade do século XX, afirma que a dita cerimônia teria tido, por via da austríaca imperatriz Leopoldina, fortes traços austríacos e napoleônicos, mesclados com cores brasileiras. Segundo a testemunha ocular, barão de Mareschal, agente diplomático austríaco, certos detalhes foram diretamente copiados das coroações dos imperadores alemães de Frankfurt, e de Napoleão e até mesmo de costumes em uso na Hungria. Diz Rodrigues que “[segundo] Fleiuss (p. 171), os traços das pragmáticas foram emprestados por influência da Corte austríaca, isto é, devido à presença de D. Leopoldina, e de acordo com a afirmação de Norton (p. 220) foram escolhidas por inspiração direta da imperatriz ou em sua homenagem. Também a respeito dos toques napoleônicos não devemos esquecer-nos de que D. Pedro, pelo casamento com a arquiduquesa, era concunhado de Napoleão Bonaparte e que se sentia lisonjeado ...”¹³

Sobre a farda imperial, com bordados de folhas de carvalho, calça branca ajustada e botas pretas de montaria com esporas de prata, Sua Alteza Real portava o manto imperial de veludo verde, forrado de seda amarela semeado de estrelas no campo, e bordadura de ouro de grupos de folhas e frutos de palmeira na borda de ângulos arredondados. Com formato retangular, curto na frente, correspondendo a uma espécie de poncho com a parte posterior mais comprida sobre o manto encontrava-se uma espécie de murça (pelerine) de papos de tucano (numa influência indígena) que descia até meio corpo e sobre a murça uma gola encanudada. Alterando a tradição portuguesa, pela qual desde vários séculos o rei não foi coroado, mas apenas aclamado, pois esperava-se a volta do lendário D. Sebastião, derrotado e desaparecido na África, juntamente com a coroa do reino, D. Pedro I cobriu-se com a coroa imperial adornada de diamantes. O cetro com 6 m de comprimento de ouro maciço, era encimado por um dragão sentado num pedestal quadrangular, apoiado em base de folhagem (lembrando o de Napoleão, onde uma águia figurava no pedestal).

Aclamado, sagrado e coroado, D. Pedro I teve de consolidar sua autoridade em todo o território e derrotar as tropas ainda fiéis a Lisboa na Bahia, Maranhão, Piauí e Cisplatina. Em 1823, depois de convocada a Assembléia Constituinte do Império, resolveu dissolvê-la justificando tal

gesto não como uma atitude absolutista, mas sim como: “medidas de políticas próprias para evitar a anarquia”. Em 1824, outorgou uma constituição ao Brasil criando quatro poderes ao invés de três. Um deles, cujo uso caberia somente ao imperador - era o poder Moderador.

D. João VI reconheceu a Independência do Brasil, legitimando D. Pedro I como seu sucessor no trono de Portugal.

Em 1826, D. Leopoldina, que sentia-se doente e humilhada pela situação conjugal criada pelo relacionamento de D. Pedro com a marquesa de Santos, veio a falecer. Na ocasião, o imperador estava no sul, observando e dirigindo a guerra da Província Cisplatina. Mais tarde, pela necessidade de encontrar-se uma nova esposa para D. Pedro I, emissários foram enviados à Europa para contratar um outro casamento, tendo sido escolhida D. Amélia Augusta Eugênia Napoleona, filha do Duque de Leuchtenberg, ex rei da Itália e neta de Maximiliano José, rei da Baviera. O casamento foi feito por procuração, em 2 de agosto de 1829.

Em 1830, ao sofrer uma forte oposição liberal e uma reação popular ao seu governo, D. Pedro I foi levado a abdicar do trono em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, no dia 7 de abril de 1831. Deixou como tutor do príncipe José Bonifácio de Andrada e Silva, ex-Ministro do Império e seu amigo pessoal.

D. PEDRO IV, DUQUE DE BRAGANÇA – em Portugal, fardado, após a abdicação no Brasil

Com a morte de D. João VI em 1826, D. Pedro I, ainda no Brasil, tornou-se o 27º rei de Portugal com o título de D. Pedro IV. No mesmo ano, abdicou de seus direitos de sucessão à coroa portuguesa em favor de sua filha D. Maria da Glória, mas conservou o título de Duque de Bragança.

Após sua volta definitiva para Europa, teve que lutar contra seu irmão, D. Miguel, que tentou usurpar o trono. Os perigos da guerra não o assustavam, pelo contrário, sentia-se atraído por eles. Depois de levantado o cerco da cidade do Porto, as tropas marcharam até Lisboa que veio a capitular. Reconquistou assim vitoriosamente, os direitos de D. Maria da Glória, que, aos 14 anos, tornou-se finalmente rainha de Portugal.

D. Pedro I morreu no palácio de Queluz em 1834.

Na coleção do Museu Histórico Nacional há um óleo sobre tela representando D. Pedro IV – Duque de Bragança, de autor desconhecido.

Com barba e cabelo cheio partido de lado, traja farda portuguesa verde escura, com vivo branco, toda abotoada com botões dourados brasonados. A gola é alta, com bordados de ouro formado por trança e folhagens. Um fitão largo, azul, pende do pescoço em fita vermelha a com a ordem do Tosão de Ouro, e, no peito a ordem da Cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo. As dragonas são de ouro, de canotão grosso. Na cintura, usa uma banda vermelha.

D. PEDRO I – a indumentária do cotidiano

D. Pedro tinha hábitos de extrema simplicidade, destoantes, por vezes, de sua condição de rei. Afeiçãoou-se ao estilo de vida brasileiro desde a infância, e não são poucos os testemunhos que, chegados até nós que mostram um homem talvez pouco dado aos cerimoniais da Corte. Em 1825, por ocasião da chegada ao Rio de Janeiro de colonos alemães...

“D. Pedro e sua esposa, não se fizeram esperar muito tempo, vieram logo a bordo[...] o Imperador se bem que não fosse bonito, era simpático a bem feito de corpo. Cabelos pretos e anelados cobriam-lhe a fronte, os seus olhos eram pretos, brilhantes e muito móveis, o nariz aquilino, a boca regular e os dentes bem alvos. Os sinais de bexigas do rosto não eram repugnantes, como se acontecer com outras pessoas, as suas suíças espessas ocultavam-nos inteiramente. Tinha uma atitude imponente e reconhecia-se logo nele o senhor, não obstante a simplicidade do vestuário. Um chapéu branco e redondo, um lenço de cores enrolado negligentemente no pescoço segundo o costume dos marinheiros e amarrados no peito, um casacão escuro de pano ligeiro de verão, polainas brancas e botas com esporas de prata constituíam o traje do imperador de um dos maiores países do mundo”¹³

Sobre o mesmo episódio, uma outra testemunha alemã, talvez um pouco vexada pelo desleixo da imperial personagem, escreve que “quando subiu a bordo, trajava de acordo com o clima e a hora do dia, leve túnica cinzenta chapéu branco, calças brancas e um lenço de muitas cores envolvendo o pescoço negligentemente.”¹⁴

Maria Graham, viajante inglesa que esteve no Brasil no período da Independência, é outra valiosa informante da vida do imperador. Governanta da Princesa D. Maria da Glória durante pouco mais de um mês, morando no Paço de São Cristóvão, pode surpreendê-lo em flagrantes que o mostram indiferente ou desatento ao rigor da etiqueta própria das Cortes e Palácios reais. Diz Graham que “logo ao chegar ao portão da

Quinta da Boa Vista, topou com o Imperador de chinelos sem meias, calças e casaco leve de algodão listrado e chapéu de palha...”¹⁵

Sobre uma entrevista pessoal com o imperador, em condições mais formais, descreve a cronista:

“O Imperador estava num pequeno quarto interno, onde tinha o seu piano, seus apetrechos de caça etc. [...] Estava com uma roupa caseira de algodão, com o braço na tipóia, apesar de mais magro e mais pálido do que antes: perguntou pelo quadrinho [...], de que pareceu muito satisfeito. Falou depois comigo por algum tempo, muito polidamente em francês, fiz uma cortesia e retirei-me”¹⁶

Em outra situação, esta nada formais, D. Pedro parece seguir a moda de sua época, embora, caso dermos crédito ao biógrafo da marquesa de Santos, com um certo pendor teatral... Vejamos o texto.

“D. Domitila sacudida por um violento frêmito, já de pé, em meio do quarto, vê diante de si, como num sonho, um vulto misterioso, alto, com um largo sombrero, envolto numa imensa capa espanhola, negra como a noite [...]”¹⁷

Mas, ao que parece, no dia-a-dia do palácio, o imperador não era dado a exageros. Friederich von Weich, que passou pelo Paço da Boa Vista em busca de uma entrevista com a imperatriz, descreve uma figura decididamente não muito bem trajada.

“Quando o autor em 1824, se dirigia ao Palácio da Boa Vista a fim de demonstrar a sua veneração a sua Majestade a Imperatriz, pois era permitido a todo o estrangeiro, o acesso a ela, foi-lhe designado, pelo feitor de negros que habitava em frente ao palácio, a entrada que dava para uma escada estreita e daí para o aposento da Imperatriz. Ao subir encontrou-se com um homem que tinha um chapéu grande de palha na cabeça e que vestia um paletó branco, calças compridas idênticas e tamancos, carregava uma linda criança nos braços[...] e perguntou imediatamente em português e de maneira um tanto rude ao autor o que aí procurava – Era o Imperador com a princesa Paula Mariana. À resposta dada em língua portuguesa, sua Majestade respondeu mui graciosamente que a Imperatriz não atendia agora[...]”¹⁸

Esses relatos indicam que, na intimidade, em passeios D. Pedro preferia um traje folgados de tecido leve, próprios para o clima. É provável que

a roupa descrita por Weich fosse feita de algodão, ou linho, tecidos muito adequados para a temperatura dos trópicos.

A REPRESENTAÇÃO FÍSICA de D. Pedro I

D. Pedro, em criança, como Duque da Beira, é representado ainda em Portugal, com os cabelos longos, claros e soltos sobre os ombros. Mais tarde, com 14 anos e com farda de Príncipe Real usa os cabelos bem ao gosto neoclássico, difundido na Europa a partir do século XVIII, curto, com cachinhos na testa.

Pelo menos a partir da época de seu casamento, em 1817, aparece com os cabelos cheios, ligeiramente revoltos, à moda romântica. Esta moda, ficou em voga na França nas primeiras décadas do século XIX, conforme Declacroix e outros artistas românticos tão bem representaram.

Após a Abdicação em 1831, quando voltou para Portugal como Duque de Bragança, em campanha contra seu irmão Miguel, em favor de sua filha D. Maria da Glória, e no comando do exército português, deixou crescer uma barba que usaria até sua morte, com o cabelo bem cheio, partido de lado.

Na iconografia consultada, pode-se notar diferentes representações na imagem de D. Pedro. Em alguns documentos, aparecem as tradicionais costeletas longas, emendando com o bigode e pera sob a boca. Em outros, um ou outro detalhe se modifica: pode ser a ausência da barba, ou sem a pera, ou sem o bigode, ou sem costeletas, ou sem o cavanhaque, ou com a barba. Em muitos casos, o pintor provavelmente utilizava uma litogravura, como base para reproduzir o rosto, o que talvez explique certas variações de detalhes, em período de tempo muito curto.

CONCLUSÃO

A forte personalidade de D. Pedro originou opiniões divergentes e biografias bastante contraditórias, fazendo com que se criasse em torno dele um clima quase que lendário.

É notável a variedade de retratos do Imperador. Muito poucos foram executados ao vivo. A fantasia dos artistas teve campo aberto nas representações do monarca, omitindo ou acrescentando detalhes no traje e na sua imagem, o que naturalmente interferiu na fidelidade destes testemunhos.

Pesquisando a indumentária de D. Pedro I nas suas representações em pintura, escultura e gravura, verificou-se que a formalidade da imagem oficial, exigida pela própria situação histórica nada revela sobre o seu lado mais pessoal.

Somente em confronto com a obra dos cronistas, além de referências a uma indumentária menos formal, se pode perceber aspectos mais ricos de sua personalidade, não perceptíveis através da “iconografia oficial”.

RELAÇÃO dos objetos citados na pesquisa

1. [Retrato de D. Pedro, Príncipe da Beira]

Pintura. Óleo/tela.

Atribuída a Augustin Esteve

Circa 1800

Coleção Newton Carneiro

2. [Retrato de D. Pedro, Príncipe da Beira]

Desenho a pastel

D. Maria Francisca Benedita

1804

Acervo do Palácio Nacional da Ajuda (Lisboa, Portugal)

Obs. Princesa, tia-avó de D. Pedro

3. [Retrato de D. José I]

Autor desconhecido

Pintura. Óleo/tela

Acervo Museu Histórico Nacional

4. [Retrato de D. Luís de Vasconcelos e Sousa]

Pintura. Óleo/tela

Atribuído a Leandro Joaquim

Provavelmente final do século XVIII

Acervo Museu Histórico Nacional

5. *Embarque do Príncipe Regente para o Brasil em 29 de novembro de 1807*

Pintura. Óleo/tela

Nicolas Louis Albert Delariva

Circa 1808

Acervo Museu Histórico Nacional

6. *D. Pedro de Alcântara : Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*

Litografia, colorida manualmente

Jean François Badoureau, segundo desenho original de Jules Antoine Vautier

Acervo Museu Histórico Nacional, Arquivo Histórico (Rio de Janeiro, RJ)

7. *Retrato do Príncipe D. Pedro*

Litografia

João Vicente Priaz, segundo pontilhado de Francisco Tomaz

Acervo Museu da Imagem e do Som (Rio de Janeiro, RJ)

Obs. Esta obra foi baseada no trabalho de Badoreau existente no Museu Histórico Nacional.

8. *Desembarque de Sua Alteza Real a Arquiduquesa D. Carolina Leopoldina [...] no Rio de Janeiro em 5 de novembro de 1817*

Gravura a buril por Charles Simon Pradier, segundo pintura de Jean-Baptiste Debret

Circa 1818

Acervo do Museu Histórico Nacional, Arquivo Histórico

9. *D. Pedro de Alcântara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*

Gravura a buril

Manuel Antônio de Castro

Acervo Museu Imperial

10. *D. Pedro de Alcântara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*

Gravura a buril

Manuel Antônio de Castro

Acervo Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ); Museu da Imagem e do Som (Rio de Janeiro, RJ)

Obs. O brasão português foi mudado para as armas do Império do Brasil em duas outras versões pelo mesmo autor, datadas de 1826, em coleção particular e do acervo da Biblioteca Municipal do Porto (Portugal). Apud HERSTAL, Stanislaw (Ver Notas)

11. *Proclamação da Independência*

Pintura. Óleo/tela.

François René Moureaux

1844

Acervo Museu Imperial (Petrópolis, RJ)

12. *Independência ou morte*

Pintura. Óleo/tela.

Pedro Américo de Figueiredo e Melo, dito Pedro Américo

1888

Acervo Museu do Ipiranga (São Paulo, SP).

13. *Os primeiros sons do hino da Independência*

Pintura. Óleo/tela

Augusto Bracet

1922

Acervo Museu Histórico Nacional

14. *Retrato de D. Pedro I*

Pintura. Óleo/tela

Henrique José da Silva

1822

Acervo Museu Imperial (Petrópolis, RJ)

15. *Retrato de D. Pedro I*

Pintura. Óleo/tela

Henrique José da Silva

1825

Acervo Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro, RJ)

16. *Retrato de D. Pedro I*

Pintura. Óleo/tela

Manuel de Araújo Porto Alegre

1826

Acervo Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro, RJ)

17. *Coroação de D. Pedro I*

Pintura. Óleo/tela

Jean-Baptiste Debret

1825

Acervo Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro, RJ)

18. *D. Pedro, duque de Bragança*

Pintura. Óleo/tela

Autor desconhecido

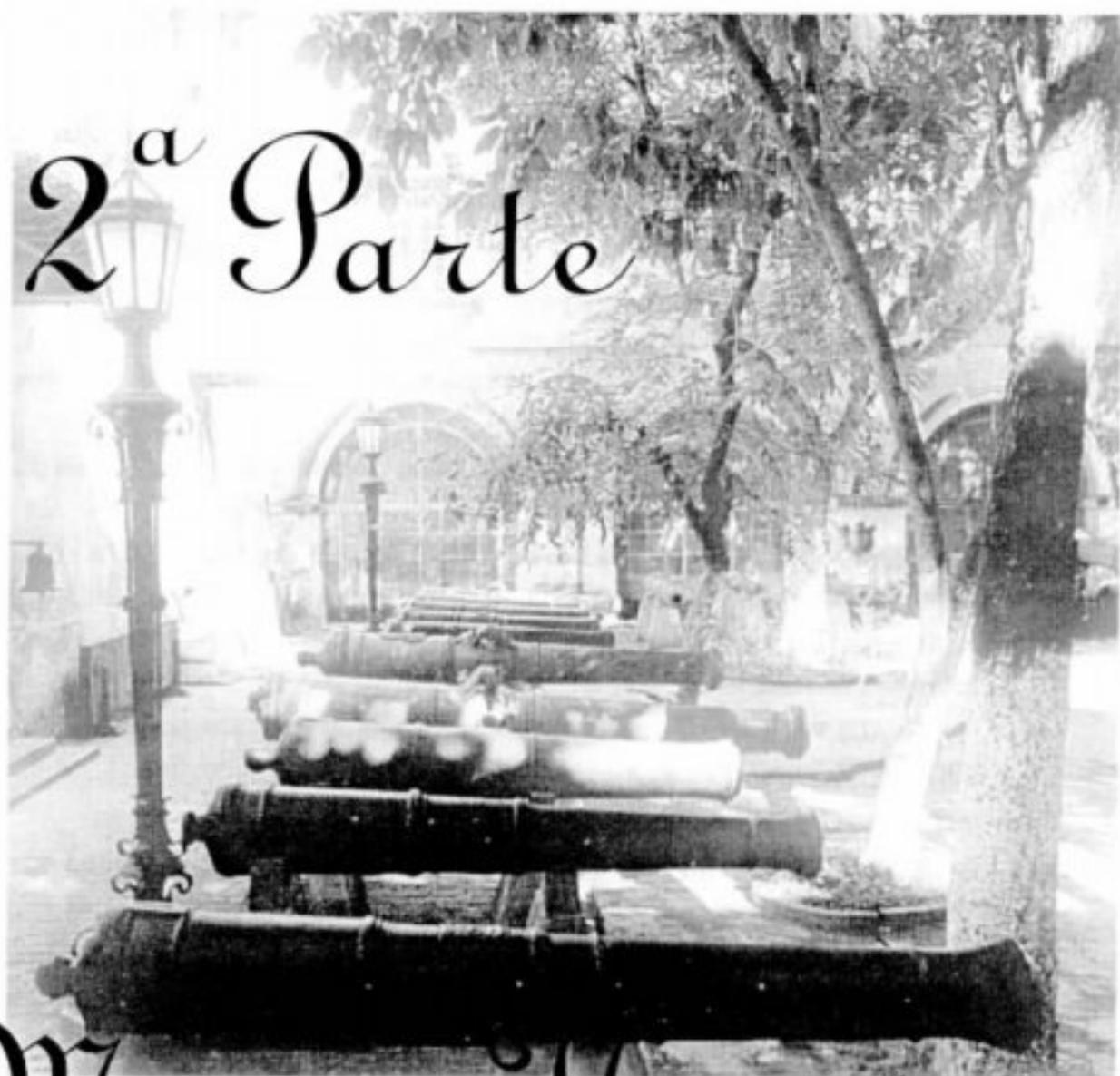
Data desconhecida

Acervo Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro, RJ)

Obs. Baseado em outra tela de anônimo, de que se diz ter sido o último quadro retratando D. Pedro vivo. Apud HERSTAL, Stanislaw (Ver Notas)

NOTAS

1. "As Belas Artes no Primeiro Reinado." Estudos brasileiros (Vol. 4, nº 11, 1940). São Paulo : 1940. P. 497 (Publicação bimestral do Instituto de Estudos Brasileiros).
2. RODRIGUES, José Washt. "Fardas do Reino Unido e do Império." Anais do Museu Imperial (Vol. 11, 1950) Petrópolis : Museu Imperial, 1950. P. 15.
3. CALMON, Pedro. *O Rei Cavaleiro. A Vida de D. Pedro I.* São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1933. P. 15
4. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A Vida de D. Pedro I.* Rio de Janeiro : José Olympio Editora, 1952.
5. RENAULT, Delso, *O Rio Antigo nos Anúncios dos Jornais.* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969. P. 5
6. RODRIGUES, José Washt. Op. cit. P. 9.
7. OBERACKER, Jr. Carlos H. *A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época.* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1973. P. 110-111.
8. COSTA, Sérgio Corrêa da. *As Quatro Coroas de D. Pedro I.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. P. 5.
9. HERSTAL, Stanislaw. *D. Pedro: estudo iconográfico.* São Paulo: Min. da Educação e Cultura, 1973.
10. RODRIGUES, José Washt. Op. cit. P. 18.
11. OBERACKER, Jr. Carlos H. Op. cit. P. 291
12. RODRIGUES, José Washt. Op. cit. P. 18.
13. BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados. Impressões do Brasil de D. Pedro I.* São Paulo: Typ. Garraux, 1929. P. 153.
14. SCHLINTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é. 1824-1826.* Rio de Janeiro : Ed. Júlio Costa, 1943. P. 24.
15. GRAHAM, Maria. "Escorço biográfico de D. Pedro I com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo." Anais da Biblioteca Nacional (Vol. 54). P. 104.
16. GRAHAM, Maria. *Diário de Uma Viagem ao Brasil e de uma estada nesse País durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.
17. SETÚBAL, Paulo. *A Marquesa de Santos.* São Paulo: Cia. Gráfica Monteiro Lobato, 1925. P. 35.
18. J. Fridrich Von Weich, apud OBERACKER Jr., Carlos H. Op. cit. P. 336.



2ª Parte

*Museu Histórico
Nacional, 1998*



O jardim maurício



Conhecimento e colonização da América
durante o domínio batavo no Brasil 1637/1645

Heloisa Meireles Gesteira *

*Do solo fez o senhor Deus brotar toda sorte de árvores
agradáveis à vista e boas para alimento; e também a
árvore da vida no meio do jardim e a árvore do conheci-
mento do bem e do mal.*

Gênesis, 2 : 9

Desde a Antigüidade, o cultivo de jardins esteve presente nas mais diversas formações culturais judaico-cristãs. São inúmeras e diversificadas as formas e significados relacionados a esta prática, cujo inventário excede aos limites deste artigo; entretanto, destacamos algumas permanências entre elas. Por um lado, o cultivo de jardins sempre esteve ligado à tradição religiosa, como forma de evocar o paraíso perdido; por outro lado, o jardim - principalmente aqueles localizados nas residências dos governantes, sempre simbolizou luxo e riqueza. Dois importantes aspectos ligam-se às *imagens* aqui mencionadas. Ao remeterem à idéia de paraíso, os jardins asseguram a própria sobrevivência do homem, na medida em que garantem a oferta de alimentos, reunindo espécies variadas. O segundo aspecto ressalta o jardim como local de deleite para o príncipe, ao mesmo tempo em que engrandece sua imagem diante do público¹.

Este artigo coloca em destaque um terreno específico - o Jardim do Conde, construído no Recife na primeira metade do século XVII, durante o período do domínio neerlandês. O que se quer demonstrar é que este jardim distingue-se dos demais por dois ângulos fundamentais. Por ser um

*Historiadora, doutoranda em História, Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ)

jardim do século XVII, ele já se apresenta como um espaço útil ao conhecimento do homem acerca do mundo natural. Mas, sendo construído em espaço colonial, transforma-se simultaneamente em local de coleta de informações e espécies da natureza americana - muitas remetidas para a Europa para alimentar os jardins botânicos e outras coleções; e em ponto de recepção e adaptação de espécies estrangeiras.

A proposta de uma reflexão sobre o Jardim do Conde, localizado ao redor do palácio residencial do Conde Maurício de Nassau - o *Vrijburg*, durante seu Governo em nome da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, baseia-se na visão deste local como um *monumento* da colonização batava no Brasil, uma vez que a observação de suas funções utilitárias e estéticas nos remete aos objetivos colonizadores que adquiriram forma particular durante a presença dos neerlandeses no Brasil, particularmente entre 1637 e 1645².

A formação do Jardim vai ao encontro de vários objetivos e práticas específicas da colonização neerlandesa, nomeadamente a articulação que havia entre o ambiente intelectual da Universidade de Leiden e a expansão ultramarina da República das Províncias Unidas. A iniciativa particular do Conde Maurício de Nassau foi realmente fundamental para o surgimento de um ambiente intelectual no Recife-holandês, fato que o diferenciou da realidade luso-americana, mas o que se deseja mostrar é que a iniciativa de ter um Jardim extrapolava as paixões do Conde, relacionando-se também com os interesses expansionistas da República³.

Refletir acerca da colonização neerlandesa a partir dos Jardins do Conde nos remete ainda à discussão sobre as viagens de descobrimentos empreendidas entre os séculos XV e XVII, articuladas à expansão europeia. Vitorino Magalhães Godinho propõe um alargamento do conceito de descobrimento, relacionando-o a um conjunto de práticas que tinha em comum o fato de trazer à luz o conhecimento acerca do Novo Mundo, estabelecendo, desta forma, uma rede de relações entre lugares e povos até então desconectados do universo cultural europeu⁴. Esta é uma das proposições centrais presentes neste texto.

As fontes escolhidas são os relatos que se referem, direta ou indiretamente, ao Jardim. Memórias daqueles que viveram no Recife-holandês, como nos casos de Johan Nuihof⁵ e do Frei Manoel Calado⁶, e a memória escrita sob a encômenda de Nassau pelo holandês Gaspar Barléus⁷, que compôs sua obra com o material que lhe foi entregue pelo próprio Conde ao voltar à República Batava. Nestes textos tentaremos identificar o valor simbólico que o Jardim

adquiriu na época, investigando os diversos significados que lhe eram então atribuídos. Tais significados deram sentido à coleção ali existente. Os próprios textos são a mediação entre o objeto e o ambiente cultural estudado.

Outro tipo de fonte importante são os textos *científicos*, escritos por Guilherme Piso⁸ e Jorge Marcgrave⁹, integrantes da missão científica neerlandesa que veio para o Brasil no período da administração nassoviana. O tipo de abordagem contida nestes estudos aponta para possíveis correspondências entre o jardim e a concepção de natureza daqueles homens: provavelmente, tanto as escolhas dos produtos a serem plantados como a própria divisão do jardim não eram feitas de modo aleatório¹⁰.

Ao admitir a hipótese do Jardim como local de prazer para o Conde de Nassau, aceitamos que a construção o enaltecia, contribuindo para a uma imagem positiva de Nassau na Colônia. A premissa põe em relevo o aspecto simbólico e estético do jardim, permitindo uma leitura diferenciada da colonização neerlandesa na América.

Uma das estratégias de governo do Conde de Nassau foi o seu envolvimento com a construção de uma nova cidade para sede administrativa, a Cidade Maurícia. Desta forma, ele buscou marcar sua posição de governador naquela região, administrando as diferenças que poderiam se transformar numa ameaça para o projeto que ali se impunha. É importante, neste sentido, a análise da descrição dos Jardins, a partir da planta e da legenda publicadas no livro de Barléus, escrito em louvor à memória do Conde de Nassau e editado pela primeira vez em Amsterdã, no ano de 1647 (fig 1)¹¹.

O Jardim situa-se ao redor do Palácio Vrijburg, delimitando o terreno, ao mesmo tempo em que está limitado, em um de seus lados, pelo Rio Capibaribe, por onde também se pode chegar ao Palácio através de uma rampa de pedra. Esta forma de representar o jardim como parte do conjunto arquitetônico está ligada à concepção da arquitetura do início do século XVII neerlandês, que muito se inspirava no modelo italiano renascentista.

Em cada lado da construção, encontram-se as plantações de ervas e arbustos cercados de limoeiros. Próximos a estas, à esquerda, situa-se um caminho de vinhas e, à direita, um caminho de romãzeiras. Logo atrás da construção, há o viveiro de peixes e, ao seu redor, um lugar reservado para cisnes. Na mesma direção do viveiro, do lado esquerdo, encontram-se as

plantações de frutas cítricas, do lado direito árvores de frutos variados. Ainda neste plano, relativo à extremidade esquerda da planta, encontram-se o estábulo com sua entrada, a habitação dos escravos e um pombal. Bem próximo deste, há uma plantação de vegetais. Logo acima situam-se um galinheiro, em seguida uma plantação de bananas, um lugar reservado para jogos, e um cercado esférico. Na parte superior da planta, surgem novamente os viveiros de peixes e, próximo ao menor deles, um espaço para criação de coelhos no formato circular e dividido em quatro. Estes espaços aparecem na planta geometricamente bem traçados, e entre eles, bem como ao redor de todo o terreno, encontram-se caminhos repletos de coqueiros.

A primeira providência tomada pelo Conde ao decidir-se pela construção da nova residência foi a preparação do Jardim. Tal ato foi tão espetacular, particularmente no que se referiu à introdução de coqueiros adultos rodeando todo o terreno¹². Este fato, observado por Jorge Marcgrave - depois de afirmar que a melhor idade para se realizar o transplante das mudas de coqueiro era até dois anos, pois após este período a árvore provavelmente não sobreviveria - destaca a astúcia de Nassau, que transplantou para a Cidade Maurícia coqueiros com cinco anos ou mais de idade. Este ato do Conde pode ser visto, portanto, como uma demonstração da vitória do homem sobre a natureza. A questão pode também ser observada em outros relatos sobre o Jardim, nos quais se ressalta que, apesar do fato do projeto ter sido feito num terreno considerado arenoso e infrutífero, mesmo assim as árvores para ali levadas, além dos coqueiros, deram frutos ainda no primeiro ano.

Finalmente, o destaque do coqueiro não era, acreditamos, uma escolha aleatória, pois segundo o relato de Guilherme Piso esta árvore, considerada “exótica” pelo europeu, simbolizava todas as “Índias”, espaço a ser conquistado pelos neerlandeses no quadro das disputas pela posse de colônias. Portanto, além de sua elegância natural, o coqueiro evocava a expansão da República Batava em diversas regiões do mundo.

Esta reflexão prossegue com a observação, mencionada anteriormente, sobre a importância da preparação do terreno, ainda antes de erguer-se o Palácio. A premissa é de que o Jardim serviria também para delimitar e proteger o local, como nos diz Barléus:

“O Conde, edificando, teve o cuidado de atender à salubridade, procurando o sossego e obtendo a segurança do lugar, sem decurar

também da amenidade dos hortos. De fato, observou-se tal ordem no distribuir as árvores que, de todos os lados, ficavam os vérgéis protegidos pelos fortes e por treze bateriás.³

Destaco aqui uma das particularidades do jardim no espaço colonial: as árvores tinham a função de não deixar o palácio exposto ao ataque inimigo. O tempo dos holandeses foi marcado por intensas guerras coloniais, portanto a proteção contra ataques era permanente. As árvores eram plantadas de forma ordenada, ficando protegidas pelas fortalezas e pelas baterias e, ao mesmo tempo, escondendo o terreno. Só após a conclusão do Jardim é que o local escolhido para a residência de Nassau estaria seguro. Terminadas as primeiras obras, o terreno transformou-se num lugar aprazível, onde o Conde gastaria suas horas contemplando a natureza e refletindo sobre os negócios públicos.

Uma das questões centrais da colonização na Idade Moderna era o problema da adaptação do europeu aos trópicos. Não era rara a presença de médicos nas viagens e nos estabelecimentos de europeus nas áreas coloniais. Entre os neerlandeses no Brasil, esteve Guilherme Piso, médico que viajou como funcionário da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, a WIC⁴.

A arte médica do século XVII reputava enorme importância ao ato de coletar informações sobre um lugar, herança hipocrática ainda presente, particularmente no que diz respeito à teoria do humores que circulam no corpo humano (o sangue, a linfa, a bile amarela e a bile negra). Segundo as convicções vigentes, um dos fatores que influenciavam os humores era a ação da temperatura, já que a saúde, física e moral, deveria ser mantida por um equilíbrio entre a temperatura ambiente (ar, água e lugar) e a temperatura do corpo humano. Daí a crença de que o clima exercia influência tanto na forma quanto no caráter dos homens, agindo até mesmo sobre o intelecto. As doenças, do mesmo modo que os homens, deveriam variar de acordo com o clima e o lugar.

Tradicionalmente, a zona tórrida era considerada insalubre e inóspita. Piso, ao tratar das doenças locais, as considera fundamentalmente uma consequência da ação do clima quente, onde a “degeneração” e a “putrefação” ocorreriam de maneira mais rápida, verificando-se com mais frequência nos seres vivos, principalmente naqueles que foram introduzidos no novo ambiente pelo processo de colonização. Portanto, mesmo reconhecendo,

em algumas passagens, a salubridade da natureza tropical e o aspecto saudável dos americanos, o europeu, proveniente de meio distinto, deveria ter cuidado e seguir alguns princípios para não se degenerar.

Por isso, outra importante família de árvores presente nos jardins, além dos já mencionados coqueiros, são os limoeiros. Ao falar nas diversas espécies de limões Guilherme Piso, pautando-se na sua experiência e nas informações contidas nos textos antigos, atribui a este fruto as seguintes qualidades, que também se verificam em outros cítricos:

“[...]provados antes da comida, preservam da corrupção e dos próprios venenos e as vezes eliminam o veneno tomado. [...] comendo-se um limão antes de qualquer alimento, úmido ou seco, se resistirá a todos os venenos. [...] Daí, freqüentes experiências tornaram certíssimo que as cidras e os limões combatem todos os venenos [...] neste trato ocidental das Índias, ousou afirmar, sem jactância, que de nenhum outro remédio simples observei tantos efeitos felizes, em toda a prática, como das supras descritas árvores dos limão grande e pequeno.”⁵

Ainda em outra parte do livro, no trato das doenças locais causadas pelo clima, Piso relembra o costume de dizer-se que “não havia doente nas casas onde se encontrava pela manhã muitas cascas de laranjas”. Portanto, parece ser significativa a presença de grandes quantidades destes frutos no jardim da Cidade Maurícia. Os limões e as frutas cítricas tornam-se, desta maneira, imprescindíveis para garantir a saúde e a sobrevivência, particularmente do elemento estrangeiro na região. Reforça-se, assim, a idéia do jardim como garantia da vida humana na terra, permitindo identificar estas espécies frutíferas com a imagem da “árvore da vida” presente no jardim do Éden, evocada no texto em epígrafe.

Mas, note-se que a variedade de espécies do Jardim é grande. Barléus as divide em duas categorias: as “conhecidas” e as “desconhecidas” dos europeus. Entre as conhecidas, estavam os coqueiros, originários do arquipélago malaio; as laranjeiras e os limoeiros, ambos naturais da Ásia; os romãzeiras, encontrados no norte da África, sul da Europa e sul da Ásia; e, finalmente, as figueiras, originárias da Arábia. Entre as desconhecidas, os mamoeiros e os jenipapeiros, ambos nativos da América tropical; as mangabeiras, encontradas no cerrado brasileiro; os cajueiros, nativos do Brasil; as palmeiras, a maior parte encontrada na Colômbia e Brasil; as pitangueiras, nativas do Brasil; as pacobeiras ou bananeiras, originárias da Índia e da Malásia; as romeiras, os cabaceiros, os aracaticuns jamacarés, as

uvalheiras. Além destas, os tamarindeiros, os castanheiros, as tamareiras, as vinhas, arbustos, legumes, ervas medicinais e plantas ornamentais¹⁶.

O empenho na construção de um Jardim com uma variedade tão significativa de espécies liga-se ao próprio fornecimento de frutos aos cidadãos durante os períodos de escassez. O abastecimento da cidade poderia ficar comprometido caso ocorresse uma guerra entre os neerlandeses, moradores da cidade (funcionários administrativos e comerciantes da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais) e os portugueses que habitavam o interior da região, lá cultivando a cana de açúcar. Uma das possíveis estratégias dos portugueses seria o cerco da cidade, de forma a não permitir a entrada de víveres. Tal era a importância do jardim como fonte de alimentos, algo que também pode ser verificado num documento administrativo enviado à metrópole no ano de 1647, já depois da partida de Nassau do Brasil:

“Além disso os senhores vão mandar destruir o belo jardim de S. Exc. sem haver razão de causa para isto, e assim ficaremos privados dos refrescos que aí temos em abundância sem despezas. Declara-se falsamente nas notas que o povo tem pedido, como si esse quisesse privar a si mesmo dos meios de vida.”¹⁷

Porém as várias funções dos Jardins do Conde, como ficaram conhecidos, não se esgotam aí. Para Johan Nieuhof, funcionário da WIC, empolgado com a expansão da República, os Jardins assumem, além do fornecimento de alimentos, a importância de reunir os três mundos que a Companhia deveria ligar pelos laços mercantis: a Europa, a África e as Índias.

“[...] Na parte da ilha, que fica entre os rios Capibaribe e Beberibe e entre o Forte Ernesto e o forte triangular de Waerdenburgh, encontravam-se os já citados jardins do Conde Maurício, providos de todas as variedade de plantas, frutas, flores, verduras que a Europa, a África, ou ambas as Índias poderiam proporcionar.”¹⁸

A variedade mostra ainda que o jardim, além fornecer divertimento e descanso, era um local de reunião de espécies tropicais, um terreno onde as plantas poderiam ser cultivadas com sucesso e, enfim, um local onde as vegetação poderia ser observada. Albert Eckhout, pintor que fez parte da missão científica, registrou várias destas plantas, criando telas que serviriam de ilustração no livro de Guilherme Piso e Jorge Marcgrave sobre a fauna e flora do Brasil. Mas, antes de tratar da coleção propriamente dita, ressalte-se ainda um outro aspecto importante do Jardim.

Igualmente fundamental para a compreensão do período é o livro de Frei Manuel Calado, também habitante da Cidade Maurícia, cuja missão era o cuidado com as almas dos católicos ali presentes¹⁹. Segundo o Frei, o Jardim reunia, além das plantas, animais exóticos que se viam no Brasil: papagaios, araras, jacus, canindés, jaburus, mutuns, galinhas de Guiné, patos, pavões, perus, galinhas, pombas, tigres, onças, suçuarana, tamanduá, bugio, quati, sagüi, apeará, cabras de Cabo Verde, carneiros de Angola, cotia, paca, anta, javali e coelhos. Estes eram trazidos, conforme seu relato, pelos moradores portugueses que criaram afeição ao Conde e viam nele “um pai, e (isto) lhe aliviava muito a tristeza, e dor de se verem cativos.”²⁰

Os portugueses, ainda segundo o depoimento de Calado, apareciam na condição de prisioneiros, e se associavam aos holandeses para aliviar sua angústia. Porém, o fato de os portugueses presentear o Conde pode significar, também, uma maneira de aproximação com o novo colonizador. Talvez eles se sentissem justamente atraídos pelas “curiosidades” do jardim e o fato de levarem presentes seria uma forma de aproximação física do local, facilitando, assim, a persuasão dos portugueses ao projeto colonizador que se implantava na região.

Retomando o tema da coleção, lembremos que a quantidade de espécies encontradas no Jardim, ainda segundo os relatos, permite identificar o local como um típico jardim de príncipes encontrados na Europa durante o Renascimento e início da Idade Moderna, onde as “curiosidades”, entre elas animais exóticos, compunham as coleções particulares. É, inclusive, importante marcar uma particularidade da *coleção de curiosidades* da Cidade Maurícia: enquanto as coleções européias guardavam também artefatos, todas as descrições que encontramos até o momento valorizam apenas os *objetos* da natureza colecionados por Nassau.

À primeira vista pode-se relacionar este fato à própria imagem do homem americano, identificado ainda ao estágio natural. Entretanto, Nassau sabia que sua estadia no Brasil não seria permanente, e seu desejo maior era também o de ser reconhecido como homem de Estado na metrópole. Ainda durante os anos em que se encontrava na colônia, Nassau deu início à construção de duas casas, uma em Haia e outra em Cleves, ambas contendo itens enviados do Brasil para fazerem parte de suas coleções e jardins²¹. Nestas, misturavam-se objetos naturais e artefatos. Isso indica que uma das especificidades da situação colonial aqui descrita está no fato de que o Jardim do Conde, além de contribuir para a imagem de Nassau na região, serviria também como ponto de *coleta* de objetos a serem remetidos para a Holanda,

onde finalmente seriam apreciados nos gabinetes de curiosidades, engrandecendo a imagem do colonizador Nassau na metrópole.

Havia dois jardins construídos pelo Conde na Cidade Maurícia, um ao redor da residência oficial de Nassau, outro em volta da casa de descanso, o palácio Boa Vista. Assim, os jardins acumulavam as funções de defesa, lugar de descanso e trabalho, símbolo de união das regiões administradas pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, ponto atrativo para os moradores da região e local de coleta de objetos exóticos.

Até o momento, o Jardim foi mais fortemente caracterizado como local de deleite para Conde de Nassau. Neste sentido, o que valoriza a coleção são justamente as “curiosidades” ali encontradas, dispostas de modo a servir também como objetos de apreciação pública, o que engrandecia a imagem de Nassau aos olhos dos que ali chegassem.

Considere-se, a partir de agora, o jardim como um espaço de produção de conhecimento, fazendo com que a coleção assuma uma perspectiva um pouco distinta. Para identificar suas particularidades utilizaremos basicamente os textos que se reconhecem como científicos. O jardim, como tentaremos demonstrar, é o local onde as informações acerca das espécies eram coletadas principalmente por Guilherme Piso e Jorge Marcgrave²², o que reforça a idéia da especificidade da situação colonial na esfera da produção científica. A hipótese é de que, nos limites da colônia, os jardins assumiram um papel importante no sentido de permitir uma observação minuciosa das espécies, tornando-se, precisamente, um lugar de coleta de objetos e informações que, posteriormente, na metrópole, seriam incorporados ao ambiente intelectual europeu.

Esta relação é verificada também no próprio processo de edição dos textos. Vítima de morte precoce, aos 34 anos, Marcgrave não teve oportunidade de cuidar da edição de sua obra, publicada em 1648. A tarefa foi executada por Jan de Laet, um dos responsáveis pela organização da missão científica que veio para o Brasil. Laet, além de membro da WIC, era também reconhecido na República Neerlandesa como conhecedor da História Natural e homem ligado ao ambiente acadêmico de Leiden. Sua conexão com a Companhia permitia-lhe acesso aos papéis enviados do Brasil, o que contribuiu para a edição de sua obra em 1636, ou seja, oito anos antes da publicação da obra de Marcgrave. No prefácio, Laet adverte o leitor sobre o fato de ter chegado às suas mãos um material “desordenado”, o qual submeteria à análise para trazer o texto a público. Mesmo afirman-

do que, na medida do possível, respeitaria o texto original, Laet insere notas comentando o trabalho de Marcgrave e, em inúmeras passagens, refere-se ao recebimento de espécies que foram enviadas e estudadas mais detalhadamente na metrópole, muitas vezes até corrigindo e complementando as informações. Mesmo Guilherme Piso, que acompanhou as duas edições de seu livro, uma em 1648 a outra de 1658, justifica a superioridade da segunda publicação em relação à primeira pelo fato de ter tido maior tempo de análise do material coletado na colônia.

Na *História natural e médica das Índias Ocidentais*, de 1658, Piso também deixa transparecer a importância da correspondência mantida com os sábios da metrópole quando ainda se encontrava no Brasil, particularmente os homens ligados à Universidade de Leiden. Um exemplo disso é a descoberta de um produto, o *oiamacuru* ou figueira-da-índia: depois de descrever sua forma e atributos, Piso fala da importância de ter enviado um tronco da espécie para o Horto de Leiden, para ser examinado:

“Por isso, com suma indústria, mandei levar do Brasil um tronco da grossura de uma perna humana, medindo cerca de vinte pés de comprimento, e agora está no Hôrto Acadêmico de Leida, aos cuidados do Ilustríssimo Professor D. Vórstio.”²³

Ainda em outras passagens do texto encontra-se este tipo de referência, o que faz crer que o envio de exemplares de produtos para a metrópole era prática usual entre os autores, reforçando-se a hipótese de que uma das particularidades do exercício intelectual da colônia era seu vínculo estreito com a metrópole, superior na elaboração do conhecimento. Este cenário sugere a reprodução do domínio colonial na esfera do conhecimento. A relação leva a pensar que o Jardim da Cidade Maurícia muitas vezes serviu de entreposto destes produtos, recolhidos nas viagens e enviados para a metrópole. Aparece aqui, mais uma vez, a idéia da colônia como espaço por excelência da coleta, tanto de informações quanto de produtos.

Em contrapartida, produtos também eram enviados pela metrópole para serem plantados na colônia, com o objetivo de experimentar sua adaptação num ambiente distinto do original. Isto era importante na medida em que se acreditava que clima e meio eram um fatores determinantes nas diversas conformações das espécies, bem como nas suas diversas atribuições. As espécies de outras regiões, encontradas no Jardim, refletem uma preocupação dos neerlandeses em sistematizar tal atividade. A presença de

Guilherme Piso torna-se, mais uma vez, emblemática, no sentido de que o conhecimento da botânica durante o século XVII era freqüentemente elaborado pelos médicos, que buscavam descobrir as propriedades e atributos terapêuticos das diversas espécies. Não se pode ignorar que os descobrimentos provocaram uma expansão do conhecimento da natureza, incluindo-se aí o próprio homem, particularmente no que diz respeito à biogeografia dos seres vivos e seus efeitos na conformação das diversas culturas.

As obras de Piso e Marcgrave são referências para se conhecer a preocupação dos colonizadores em estabelecer um conhecimento sistematizado acerca dos produtos existentes nesta parte do Globo, além de configurarem a tentativa de verificar quais produtos de diferentes origens poderiam ser cultivados na América tropical. A prática de trazer espécies exóticas para checar sua adaptabilidade em um meio distinto não foi, de forma nenhuma, uma novidade na colonização. O que particulariza a experiência neerlandesa, entretanto, é justamente a construção dos jardins, que muito contribuíram para a sistematização desta prática²⁴.

O jardim servia tanto como local de adaptação das plantas, quanto para se estudar as melhores formas de cultivo de uma determinada espécie. Nos limites dos Jardins do Conde, contudo, pode-se especular que a tentativa de introduzir espécies era feita de forma apenas experimental, ou seja, plantava-se a semente diretamente na terra, sem colocá-la em estufas ou sem utilizar qualquer outro artifício. Procurava-se apenas estabelecer quais plantas poderiam ser cultivadas na região. Nas descrições das espécies, tanto de Piso como de Marcgrave, é freqüente a indicação do lugar de origem da planta, as quais são divididas em três categorias: silvestres, cultivadas e aclimadas. Também é comum a explicação da forma como uma determinada espécie deve ser plantada, a melhor época para se realizar o plantio, o tempo necessário para que a planta se torne adulta e, conseqüentemente, dê frutos, ou que possa ser consumida.

O Jardim pode, assim, expressar uma relação de troca, mesmo que desigual, na medida em que as análises mais sofisticadas acerca da natureza são feitas na metrópole. O Jardim representa um espaço por excelência de observação do meio americano e de coleta de espécies. Contudo, a articulação entre os produtos tropicais da América e as teorias da História Natural era elaborada nas academias da Europa, neste caso particular, em Leiden. Por isso, defendemos a hipótese de que as espécies coletadas na

colônia só se transformaram em objetos de coleção quando foram incorporadas aos acervos dos gabinetes de curiosidades e jardins da Universidade de Leiden, pois só então elas passaram a ocupar, de fato, um lugar dentro das teorias em voga acerca do mundo natural.

Entretanto, isto não significa que os jardins percam seu valor positivo, em situação estritamente colonial. Podemos até identificar algumas práticas experimentais provavelmente realizadas no jardim. Para tanto, é preciso voltar ao trabalho de Guilherme Piso, *História Natural e Médica das Índias Ocidentais*, recuperando a forma como se desenvolvia então o processo de conhecimento do mundo natural.

A idéia de se reunir numa mesma obra todas as informações possíveis sobre do mundo natural liga-se a uma dada concepção de natureza, ainda vívida no momento em que o autor escreve. A natureza era vista como obra de Deus, criada para o próprio homem, porém cheia de mistérios. A tarefa humana, mormente como médico, era identificar a utilidade dos diversos objetos da natureza. Escrever a história natural do Brasil significava coletar todas as informações possíveis sobre a região: era necessário conhecer o meio, identificar as doenças e os produtos que a própria natureza oferece para a sua cura. Assim seria possível conhecer as diversas espécies - animais e vegetais - distribuídas no Jardim, como numa reprodução da própria ordem da natureza.

Além do mais, o conhecimento médico personificado por Piso era aquele que brotava de um trabalho metódico, no intuito de buscar e descobrir as propriedades das coisas. Neste caso, era importante “observar”, “dissecar”, “percorrer o interior das coisas”: tais eram os meios capazes de levar ao verdadeiro conhecimento do mundo natural.

Descrever minuciosamente as espécies é fruto deste trabalho. A descrição em si cumpre um papel fundamental para a cultura neerlandesa do século XVII. Em trabalho sobre a arte neerlandesa durante o período, Svetlana Alpers propõe uma interpretação sugestiva para este anseio de descrever os mínimos detalhes, tão presente na cultura batava, algo que a autora também reconhece na pintura de gêneros da idade do ouro neerlandesa. Para ela, tal obsessão liga-se ao pensamento científico e intensifica-se com a descoberta do microscópio. A descrição confunde-se com a tentativa de identificar todos os seres e objetos presentes no mundo e, portanto, criados por Deus. Assim, descobrir os objetos mais ocultos e distantes significa, em si, uma reaproximação com os desígnios do Criador²⁵.

Outra articulação entre a prática científica e os desígnios divinos está no fato de que tais observações enriquecem suas descrições das espécies, não apenas das plantas mas de alguns animais, e trazem à luz os seus atributos. Desta forma, ao mesmo tempo em que a natureza é percebida como obra de Deus para servir ao homem, a descoberta de todas as particularidades e especificidades possibilita a esse mesmo homem um domínio cada vez maior da natureza.

Concluimos, voltando ao trecho da Bíblia que serviu de epígrafe: mesmo guardando particularidades, já podemos ver lançadas no texto bíblico algumas funções que os jardins assumem na cultura ocidental, seja como local de prazer para os olhos do homem, seja como condição de sobrevivência. E é possível ver, mesmo, colocado no meio do jardim, o fruto proibido - a árvore do conhecimento do bem e do mal.

Entretanto, para os neerlandeses, o conhecimento significaria justamente o enfrentamento do bem e do mal, na medida em que permitiria o discernimento das coisas do mundo. O Jardim transforma-se então em local de estudo. Explorar a “árvore do conhecimento” não permitiria o retorno ao paraíso, mas representaria uma maneira de aproximar-se de Deus. O Jardim colonial também possibilitaria, portanto, um maior conhecimento do mundo natural e por conseguinte dos mistérios do criador.

- NOTAS**
1. ZUYLEN, Gabrielle van. *Tous les jardins du monde*. Paris : Gallimard, 1994.
 2. Sobre o conceito de monumento ver ARGAN, Giulio Carlo. *L'Europe des capitales 1600 - 1700*. Genève : SKIRA, 1964. P. 45-67.
 3. A fundação da Universidade de Leiden, em 1575, fez parte dos rituais de independência da República frente à monarquia espanhola e à igreja católica, sendo, simultaneamente, um evento político e intelectual. Este ritual torna-se ainda mais significativo para a história da República se acreditamos que a Época Moderna caracterizou-se pela quebra da unidade intelectual da Europa, marcado pelo pensamento universalista cristão. A Universidade tornou-se um centro de recepção de intelectuais protestantes de outras regiões da Europa que viam ali um refúgio. O protestantismo deixou marcas no experimentalismo presente na Ciência Moderna, pois, livre de efeitos autoritários da Contra-Reforma, os intelectuais incorporavam a experiência vivida ao conhecimento. Acreditamos que a Universidade também foi fundamental para o suporte da expansão ultramarina neerlandesa do século XVII. Cf. GRAFTON, Anthony. “Civic Humanism and Scientific Scholarship at Leiden” In: BENDER, Thomas. *The University and the city: from medieval origins to the*

present. New York : Oxford University Press, 1991; DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo : Pioneira, 1989; WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo : Pioneira, 1981.

4. GODINHO, Vitorino Magalhães. *O papel de Portugal nos séculos XV-XVI; Que significa descobrir? Os Novos Mundos e um Mundo Novo*. Lisboa : Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

5. Johan Niuhof era um funcionário da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais que veio para o Brasil entre os anos de 1640 e 1649.

6. Frei Manuel Calado pertenceu a Ordem de Padre São Paulo primeiro Ermitão em Portugal. Nasceu em Vila Viçosa e se criou à sombra da Casa de Bragança. Ali estudou a Língua Latina e teve sua formação em Gramática e Retórica com padres pertencentes a Ordem de Santo Agostinho. Posteriormente foi para a Universidade de Évora. Calado é partidário da restauração do Trono Português pela Casa de Bragança e critica a época da dominação espanhola.

7. Gaspar Barléus foi professor de história, filosofia e retórica no *Athenaeum* de Amsterdam. Escola de nível superior que recebia os filhos dos magistrados e cidadãos ilustres daquela cidade no período por nós estudado.

8. Guilherme Piso nasceu em Leiden em 1611. Aos doze anos matriculou-se na Escola da cidade, seguindo posteriormente para França, na Universidade de Caen, onde completou seus estudos de Medicina em 1634. Veio para o Brasil em 1637 como médico oficial da WIC e ocupou cargos no governo neerlandês na colônia. Ao retornar para a Holanda em 1644, Piso frequentou alguns centros de estudos de Medicina, entre eles a Universidade de Leiden (até 1648) e, posteriormente, o Colégio Médico de Amsterdã (1655/1670), falecendo no ano 1678 nesta cidade. O livro de Guilherme Piso aqui utilizado - *História natural e médica das Índias Ocidentais*, editado em 1658 em Amsterdã, corresponde a segunda edição da *História natural do Brasil*, de 1648, publicada logo após o retorno de Piso para os Países Baixos. A mudança de nome entre as duas edições foi necessária não só pelo acréscimo de algumas informações que a obra sofreu durante os dez anos que as separaram, mas também porque o próprio autor reescreveu e retirou trechos que ele considerava pouco fundamentados.

9. Jorge Marcgrave foi estudioso e conhecedor de astronomia, cartografia e História Natural. Intelectual de formação variada passou por várias universidades européias. Tendo frequentado Leiden, foi contratado pela Companhia em 1638, quando embarcou para o Brasil. Após cinco anos no Brasil foi enviado para Angola onde faleceu.

10. KURY, Lorelai e CAMENIETZKI, Carlos. "Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna." *Anais do Museu Histórico Nacional* (n.º 29, 1997). Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional/IPHAN, 1997. P. 56-85.

11. BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil (1648)*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1974.

12. A idéia de espetáculo nos remete para o entendimento do barroco como conceito histórico. A cultura barroca identifica-se com a utilização, por parte do Estado, de mecanismos artificiais - festas e imagens - para despertar os sentidos da população, seduzindo-a com o intuito de se apropriar do poder. Cf. ARGAN, Giulio Carlo. Op. cit. ; BEAUSSANT, P. *Versalbes L'Opera*. Paris : Gallimard, 1981; MARAVAL, A. *La cultura del Barroco*. Barcelona : Ariel, 1981.
13. BARLÉUS, Gaspar. Op. cit. P. 150.
14. Doravante, quando nos referirmos à Companhia Holandesa das Índias Ocidentais o faremos através de sua sigla original, WIC (West-Indische Compagnie)
15. PISO, Guilherme. *História natural e médica das Índias Ocidentais*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1957. P. 647 e 649.
16. Idem, p. 151, passim.
17. "A Bolsa do Brasil: onde claramente se mostra a aplicação que teve o dinheiro dos acionistas da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais", Recife, 1647. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (tomo 3, n.º 28 - 1883). Recife, 1884. P. 38.
18. NIEUHOFF, Johan - *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1981. P. 45.
19. É importante ressaltar que uma das peculiaridades do período foi o convívio entre católicos, protestantes e judeus num mesmo espaço colonial. Este núcleo urbano ganhou um lugar de destaque, pois foi fundamental para a conquista da alma dos homens que habitavam a região, tornando possível a concretização da colonização. A cidade deveria seduzir os homens, persuadindo-os. Cf. GESTEIRA, Heloisa Meireles. *A Cidade Maurícia: A colonização neerlandesa no Brasil- 1637/1645*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação de mestrado, PUC-RJ (mimeo).
20. CALADO, Manuel, (frei). *O valeroso lucideno ou o triunfo da liberdade*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1987. P. 100.
21. Estas duas cidades onde Nassau construiu residências são bastante significativa. Haia era a sede do governo dos Estados Gerais da República batava e residência da família Orange-Nassau, principal da nobiliarquia neerlandesa. Cleves, na região do Reno que fazia fronteira com a República, de onde provinha a outra linhagem do Conde, os Siegen. Cf. DIEDENHOFEN, Wilhelm. "Johan Maurits and his gardens." In: BOOGAART, Johan (ed.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604/1679*. The Hague : The Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979.
22. Também referência importante para nosso trabalho é *História natural do Brasil* de Jorge Marcgrave editado em Amsterdã em 1648 por Jan de Laet, conhecedor de História Natural e membro do Conselho dos XIX, órgão supremo da administração da Companhia das Índias Ocidentais.
23. PISO, Guilherme. *História natural e médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1957. P. 403.

24. Esta prática neerlandesa de construção de jardins botânicos em espaço colonial é também verificada em outras regiões por eles colonizadas. Cf. GROVE, Richard. *Green imperialism* Colonial expansion, tropical islands Edens and the origins of environmentalism, 1600/1860. Cambridge : Cambridge University Press, 1995. Ver especialmente o capítulo segundo.

25. ALPERS, Svetlana. *L'art de dépeindre. La peinture hollandaise au XVIIeme siècle*. Paris : Gallimard, 1990.

Entre a nação e a civilização



Sobre a idéia de arte em
Araújo Porto Alegre *

Letícia Coelho Squeff**

“Crimina-nos o nosso bom compatriota o termos sido retratista, arquiteto e pintor de bastidores, como querendo que nos classificássemos em uma especialidade, sem se lembrar que em nossa terra ainda não há especialidades...”

Araújo Porto Alegre, Uma palavra ao Sr. brasileiro nato¹

Deste modo Manuel de Araújo Porto Alegre começa a refutar as críticas que recebeu em artigo publicado no “Jornal do Comércio” de 23 de janeiro de 1844. Suas palavras expressam o grande desafio que balizou a prática literária e artística em meados do século passado: engajar-se em várias atividades artísticas significava buscar o “caráter nacional” e ao mesmo tempo construir uma cultura “brasileira”. Pintor, poeta, literato e crítico de arte, editor de várias revistas literárias e reformador da Academia de Belas Artes, Araújo Porto Alegre atuou intensamente na vida cultural do Segundo Reinado. O artista vivenciou em sua própria trajetória os avanços e retrocessos, impasses e dilemas de sua geração. Como pensar a especificidade da nação brasileira e ao mesmo tempo ajustá-la a um modelo de civilização? Os artigos de crítica de arte são fonte rica e pouco explorada para se analisar o significado que nação, em sua relação com arte, tem para Porto Alegre, pois neles o artista explicitou seus projetos de construção de uma nação “brasileira” e “civilizada”.

* Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa realizada pela autora em torno da concepção de nação de Araújo Porto Alegre.

** Historiadora. Mestranda em História, Universidade de São Paulo (São Paulo, SP)

ARTE E HISTÓRIA: a arte ensina a nação

Aluno de Debret na Academia Imperial de Belas Artes, Porto Alegre especializou-se em pintura histórica. A pintura histórica foi um dos gêneros de maior prestígio da arte dita “neoclássica”. Fosse o quadro um retrato, natureza-morta ou paisagem, as referências ao passado se faziam presentes na arte oitocentista sob a forma de um diálogo constante com a tradição pictórica ocidental, particularmente a greco-romana e renascentista². Entretanto, a própria noção de arte de Porto Alegre seria permeada pela história. Em seus artigos, a relação da arte com a história aparece por duas vias, que se tocam e confluem na busca pela afirmação da nacionalidade.

Em primeiro lugar, a história concorre de modo a estabelecer trajetórias, definir marcos, instituindo uma linha progressiva no tempo. Dessa perspectiva, refazer o percurso da arte brasileira é apontar as etapas pelas quais se construiu historicamente a brasilidade. O artigo “idéias sobre a música”, publicado na revista “Niteroi” (1836), exemplifica esta idéia. Nele, Porto Alegre faz uma espécie de genealogia artística da música brasileira, projetando em suas reflexões uma cronologia que se inicia muito antes da independência. A presença da música, enfim, de uma arte “brasileira” implicam a existência de uma Nação Brasileira. A história é utilizada por Porto Alegre como meio de fundar ao mesmo tempo uma tradição artística e uma “memória” artística brasileira.

Em segundo lugar, Porto Alegre concebia a história como um dos atributos da obra de arte. No artigo “O novo estatuário” esse aspecto da obra de arte é ressaltado:

“O escultor trabalha em todas as matérias, e o estatuário, rigorosamente falando, é o homem do mármore e do bronze: [...], é o tradutor da gratidão nacional, o ostensor da glória, o que perpetua a memória do homem, e o que o imortaliza.”

O autor distingue o escultor do estatuário. Ambos são artistas, mas cabe ao segundo fazer de suas obras um instrumento de glória nacional. A função da arte está exatamente em lembrar, em comemorar fatos e heróis. Daí o uso, pelo estatuário, de materiais como o mármore e o bronze, que sobressaem não só por sua nobreza mas também por sua durabilidade. É a arte monumental, a arte concebida como “lugar de memória”³, que Porto Alegre irá defender em seus artigos e em toda a sua atuação como professor e diretor da Academia de Belas Artes. Porto Alegre também projetaria nas artes um potencial didático.

“E o artista, o historiador do passante, do peregrino e do povo, respondeu [...] com as estátuas e bustos destes varões caridosos, que começaram desde então esta longa e nova vida, essa glória, essa existência marmórea que tem sempre dois pedestais: um de granito, e outro em todos os corações reconhecidos.”⁴

O autor define o espaço destinado para as artes, tal qual concebidas por ele: trata-se do espaço público. O artista tem como missão narrar a história para as pessoas que não fazem parte de confrarias literárias, e que muitas vezes nem mesmo sabem ler. Se o artista é historiador e se o mais importante atributo da arte é ser depositária da história, caberia recuperar rapidamente o sentido que a história tinha para alguns homens da época, particularmente a concepção de história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição em que Porto Alegre foi ativo colaborador, exercendo as funções de orador, vice-presidente e primeiro secretário.

Concebendo a história brasileira como palco de atuação de um estado forte e centralizador, o Instituto Histórico teve como tarefa delinear a identidade da nação recém criada. A história praticada pelo Instituto teria como característica fundamental um caráter utilitário, pragmático, típico da tradição iluminista a que o Instituto Histórico se vinculava⁵. Por esta concepção, a história tinha fundamentalmente um caráter exaltador, glorificador da nação constituída como Estado Monárquico. Pode-se dizer que a arte tem, para Porto Alegre, esta mesma característica: ela é depositária não apenas da história, mas da história concebida como “memória” nacional. O artista é um “historiador” porque a arte também tem por objetivo fazer a elegia do Nacional enquanto manifestação de um Estado forte.

A análise do trecho citado explicita também os vínculos entre a noção de arte de Porto Alegre e a idéia de monumento. Como o monumento, a obra de arte tem ação sobretudo junto à memória coletiva: é o elo de ligação dos homens com o seu passado. Assim, a estátua de mármore ou granito motiva os corações reconhecidos. Memória dos momentos grandiosos e dos varões nacionais, a obra de arte, concebida como monumento, irá atuar diretamente sobre a forma como se constitui uma “memória” sobre a nação.

A noção da obra de arte como monumento está presente desde as primeiras produções da Academia de Belas Artes. Subordinando-se quase que desde o início ao Estado, a instituição iria direcionar suas atividades

para dois objetivos: adaptar o império à civilização através da estética neoclássica; assim como construir uma identidade para a nação, ao definir marcos históricos e heróis nacionais. Nesse contexto, a produção pictórica da Academia receberia um forte caráter monumental⁶. Opositor de Porto Alegre em várias contendas artísticas, e diretor da Academia de Belas Artes entre 1834 e 1851, Félix-Émile Taunay também projetaria nas artes uma função pedagógica para as massas, sempre faltas, mas sempre ávidas de instrução⁷.

Iara Lis Sousa, em trabalho sobre a construção simbólica da nação imperial brasileira, também mostrou os vínculos entre arte e monumento na produção da Academia de Belas Artes. Ao analisar a trajetória de Debret e Grandjean de Montigny, a autora apontou que também no contexto do império tropical a produção dos artistas franceses iria ultrapassar o âmbito puramente estético. “Através de suas obras, [...] estes dois artistas criaram uma série de monumentos que comemorava a realza e, simultaneamente, portava em si mesmo um certo caráter cívico, despertado justamente devido à idéia de monumento.”⁸

ARTE civiliza a nação

O projeto de construção da nacionalidade impôs, no contexto do chamado momento romântico brasileiro, um retorno ao gênero épico. Tendo como modelo as obras de Durão e Caldas, vários literatos incursionaram pelo gênero, como parte do esforço em fixar, através da literatura, os momentos “fundadores” da história da nação. Joaquim Norberto, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, José de Alencar, o próprio Porto Alegre, entre outros, fariam sua contribuição à épica nacional. No entanto, enquanto autores como Gonçalves de Magalhães e José de Alencar dariam ênfase à figura do índio, o pintor faria do poema *Colombo* (1866) uma exaltação à figura do descobridor⁹. A opção por Colombo é, em nossa perspectiva, bastante sugestiva da visão que Porto Alegre tinha da nacionalidade brasileira: ela seria fruto da ação européia sobre o bárbaro e caótico continente americano. Esta postura do autor se desnuda também em seus artigos de crítica de arte.

Profusamente descritivos, e sempre explicitando a vasta erudição do autor, seus artigos trazem também muitas referências à Europa. Artistas, reis e heróis que marcaram a história européia, monumentos, costumes e características dos europeus, são abordados de forma a exemplificar, sugerir e servir de modelo para o império brasileiro. A própria arquitetura

dos artigos de Porto Alegre sugere esta idéia: começam sempre pela Europa, num duplo esforço do autor em inserir o Brasil na história ocidental, por um lado, e de fazer com que a história européia sirva de exemplo, de modelo a partir do qual se deve pensar e organizar a arte e a nacionalidade brasileiras.

Depois que a Academia abriu as portas aos artistas todos, e tem exposto suas obras, a arte tem progredido, a escola nacional tem tomado um grande incremento, e esperamos que ela um dia entoará o seu hino de independência, como nas outras nações da Europa, depois de haver adquirido um caráter próprio, e de possuir todos os predicados que constituem uma escola. Para chegarmos a este desenvolvimento é necessário que todos os elementos de civilização subam a um nível mais alto; que a indústria progrida; que apareçam idealistas, que sejamos enfim uma nação com caráter próprio¹⁰.

Arte, civilização e nação têm, para Porto Alegre, muitos vínculos entre si: o desenvolvimento de uma forma “brasileira” de pintar é acompanhado por uma transformação geral da sociedade. Porto Alegre expressa, assim, uma concepção bastante peculiar ao pensamento iluminista, de que todos os campos do saber estão interligados: ciências, indústria e artes têm desenvolvimento simultâneo e recíproco na sociedade. No entanto, se à primeira vista existe uma paridade entre arte, ciências, e indústria, é da primeira que surge o estímulo para o progresso de todos os outros campos do saber. Assim, para Porto Alegre a arte é também instrumento de civilização.

Por outro lado, é notável no texto a junção entre desenvolvimento da indústria e de uma escola brasileira de pintura, o surgimento de uma nação com caráter próprio e o aparecimento de... idealistas! Aqui pode-se apreender a opinião de Porto Alegre, bastante peculiar aos homens de sua geração, sobre a constituição da nação: ela é fundamentalmente uma criação de literatos e escritores. Estes, mais que outros cidadãos, são capazes de definir os caminhos da nacionalidade de forma a constituir uma nação culta, civilizada e com “caráter próprio”.

O ARTISTA e o imperador

Para Porto Alegre a arte e a crítica eram parte de uma ampla estratégia para civilizar o império. Estratégia que seria capitaneada pelo Estado e partilhada por suas instituições, como o Instituto Histórico e a Academia de Belas Artes. A Academia de Belas Artes teve um duplo significado para

o projeto político imperial: esteve comprometida desde o início com a construção da identidade nacional, assim como possuía, subjacente à proposta estética neoclássica, um projeto civilizador¹¹. Assim, as relações do imperador com as instituições culturais do Segundo Reinado serão sempre marcadas por uma espécie de pacto, fundamentado nos seguintes termos: os homens de letras e artistas dão constantemente provas de sua fidelidade ao imperador e ao Estado Monárquico. D. Pedro II, por sua vez, assumiria as vezes de principal sustentáculo das iniciativas culturais do império. Num contexto cultural ainda demasiado incipiente, a presença do imperador é fundamental para subvencionar a publicação de livros e periódicos, encomendar quadros e monumentos, e custear as pesquisas destinadas a reencontrar as origens históricas e etnográficas da nação. Caso exemplar é o da revista Guanabara (1849-56), da qual Porto Alegre era um dos diretores. Uma das revistas mais conceituadas da época, teve de ser subvencionada pelo imperador¹². Mesmo assim teve publicação irregular e falta crônica de colaboradores.

Araújo Porto Alegre foi um fervoroso partidário da proteção do monarca aos homens de letras. Em artigo encomendado pelo imperador, e entregue ao monarca em fevereiro de 1854, pouco antes de assumir a direção da Academia de Belas Artes, Porto Alegre expressou sua preocupação com a falta de estímulo e apoio para a prática artística no império, além de fazer algumas sugestões para modificar aquela situação:

“Para que as artes comecem a ter uma vida regular e floresçam pouco a pouco, para que elas espalhem o seu benigno insuflor na moral pública, e na indústria, é necessário que a família artística tenha um ponto de constante apoio no país, e este ponto é o governo: o artista é precisamente aquele homem da escritura, que não vive só de pão.”¹³

O artista projeta nas artes uma dupla função social: em primeiro lugar, a arte age novamente no espaço público, cabendo a ela inspirar sentimentos cívicos e atuar diretamente sobre a moral pública. A segunda função exprime uma das grandes preocupações de Porto Alegre e que seria o centro da reflexão cultural e metodológica do ensino das artes no segundo reinado: a relação entre arte e indústria¹⁴. O pintor se ocuparia deste problema em vários artigos, além de tentar, na reforma da Academia de Belas Artes, conjugar o ensino artístico e o técnico. Isso indica novamente a preocupação modernizadora e reformista do pintor. Era cada vez

mais claro aos homens de letras da época que civilização implicava industrialização. O problema da formação de mão de obra, por outro lado, se agravava ainda mais com o fim do tráfico de escravos em 1850.

Mas para que a arte realize esta dupla função, Porto Alegre pede o apoio do governo: cabe ao imperador proteger as artes e os artistas. E aqui parece-me que Porto Alegre alude à situação de muitos artistas e literatos da época: encaixados na máquina administrativa, tiravam da burocracia imperial seu sustento, o que implicava muitas vezes deixar a literatura e as artes em segundo plano. O Estado era praticamente o único empregador do contingente de bacharéis formados todos os anos, que tinham como opção o engajamento na política ou na burocracia para sobreviver¹⁵. A dependência do imperador era proporcional às manifestações de apreço e louvor, espalhadas pelas obras de literatos e das instituições culturais da época. O aulicismo aparecia como forma de cooptar e ao mesmo tempo garantir o apoio do imperador.

Para além da fragilidade do artista numa sociedade pouco afeita às artes, parece-me que o imperador desempenha papel central na concepção de nação civilizada de Araújo Porto Alegre. Mais do que simples mecenas das artes, ele é o centro irradiador de civilização. Esta concepção tem raízes na opinião do pintor sobre o significado da colonização portuguesa no Brasil. E como não poderia deixar de ser, deixa marcas profundas na concepção de nação e de monumento do artista.

O IMPERADOR e a civilização

Araújo Porto Alegre escreveu vários artigos comentando a arquitetura e a história de algumas igrejas da Corte. Junto com a preocupação em definir marcos arquitetônicos para a cidade, percebe-se a presença marcante dos paradigmas neoclássicos em suas apreciações. No entanto, um artigo se destaca dos demais pela simpatia manifesta pelo período colonial¹⁶. Em “Santa Cruz dos Militares”, o artista afirma que na época colonial surgiram os artistas brasileiros. A projeção de uma cultura brasileira antes de 1822 não era novidade. Antes dele, Gonçalves de Magalhães e Santiago Nunes Ribeiro já haviam delineado a história da literatura brasileira a partir dos tempos coloniais¹⁷. O próprio Porto Alegre tinha feito o mesmo com a música no artigo “Idéias sobre a música”, de 1836¹⁸. O curioso no artigo sobre a igreja de Santa Cruz é o elogio que Porto Alegre faz das artes da Colônia:

“A igreja da Cruz, situada na Rua Direita, no quarteirão mais nobre e movediço da cidade, é um testemunho de que os homens do século passado tinham mais gosto pará as artes do que os homens do século atual. Com raras exceções, tudo o que fazemos hoje é destituído de grandeza e poesia.”¹⁹

Geralmente as análises da cultura feitas pela geração de Porto Alegre são classificadas como “nacionalistas” exatamente por terem realizado a inclusão do período colonial dentro da chamada “história do Brasil”²⁰. É nesse sentido que a literatura, principalmente, teria contribuído para a emancipação da nação. Ao se afirmar que já havia uma cultura brasileira antes de 1822, justificava-se a própria constituição do estado monárquico. Ele seria a materialização política da unidade nacional, previamente sentida sob a forma de cultura compartilhada. Ora, ao admirar as artes do período colonial Araújo Porto Alegre nega este raciocínio. Ao contrário do que afirmou Magalhães sobre literatura, a emancipação política teria trazido a decadência, e não o florescimento das artes nacionais. Seria esta opinião sinal do conservadorismo de Porto Alegre? Ou simplesmente manifestação de um saudosismo tipicamente “romântico”? O elogio dos tempos coloniais insere-se numa forma de pensamento no qual a Europa, e particularmente Portugal, tiveram uma enorme importância para a formação da nação imperial brasileira. E Araújo Porto Alegre via mais continuidades do que rupturas na relação do Brasil com Portugal:

“Escrever sobre o Brasil, sem remontar à Portugal, é descrever a foz de um rio, escurecendo suas vertentes: somos a mesma família, temos a mesma língua, a mesma religião, os mesmos usos e costumes, e herdamos a maior parte dos vícios da metrópole com a presença de uma corte foragida, e de um governo que se assentava nas bases do provisório.”²¹

A identificação da nação com Portugal é quase absoluta: temos a mesma cultura e os mesmos vícios que a ex-metrópole. Porto Alegre deixa subentendido, por outro lado, a participação de outros elementos: Portugal é uma das vertentes e não a única nascente a partir da qual se formou a nação brasileira. Entretanto a antiga metrópole é a principal referência do autor. Assim, percebe-se que a representação que Araújo Porto Alegre faz da nação é permeada por valores europeus. Por este raciocínio a exaltação do imperador ganha novo significado. Mais do que um mecenas, D. Pedro II personificava a continuidade das duas nações, a portuguesa e a brasileira. Descendente de europeus, mas nascido no Brasil, o imperador personifica-

ria uma síntese que tornava possível, na visão de Porto Alegre, um projeto nacionalizador e civilizador ao mesmo tempo. Duplo projeto que teria naturalmente o imperador como eixo central.

O MONUMENTO comemora o estado

No entanto, a figura de D. Pedro II sugere também a importância do Estado para a formação da nação brasileira. Para Porto Alegre a história brasileira aparece como resultado da ação do Estado. Isso fica claro em vários textos do autor, mas principalmente em sua atuação como professor e depois diretor da Academia de Belas Artes (1854-57).

Em sua “Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense”, Araújo Porto Alegre constroi novamente uma genealogia artística, desta vez de pintores “brasileiros”. Ao elogiar o pintor José Leandro, o autor lamenta que a decoração daquele artista para a Capela Imperial tenha sido apagada. A pintura de Leandro, que representava a família real, fora removida da Capela em 1831, sob o impacto da Abdicação:

“Os ambiciosos tremem da sombra daqueles que derrubaram, atiram-se com a presença de suas imagens, e convertem em felicidade futura o esquecimentos de tais homens: como se uma esponja efêmera pudesse destruir aqueles, cujos nomes exarara a história em suas tábuas de bronze!”²²

O autor mostra seu desagrado com as “crises populares”, que degenerando em ódio do passado, provocam uma ruptura com a tradição. O problema, portanto, é que as crises populares instituem um rompimento no tempo e a negação do passado. Ora, para Porto Alegre a tradição constitui a essência da arte. É isso que lhe dá sua qualidade “histórica” de depositária da memória nacional. Por outro lado, como já foi observado, Porto Alegre estabelece vínculos estreitos entre Portugal e Brasil: este nada mais é do que a continuação da nação portuguesa, com os mesmos costumes e vícios. Assim, não é de admirar que o autor desaprove tudo que se refira à abdicação. Para Porto Alegre, ela teria iniciado um período de decadência artística e de caos político.

Em segundo lugar, Porto Alegre afirma que a imagem da família real assombra os articuladores da abdicação. O autor sugere, assim, o enorme peso simbólico das artes no período, e seu papel privilegiado na fixação da memória. A indignação do artista fundamenta-se na idéia de que a família real fez pela primeira vez [...] refletir a púrpura e a coroa diamantina nas águas cristalinas desta sublime baía. A importância da família real portu-

guesa, e de seus descendentes, é ter promovido a civilização nos trópicos: primeiramente na colonização (e aqui a exaltação de Colombo, “descobridor” europeu da América, ganha novamente significado). Depois, com a vinda da família real para o Brasil e a inúmeras medidas “civilizatórias” iniciadas por D. João VI, que tiveram continuidade no reinado de D. Pedro I e D. Pedro II. Coube ao Estado português e seus herdeiros, portanto, um papel preponderante na formação da nacionalidade brasileira. E aqui fica subentendido mais uma vez o papel civilizador da monarquia, assim como o caráter do monumento que Porto Alegre quer ver preservado; nele a família real e seus descendentes, enfim, o Estado, têm papel de destaque.

Este raciocínio motivou a luta empreendida por Porto Alegre para construção da estátua equestre de D. Pedro I. Já em 1839 o artista encaminhara um projeto à Regência propondo a construção da estátua, que só foi inaugurada em 1862²³. O artista concebia D. Pedro como o fundador do Império, como o grande construtor da nação independente.

A crença no papel ordenador e civilizador do Estado também esteve na origem de algumas das iniciativas de Porto Alegre como diretor da Academia de Belas Artes (1854-57). O artista promoveu o projeto de construção de um monumento à Independência na Colina do Ipiranga. Além disso, a reformulação dos estatutos da Academia promovida por Porto Alegre enfatizaria a pintura histórica, sendo premiados a partir de então preferencialmente trabalhos com temas tirados da história nacional e religiosa²⁴. Porto Alegre também iria influenciar a produção de artistas como Pedro Américo e Victor Meirelles. Ele teria sugerido a Meirelles, por exemplo, inspirar-se na Carta de Pero Vaz de Caminha para elaborar o quadro “Primeira Missa no Brasil”²⁵. Ora, a tela de Meirelles representa a colonização como um encontro pacífico de duas culturas, sob a preponderância da portuguesa.

Em todos os exemplos percebe-se uma constante: a exaltação do papel civilizador do Estado na construção da nação. Colombo, a primeira missa, D. Pedro I, são fatos e pessoas profundamente imbricados na história nacional. História nacional que, pela ação de homens como Araújo Porto Alegre, através de livros e monumentos, foi construída tendo como eixo central a ação do estado português no Brasil. Constatação incômoda, tanto para os homens de letras de meados do século XIX, quanto para os que tentam decifrar, hoje, os caminhos pelos quais se construiu a representação da nação brasileira.

NOTAS

1. PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. "Uma palavra ao Sr. brasileiro nato." *Minerva Brasiliense* (Nº 10, vol.1 - 15 de março de 1844). P. 309.
2. COLI, Jorge. "A pintura e o olhar sobre si: Victor Meirelles e a invenção de uma história visual no século XIX brasileiro." In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo : Contexto, 1998. P. 375-404. O gosto pela pintura histórica também foi partilhado pela Academia Imperial de Belas Artes, que fez da história tema recorrente de suas produções. Ver MELLO Jr., Donato. "As exposições gerais na Academia de Belas Artes no Segundo Reinado." *Anais do Congresso de História do Segundo Reinado (Comissão de História Artística)*. Rio de Janeiro : IHGB., 1984. 1º vol., P.203-352.
3. V. NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares", *Proj. História* (Nº 10, dezembro de 1993). São Paulo : 1993.
4. PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. "O novo estatuário." *Ilustração Brasileira* (Vol. 1, nº6, 1854). P. 139.
5. GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional." *Estudos históricos* (Nº1, 1988). Rio de Janeiro, FGV, 1988.
6. BITTENCOURT, José. *Da Europa possível ao Brasil aceitável: a formação do imaginário nacional na conjuntura de construção do Estado Imperial- 1808-1840*. Niterói : ICHF-UFF, 1988 (mimeo).
7. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. "A Academia Imperial de Belas Artes e o projeto civilizatório do Império." *BRASIL, Escola de Belas Artes. 180 Anos da Escola de Belas Artes. Anais do Seminário ABA 180*. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1997. P. 138.
8. SOUSA, Iara Lis Schiavenatto. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. Campinas : IFCH- UNICAMP, 1997(mimeo). P. 382.
9. Ver SÜSSEKIND, Flora. "Colombo e a épica romântica brasileira." *Revista da USP* (Nº 12, dez-fev. 1992). P. 131-142.
10. PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. "Exposição pública: primeiro artigo." *Minerva Brasiliense* (Nº 4, vol. 1). P. 118.
11. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Op. cit. Nota 7.
12. LOPES, Hélio. *A divisão das águas: Contribuição ao estudo das revistas românticas "Minerva Brasiliense" (1843-45) e "Guanabara"(1849-56)*. São Paulo : FFLCH-USP, 1972 (mimeo). P. 46.
13. PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. "Apontamentos sobre os meios práticos de desenvolver o gosto e a necessidade das Belas Artes no Rio de Janeiro. Feitos por ordem de sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro II, Imperador do Brasil. Por Manuel de Araújo Porto Alegre." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Vol. 166/2, 1932). Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1935. P. 607.

14. BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. "Arte-educação no Segundo Reinado." *Anais do Congresso de História do Segundo Reinado (Comissão de História Artística)*. Rio de Janeiro : IHGB, 1984. 1º vol. Esta identificação é possível num contexto em que a indústria é concebida como manufatura, em que predominam técnicas artesanais.
15. "A esses elementos se refere Sylvio Romero como sendo a mendicância envergonhada— por ser portadora de diplomas e vestir casacas; são os médicos sem clínica, os advogados sem clientela, os padres sem vigárias, os engenheiros sem empresas, os professores sem discípulos, os escritores sem leitores, os artistas sem público, os magistrados sem juizados." CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro : Ed. Relume Dumará/Ed.UFRJ, 2ª ed., 1996. P. 149.
16. Geralmente se afirma que Porto Alegre não apreciava a estética barroca e a arte colonial. Ver GOMES Jr. "Em torno da noção de barroco no Brasil." In: SOUSA, Eliana M. (org.). *Cultura brasileira: figuras da alteridade*. São Paulo : Fapesp/Hucitec, 1996. P. 11-31.; ANDRADE, Rodrigo M.F. de. "Araújo Porto Alegre: precursor dos estudos de história da arte no Brasil." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Vol. 18, julho/setembro de 1944).
17. MAGALHÃES, Gonçalves de. "Ensaio sobre a história da literatura do Brasil - estudo preliminar." *Niteroy* (Nº 1, 1836). P. 131-159; RIBEIRO, Santiago Nunes. "Da nacionalidade da literatura brasileira." *Minerva Brasiliense* (Vol.1, nº1, 15 de novembro de 1843). P.7-23.
18. PORTO ALEGRE, Manuel Araújo. "Idéias sobre a música." *Niteroy* (Nº 1, 1836). P.160-183. Este artigo vem logo depois do de Gonçalves de Magalhães na mesma revista, e parece compartilhar do objetivo do primeiro: comprovar a existência de uma cultura brasileira através de uma de suas manifestações, a música.
19. —————. "Santa Cruz dos Militares." *Ostensor Brasileiro* (Nº 31, vol.1, 1845) P. 245.
20. Ver, por exemplo COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada. O espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. São Paulo: Edusp ; Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. Coutinho vê na crítica literária do século XIX o processo de formação da nacionalidade. Este processo seria a inflexão de um movimento mais longo, que corresponderia ao lento processo de constituição da nacionalidade, iniciado com a colonização.
21. PORTO ALEGRE, Manuel Araújo. "Algumas idéias sobre as belas artes e a indústria no Império do Brasil - 3º artigo." *Guanabara* (T.1, 1851). P. 308.
22. PORTO ALEGRE, Manuel Araújo. "Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Vol. 3, 1841). P. 555-556.
23. PORTO ALEGRE, Manuel Araújo. "A estátua eqüestre do fundador do

Senhor D. Pedro I.” Revista Popular (T. 2, ano 2, 5 de abril de 1859). P. 37-39;48. Iara Sousa fez análise detalhada do processo de construção da estátua: ver nota 10.

24. BRASIL, Academia Imperial de Belas Artes. Ata da sessão de 4 de junho de 1855; PORTO ALEGRE. “Teses para debate. Ata da 2ª sessão pública da Academia Imperial de Belas Artes, em 27 de setembro de 1855”, in GALVÃO, Alfredo. *Manuel de Araújo Porto Alegre- sua influência na Academia Imperial de Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (Vol.14, 1959). P.43.

25. Ver COLI, Jorge. Nota 2.



Fundadores do Romantismo no Brasil.
Manuel Araújo Porto Alegre (à esq.),
com Gonçalves Dias durante sua excursão
pela Europa, *c. a.* 1838.
(Acervo do Museu Histórico Nacional)

Cruzamentos culturais,



Notas sobre uma experiência de intercâmbio
Museu Histórico Nacional*

Daryle Williams**

Antes da década de 1920, os museus brasileiros eram restritos em número e visibilidade. Com poucas, ainda que importantíssimas, exceções, como o Museu Nacional e o Museu Paulista, essas instituições raramente exerciam papel destacado na cultura brasileira. Mas, dentro das mudanças ocorridas na sociedade e na cultura brasileiras após a Primeira Guerra Mundial, os museus brasileiros começaram a alcançar notável grau de visibilidade como instituições públicas de ensino, pesquisa, programação cultural e formação social. No período entre as duas guerras mundiais, o governo federal, tendo fundado vários museus nacionais, instituindo o primeiro “Curso de Museus” do país e consolidado a categoria profissional de conservador, ajudou bastante na invenção do museu como lugar de experimentação cultural. Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, diversos interesses públicos e privados acompanharam o governo federal na consolidação de um campo autônomo de museus, museólogos e museófilos.

Além da expansão quantitativa dos museus, os anos entre-guerras foram notáveis pelo surgimento do debate sobre o relacionamento entre museus, educação e educadores. Logo após a criação do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso discutiu o papel educativo do museus em relação à instrução de valores patrióticos, deveres cívicos e o implemento do culto aos heróis nacionais. Outro importante museólogo da época, Edgard

* Os Co-Diretores do Seminário e o Centro de Estudos Latinoamericanos da Universidade de Maryland agradecem a Diretora, a equipe administrativa, e a equipe técnica do Museu Histórico pela colaboração na realização do Seminário.

** Professor Assistente, Departamento de História, University of Maryland (EUA); pesquisador visitante, Museu Histórico Nacional

Roquette-Pinto, tratou o museu como extensão direta do sistema educacional primário. Em suas reflexões, Roquette-Pinto via o museu como sala de aula/laboratório, onde o professor-conservador ensinava conhecimento e metodologia científicos às novas gerações de cidadãos nacionais. O papel educativo dos museus também suscitava comentários fora das diretorias das repartições. Por exemplo, Francisco de Azevedo, autor do enciclopédico “A Cultura Brasileira”, analisou os museus nacionais como pares das faculdades e institutos de ensino superiores. Em outras publicações, Francisco Venâncio Filho viu o museu como lugar importante para o estudo da teoria e prática da pedagogia¹.

Cinquenta anos após o encerramento da Segunda Guerra Mundial e dos debates iniciais em torno do papel educacional do museu, o lugar dele no sistema educacional continua a gerar polêmica. Hoje em dia, um número elevado de museus se constróem como parte integral da paisagem educacional nacional. As instituições tradicionais como o Museu Nacional e o Museu Paulista se definem como instituições universitárias, nas quais museólogos, técnicos e professores (ocupações muitas vezes personificadas na mesma pessoa) se esforçam em produzir e divulgar conhecimento. Nas últimas três décadas novos museus universitários tem se juntado aquelas instituições, criando espaços institucionais em que administração de museu e ensino universitários se misturam. Fora do sistema universitário, a defesa que Roquette-Pinto fazia do museu como sala de aula e laboratório continua a ganhar a adesão de diretores e técnicos. E embora o entendimento do museu atual como lugar de doutrinação cívica e moral ainda seja um tanto difuso (como certa vez argumentou Barroso...), os debates recentes sobre os museus como lugares de memória indicam fortemente que essas instituições continuarão imaginando-se como espaços privilegiados para a instrução das virtudes cívicas e consolidação da identidade coletiva.

É importante sublinhar que hoje em dia os conceitos estabelecidos nos anos 30 e 40 dialogam com novos entendimentos do museu como centro cultural, onde educação, pesquisa, lazer, programação cultural e atividades comerciais juntam-se para produzir novas relações entre instituição, acervo, profissionais e usuários.

CROSSROADS of Atlantic Cultures: Brazil at 500 - a experiência

Recentemente, o complexo relacionamento entre museu e educação criou oportunidade para uma discussão entre museólogos brasileiros e professores universitários dos Estados Unidos da América. Com o patrocínio

do National Endowment for the Humanities, uma agência independente do governo federal norte-americano, o Centro de Estado Latino-americanos da Universidade de Maryland organizou um seminário intitulado “Crossroads of Atlantic Cultures: Brazil at 500”. Organizado pelos professores Phyllis Peres, da área de Literatura e Cultura Lusófona, e Daryle Williams, de História Latino-americana, o seminário trouxe vinte e cinco professores dos Estados Unidos ao Brasil por cinco semanas². Aproveitando a oportunidade das comemorações cincocentenárias, os diretores organizaram atividades que tinham por objetivo fazer os participantes examinarem a formação cultural brasileira e a posição do Brasil nos estudos de ciências humanas realizados nos EUA. No Brasil, a Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, o Museu Histórico Nacional e a Fundação Casa Rui Barbosa serviram como instituições-anfitriões.

Levando em conta os debates recentes sobre o futuro de estudos regionais nas faculdades norte-americanas, os diretores organizaram uma série de atividades em torno de cinco módulos - Introdução à Cultura Brasileira; A Cultura Popular Brasileira; Modernismo e Modernidade no Brasil; o Patrimônio Cultural Brasileiro; e Cidadania Cultural no Brasil - nos quais os participantes considerariam as estratégias múltiplas necessárias para interpretar o Brasil como uma sociedade multicultural em si e em relação dela às outras sociedades multiculturais do Mundo Atlântico. As atividades foram estruturadas de modo a fornecer subsídios para que os participantes formassem cursos universitários que tratem o Brasil como ponto de partida para a reinterpretação da produção e intercâmbio cultural dentro do mundo atlântico³.

O PROGRAMA do seminário no Museu Histórico Nacional

O quarto módulo, “Patrimônio Cultural Brasileiro”, teve lugar no Museu Histórico Nacional durante a semana de 28 de junho-2 de julho de 1998. Durante a semana, os participantes seguiram um cronograma de atividades programadas que incluía palestras, leituras dirigidas, grupos de trabalho, e oficinas liderados pelos diretores, por funcionários do MHN e por especialistas convidados da área de patrimônio cultural.

A semana foi organizada em torno de quatro temas principais.

1. *Uma introdução à história do Patrimônio Cultural no Brasil* Este módulo visava apresentar uma visão introdutória sobre o desenvolvimento histórico, institucional e conceitual do patrimônio cultural no Brasil, examinando as relações e contradições entre modernismo e tradicionalismo na inven-

ção e proteção do patrimônio cultural brasileiro e ligando as crescentes tensões em torno das origens e da memória das raízes atlânticas da cultura brasileira.

Os grupos de trabalho examinaram cinco textos chaves em torno do desenvolvimento do conceito e administração do patrimônio cultural brasileiro ao longo do século XX. Os participantes consideraram, em cada um dos textos, uma definição do patrimônio cultural, bem como o alcance e conteúdo programático em tela⁴.

2. As instituições de patrimônio cultural e a produção de conhecimento. Neste módulo foram discutidos os meios pelos quais as instituições dedicadas à preservação, estudo e exibição do patrimônio cultural produzem conhecimento. Analisando a capacidade das instituições culturais em modelar identidades e comportamentos socio-culturais por intermédio das experiências de visitação, observação e estabelecimento de relações comunitárias no espaço institucional, os pesquisadores familiarizaram-se com as instituições do sistema de preservação cultural do Brasil.

Os grupos de trabalho analisaram, por intermédio do exame de várias exposições permanentes em funcionamento, os meios pelos quais o conhecimento é produzido e reproduzido nesse tipo de instituição. Os participantes eram instruídos a considerar o papel dos agrupamentos de objetos, etiquetas, arquitetura, tecnologia e serviços oferecidos aos visitantes de maneira global, no que tange ao funcionamento de um museu⁵.

3. Cultura material e pedagogia. Examinando o museu como lugar de estudos de cultura material, os pesquisadores foram introduzidos aos usos possíveis dos objetos materiais na construção de múltiplas narrativas sobre o passado. Foram visitadas as áreas “invisíveis” do museu (quer dizer, as reservas técnicas), de modo a que pudesse ser observada o tratamento técnico-científico dos objetos nas instituições especializadas, e as diferenças de tratamento com relação às áreas de exposição.

Os grupos de trabalho examinaram conjuntos pré-selecionados de objetos similares conservados nas reservas técnicas, tendo como objetivo formular um programa educativo baseado na incorporação da cultura material ao ensino universitário nas ciências humanas⁶.

4. Patrimônio Cultural e identidade. Já próximo ao término da fase “patrimoniológica” do Seminário, os visitantes examinaram o patrimônio cultural como elemento relacionado a um complexo de centros culturais,

comerciais e sítios históricos. Uma palestra introdutória ao Paço Imperial e seu papel na revitalização do centro histórico do Rio de Janeiro e uma excursão através do Corredor Cultural do Rio de Janeiro (da Praça XV de Novembro até a Igreja da Candelária) tiveram por objetivo criar condições para a análise das significações e desdobramentos históricos, econômicos, políticos e sociais da construção da identidade cultural em áreas urbanas.

A AVALIAÇÃO

Era de se esperar que um grupo de professores universitários, antes de chegar ao Brasil todos os participantes já conhecessem, em seus países, como visitantes e usuários eventuais, museus nacionais e outras instituições de patrimônio cultural. Algumas dessas pessoas juntavam à essa experiência a realização de trabalhos acadêmicos ou profissionais nesse gênero de instituição. Mas a grande maioria tinha pouco conhecimento sobre museus brasileiros. Com exceção de duas pessoas, o Museu Histórico Nacional representava para todos terra incógnita.

Neste contexto, a semana começou com uma discussão introdutória do vocabulário básico do patrimônio cultural e uma introdução geral ao tratamento institucional do patrimônio cultural no Brasil. Na discussão de vocabulário, várias pessoas questionaram as origens etimológicas e os significados culturais de conceitos tais como “patrimônio”, “museu”, “bem cultural” e “tombamento”. A discussão mais intensa deu-se em torno do conceito “patrimônio” quando várias pessoas comentaram as ligações históricas, no Mundo Ocidental, entre esse conceito e os de “patriarcalismo”, “patriotismo” e “pátria”. A combinação dessas discussões com a abertura das atividades no MHN acabou introduzindo o tema das complexas forças sociais e culturais que influenciam a construção do patrimônio cultural no Brasil e no exterior.

Depois da discussão inicial, a maioria das atividades programadas alcançou os objetivos previamente estabelecidos de apresentar um grupo de professores universitários estrangeiros ao Museu Histórico Nacional e ao tópico mais abrangente do Patrimônio Cultural. Foram muito bem sucedidos os grupos de trabalho e oficinas em que os participantes tiveram oportunidade de trabalhar diretamente com acervo museológico e técnicos brasileiros.

Mas enquanto os participantes se familiarizaram com o Museu e seu contexto institucional e conceitual, o programa provocou uma série de questionamentos e debates em torno do lugar dos museus nas ciências

humanas e da proposta de tratar a instituição como via de acesso às ciências humanas brasileiras para não-brasileiros.

Na primeira tarde, grupos de cinco pessoas realizaram leitura crítica de textos-chave relacionados à evolução do discurso e do imaginário da preservação cultural no Brasil. Tratados como um conjunto, os textos buscavam levar os participantes a perceber o desenvolvimento das relações de poder produzidas pela definição e administração direta de bens culturais. Com a ajuda de profissionais da área de patrimônio, os cinco grupos de trabalho discutiram as bases conservadoras e liberais enraizadas nas propostas de Barroso, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e Aloísio Magalhães. Em geral, as discussões tenderam a concluir pelo entendimento e tratamento do Patrimônio Cultural como reduto conservador da teoria cultural e da administração pública. Embora esta interpretação coincida, grosso-modo, com numerosas interpretações brasileiras do tema, percebemos que as diferenças ideológicas e programáticas entre as propostas de Barroso e Mário de Andrade, por exemplo, não receberam o tratamento crítico que mereciam. Sobretudo, notamos uma tendência dos participantes mais críticos em apontar as limitações ideológicas e preconceitos dos teóricos de patrimônio, deixando em segundo plano as destacadas inovações por que o Patrimônio passou ao longo do século. Achamos tais críticas, em que pese a pouca familiaridade dos debatedores com o tema, emblemáticas de certa formação político-acadêmica norte-americana que trata os museus com certo grau de desconfiança, enxergando-os como instituições voltadas à conservação do passado e historicamente enraizadas na estratificação socio-cultural. De qualquer forma, notamos um engajamento crítico com o tema de patrimônio.

No segundo dia, os participantes abordaram os museus como produtores de conhecimento e sentimento através dos circuitos permanentes. Baseado na metodologia de “ler” uma instalação museográfica, proposta pelo crítico literário norte-americano Steven Greenblatt, cinco grupos de trabalho analisaram cinco galerias do Museu Histórico, desde o originário Pátio dos Canhões até o novo Módulo I⁷. Nesta atividade, cada grupo tinha que analisar o conteúdo e técnico das galerias e discutir a experiência de visitar a galeria. Seguindo Greenblatt, cada grupo tinha que descrever a presença de *ressonância* (que dizer, a percepção de conexão e profundidade diante de um conjunto de objetos em exibição) e *encantamento* (a percepção de deslumbramento ao enfrentar as maravilhas de uma peça singular exibida) nas instalações museográficas.

Na maioria, os participantes experimentaram vários momentos de ressonância no circuito permanente do Museu Histórico. Apesar das dificuldades de entender plenamente o conteúdo histórico e historiográfico das galerias visitadas, os grupos de trabalhos pareceram experimentar o Museu como texto didático, no qual a tarefa principal se residiria em entender as conexões entre os objetos e módulos para que o todo fosse entendido profunda, e precisamente. Todos concordaram que há uma lógica na preponderância de ressonância num museu de fins histórico-pedagógicos, na medida que os circuitos permanentes dos museus de história nacional contemporâneos tendem a rejeitar a antiga lógica de encantamento baseada na veneração aos vultos e fatos históricos da pátria.

Apesar da reconhecimento de ressonância no Museu Histórico, uma observação feita por vários dos participantes foi que as instalações mais sintonizadas com esta lógica - os Módulos I e II - pressupõem um conhecimento de eventos históricos e abordagens historiográficas que dificilmente seriam dominados pelo visitante médio. O grupo de trabalho que analisou o Módulo II acrescentou que até o professor universitário teria dificuldade em perceber como aquele módulo transmitiria a teoria de sistemas mundiais (uma teoria muito adequada à ressonância) sem uma explicação detalhada da instalação. Estas observações sugerem que a lógica da ressonância, embora prática moderna na museologia brasileira, nem sempre funciona se o visitante não tem as condições de - “escutar” os sinos ressonantes.

Já o “encantamento” foi experimentado, mas em situações pontuais. Sem dúvida, houve um deslumbramento geral ao visitar a Reserva Técnica. Mas é bem possível que esta reação se devesse ao fato de as reservas técnicas (o “museu invisível”) normalmente serem vedadas à visitação pública. O encantamento surgiu da oportunidade de saborear o proibido. Já no circuito permanente (o “museu visível”) poucos objetos, fora os tronos, a indumentária militar e as traves da “força de Tiradentes”, causaram comentários de encantamento. Sobre objetos isolados é interessante notar que talvez a possibilidade do encantamento necessite certa habilidade discursiva cultural, de modo que o observador seja levado a perceber o deslumbramento que um objeto musealizado pode causar. Nesta perspectiva, o baixo grau de encantamento faz sentido, pois a maioria dos participantes não tinha grande domínio sobre o vocabulário cultural brasileiro. O encantamento é possível mesmo em instituições de ressonância, mas desde que haja algum acesso à língua. Esta observação sugere que instituições como o MHN têm de estar muita atentas ao vocabulário cultu-

ral de seus diversos públicos, para potencializar as possibilidades de ressonância e encantamento.

As oficinas sobre a cultura material, realizadas na tarde do terceiro dia, foram bem sucedidas para os professores que procuravam meios de integrar materiais não-textuais ao ensino em cursos de graduação. Um participante, especialista em literatura latino-americana, contou que já usava objetos cotidianos, tais como moedas, como textos que lhe permitem introduzir pistas visuais e materiais para o contexto cultural no qual os textos literários, tanto quanto os materiais descritos neles, são produzidos. A utilização do acervo numismático do Museu Histórico inspirou considerações sobre outros usos da cultura material em sala de aula. Alguns visitantes comentaram sobre os usos possíveis da cultura material nas disciplinas de história e ciências sociais. Todos concordaram que o obstáculo maior à utilização da cultura material como suporte pedagógica é a dificuldade de acesso e/ou o alto custo de objetos brasileiros fora do Brasil. No encerramento desta discussão, Phyllis Peres, diretora do Seminário, observou ser possível adquirir itens da vida cotidiana tanto como objetos de artesanato para fins pedagógicos no exterior. Por sinal, todos observaram que a presença restrita deste tipo de material no Museu Histórico Nacional como fator limitador de oportunidades pedagógicas nessa instituição.

Ao longo da semana, dois assuntos causaram intensa polêmica: a política de aquisição e a política da montagem de instalações. Estes debates foram claramente informados pelas “guerras culturais” que, na paisagem cultural norte-americana, costumam a marcar a (re)montagem de módulos permanentes e temporários, a construção de novos monumentos comemorativos e o patrocínio estadual das artes. Foram lembrados episódios como a construção do Memorial aos Veteranos da Guerra de Vietnã na capital americana, a montagem da exposição comemorativa do primeiro bombardeio atômico aéreo montada na Smithsonian Institution e a politização dos financiamentos do National Endowment for the Arts ocorrida nos anos 80 e 90. Também foram discutidos o debate sobre as reivindicações pela devolução de bens ancestrais indígenas recolhidos em museus tanto quanto a ambiente politizado de multiculturalismo e diversidade dentro das exposições e programação de museus. Episódios deste gênero parecem marcar o imaginário cultural e o mundo interpretativo dos professores universitários norte-americanos, e estes se interessaram em adquirir informações sobre episódios similares ocorridos no Brasil. Todos ficaram um tanto decepcionados em encontrar “guerras culturais” menos frequentes e mais pontuais em caráter, no Brasil.

Nas discussões formais e informais sobre a política do Patrimônio Cultural brasileiro, alguns participantes mostraram-se frustrados com a história de marginalização da subjetividade das classes populares nas instituições culturais brasileiras. Os pesquisadores questionaram a responsabilidade das instituições de Patrimônio Cultural na ausência relativa do sujeito subalterno, seja ele afro-brasileiro, mulher, índio, camponês ou operário, na construção, representação, e interpretação dos bens culturais oficiais. Nestes debates, técnicos do MHN fizeram observações sobre as crônicas barreiras às possíveis reformas, inclusive o legado do passado conservador nas instituições atuais, a inconsistência e insuficiência do apoio financeiro e a crise do funcionalismo público, ao mesmo tempo que indicaram como algumas instituições de patrimônio cultural viabilizam reformas sem descartar os êxitos do passado.

Durante estes debates, os diretores pediram que os participantes considerassem como as tendências elitistas da evolução histórica do tratamento do Patrimônio Cultural brasileiro tiveram papel fundamental na constituição de certas imagens, lugares e sentimentos fundamentais que são representativos da cultura brasileira. Foi sugerido que os participantes observassem atentamente como e quando as principais instituições de Patrimônio Cultural oferecem ferramentas adequadas à busca de dimensões importantes da cultura brasileira, sem negar a existência de relações de poder imbricadas na consagração destes marcos culturais tanto quanto a existência de espaços alternativos onde o subalterno esteja mais perceptível. Também foi incentivada a comparação do caso brasileiro com o tratamento do Patrimônio Histórico e Cultural em outras região do mundo atlântico, especialmente nas nações da América Latina, África e Caribe. Em todas estas, o Patrimônio Cultural situa-se em contextos politico-culturais bem distintos dos encontrados nos Estados Unidos, Canadá e alguns países da Europa.

Em suma, as atividades realizadas no Museu Histórico Nacional renderam uma discussão fértil sobre o papel do Patrimônio Cultural na construção das cultura brasileira, ao mesmo tempo que provocou um debate interdisciplinar sobre tais instituições e seu potencial em redimensionar os estudos brasileiros praticados no exterior, principalmente no campo das ciências humanas. Esperamos que o tema “Patrimônio Cultural Brasileiro”, através dos 25 visitantes americanos do Museu Histórico Nacional, encontre uma brecha que lhe garanta maior presença no circuito universitário de pesquisa e ensino dos Estados Unidos da América.

- NOTAS**
1. Sobre o papel educativo dos museus no entre-guerras, ver as publicações da Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional; VENÂNCIO F., Francisco. "A função educadora dos museus," In: *Estudos Brasileiros* (1941?). P. 50-71; BARATA, Mário. "O museu e a escola elementar." *Cultura Política*. (Nº 20, out. 1942). P. 150-152; ver tb. TELLES, Angela Cunha da Motta. "Apontamentos sobre a história das atividades educativas no Museu Histórico Nacional, 1922-1968." In: *Anais do Museu Histórico Nacional* (Nº 29, 1997). P. 187-210.
 2. Dos 25 participantes, dez eram da área de História, dez de Letras, e o restante de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Somente quatro, entretanto, podiam ser considerados brasilianistas. A grande maioria tinha pouca ou nenhuma experiência acadêmica no Brasil. Embora todos fossem professores de faculdades norte-americanas, quase metade do grupo era originária da América Espanhola e África.
 3. Maiores detalhes sobre o conteúdo e cronograma do Seminário encontram-se na página do Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade de Maryland na Internet (<http://www.inform.umd.edu/LAS>).
 4. Os cinco textos discutidos eram de autoria de Gustavo Barroso, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e Aloísio Magalhães.
 5. As cinco exposições permanentes estudadas foram: Módulo I (Expansão, Ordem, e Defesa), Módulo II (Colonização e Dependência), Pátio dos Canhões, Arte Sacra, e a Memória do Estado Imperial.
 6. As quatro coleções estudadas foram: Armaria, Arte Sacra em Marfim (Coleção Sousa Lima), Iconografia, e Numismática.
 7. Ver GREENBLATT, Steven. "Resonance and wonder." in *Exhibiting cultures: The poetics and politics of museum display*. Washington : Smithsonian Institution Press, 1991. P. 42-56. Uma adaptação do texto apareceu em português como "O novo historicismo: ressonância e encantamento," no volume 8 de *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro : CPDOC/FGV, 1991).

Suntuoso palácio, infecto bairro



A implantação do Museu Histórico Nacional
no bairro da Misericórdia

Carlos Kessel *

Quem se der ao trabalho de caminhar por alguns minutos em torno do Museu Histórico Nacional não deixará de registrar a multiplicidade de impressões que compõem o entorno da Casa do Brasil. Viadutos de concreto, terminais de ônibus e dezenas de automóveis estacionados ocupam todo o espaço disponível entre as paredes da instituição e a Santa Casa de Misericórdia, a Igreja de N. S. de Bonsucesso e o Museu da Imagem e do Som. Ao ruído do trânsito se soma a azáfama dos ambulantes, e a fumaça dos veículos se confunde com a da comida preparada nas calçadas, enquanto levadas de passantes apressados se esgueiram pelo espaço que resta.

Esta cacofonia de estímulos que se sucedem e se superpõem estabelece um contraste dramático com a tranquilidade e o silêncio que vão ser encontrados assim que forem transpostos os umbrais do Portão da Minerva. É natural que o visitante que adentra o complexo arquitetônico que abriga há quase oito décadas as coleções do Museu seja tentado a entender como naturais a oposição aparente entre passado e presente, harmonia e dissonância, numa dicotomia simplificante que vai colocar, de um lado, automóveis, ambulantes, ruído e multidões; e, de outro, uniformes, quadros à óleo, canhões, a igreja, o hospital e os museus.

Entretanto, estas associações só são possíveis se forem relevados alguns aspectos essenciais da constituição do complexo arquitetônico do Museu Histórico, um dos mais significativos exemplos da arquitetura neocolonial do Rio de Janeiro, e de como ele se inseriu na reurbanização da área da Misericórdia, numa iniciativa que tinha como objetivo justamente

* Arquiteto. Mestre em História pela UFRJ (Rio de Janeiro, RJ)

apagar todos os traços do passado e se constituir num exemplo de civilização, de progresso técnico e de projeto de futuro.

Torna-se oportuno, portanto, analisar de que forma evoluíram a edificação e o seu entorno, evocando alguns aspectos da gênese de suas constituições através do tempo e do espaço. Como objeto deste artigo, vamos privilegiar o período compreendido entre 1920 e 1922, anos em que se planejam e executam as intervenções provocadas pela realização da Exposição do Centenário da Independência. Objetivava-se então a constituição de um espaço efêmero, como convinha a um evento temporário que não deveria durar mais de alguns meses, e é dos vestígios desta paisagem construída que emergiram o Museu Histórico e as suas imediações.

A EXPOSIÇÃO e a Misericórdia

A questão, longamente discutida, de como promover condignamente a comemoração do Centenário da Independência brasileira ganhou uma solução oficial através do Decreto nº 4.175, de 11 de novembro de 1920, que determinava a realização de uma Exposição Nacional no Rio de Janeiro. Era a reafirmação de uma lei votada ainda em 1912, que mandava abrir créditos no orçamento da União a partir de 1913 para a derrubada do morro do Castelo, prevendo a realização de aterros, a abertura de ruas e avenidas, a construção de um monumento “que lembre aos vindouros a Independência do Brasil” e “um edifício apropriado à Exposição permanente.”¹

A decisão atendia aos reclamos quase unânimes da imprensa e da opinião pública, e se seguira à substituição do Prefeito da capital, o advogado Sá Freire, pelo presidente Epitácio Pessoa. Sá Freire, que mostrara-se sempre arredo quanto à possibilidade de comprometer as finanças da Prefeitura num programa ambicioso de gastos para comemorar o Centenário, dias antes de deixar o cargo queixava-se em mensagem ao Conselho Municipal da pressão dos que exigiam da municipalidade “[...]obras para, com a maior pompa, celebrar a data nacional” e tentavam “[...]impressionar a opinião pública descrevendo, à falta de argumento convincente, o suposto ridículo de se chegar à data do Centenário, sem melhoramentos materiais que atestem o nosso progresso[...].”²

O Presidente da República escolhera como novo Prefeito, em junho de 1920, o engenheiro Carlos Sampaio, que há décadas defendia o arrasamento do Castelo, e designara-o posteriormente para compor a Comissão Executiva da Comemoração do Centenário. Carlos Sampaio manifestou

num discurso pronunciado na Prefeitura a 19 de novembro do mesmo ano a sua disposição de amalgamar as duas realizações:

“[...]nos devemos preparar para comemorar o Centenário da Independência: e eu não vejo que melhor forma possamos dar a essa comemoração, do que realizando obras de saneamento, de instrução, de assistência, de embelezamento, que, completadas com uma exposição internacional no próprio local em que estejamos realizando as obras do arrasamento, possam mostrar ao estrangeiro, que ainda não nos conhece, de quanto somos capazes.”³

A escolha do local não deixou de receber reparos dos que temiam os problemas que poderiam advir da quase superposição dos dois empreendimentos, e que ameaçariam o cronograma e o orçamento da Exposição, o mais importante dos diversos eventos que marcariam a data de 7 de setembro de 1922. Carlos Sampaio, ao contrário, encarava a questão sob um viés otimista, como lembraria ao fazer um balanço posterior do episódio:

“Tendo sido confiada ao Prefeito do Distrito Federal a realização de obras para a Exposição, não seria perdoável que ele não tirasse para o embelezamento da cidade todo o partido possível. Era antes de tudo necessário proceder à prévia escolha d’um local apropriado e digno de tão solene comemoração, e estando já a se executar o plano de arrasamento do Castelo e aterro da parte da baía situada em frente, ocorreu-me logo estabelecer um traço de união entre este importante cometimento e a nossa gloriosa data nacional. Certo de que nessa época estaria o serviço de desmonte do Castelo[...] em sua pujança de execução, e sentindo, por outro lado, a necessidade de fazer desaparecer, pelo menos em parte, um dos mais infectos bairros do centro da nossa capital (o da Misericórdia)[...] não hesitei em sugerir que fosse escolhido o bairro [...] junto à ponta do Calabouço, para local deste certame.”⁴

A referência à Misericórdia como *bairro infecto*, cuja desaparecimento seria benéfica para o Rio de Janeiro, é compreensível se for levado em conta o ideário que embasara as iniciativas de remodelação urbana vasadas sob o signo do *saneamento e embelezamento* que se sucediam desde o longínquo ano de 1875, quando uma Comissão de Melhoramentos nomeada pelo governo imperial reunia-se para propor soluções de melhoria das condições de vida da cidade.

Este ideário encontrou a sua mais completa materialização entre os anos de 1903 e 1906, com a célebre administração do Prefeito Pereira Passos, mas não deixou de se manifestar em outras intervenções posteriores. Rasgar avenidas, arrasar morros, aterrar mangues, demolir cortiços, tudo se justificava pela necessidade de sanear e embelezar, de garantir a circulação e a respiração, dando-se assim a constituição de um discurso partilhado por médicos e engenheiros, e que acompanha e justifica a aceleração da organização espacial da cidade determinada pelas ações do Estado.

Se a Avenida Rio Branco poderia ser considerada a vitrine resultante destas intervenções, larga e arejada, ladeada por edifícios à europeia, a poucos passos de suas calçadas a antiga cidade colonial afrontava, com a sua permanência, os que aspiravam por um Rio remodelado pelos cânones de progresso e beleza então aceitos. Como assinalavam as revistas e jornais da época, no morro do Castelo, fronteiro à Biblioteca Nacional, à Escola de Belas Artes e ao Teatro Municipal, pastavam ainda as cabras e se estendia a roupa das lavadeiras pelas ladeiras repletas de casarões centenários, ainda abrigando habitações coletivas que a fúria do bota-abaixo não conseguira erradicar⁵.

O bairro da Misericórdia, um pouco mais afastado, entre o morro do Castelo e o mar, se constituía em 1920 de um conjunto de estreitas ruas e becos cujo traçado remontava aos tempos coloniais. Porto natural da cidade na época de sua fundação, primeira área ocupada quando a urbe iniciava a sua expansão pela várzea em direção ao morro de S. Bento, a Misericórdia se estendia desde o século XVII da Santa Casa que lhe deu o nome ao terreiro que seria depois o Largo do Paço e hoje é a Praça XV de Novembro.

Repleta de hospedarias baratas e casas de pasto, moradia de caixeiros, marinheiros e gente que vivia de biscates dos trapiches e do mercado construído por Pereira Passos, a região era vista no início do século como empobrecida, envelhecida, insalubre... e assim chegou até nós pelas penas dos cronistas. É lá que o *Bom Crioulo*, personagem de Adolfo Caminha, aluga um quarto "...nas proximidades do Arsenal de Guerra... um sobradinho com persianas, de aspecto antigo, duas varandolas de madeira carcomida no primeiro andar. Embaixo na loja, morava uma família de pretos d'angola..."⁶ Benjamin Costallat descreveu uma fumerie de ópio explorada por chineses na Travessa dos Ferreiros, "Pequenina, estreita, tem-se a impressão de que, abrindo os braços, fecha-se o trânsito da estranha viela.

As casas são bastante altas e durante o dia mal se avista o céu. O céu, para aquela pobre gente que ali vive, é apenas uma fatia, uma pequenina fatia de azul iluminado.⁷⁷

A noite, numa de suas andanças, João do Rio notaria...

“os grupos de vagabundos e desordeiros (que) desapareciam ao nosso apontar, e, afundando o olhar pelos becos estreitos em que a rua parece vazar a sua imundície, por aquela rede de becos... Havia casas de um pavimento só, de dois, de três; negras, fechadas... pegadas uma à outra. A rua, mal iluminada, tinha candeeiros quebrados... Os prédios antigos pareciam ampararem-se mutuamente, com as fachadas esborcinadas, arrebentadas algumas...”⁷⁸

Destacava-se então da paisagem da Misericórdia um complexo de edificações de feições setecentistas, que abrigara o Arsenal Real, a Casa do Trem, o Quartel do Moura e a fortaleza do Calabouço, antes chamada de Santiago. A presença militar na área havia desaparecido com a desativação progressiva das instalações que se tornaram obsoletas para a defesa da cidade, inadequadas para o aquartelamento de tropas e para a fabricação, reparo e armazenamento de material bélico. Esta presença havia deixado como vestígios, além das grossas paredes, a marca na toponímia das imediações, exemplificada pelos becos, largos e travessas denominados ainda em 1920 dos Tambores, da Batalha, do Quartel, do Calabouço e do Trem⁹.

A QUESTÃO DO Arsenal de Guerra

É para esta região que convergem os olhares dos organizadores da Exposição de 1922. Numa reunião da Comissão Executiva da Comemoração do Centenário, a 31 de outubro de 1921, sacramentava-se a decisão de que “A Exposição realizar-se-á no edifício do antigo Arsenal de Guerra e suas dependências e nos terrenos circunvizinhos”. Cabia ao Prefeito Carlos Sampaio, de acordo com a divisão de atribuições estabelecida entre os membros da Comissão Executiva, decidir sobre “as desapropriações, demolições, construções, reconstruções ou reformas dos edifícios necessários à Exposição”, além da “concessão de áreas e a aprovação de plantas para os pavilhões.”¹⁰

A decisão de aproveitar o complexo do Arsenal de Guerra, que havia perdido suas últimas funções com a transferência de suas instalações e pessoal para o Caju, contrasta com a demolição do Convento da Ajuda, ocorrida alguns anos antes. Localizado onde hoje se encontra a Cinelândia, este outro resquício dos tempos coloniais desapareceu duplamente con-

denado, pelo gosto arquitetônico que lhe reprovava o risco pesado e pela valorização do terreno que ocupava. Da mesma forma, a antiga Igreja dos Jesuítas, as ruínas da fortaleza de S. Sebastião e a Igreja do mesmo nome desapareciam com o arrasamento do morro do Castelo. Qual a razão de ter sido poupada a antiga Casa do Trem e adotada uma solução semelhante à dada ao Convento do Carmo, na Praça XV, que havia tido as suas fachadas descaracterizadas em 1907 mas resistira às picaretas, permanecendo de pé?

Segundo Carlos Sampaio, a responsabilidade era dele, como relembra destacando seu papel na Exposição:

“[fui] eu quem idciou, quem escolheu o local, quem o preparou e até criou uma parte desse local, quem deu as instruções para o delineamento geral, quem resolveu a não demolição do Arsenal de Guerra e da Casa do Trem, que teve a idéia do aproveitamento do Mercado Velho, que determinou os diversos palácios e pavilhões, entregando-os a diversos e todos distintos arquitetos, quem fez resolver os diversos problemas de arruamentos, ajardinamentos, arborização, águas, esgotos, telégrafo, telefone, meios de transporte e iluminação...”¹¹

Embora não esteja disponível a documentação necessária para confirmar estas afirmações, já que não há atas das reuniões da Comissão Executiva da Comemoração do Centenário, o fato é que a sua composição sofreu frequentes alterações, com renúncias, substituições e até a morte de dois membros. Parece razoável aceitar que a maioria das decisões tenha mesmo partido do Prefeito, único integrante que permaneceu durante todo o tempo de preparação da Exposição, e que assim estaria numa posição privilegiada para exercer a totalidade (e mais algumas) das atribuições que lhe cabiam oficialmente.

No caso específico do Palácio das Indústrias (também chamado Palácio das Grandes Indústrias), montado no local do antigo complexo militar, Carlos Sampaio procurou detalhar mais a sua participação, lembrando os autores do projeto,

“[...] os distintos arquitetos Memória e Cuchet, aos quais entreguei a parte arquitetônica do lindo Palácio das Festas e a reconstrução do antigo Arsenal de Guerra - que todos queriam que fosse demolido, à exceção do grande Presidente Epitácio que me apoiou na resolução, que tinha tomado, de conservá-lo.”¹²

A Exposição de 1922, que a princípio deveria ser nacional, logo passou a contar com a presença de pavilhões internacionais, que ocupariam a Avenida das Nações - a ser aberta em área conquistada ao mar, entre o Palácio Monroe e a Ponta do Calabouço, pelos aterros provenientes do Castelo. Ela tomaria o caráter de uma vitrine dupla, onde os visitantes do exterior conheceriam as riquezas naturais e as potencialidades do Brasil e onde os brasileiros teriam a oportunidade de tomar contato com as maravilhas dos outros países. E, também, serviria como espelho onde a cidade e a nação pudessem buscar a imagem que verdadeiramente queriam projetar, a imagem do progresso, da civilização, da higiene e da beleza.

Em relação ao setor brasileiro, foram encomendados a alguns dos mais renomados arquitetos da cidade - entre os quais se destacam Nestor de Figueiredo, Sylvio Rebechi, Morales de los Rios Filho, Raphael Galvão, Gastão Bahiana, Arquimedes Memória e Francisque Cuchet - os projetos do Parque de Diversões, do Restaurante, das Portas Monumentais e de diversos pavilhões e palácios, perfazendo quase duas dezenas de edificações erguidas nos mais variados estilos¹³.

Esta variedade é um dado interessante: Luis XVI, Renascença Francesa, Barroco, Neocolonial... o que se buscava era seduzir os visitantes brasileiros e estrangeiros com uma disposição cenográfica que se desenrolasse desde o ingresso no recinto da Exposição, a partir das portas monumentais e através da sucessão de construções diferentes, numa ambientação referenciada nas exposições nacionais e universais que aconteciam desde o século XIX. Era uma tentativa de construir um percurso que combinasse o exame dos produtos expostos nos mostruários dos pavilhões com o burburinho das avenidas ao longo das quais eles se distribuíam, sem que a sensação de estar assistindo a um evento especial e único abandonasse os visitantes, instigados a sentir o inédito e o maravilhoso a cada passo.

Couberam aos arquitetos Arquimedes Memória e Francisque Cuchet os projetos dos dois mais importantes pavilhões do setor nacional da Exposição, o Palácio das Festas, em estilo Luis XVI, e o Palácio das Indústrias, em estilo Neocolonial. Memória e Cuchet haviam tomado a frente do Escritório Técnico Heitor de Melo, após a morte do titular em 1920, e eram responsáveis por um grande número de projetos na capital da República, dentre os quais se destacam o Conselho Municipal (atual Câmara de Vereadores), o Palácio Tiradentes e o Jôquei Clube, todos em estilo Luis XVI. Coube a eles também, por encomenda de Carlos Sampaio, projetar e

construir um restaurante no Passeio Público, denominado *Rio-Casino*, que ocupava o terraço fronteiro ao mar¹⁴.

Para o Palácio das Indústrias foí adotado o partido de uma reformulação arquitetônica que integrasse os diversos edifícios do antigo complexo militar e os dotasse de características externas homogêneas, dentro da filosofia de privilegiar as fachadas dos edifícios da Exposição. A este respeito citaremos novamente Carlos Sampaio:

“A minha intervenção intransigente se fez sentir principalmente na remodelação do velho Arsenal, conservando as suas características dos tempos coloniais... e no aproveitamento de uma das alas do Mercado, de modo que convenientemente revestida de ornamentação concorde com o estilo geral, não só pudesse simular mais um dos palácios da grande instalação, como mesmo proporcionar uma série de compartimentos... para serem postos à disposição dos expositores.”¹⁵

Enquanto o Mercado era decorado em estilo barroco, e abrigava o Pavilhão das Indústrias Particulares, o estilo Neocolonial orientou, além do projeto de Memória e Cuchet para o Palácio das Indústrias, os dos pavilhões da Viação e Agricultura, Pequenas Indústrias, Caça e Pesca e Porta Monumental Norte.

TRANSFORMANDO O COLONIAL em Neocolonial

O estilo Neocolonial tinha nascido da reação contra o ecletismo arquitetônico dominante nos primeiros anos deste século, que havia encontrado na Avenida Rio Branco e na Exposição Nacional de 1908 as suas mais perfeitas expressões no Rio de Janeiro. Procurou sua justificativa na ânsia de buscar, nas formas construtivas tradicionais do Brasil, uma arquitetura que pudesse ser definida como genuinamente autóctone. A idéia, propugnada em artigos e conferências pelo arquiteto e arqueólogo português Ricardo Severo a partir de 1914, principalmente em São Paulo, e defendida por Araújo Vianna, professor da Escola Nacional de Belas Artes, foi encampada por vários intelectuais e encontrou seu maior defensor na figura de José Marianno Filho, cuja atuação permaneceria fortemente identificada com o movimento durante as décadas de 20 e de 30.

A produção construída do Neocolonial ganhou visibilidade a partir da Exposição de 1922. O estilo logo seria adaptado a igrejas, escolas e residências e conquistaria posições através de concursos públicos de projetos que buscavam, sob a inspiração de José Marianno, recuperar elemen-

tos presentes nas antigas casas senhoriais do Nordeste e nas igrejas barrocas de Minas¹⁶.

O movimento coincidiu cronologicamente com outros movimentos similares em países da América, onde da Califórnia ao Chile, passando pelo Peru e pelo México, surgiram manifestações que se referenciavam na tradição construtiva hispânica e nos adornos pré-colombianos para se contrapor ao ecletismo de raízes européias. Um dos mais importantes impulsionadores do Neocolonial no México, o intelectual José Vasconcelos, chefiava a delegação mexicana às festas do Centenário, e o Pavilhão Mexicano era vazado neste estilo, assim como o americano¹⁷.

O Neocolonial pode ser visto como uma das facetas do processo de descolamento da cultura brasileira da matriz intelectual do velho mundo, de redescoberta do Brasil, cujas manifestações mais divulgadas se dão a partir da Semana de 22. Posteriormente identificado como conservador, elitista e tradicionalista, deve ser analisado no contexto histórico em que surgiu e se desenvolveu: um contexto em que os valores que caracterizavam a cultura européia haviam sido colocados em cheque como modelos de civilização pela conflagração que atingiu o mundo em 1914, e que ensejava a procura de novos rumos para as sociedades e culturas do Novo Mundo.

Um dos primeiros projetos em estilo Neocolonial de que se tem notícia no Brasil, o Grupo Escolar Pedro II, em Petrópolis, remontava a 1920. É interessante notar que o autor, Heitor de Melo, não tinha preferências estéticas rígidas, sendo o autor de dezenas de projetos nos mais variados estilos. Para ele, como para os outros arquitetos da sua geração, o Neocolonial representava mais uma alternativa a enriquecer o repertório de soluções estéticas, sem grandes teorizações ou justificativas que transcendessem o esforço de agradar aos clientes.

No caso do Palácio das Indústrias, é oportuno transcrever a descrição feita no Livro de Ouro do Centenário para apreender alguns detalhes da tentativa que fizeram Memória e Cuchet para, ao mesmo tempo, dotar o complexo de condições de abrigar a exposição de milhares de produtos, integrá-lo ao plano geral da Exposição e manter as suas características históricas:

“Do antigo Arsenal de Guerra e do Forte do Calabouço, que o prolonga, construções tradicionais de nossa urbs, fizeram os arquitetos A. Memória e F. Cuchet o grande Palácio das Indústrias, res-

taurando-os inteiramente e convertendo-os em magnífico monumento arquitetônico, de estilo neo-colonial, o mais vasto e um dos mais belos do certame.

De linhas simples e harmoniosas, no Palácio das Indústrias se consorciavam à leveza e à graça a imponência e a suntuosidade. Ladriões, azulejos, telhas, bem como todos os pormenores do edifício, obedeceram rigorosamente aos planos primitivos, alterados apenas internamente, em partes não essenciais, para melhor exposição de certos produtos.

Compõe-se o edifício ora de dois, ora de três andares. Na extremidade do velho forte do Calabouço, foi erguida uma torre de 35 mts. de altura, mirante geral da Exposição. Contorna a torre elegantíssima uma pequena galeria aberta em colunata, de encantador efeito. Entre a torre e o corpo principal do Palácio fica um terraço ajardinado, ao qual se tem acesso por escadarias pitorescas e admiravelmente trabalhadas.

É notável a beleza da decoração de gosto nacional, caracterizada pelos azulejos e outros trabalhos de cerâmica brasileira, ressaltando a beleza das telhas esmaltadas. Merecem referência ainda os grandes pátios internos, num dos quais, de 60 mts. quadrados, se refletem todas as arcadas do edifício, graças a uma enorme piscina de águas adormecidas.

No intuito de distender as áreas aproveitáveis, foi construído, em ligação com o Palácio das Indústrias, um edifício anexo, de três pavimentos, também em estilo neo-colonial.”¹⁸

Nos 44 salões e salas disponibilizados para os expositores, após as reformas, estendiam-se as vitrines que abrigavam de tudo: bebidas, alimentos, máquinas pesadas, tecidos, mobiliário, couros, calçados, produtos minerais e agrícolas. No mirante, instalou-se um posto de observação meteorológica e uma casa de chá. Em meio aos mostruários do segundo andar, segundo o Álbum de Ouro, “... estabeleceu o Ministério da Guerra um Museu Militar ocupando 2 salas em que se admiram peças históricas de inestimável valor; numa terceira sala foi instalada a exposição do Estado-maior do Exército.”¹⁹

Assim reformado e aberto ao público com a inauguração da Exposição, a 7 de Setembro de 1922, o Pavilhão das Indústrias chamou especialmente a atenção pela ornamentação externa, que longe de obedecer *rigorosamente aos planos primitivos*, apresentava uma profusão de elementos que

“evocavam” a arquitetura do período colonial. O rigor das críticas que se sucederiam através dos anos contra os muxarabis, telhas de louça e outras “deformações” do antigo Arsenal de Guerra, entretanto, não leva em conta que não se tratava de pura e simples restauração de uma edificação antiga, mas de uma intervenção que ganhava sentido somente se integrada aos outros elementos do entorno em que ela estava inserida²⁰.

OFIMDAFESTA e os vestígios

Entre a abertura e o encerramento da Exposição, em 24 de julho de 1923, boa parte de seus quase três milhões de visitantes percorreu os caminhos que hoje levam ao Museu Histórico, e adentrou a edificação que hoje abriga as suas coleções. Envolvidas pelo clima de festejos e pelo burburinho dos outros milhares de curiosos, dificilmente considerariam contraditória a superposição de elementos arquitetônicos e ornamentais essencialmente distintos, e das armas e uniformes centenários que se misturavam à máquinas agrícolas movidas a eletricidade.

O estranhamento que experimentam os visitantes dos nossos dias, a que aludimos no início deste artigo, se justifica pela desaparecimento da rede de inteligibilidade que conferia sentido ao conjunto da Exposição de 1922. Os pavilhões erguidos para a comemoração do Centenário poderiam ser classificados como resultantes de uma negociação que juntava atores diversos, criadores e usuários do espaço construído: de um lado, engenheiros, arquitetos e artesãos, coordenados pelos organizadores do evento e responsáveis pelo traçado urbano da área, pelos projetos de arquitetura e pelos mostruários dos pavilhões; e, de outro, os visitantes que se movem através deste cenário cuidadosamente fabricado. Todos estão equipados com um repertório de referências complexo e partilhado em conjunto, que desaparece no momento em que se encerra a Exposição.

Nos anos seguintes, a maioria dos pavilhões desapareceu. O próprio Palácio das Indústrias seria modificado, ganhando outros pavimentos nas suas diversas alas, que hoje são inteiramente ocupadas pelo Museu Histórico Nacional. A torre erguida sobre o antigo forte do Calabouço, todavia, seria demolida no final dos anos 30 para facilitar o tráfego de veículos. A área conquistada ao mar pelos aterros provenientes do arrasamento do morro do Castelo, que se prolongou até os anos 50, serviu para a construção do Aeroporto Santos Dumont, afastando definitivamente o mar da antiga área da Misericórdia, que passou a ser limitada por pistas de alta velocidade.

Das festas restou uma preciosa iconografia, que aliada aos relatos plenos de superlativos da época da Exposição evoca, em silêncio e preto e branco, os sons e o colorido que já se foram²¹. Este exercício de abstração é oportuno para os que adentram o Museu Histórico hoje, e que através das salas e galerias também se depararão com a tentativa de cristalizar a memória e evocar o passado através da exposição de seus vestígios.

NOTAS

1. Lei 107/1912, de 20 de Julho de 1912
2. ANNAES do Conselho Municipal do Distrito Federal, Junho-Setembro de 1920. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues & C., 1922. P. 4-5.
3. SAMPAIO, Carlos. *Memória histórica: Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro*. Lisboa: Lumen, 1924. P. 3. Sobre a trajetória de Carlos Sampaio e, em especial, da sua participação em iniciativas de remodelação urbana do Rio de Janeiro, veja-se KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: PPGHIS-IFCS, 1997 (Dissertação de mestrado).
4. Idem. P.171. O cronista Ferreira da Rosa, que tinha uma visão positiva da administração Carlos Sampaio, escrevia em seu *livro Rio de Janeiro em 1922*: “com tanto terreno desocupado... teve... a lembrança de se criar uma superfície nova... e fez-se atabalhoadamente, ofegantemente, dispendiosissimamente, em poucos meses, o que - está fora de dúvida - se podia ter feito com mais tempo, mais estudo, mais calma, mais acerto, e muito menos dinheiro.”
5. A respeito da controvérsia em relação à permanência de vestígios da urbe colonial em meio ao Rio de Janeiro da belle-époque e ao arrasamento do morro do Castelo veja-se, MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992. P. 54-65.
6. CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991. P. 52
7. COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990. P. 23
8. RIO, João do. *Histórias da gente alegre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. P. 11 e 23
9. Sobre a constituição do complexo de edificações de caráter militar da área da Misericórdia, ver WINZ, Antonio Pimentel. *História da Casa do Tre m*. Rio de Janeiro: MHN/Imprensa Nacional, 1962.
10. A EXPOSIÇÃO DE 1922, Órgão de propriedade da Comissão Organizadora. (Nº 2, Agosto de 1922) P. 32.
11. SAMPAIO, Carlos. *Idéias e impressões*. Paris: Imprimerie E. Puyfourcat Fils

& Cie., 1929. P. 58 Num relatório dirigido ao Presidente Epitácio Pessoa por ocasião do final do seu mandato na Prefeitura, Carlos Sampaio descreveria sua participação na organização da Exposição de 1922 usando praticamente as mesmas palavras.

12. Idem. P. 60.

13. GUIA Oficial da Exposição Internacional do Centenário. Rio de Janeiro: Bureau Oficial de Informações, 1922. P. 43.

14. SANTOS, Paulo. Op.cit. P. 99. Condenado por descaracterizar o Passeio Público, o acréscimo foi demolido por ordem do Prefeito Henrique Dodsworth, em 1943.

15. SAMPAIO, Carlos. Op. cit. P. 172.

16. SANTOS, Paulo. Op.cit. P. 98-105.

17. AMARAL, Aracy (org.). *Arquitetura Neocolonial* São Paulo: Memorial, 1994. Esta coletânea de ensaios de diversos arquitetos e historiadores da arte, especialistas na história da arquitetura de seus países de origem, oferece o melhor panorama do Neocolonial nas Américas. Em relação ao pavilhão dos EUA, o arquiteto responsável pelo projeto, Frank Packard, definiu-o para a revista "A Exposição de 1922" como "estilo de arquitetura adequado ao vosso clima".

18. LIVRO de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência e da Exposição Nacional P. 309

19. Idem. É curioso que o Livro de Ouro, uma publicação oficial, ainda se refira ao Museu Militar, ao invés de atribuir as duas salas ao Museu Histórico Nacional, criado a 28 de agosto e inaugurado pelo Presidente da República a 12 de outubro de 1922. O fato de, nesta última data, já se achar o Palácio das Indústrias aberto ao público nos leva a conjecturar sobre a possibilidade de que a solenidade presidida por Epitácio tivesse se limitado a transferir para a recém-criada instituição um espaço já montado e em funcionamento. Em relação à trajetória do Museu Militar propriamente dito, ver BITTENCOURT, José Neves. "Um Museu de história do século passado. Observações sob a estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, 1865-1902." *Anais do Museu Histórico Nacional* (Volume 29 - 1997).

20. Dentre os inúmeros críticos destacamos o historiador da arquitetura Paulo Santos, que é responsável pela melhor e mais equilibrada análise crítica do Neocolonial no Brasil, e definiu a reforma da Casa do Trem de "processo de descaracterização" (Op. cit. P. 88); já Antonio Pimentel Wintz, autor de livro citado neste artigo e conservador do próprio Museu Histórico Nacional, afirmava nas legendas das fotografias que ilustram a sua obra que os ornatos adicionados às fachadas para a Exposição de 1922 estavam "em completa desarmonia com os pesados arcos graníticos das portas e as colunas do velho barroco". E completava: "Denominou-se a esta deformação Estilo Neo-colonial".

21. Além do *Livro de Ouro*, do *Guia Oficial* e da revista *A Exposição de 1922*, existem nos acervos do Museu da Imagem e do Som e do Arquivo Geral da

Cidade do Rio de Janeiro dezenas de fotografias que tem como tema a Exposição de 1922. A imprensa da época registrou fartamente tudo o que se relacionava com as festas do Centenário, não economizando adjetivos para afirmar o sucesso da Exposição e realçando a boa impressão causada nos visitantes estrangeiros. Não se tratou, contudo, de unanimidade: os atrasos na construção dos pavilhões e a frequência de público aquém do esperado ocasionaram trocas de acusações que se estenderam por todo o ano de 1923.

Meios de transporte terrestre no Museu Histórico Nacional



Uma introdução*

Cícero Antônio F. de Almeida **

A exposição permanente *No Tempo das Carruagens*, instalada no térreo do Museu Histórico Nacional, inaugurada em outubro de 1994 e ampliada em 1997, resgatou e valorizou uma das mais expressivas e importantes coleções da instituição. O acervo de meios de transporte terrestre do Museu é, sem dúvida, o mais variado e representativo dos séculos XVIII e XIX até hoje reunido num museu brasileiro. Coroando este panorama do transporte terrestre no Brasil, foi inaugurada a exposição *Na Velocidade do Protos* em novembro de 1996, também de caráter permanente, exibindo o automóvel Protos, fabricação alemã de 1908, um dos primeiros utilizados em nosso país.

A coleção de meios de transporte terrestre do MHN começou a ser constituída ainda em 1923, um ano após sua inauguração, com a transferência de veículos que pertenceram à família imperial brasileira, depositados no Museu Nacional, por iniciativa da própria direção daquele museu¹. Eram veículos da Casa Imperial, de uso do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina. No mesmo ano, o Museu também adquiriu uma Cadeirinha de Arruar que pertenceu ao Visconde de Abaeté. Em 1924, foram incorporados ao Museu a Caleça de uso diário do Imperador, uma Vitória e um Coupê que pertenceram a Rui Barbosa - oferta da família do jurista e político baiano, hoje integrantes do acervo da Casa de Rui Barbo-

* Este trabalho serviu de subsídio para a montagem da exposição permanente *No Tempo das Carruagens* e contou com a colaboração de Lia Silvia Fernandes na seleção de textos de época.

** Muscólogo. Chefe da Divisão de Pesquisa do Museu da República (Rio de Janeiro, RJ).

sa -, e um Tilburi utilizado pelo general Osório na Guerra do Paraguai². Em 1925 foi transferido da Polícia Militar do Rio de Janeiro para o MHN o automóvel Protos. Em 1928, outros veículos foram transferidos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, como uma Vitória utilizada pelo Barão de Rio Branco. Nos anos trinta e início dos 40, cadeirinhas, liteiras e serpentinas, veículos de tração humana ou animal, muito utilizados no Brasil durante todo o século XIX, foram igualmente incorporados ao acervo do Museu.

No entanto, o núcleo principal desta coleção, composto por 7 coches e 3 traquitanas dos séculos XVIII e XIX, foi doado ao Museu em 1945 pelo comerciante português Joaquim Ferreira Alves, constituindo-se numa das mais importantes incorporações de acervo da história do Museu³. Estes veículos, alguns originalmente pertencentes à família real portuguesa, foram utilizados para cortejos fúnebres durante o século XIX, compondo, após a desativação destes serviços, o espólio de propriedade da firma comercial do doador. Ao chegarem ao Museu, em 1946, tornaram-se uma das principais atrações da instituição, exercendo especial fascínio sobre os visitantes. Ainda no mesmo ano de 1946, uma Berlinda foi doada ao Museu pelos proprietários da Casa Antiquarium Ltda., também localizada em Lisboa. A partir dos anos 50 não foram mais registradas incorporações significativas no âmbito da coleção de meios de transporte terrestre.

Para abrigar estes exemplares, desde os primeiros anos do Museu foi criada uma galeria de exposição, no pavimento térreo do prédio, intitulada *Arcada dos Coches*, melhorada nos anos 40, sendo, então, conhecida como *Sala dos Coches*. Durante os anos 60 e 70, os exemplares desta coleção começaram a se deteriorar, com a desativação dos espaços de exposição destinados ao seu abrigo. Diante do precário estado de conservação da maioria dos coches do século XVIII, e em face das dificuldades na localização de técnicos capazes de atuar na restauração desta coleção, a exposição permanente de meios de transporte terrestre foi inteiramente desativada no final dos anos 70, permanecendo apenas alguns poucos exemplares expostos no Pátio da Minerva. Desde o final da década de 80, iniciou-se um gradativo processo de revitalização da coleção, onde o principal objetivo estava centrado na restauração do conjunto. A partir de 1994, a própria equipe de restauração do Museu iniciou a recuperação dos exemplares da coleção, cujos trabalhos ainda estão em andamento, utilizando tecnologia empregada na restauração de mobiliário, pintura e têxteis.

O comentário da coleção aqui proposto constará de três partes distintas; na primeira, será apresentado um sintético panorama dos transportes terrestres no Brasil até o século XIX, com o objetivo de contextualizar os vários exemplares da coleção; na segunda parte, será apresentado um inventário dos principais exemplares que compõem a coleção; e na terceira e última parte, levando-se em consideração às exíguas referências bibliográficas sobre o assunto, será apresentado um glossário de termos especializados.

TRANSPORTES TERRESTRES no Brasil até o século dezanove

Os primeiros veículos com roda e tração animal foram os carros de guerra assírios; consistiam de uma estrutura simples de madeira sobre um eixo com duas rodas. De início, as rodas eram maciças que, pela sua estrutura e peso, não permitiam que os veículos fossem velozes. As rodas raia-das foram utilizadas pela primeira vez entre 2.000 e 1.000 a.C.

Este veículo simples foi o precursor do primeiro modelo de transporte terrestre utilizado no Brasil, ainda em circulação no interior do país; o *carro de bois*, constituído de um estrado de madeira, apoiado sobre um eixo com duas rodas maciças, também de madeira. Na parte anterior deste estrado encontra-se o tamborete ou almofada, onde se instala o carreiro. O carro de bois surgiu no Brasil com as primeiras tentativas de colonização, tomando-se um dos principais instrumentos de trabalho nos engenhos de açúcar, monopolizando, por mais de três séculos, o transporte terrestre no país. Serviu de condução de pessoas, transporte de cargas e até para cortejos fúnebres nas primeiras vilas, cidades e fazendas, do litoral até o interior.

Dois tipos de carro de bois são identificados no Brasil; os *mudos* e os *cantadores*, classificação devida à tradição de se utilizar em determinados modelos madeiras especiais para o eixo, que são untadas com resina vegetal, óleo de mamona e até azeite de peixes, produzindo um ruído característico. Na verdade, são os carro de bois cantadores os mais tradicionais e mais apreciados ainda hoje no interior do país⁴.

Durante os primeiros séculos após o início da colonização portuguesa, poucas foram as vias, caminhos ou simples trilhas construídas. Foi difícil e trabalhosa a penetração no interior, desenvolvendo-se apenas as estradas litorâneas. Com a fundação dos primeiros povoados no interior é que se iniciou a construção de nossas primeiras estradas. A precariedade do sistema viário impossibilitou o desenvolvimento de veículos com rodas, sendo a única exceção o carro de bois, pela sua resistência e versatilidade.

Também foram importantes no processo de colonização do interior do Brasil as tropas de muares, capazes de se adaptar às condições precárias do sistema viário, dos acidentes topográficos e da grande extensão territorial do país. Eram comandadas pelos tropeiros. Estes estavam acompanhados dos tocadores, que marchavam a pé, e os cozinheiros. Quando o tropeiro não conduzia a própria tropa, quem a comandava era o arrieiro. As tropas utilizavam-se dos muares, espécie de mula, que suportavam melhor o peso das cargas.

Um de nossos primeiros veículos terrestres, de tração animal e sem o uso de rodas, foi a *liteira*, que consistia de uma caixa de madeira com portas laterais, preparada para transportar uma ou duas pessoas. O termo originou-se na expressão *lectarius*, que eram leitos suspensos à altura dos ombros de seus carregadores, que serviam de transporte nas cidades romanas. Também conhecida como *bangüê*, era utilizada no Brasil para pequenas viagens e no transporte urbano. Jean Baptiste Debret⁵ assim expressava a importância deste veículo:

“Reconhece-se no Rio de Janeiro a casa de comércio do antigo e rico negociante brasileiro, proprietário de engenho, pela liteira parada no portão ou num recanto escuro da loja; [...] á mais de três séculos serve apenas para percorrer as florestas virgens e atravessar os riachos que as recortam a cada passo. Ela é também indispensável à dona de casa, que, de acordo com a tradição, visita uma vez por ano suas propriedades, onde se reúnem nessa época os membros da família, [...]”

Dois tipos de liteira são conhecidos; a *liteira rasa*, mais simples, aberta lateralmente, coberta com tecidos e cujos varais situam-se à altura do piso, sustentando-o; e a *liteira de campo*, cuja caixa é fechada nas laterais, mantendo apenas aberturas laterais - janelas e portas, sendo que os varais neste veículo situam-se um pouco abaixo do centro da caixa. Este era o tipo mais luxuoso de liteira.

Ainda neste contexto de precariedade do sistema viário, surgiu outro veículo muito utilizado nas áreas urbanas, ainda a partir do final do século dezessete; era a *cadeirinha de arruar*, também conhecida como *palanquim* ou *gaiolinha*, que servia a apenas uma pessoa e utilizava tração humana. Tratava-se de uma caixa contendo um assento no interior, uma pequena porta lateral e varais móveis ou fixos, que eram empunhados pelos carregadores, geralmente escravos. Foi a cadeirinha um dos meios de transporte

terrestre mais descrito e comentado por viajantes estrangeiros no Brasil durante os séculos dezoito e dezenove, devido à sua grande importância no cenário urbano da época. A respeito do uso de cadeirinhas na cidade de Salvador, marcada por suas íngremes ladeiras, Fletcher afirmava: “Ter uma ou duas cadeiras e negros para levá-los é tão necessário a uma família na Bahia, como ter carruagens e cavalos em outro qualquer lugar. O traje dos condutores e o grande custo das cortinas e ornamentos das cadeiras, indicam a categoria e o tom da família que os possui.”

Havia cadeirinhas para homens e para mulheres, sendo estas últimas mais ornamentadas. Não existia no Brasil, durante os séculos dezoito e dezenove, família com recursos que não possuísse uma cadeirinha, utilizada sempre de acordo com a ocasião. Passeios de cadeirinha eram indispensáveis às moças de família tradicional; era a mania de “arruar”: “Muita moça sai à rua,/Somente pra se mostrar/E vai toda enfeitadinha/Como se fosse casar...”⁶

É ainda Debret quem nos revela os hábitos ligados ao uso da cadeirinha:

“A cadeirinha, como o balcão, é um palco de faceirice; nela também o primeiro gesto gracioso de uma senhora brasileira consiste em agitar o leque fechado. [...] Algumas senhoras, para sua distração durante o trajeto, fecham as cortinas de um dos lados da cadeirinha, formando com habilidade, à altura dos olhos, uma pequena mas elegante abertura, no intuito de não serem reconhecidas pelos transeuntes.”⁷

Nas cidades, ao lado das cadeirinhas, também eram vistas as *redes*, de origem indígena: “Nas redes e palanquins deixavam-se os senhores carregar pelos negros dias inteiros; uns viajando de um engenho a outro; outros passeando pelas ruas das cidades, onde ao se avistarem dois conhecidos, cada um na sua rede, era costume pararem para conversar; mas sempre deitados ou sentados nas almofadas pegando fogo.”⁸

As redes eram carregadas num suporte de madeira conhecido como pau-de-rede, cujas extremidades, onde se prendiam os punhos da rede, eram revestidas por cambitos ornamentados. Ainda hoje as redes são empregadas no interior do Brasil, transportando enfermos, feridos e defuntos.

As *serpentin*as também foram muito empregadas no mesmo período em que se popularizavam as cadeirinhas. Aliás, usava-se indistintamente os nomes *serpentina* e *cadeirinha* para designar o mesmo tipo de veículo. No entanto, são dois tipos muito distintos; as *serpentin*as são constituídas de uma caixa contendo um assento, encimada por um único varal de sustentação, cujas extremidades eram utilizadas como apoio para os carregadores, diretamente sobre seus ombros. Existem dois tipos de *serpentin*as; com dossel, que consiste de uma estrutura de madeira coberta por uma cortina; e luxuosa, cuja estrutura consiste de uma caixa de madeira fechada, com aberturas laterais. Maria Graham assim descreu uma *serpentina* com dossel em sua viagem a Salvador:

“Consistem numa poltrona de vime, com um estribo e um dossel coberto de couro. Cortinas, geralmente de melania, com debruns dourados e forrados de algodão ou linho, são dispostos em torno de um dossel, ou abertos, como se queira. Tudo é suspenso pelo alto por um único varal, pelo qual dois negros a carregam a passo rápido sobre os ombros, mudando, de vez em quando, do direito para o esquerdo.”⁹

A difusão do uso de luxuosas *serpentin*as e redes provocou cenas onde a ostentação afrontava até os próprios costumes vigentes. Sua utilização dentro das igrejas por mulheres de fidalgos e ricos comerciantes recebeu a reprovação do bispo de Pernambuco, D. José Fialho, que em 19 de fevereiro de 1726 tomou a decisão de proibir a entrada destes veículos nos templos, ato que considerava “indecente”¹⁰.

Uma passagem teria marcado para sempre no cenário da Corte o uso da *serpentina*. Consta que D. João VI foi mordido por um carrapato em sua fazenda de Santa Cruz. Ao tentar retirá-lo, o fez com imprudência, ficando o Príncipe Regente com escoriações que se transformaram em ferida ulcerosa. Passou então a servir-se de uma *serpentina* para deslocar-se, o que teria provocado a disseminação do uso deste veículo, estimulando os primeiros serviços de aluguel de cadeirinhas e *serpentin*as no Rio de Janeiro, atividade esta geralmente comandada por pequenos negociantes e negros forros.

Ainda no século dezoito, outros veículos eram igualmente encontrados nas cidades e vilas brasileiras; as *segese traquitanas*. Veículos com rodas, eram empregados em espaços restritos, onde havia algum tipo de calçamento. Possuir veículo com rodas e tração animal significava elevado

custo de manutenção, sendo, portanto, mais raros que as cadeirinhas, liteiras e serpentinas: “Possuir modesto veículo de rodas, importava em ser levado à conta de abastado. Cadeirinhas e liteiras satisfaziam às necessidades de transporte.”¹¹ A sege consistia num pequeno veículo de um só assento, com cobertura fixa, apoiado sobre duas rodas e com dois varais de atrelamento à animais de tração, em geral duas mulas. Seu uso se intensificou de tal maneira que começaram a ocorrer acidentes constantes, tais como a destruição de calçamentos e atropelamentos. Consta que em 1834 existiam 372 seges na cidade do Rio de Janeiro. Para controlar o elevado tráfego deste veículos, foram designados os logradouros de subida e descida, ou seja, de mão e contra mão. As traquitanas eram semelhantes às seges, porém assentavam-se sobre quatro rodas, duas grandes na parte traseira do veículo, e duas pequenas à frente, puxadas por quatro mulas. Tinha também a designação popular de *tipóia*. A traquitana foi muito empregada durante o primeiro reinado e estava identificada com os homens da governança, provedores da fazenda real, juizes, advogados, médicos, altos representantes do clero e fidalgos em geral.

No início do século dezanove, o aspecto das capitais provinciais do Brasil assemelhava-se ao período colonial. O calçamento das principais vias era precário e a limpeza não era constante. Ocorria ainda um outro fator; as fezes dos animais de carga ficavam acumuladas pelas ruas, prejudicando ainda mais a travessia de veículos. À noite, a iluminação era pouca. Somente nas principais capitais de província e na Corte existia o serviço de iluminação pública através de lampiões de azeite de peixe, substituídos, gradualmente, por iluminação à gás, a partir de meados daquele século.

Foi principalmente a partir da chegada da família real ao Brasil, em 1808, que se processou um acelerado progresso do sistema viário na então colônia. D. João VI tratou de aperfeiçoar e implantar as principais ligações entre as províncias vitais para a economia do país, bem como o conserto de ruas esburacadas e remoção de entulho nas vias existentes na cidade do Rio de Janeiro, onde se instalou a corte portuguesa. Quando da chegada da família imperial, a cidade do Rio contava com 75 logradouros; 46 ruas, 4 travessas, 6 becos e 19 largos e praças. Consta que cerca de 40 veículos foram trazidos ao Brasil nas embarcações que transportaram a corte portuguesa, dentre coches, berlindas, seges e traquitanas. Ainda em 1808 foi criada a Intendência Geral de Polícia, que também se incumbiu do serviço de vigilância sobre veículos e cocheiros na cidade do Rio de Janeiro.

Dos veículos de transporte terrestre que precederam o advento do automóvel, o *coche* certamente é o mais conhecido e reverenciado. Está intimamente ligado ao imaginário das lendas e tradições da nobreza em todo o mundo. Sua origem mais remota data do século quatorze. Inicialmente um veículo aberto lateralmente, cuja estrutura não estava apoiada diretamente sobre os eixos, e sim suspensa por correias de couro, minimizando os efeitos de trepidação provocados pelas irregularidades das estradas. Foi chamado de *kutsche*, nome da cidade húngara onde foi primeiramente fabricado. Sua evolução durante os séculos seguintes foi notável, sendo que a maioria dos veículos de transporte terrestre sobre rodas, de tração animal, nada mais foram do que variações de seu sistema original.

Os coches ou *carruagens* se caracterizavam pela sua estrutura, transportavam até 4 passageiros em seu interior, e eram ornados com pinturas, talhas com douramento e aplicações em bronze. A “caixa” do coche estava montada sobre um sistema de suspensão que utilizava correias de sustentação, com tensão regulável. A exuberância da decoração dos coches estava diretamente relacionada com as condições financeiras de seu proprietário. Eram puxados por até quatro pares de cavalos.

Com as cerimônias típicas da corte, passaram os coches a fazer parte da vida dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro. O veículo de uso da princesa Carlota Joaquina, uma *caleça*, que veio na bagagem da família real, foi um dos que primeiro desfilou pela cidade. Noronha Santos o descreveu como “desajeitado, jogando nas ruas, aos trancos e barrancos, como se fora um navio em alto mar, [...]. [...] causou um grande espanto, quando, pela primeira vez, a viu a nossa cidade.”¹²

Nas cerimônias de aclamação do Imperador D. Pedro I, em 12 de outubro de 1822, e de sua coroação, a 1 de dezembro, organizou-se um desfile das mais belas carruagens da corte. No ano seguinte, na cerimônia de abertura da Assembléia Constituinte, novamente um desfile dos coches foi organizado. A frente do cortejo, marchavam os soldados e, em seguida, os coches da nobreza e, logo após, as viaturas reais. O coche da gala do imperador e da imperatriz estava atrelado à oito cavalos, sendo que a coroa ia no assento da frente. Maria Graham assim descreveu o ocorrido: “As carruagens exibidas hoje constituiriam uma curiosa coleção para um museu em Londres ou Paris. [...] No meio dessas havia um imponente carro de cor verde ervilha e prata, evidentemente feito na Europa, muito leve,

com ornamentos de prata, arruelas de prata nas rodas, prata onde se poderia usar qualquer espécie de metal e belas placas de prata lavrada nos arreios das bestas.”¹³

As *berlindas* também foram muito utilizadas no mesmo período. Eram veículos semelhantes aos coches, porém sem a exuberância decorativa daqueles. As “caixas” das berlindas eram sustentadas por dois varais laterais, ao contrário do coche, que se apoiava sobre um único varal que interligava os eixos dianteiro e traseiro. O apoio sobre dois varais emprestava à berlinda maior estabilidade. O sistema de suspensão das berlindas apresentava um considerável avanço em relação aos coches tradicionais, que era o uso de molas em “C”, que absorviam melhor as trepidações.

Além de coches e berlindas, foram importados outros veículos da Europa para o Brasil, e que se beneficiaram da melhoria do sistema viário de nossas cidades. No entanto, é interessante registrar o fato relatado por Noronha Santos no seu *Meios de Transporte no Rio de Janeiro* que a cidade contava em 1850 com cinco grandes fábricas de seges e carruagens, das quais duas eram francesas e duas alemãs¹⁴. O *cupê* era um veículo sobre 4 rodas, de capota fixa, que transportava duas pessoas em seu interior e era conduzido por um cocheiro e um lacaio, que instalavam-se sobre a boléia. O *landau* era um veículo sobre 4 rodas, que transportava até 4 passageiros em seu interior e tinha capota dupla reversível. Era também considerado um veículo de luxo. A *caleça*, também conhecida como *carroça* ou, mais popularmente, como *sociável*, era muito semelhante ao cupê, porém tinha capota reversível. A *vitória* apresentou as principais inovações do período; suspensão de molas em “C”, lanternas de cristal, sistema de direção extremamente ágil e rodas revestidas de borracha.

Somente na segunda metade do século dezenove e que se consolidaram as reformas que iriam aperfeiçoar as ruas e demais logradouros nas principais cidades brasileiras, adaptando-as às necessidades de circulação dos veículos sobre rodas europeus. A respeito das dificuldades encontradas por estes veículos na cidade do Rio de Janeiro, assim se referiu o Jornal do Comércio de 19/10/1851:

“Andar de sege pelas ruas do Rio de Janeiro é um dos maiores sacrifícios a que estão sujeitos os seus habitantes. É preciso ter coragem não vulgar, e as entranhas bem seguras, do contrário morre de susto ou misturam-lhe as vísceras. O perigo não é só para o mísero que vai dentro, dando saltos de corça ou jogando a cabeça; o descuidado peão que lhe passe ao lado quando não é esmaga-

do de encontro a uma parede ou uma esquina, recebe um banho de lama que o faz praguejar até a terceira descendência de cada um dos nossos ilustríssimos vereadores.”

A partir de 1851 o governo concedeu autorização para a exploração do negócio de construção de veículos de carga sobre rodas. Em 1838 entraram em circulação no Rio de Janeiro os primeiros *ônibus*, que eram veículos de 4 rodas, timão e boléia, puxados por 4 cavalos. Eram compridos, pintados de vermelho ou amarelo, com dois bancos longitudinais internos. As *gôndolas*, assim chamadas pela forma externa da carroceria – semelhante às gôndolas venezianas –, surgiram em 1842, transportando até 11 passageiros. As *diligências* urbanas, também conhecidas como *maxambomba*, eram também veículos de 4 lugares, puxados por até 4 cavalos. Foi através do decreto de 12 de março de 1856 que foram oferecidas as primeiras concessões para a exploração dos *bondes de burro*, veículos coletivos e de condução de gêneros, puxados por animais e rodando sobre trilhos paralelos de ferro, baseado no sistema ferroviário. Somente em 30 de janeiro de 1859 foram realizadas as primeiras experiências deste novo tipo de transporte, descritas detalhadamente pelo “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro. Este serviço foi inaugurado oficialmente em 26 de março do mesmo ano.

Merece lugar de destaque na história dos meios de transporte terrestre a partir de meados do século dezenove o *tílburi*, chamado por Noronha Santos de “veículo dos pobres e remediados [...], o mais popular, o mais procurado meio de condução, rápido e barato, [...]”¹⁵ Era constituído de assento para uma pessoa, acompanhada do condutor, sobre duas rodas e puxado por um cavalo. Eram os “táxis” do período, podendo ser encontrados para aluguel nos principais logradouros públicos da cidade.

A história dos meios de transporte terrestre sofreria uma profunda transformação no século dezenove. Basta dizer que este século viu surgir a locomotiva à vapor e o automóvel, invenções que tomariam praticamente obsoletas as anteriores. O Museu Histórico Nacional possui em sua coleção um dos primeiros automóveis circulados no Brasil, marca Protos, fabricado em 1908, importado pelo Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, e utilizado para recepcionar as autoridades estrangeiras que vieram ao Brasil participar da Exposição Nacional Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Após a Exposição, o Protos, que atingia a velocidade de 80 Km/h, passou a servir ao Barão do Rio Branco. Após sua restauração, este veículo voltou a funcio-

nar, tornando-se um dos mais preciosos testemunhos da tecnologia empregada no início da era do automóvel. Seria um equívoco, no entanto, afirmar que estas criações anteriores desapareceram. Veículos rudimentares e animais de carga ainda são muito empregados nas periferias dos grandes centros urbanos e no interior do país, fazendo conviver o foguete interplanetário com o carro de bois.

SERVIÇOS FÚNEBRES

Os cortejos fúnebres, para acompanhar as cerimônias de enterramento de membros da realeza, da nobreza e de ricos comerciantes, eram comuns em Portugal desde o século dezoito e também no Brasil a partir da chegada da família real portuguesa. Nestas ocasiões, eram alugados coches ou outros veículos de firmas especificamente criadas com esta finalidade, que serviam para o transporte de familiares e amigos mais próximos do morto, além do chamado *coche de coluna*, que servia para transportar o caixão. Estes veículos apresentavam decoração sóbria, com predominância das cores preta e dourada.

No Rio de Janeiro, em 1840, se iniciaram os primeiros serviços de remoção de cadáveres em veículos sobre rodas, sepultados em igrejas e no cemitério do Caju. Em 1841 criou-se a Sociedade dos Coches para Enterros, instalando-se no Largo de São Francisco de Paula, números 2, 6, 10 e 14. Os veículos que transportavam os caixões distinguiam-se de acordo com a natureza do morto; poderiam ser para adultos, para donzelas ou anjos, dentre outras modalidades. Os mais luxuosos eram geralmente dourados e puxados por quatro cavalos brancos, com arreios de prata, penachos roxos e manto de crepe sobre o lombo. O cocheiro utilizava casaca de botões prateados e cartola, da qual pendia uma faixa de crepe. Contrastando com o luxo do enterro dos nobres e comerciantes ricos, solenidade para a qual se faziam habitualmente convites a parentes e amigos, por carta ou pelos jornais, também eram vistos pelas ruas do Rio de Janeiro no século XIX os rabeções, veículos simples que transportavam pobres e indigentes.

O Museu Histórico Nacional possui uma coleção com dez veículos que foram adaptados para servir a cortejos fúnebres de nobres e da própria família real portuguesa, em Lisboa, durante o século XVIII e início do XIX. São 7 coches e 3 traquitanas. Todos apresentam alegorias fúnebres sobre as cores preta e dourada. Esta coleção foi doada ao Museu em 1945 pelo comerciante português Joaquim Ferreira Alves, e estavam guardadas no armazém de sua casa comercial em Lisboa. Também na coleção do

Museu existe um exemplar de coche de coluna, utilizado para o transporte do corpo de Rui Barbosa, em 1º de março de 1923.

Quanto aos cortejos fúnebres no Rio de Janeiro, assim descreveu Jean Baptiste Debret¹⁶:

“Quanto ao cortejo do particular rico, com os progressos do luxo os armadores imaginaram, a partir de 1822, oferecer como novidade o jogo de coche de quatro rodas, de forma muito simples, sem molas nem ornatos, e ao qual se adapta um estrado formado por quatro travessas destinadas a suportar e esquife coberto pelo pano mortuário; a esse coche, [...] se atrelam duas bestas conduzidas por um postilhão; a riqueza se manifesta no número de galões e franjas dos panos funerários que cobrem a carruagem. [...] Quanto aos herdeiros do cidadão de medíocre fortuna, obrigados a tratar igualmente com o armador, solicitam-lhe apenas uma simples sege, cuja boléia serve de suporte para o esquife colocado transversalmente. [...] Quando a fortuna do morto o permite, um negro acompanha o carro a pé, a fim de sustentar, com a mão, a extremidade do esquife, suscetível de escorregar do lado da sarjeta. [...] Finalmente, o cortejo mais simples organiza-se colocando-se o corpo numa rede e fazendo-o transportar por dois negros de ganho [...]”

CLASSIFICAÇÃO da Coleção de meios de transporte terrestres do Museu Histórico Nacional

Os exemplares da coleção do Museu Histórico Nacional podem ser divididos nas seguintes categorias:

- 1 - Veículos de tração animal - 4 rodas:
 - 1.1 - Capota fixa: *Coche, Berlinda de Aparato, Berlinda e Traquitana*
 - 1.2 - Capota reversível: *Caleça, Vitória, Landau e Carro à Daumont*
- 2 - Veículos de tração animal - 2 rodas:
 - 2.1 - Tílburi e Carro de Bois
- 3 - Veículos de tração humana e de tração animal - sem rodas:
 - 3.1 - Tração animal: *Liteira de Campo e Liteira Rasa*
 - 3.2 - Tração humana: *Cadeirinha de Arruar e Serpentina*
- 4 - Automóveis

PRINCIPAIS EXEMPLARES da coleção

Berlinda da Casa Imperial durante o reinado de D. Pedro II, de uso pessoal do Imperador. Conhecido também como Carro de Ouro

Procedência: Oferta do Sr. Carlos de Araújo Silva ao Museu Nacional em 1915, sendo transferido ao MHN em 1923 (proc. 05/23)

Nº de patrimônio: 5.784

Dimensões: Alt: 229 cm/Largura: 184 cm/Comp: 476 cm.

Berlinda da Casa Imperial durante o reinado de D. Pedro II, de uso pessoal da Imperatriz

Procedência: Oferta do Sr. Carlos de Araújo Silva ao Museu Nacional em 1915, sendo transferido ao MHN em 1923 (proc. 05/23)

Nº de patrimônio: 5.777

Dimensões: Alt: 229 cm/Largura: 184 cm/Comp: 476 cm.

Caleça do serviço diário de D. Pedro II, que transportou pela última vez os membros da família imperial, de São Cristóvão para o Paço da Cidade, em 15 de novembro de 1889

Procedência: Adquirido, através de compra, às irmãs Figueiredo Rosco

Nº de patrimônio: 5.781

Dimensões: Alt: 227 cm/Largura: 177 cm/Comp: 458 cm.

Vitória. Pertenceu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, tendo sido de uso particular do Barão do Rio Branco. Fabricada por Henry Binder (França)

Procedência: Secretaria de Estado das Relações Exteriores (proc. 09/28)

Nº DE PATRIMÔNIO: 5.772

Dimensões: Alt: 210 cm/Largura: 157 cm/Comp: 331 cm.

Serpentina

Procedência: Depósito de Rodolfo G. de Siqueira (proc. 05/32, doc 2)

nº de patrimônio: 17.084

Dimensões: Alt: 205 cm/Largura: 70 cm/Comp: 310 cm.

Liteira de campo, que pertenceu ao Barão de Suassuhy

Procedência: Compra a Francisco Marques dos Santos (proc. 05/32, docs 3 a 6)

OBS: Cedida, por empréstimo, ao Museu da Abolição (Recife/PE), desde 1982.

Liteira de campo pertenceu ao Ouvidor de Sabará

Procedência: doação de Carlos Guinle (proc. 13/41, docs 1 e 2)

nº de patrimônio: 17.082

Dimensões: Alt: 138 cm/Largura: 78 cm/Comp: 154 cm.

Liteira de campo

Procedência: desconhecida

nº de patrimônio: 17.080

Dimensões: Alt: 143 cm/Largura: 80 cm/Comp: 150 cm.

Cadeirinha de arruar

Procedência: Doação de Alice Calmon du Pin e Almeida (proc. 15/36, doc 40)

nº de patrimônio: 17.085

Dimensões: Alt: 151 cm/Largura: 65 cm/Comp: 68 cm.

Cadeirinha de arruar

Procedência: Doação de José Mariano Filho

nº de patrimônio: 17.079

Dimensões: Alt: 135 cm/Largura: 78 cm/Comp: 118 cm.

Cadeirinha de arruar que pertenceu ao Visconde de Abaete

Procedência: Compra realizada pelo MHN em 1923

nº de patrimônio: 17.078

Dimensões: Alt: 130 cm/Largura: 69 cm/Comp: 110 cm.

Cadeirinha de arruar

Procedência: desconhecida

OBS: Cedida, por empréstimo, ao Museu Rodoviário de Paraibuna, hoje sob a administração da Prefeitura de Levy Gasparian (RJ), desde 1970.

Automóvel marca "Protos", adquirido em 1908 pela Presidência da República, tendo também pertencido ao Ministério das Relações Exteriores e Polícia Militar do Rio de Janeiro

Procedência: Transferência da Polícia Militar do Rio de Janeiro (proc. 8/25, doc. 2)

nº de patrimônio: 1.034

Dimensões: Alt: 217 cm/Largura: 171 cm/Comp: 447 cm.

Berlinda "Francesa"

Procedência: doação da Casa Antiquarium Ltda (Lisboa), de propriedade dos Srs. Alfredo Lima Leal e Alexandre Amorim Fernandes (proc. 18/46 e 07/48)

nº de patrimônio: 5.783

Dimensões: Alt: 344 cm/Largura: 284 cm/Comp: 590 cm.

Coche. Adaptado, posteriormente, para cortejos fúnebres

Procedência: Doação de Joaquim Ferreira Alves (proc. 18/46 e outros)

nº de patrimônio: 5.776

Coche. Adaptado para cortejos fúnebres

Procedência: Doação de Joaquim Ferreira Alves (proc. 18/46 e outros)

nº de patrimônio: 5.778

Dimensões: Alt: 224 cm/Largura: 193 cm/Comp: 500 cm

Coche. Adaptado para cortejos fúnebres

Procedência: Doação de Joaquim Ferreira Alves (proc. 18/46 e outros)

nº de patrimônio: 5.780

Dimensões: Alt: 246 cm/Largura: 200 cm/Comp: 500 cm

Coche. Adaptado para cortejos fúnebres

Procedência: Doação de Joaquim Ferreira Alves (proc. 18/46 e outros)

nº de patrimônio: 5.782

Dimensões: Alt: 285 cm/Largura: 200 cm/Comp: 545 cm.

Coche. Adaptado para cortejos fúnebres

Procedência: Doação de Joaquim Ferreira Alves (proc. 18/46 e outros)

nº de patrimônio: 17.081

Dimensões: Alt: 204 cm/Largura: 135 cm/Comp: 204 cm

Coche. Adaptado para cortejos fúnebres

Procedência: Doação de Joaquim Ferreira Alves (proc. 18/46 e outros)

nº de patrimônio: 17.083

Dimensões: Alt: 372 cm/Largura: 306 cm/Comp: 660 cm.

Coche. Consta ter pertencido ao físico mór (médico) do D. José I. Adaptado, posteriormente, para cortejos fúnebres

Procedência: Doação de Joaquim Ferreira Alves (proc. 18/46 e outros)

nº de patrimônio: 5.779

Traquitana. Adaptada para cortejos fúnebres

Procedência: Doação de Joaquim Ferreira Alves (proc. 18/46 e outros)

nº de patrimônio: 5.775

Dimensões: Alt: 225 cm/Largura: 185 cm/Comp: 375 cm.

Traquitana. Adaptada para cortejos fúnebres

Procedência: Doação de Joaquim Ferreira Alves (proc. 18/46 e outros)

nº de patrimônio: 5.773

Dimensões: Alt: 319 cm/Largura: 255 cm/Comp: 458 cm.

Traquitana. Adaptada para cortejos fúnebres

Procedência: Doação de Joaquim Ferreira Alves (proc. 18/46 e outros)

nº de patrimônio: 5.774

Dimensões: Alt: 212 cm/Largura: 185 cm/Comp: 340 cm.

Coche "de Coluna". Utilizado para o cortejo fúnebre de Rui Barbosa, em 1 de março de 1923

Procedência: Desconhecida

nº de patrimônio: 17.073

Dimensões: Altura: 286 cm/Largura: 280 cm/Comp: 835 cm.

Roda de carro de bois

Procedência: Desconhecida

nº de patrimônio: 19.383

Dimensões: Diâmetro: 124 cm

GLOSSÁRIO

ALÇADO - Pára-lama ornamentado, em geral de madeira decorada em talha, usado em veículos de luxo

ALMOCREVE - Condutor de bestas de carga ou simples carregador. Também conhecido como recoveiro ou arrieiro

ARRIEIRO - Condutor de bestas de carga; almocreve; recoveiro

BERLINDA - Surgida posteriormente ao coche, a berlinda é um veículo menos luxuoso e sem a exuberância de detalhes decorativos de seu precursor. Seu corpo principal é montado sobre dois varais laterais, que lhe dão maior estabilidade; seu sistema de suspensão é do tipo molas em "C", que absorviam melhor as trepidações do terreno.

BOLÉIA - Assento elevado, colocado na parte anterior de coches e outros veículos

CADEIRINHA DE ARRUAR e SERPENTINA - Veículos simples, para o transporte de apenas uma pessoa, conduzido por dois carregadores. O acesso ao interior destes veículos era feito através de portas laterais (serpentina) e frontais (cadeirinha). Em casos raros, as cadeirinhas podem ser ajustadas para o atrelamento à animais. A principal característica da serpentina é o fato de conter um único varal para a sustentação da caixa, cujas extremidades se apoiam sobre os ombros dos carregadores. A serpentina ainda pode ser dividida em dois tipos; com dossel, cuja estrutura é coberta por um cortinado; e luxuosa, onde a estrutura é inteiramente de madeira.

CAIXA - Corpo do veículo; conjunto formado pela base, laterais e teto ou capota

CALFEÇA - Aportuguesamento do termo francês calèche, a caleça também era conhecida como carreta ou sociável. Semelhante à berlinda, tinha o corpo traseiro e a capota reversíveis

CAMBA - Revestimento externo de uma roda, geralmente de metal ou borracha

CAPOTA - Cobertura reversível dos veículos

CARREIRO - Guia de carro de bois

CARRO À DAUMONT - Um tipo especial de landau, conduzido por cocheiros montados diretamente sobre uma parelha de cavalos, dispensando o uso de boléia. Consta ter sido introduzido no período da Restauração pelo Duque d'Aumont, razão pela qual é conhecido por este nome.

CARRO DE BOIS - Mais antigo e tradicional meio de transporte brasilei-

ro, era constituído de um estrado de madeira, apoiado sobre um eixo com duas rodas maciças, também de madeira. Na parte anterior deste estrado encontra-se o tamborete ou almofada, onde se instala o carreiro.

CARROÇÃO: Grande carro de bois, coberto, utilizado para o transporte de passageiros

CARROCEIRO - Condutor de carroça

CARRUAGEIRO - Fabricante de carruagens; segeiro

CAVALARIÇA - Ver cocheira

COCHE - Pela terminologia de época, coches (ou carruagens) eram veículos de grande luxo, com grande riqueza de detalhes decorativos, destinado ao transporte de membros das famílias reais e de outros membros da nobreza e do alto clero na Europa. Eram puxados por quatro, seis e até oito cavalos, e transportavam quatro pessoas. São veículos constituídos por uma caixa central, geralmente de madeira, em três corpos, revestida interiormente por veludo, damasco e outros tecidos finos, couro, e ornamentada em seu exterior por pinturas, esculturas e aplicações em bronze. Esta caixa fica assentada sobre um rodado, por meio de um sistema de suspensão de correias de couro (correame). Uma importante característica física do coche, que irá diferenciá-lo de outros veículos semelhantes, como a berlinda, é que este tem as rodas da frente ligadas às traseiras por um único e forte varal, que corre longitudinalmente ao longo da viatura, e na qual o acesso ao seu interior se faz por meio de estribos embutidos na porta. O tipo de suspensão mais utilizado nestes veículos eram as correias de couro ligadas às extremidades do veículo e que apoiavam a caixa

COCHEIRA - Local onde eram guardadas as viaturas e onde também se alijavam os animais de tração, geralmente cavalos, motivo pelo qual também é conhecido como cavalariça

COCHEIRO - Condutor de cavalos nos veículos de luxo, também conhecido como boleiro

COMPASSO - Instrumento de duas hastes que se articulam pela extremidade, atrelado à capota do veículo, servindo para rebaixá-la

CORREAME - Conjunto de correias de couro que sustentam a caixa, presas às extremidades fixas do veículo, formando um sistema de suspensão muito comum até o século XIX

EIXO - Peça que serve para articular as rodas, possibilitando seu movimento circular

ESTRIBO - Degrau de metal ou madeira, colocado ao nível da base da caixa do veículo, que serve para auxiliar a subida e descida dos passageiros.

GUARDA - Proteção articulável, colocada à frente do veículo, geralmente de couro ou madeira. Muito comum nas seges e traquitanas

LANDAU - Semelhante à berlinda, este veículo típico do século XIX apresentou como inovação a possibilidade de tornar tanto o corpo traseiro quanto o dianteiro reversíveis, tomando seu aspecto, quando sem a capota, semelhante à caleça aberta.

LIBRÉS - Uniformes utilizados pelos cocheiros ou criados das casas nobres. P.e. nome pelo qual são conhecidos os cocheiros dos coches reais

LITEIRA DE CAMPO e LITEIRA RASA - A estrutura física da liteira é constituída por uma caixa de madeira, revestida na parte exterior por pintura, couro ou veludo, e munida de dois varais laterais fixos de atrelamento às mulas. As liteiras podem transportar uma ou duas pessoas (sentadas uma de frente para outra), e tem portas laterais. Dois tipos de liteiras são conhecidos; a liteira rasa, mais simples, aberta lateralmente e cujos varais situavam-se à altura do piso, sustentando o corpo principal; e a liteira de campo, onde a caixa é fechada nas laterais, sendo o acesso feito através de portas, tornando este modelo mais luxuoso que o anterior. Os varais situavam-se um pouco abaixo do centro da caixa.

PÁRA-LAMA - Anteparo de madeira ou metal, colocado à frente da bo-léia, para proteção contra pequenos choques e respingos de lama. Os pára-lamas de luxo dos coches são chamados de alçado

PARELHA - Par de animais de tração, geralmente cavalos e mulas

PINA - Peça curva, que forma a circunferência das rodas de madeira

PLATAFORMA - Estrado localizado na parte anterior ou posterior dos veículos, que servia para conduzir acompanhantes da tripulação, geralmente empregados do proprietário

RAIO - Peça que liga o eixo às pinas da roda

RECOVEIRO - Condutor de mercadorias em récuca (grupos de bestas de carga presas umas às outras)

SUSPENSÃO - Peça ou conjunto de peças que, transferindo para os eixos o peso do veículo, tem a função de amortecer os solavancos provocados pelas irregularidades do terreno

TAMBORETE - Assento colocado na parte posterior dos coches e veículos semelhantes, destinado aos empregados e serviçais do proprietário

TEJADILHO - Teto fixo dos veículos

TÍLBURI - Veículo de apenas um corpo, com duas rodas, sem boléia e com varais de atrelamento. Muito comum durante todo o século XIX e início do XX. Pode, em alguns casos, também possuir quatro rodas

TIMÃO - Peça longa, de madeira, a que se atrelam os animais de tração que puxam um veículo

TIRO - Tirante com que se atrela um animal a um veículo; ato de puxar veículos (exercido por cavalgaduras); animais de puxam um veículo

TOCADORES - Arrieiro, recoveiro, almocreve

TRAQUITANA - Veículo de apenas um corpo, sem boléia e com dois varais de atrelamento. O acesso ao seu interior é feito pela dianteira, onde uma cortina de couro ou tecido protege os passageiros.

TRAVESSÃO - Barra, geralmente de madeira, removível, que era presa às viaturas (cadeirinhas e liteiras) e atreladas aos animais de tração.

TROPEIRO - Condutor de tropa; bruaqueiro

VARAIS - Travessões (2) de certas viaturas, onde eram atrelados os animais de tração

VITÓRIA - Veículo de origem inglesa, semelhante à caleça, porém com apenas um corpo, de capota reversível, com boléia alta e sem porta.

NOTAS 1. Em carta de 24 de novembro de 1923, o diretor do Museu Nacional solicitava ao diretor do Museu Histórico Nacional urgência para a retirada dos veículos doados, “pela premência de espaço e a necessidade de no local, por eles ocupados, colocar espécimens das nossas coleções, [...]” (Proc. MHN 05/23, doc. 4)

2. Sobre o Tílburi utilizado pelo general Osório durante a Guerra do Paraguai, informa-nos o Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional de 1924 que, durante a convalescença do general após os ferimentos sofridos durante a Batalha do Avaí, este veículo desfilou vazio, com sua escolta e ao som dos clarins, com o objetivo de manter o ânimo das tropas, pois os soldados pensavam estar em seu interior o militar em perfeito estado de saúde.

3. Os coches e traquitanas doadas ao Museu Histórico Nacional estavam no armazém da firma “Joaquim Ferreira Alves”, na rua Antônio Luis Inácio, nº 33, em Lisboa. Seu proprietário doou formalmente estes veículos ao governo brasileiro através de escritura datada de 22 de março de 1945, justificando seu gesto “pela muita simpatia que lhe merece o Brasil, onde

viveu alguns anos”. (Proc. MHN 18/46, doc. 82). O governo português autorizou, em 28 de abril de 1945, através do Decreto nº 34.544, a saída das peças, que chegaram ao Brasil no ano seguinte. Na verdade, era do interesse do doador o oferecimento de mais um outro coche do século XVIII, cuja saída de Portugal foi negada pelo governo daquele país, alegando ser este exemplar de grande importância para a preservação do patrimônio histórico e artístico local.

4. A respeito dos carros de bois, ver SOUSA, Bernardino José de. “O carro-de-bois em grandes fatos da história nacional. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Vol. 185 - out/dez 1944). P. 93.

5. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro. Vol. 1, p. 205.

6. MACEDO, Sérgio D.T. *Da cadeirinha ao avião*. Rio de Janeiro: Record, 1963. P. 13.

7. DEBRET, Jean Baptiste. Op. cit. Vol.2, p. 485.

8. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952.

9. GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. P. 87.

10. FREYRE, Gilberto. Op. cit. Vol. 2. P. 68.

11. NORONHA SANTOS, Francisco Agenor de. *Meios de transporte no Rio de Janeiro: História e Legislação*. Rio de Janeiro: Edição da Prefeitura do Distrito Federal, 1934. P. 81. (Brasílica, vol. 8).

12. Idem. P. 130.

13. GRAHAM, Maria. Op. cit. P. 97.

14. NORONHA SANTOS, Francisco Agenor de. Op. cit. P. 192.

15. Idem. P. 110.

16. DEBRET, Jean Baptiste. Op. cit. Vol 1, p. 500.



Sophia Jobim Magno de Carvalho, em fotografia de estúdio
provavelmente de 1940.
(Acervo Museu Histórico Nacional)



Coleção Sophia Jobim: um estudo sobre o soroptimismo no Brasil

Cacilda Fontes Cruz * e Luciana Galvão Borel **

A historiografia francesa tem sido responsável por uma constante discussão quanto ao modo de se pensar e fazer a história. A *École des Annales* tem questionado o ponto de vista do senso comum: a “história tradicional” ou “história rankeana”.

No bojo das críticas a esse modelo - que foi estabelecido no século XIX através da busca de imparcialidade do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo: a busca da objetividade - está o fato de se considerar que os limites impostos por sua metodologia fazem com que apenas uma parte das realidades sociais investigadas sejam analisadas e compreendidas.

A temática da “história rankeana” acentuava os fatores políticos e a atuação dos Estados, baseava suas conclusões em análises de fontes documentais tais como registros oficiais emitidos pelos governos e preservados em arquivos e apresentava ao leitor a sequência cronológica dos fatos “como eles realmente aconteceram”¹. Deixava assim, de focalizar e analisar outras formas de registro da atividade humana, documentadas através de objetos que não constituíam as “verdadeiras” fontes: escritos, objetos, música, literatura, imagens... etc.

A partir dos trabalhos dos historiadores da Escola dos Anales uma nova maneira de se pensar o fazer histórico vem se afirmando. A chamada “nova história”, “história cultural”, ou mesmo, “história total” percebendo as carências da historiografia tradicional e procurando refletir sobre *novos problemas, novas abordagens e novos objetos*² para a história.

* Historiadora, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

** Graduanda em História, Universidade Federal Fluminense

Para os historiadores desta corrente o acontecer histórico se faz a partir da ação dos homens. A partir daí veio a idéia de que o conhecimento histórico deve ser produzido “*com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem*”.³

Essa nova produção historiográfica tem se mostrado mais interessada na análise da estruturas sociais, não se limitando a narrar os fatos, mas sim enfatizando a sua compreensão. Para isso vem diversificando os “documentos” utilizados como fontes e, principalmente, tentando resgatar para o interior desta discussão “*os excluídos da história*”⁴ - de uma maneira genérica, aqueles que estavam fora dos quadros oficiais do Estado.

Esta ampliação do “fazer histórico” e de suas “fontes analisáveis” colaborou para o surgimento e consolidação de vários ramos novos de estudos: história urbana, história rural, história do trabalho, história do cotidiano e entre eles a história das mulheres.

Os estudos sobre as mulheres são os que, particularmente, mais nos interessam nesta discussão. Observando o caráter das pesquisas realizadas nos últimos vinte anos sobre este tema, podemos dizer que, apesar de diferentes metodologias e abordagens, esses trabalhos têm sido englobados sob a mesma ótica. Seus principais temas têm sido experiências femininas, exclusão de mulheres das esferas de decisão na política e economia e, principalmente, a negação das desigualdades sociais que se fundamentam nas diferenças entre os sexos.

Uma outra observação que se pode fazer sobre a historiografia das mulheres nos leva a entender que no seu início estes estudos foram claramente associados ao movimento feminista, como uma forma de “justificar” a sua importância. Somente mais tarde a história das mulheres passou a se afirmar como um campo qualquer de especialização dentre outros que estavam crescendo junto com a “nova história”.

De acordo com as idéias Joan Scott, nome fundamental nas discussões sobre o assunto, “a emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incomoda ambiguidade inerente ao projeto da história das

mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história.”⁵

Deste modo cabe perguntar qual a verdadeira contribuição que a história das mulheres pode trazer. A resposta não pode ser simples e exclusivamente remeter à defesa das minorias e reconhecimento do seu papel, enquanto sujeitos sociais ativos no decorrer dos tempos históricos.

Genericamente pode-se afirmar que nas sociedades patriarcais a mulher vivia sob a égide masculina e estava portanto marginalizada dos processos decisórios e do mercado de trabalho. Da mesma forma a educação também era diferenciada: enquanto a mulher era preparada para o casamento e a maternidade, o homem podia se dedicar às ciências, às letras ou à política.

Entretanto, esse *status quo* foi constantemente questionado. Algumas mulheres começaram a se organizar em associações e clubes que clamavam por uma maior participação na vida pública.

O sufrágio foi um importante momento nesta luta. Este movimento tinha como objetivo conseguir o direito feminino ao voto. Além disso, apresentava outras reivindicações, tais como: maiores oportunidades de acesso à educação, ampliação do mercado de trabalho, salários e direitos trabalhistas iguais aos dos homens e maior proteção à maternidade.

O direito ao voto foi sendo adquirido em cada país em momentos distintos, porém a discussão sobre as outras demandas continua até os dias atuais.

Historicamente as mulheres tiveram maior participação na vida econômica fora do lar durante períodos de guerras, pois ocupavam o lugar deixado pelo homem, na caça, na agricultura, nas manufaturas e indústrias e também assumindo decisões políticas. Passada a conjuntura da guerra, o homem retornava ao seu ofício, e a mulher tinha suas atividades novamente restringidas à organização do lar.

Este processo se repetiu durante diversas épocas da história. Contudo, após as Guerras Mundiais, sobretudo a segunda delas, houve uma mudança na reavaliação do papel feminino perante a sociedade. A mulher não mais se contentaria em ser apenas a rainha do lar, manifestando o desejo e se organizando para conquistar definitivamente o seu lugar no mercado de trabalho.

Os ideais feministas começaram a chegar ao Brasil ainda no século XIX, através da classe média que tinha acesso aos noticiários internacionais e aspirava atingir um ideal de modernidade e progresso. Entretanto, “o feminismo no Brasil não foi uma reprodução pura e simples de modelos estrangeiros e suas especificidades só podem ser entendidas no contexto de nossa formação histórica...”⁶

Somente a partir dos anos 30 e 40 do século XX começaram a surgir associações e clubes que buscavam o caminho para a emancipação das mulheres, questionando a legislação vigente que proibia à mulher ser correntista em bancos e só lhe permitia ter um emprego mediante a autorização do marido. A lei só foi modificada em 1932, quando o direito ao voto foi concedido às mulheres e com a criação de uma legislação trabalhista de proteção ao trabalho feminino.

Uma das associações organizadas para promover a emancipação feminina foi o Clube Soroptimista, fundado originalmente na Califórnia no ano de 1921. O Brasil foi o primeiro país da América Latina escolhido para sediar um clube Soroptimista a partir de 1947. Tal escolha se deveu a atuação da Sra. Bertha Lutz na Conferência de São Francisco “quando reivindicou direitos iguais para homens e mulheres e obteve que a carta das Nações Unidas consignasse ‘direitos humanos’ e não ‘direitos do homem’ como anteriormente as leis registravam”.⁷ Para ser presidente desta instituição Bertha Lutz indicou Sophia Jobim.

“Foi pela e para a feminilidade que o Soroptimismo foi mantido e desenvolvido”⁸. Seu principal objetivo era “prestigiar, amparar e estimular a mulher que trabalha”⁹. “Para pertencer ao clube é preciso exercício destacado de determinada profissão, havendo em cada clube apenas uma representante de cada profissão e estas devem provar que se mantêm em pelo menos na proporção de 60% de seus recursos monetários...”¹⁰

Sophia Jobim, assim como muitas mulheres de sua época, acreditava na hipótese de que a construção de uma carreira de sucesso para a mulher seria desejada, e muito bem vinda como uma fonte de realização pessoal, desde que, não interferisse na vida familiar, fazendo com que mãe e esposa se ausentassem da administração perfeita do lar. A sua própria vida foi um exemplo disso: ao mesmo tempo em que manteve um casamento estável, Sophia estabeleceu para si, fora de casa, uma carreira de sucesso.

Em todas as suas áreas de atuação - magistério, jornalismo e museologia - Sophia alcançou posições de destaque, sendo seus principais legados o Liceu Império, o Museu de Indumentária e os diversos artigos por ela publicados em periódicos como a Ilustração Brasileira, a Revista da Semana, a Noite Ilustrada, e o Diário Carioca.

Por acreditar que “*a mulher não devia ser nem muito doméstica, nem muito intelectual*”¹, e “*com pena das mulheres que aprendiam muita matéria supérflua e nenhuma profissão*”² Sophia fundou o Liceu Império: uma escola profissional formulada exclusivamente para atender às necessidades da educação feminina. O curriculum deste colégio enfatizava o aprendizado de artes como a pintura, a costura e os bordados, pois elas poderiam ser “economicamente úteis” sem fazer com que a mulher precisasse se ausentar do lar para desenvolver seu trabalho.

O Museu de Indumentária, fundado em 1960, foi mais um exemplo de que Sophia era bastante firme em suas convicções. Esta instituição funcionava na própria residência do casal Magno de Carvalho e não era aberta ao público em geral. Somente personalidades famosas, especialistas do ramo da moda ou indumentária e mulheres envolvidas em alguma associação que trabalhasse pela revisão do papel feminino na sociedade podiam visitar a exposição.

Quando Sophia Jobim faleceu, seu material de trabalho (anotações de aula, figurinos, etc.) e objetos pessoais (fotografias, correspondência e etc.) foram doados ao Museu Histórico Nacional. Atualmente, este material constitui o acervo da Coleção Sophia Jobim e está organizado e disponível para consulta no arquivo, biblioteca e reserva técnica daquela instituição.

Este acervo reúne um total de 6659 documentos, doados ao Museu Histórico Nacional, por vontade testamentária da titular e entregues aquela instituição por seu irmão Dantom Jobim, provavelmente em 1968.

Esse conjunto de documentos refere-se, principalmente, à carreira profissional da titular refletindo a intensa atividade que caracterizou a vida de Sophia Jobim.

Todo esse material oferece uma excelente fonte de pesquisa para vários temas. É interessante lembrar que esta coleção constitui um acervo heterogêneo e que, em decorrência desta riqueza de materiais, precisou ser desmembrado e armazenado em diferentes setores do Museu Histórico Nacional.

Na biblioteca do Museu Histórico Nacional podemos consultar a coleção de títulos particular de Sophia Jobim. Este acervo é constituído por cerca de 3150 volumes entre livros e periódicos sobre artes, história, indumentária e culinária.

A Coleção Sophia Jobim contém também uma parte de objetos, formada principalmente por figurinos e trajes típicos feitos pela titular, que está disponível na Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional.

Os materiais escritos e impressos e foram alocados no Arquivo Histórico. Esta parte da Coleção Sophia Jobim está dividida em pastas, organizadas por temas como: acervo iconográfico - contendo cerca de 2000 fotos e ilustrações de autoria da própria titular; material didático; correspondências pessoais; documentos referentes ao Clube Soroptimista; diversos materiais e correspondências referentes a diversas associações feministas com as quais Sophia mantinha contato e etc. Tais documentos permitem desvendar aspectos importantes da vida profissional e também particular de Sophia Jobim.

A realização de uma análise preliminar desta documentação mostrou que a biografia de Sophia Jobim Magno de Carvalho configurava o modelo ou “tipo ideal”¹³ a ser alcançada pelas mulheres da época. Além disso, a sua participação foi fundamental para que o Clube Soroptimista se consolidasse como uma instituição que teve um papel fundamental na manutenção e ampliação do espaço feminino no mercado profissional, trabalhando também para a diminuição do preconceito social em relação a mulher que trabalhava fora.

Entretanto, o caráter do feminismo desenvolvido pelo Clube Soroptimista guardava um paradoxo interior: apregoava a realização profissional da mulher mas, à medida em que não a isentava das responsabilidades domésticas acabava contribuindo para a reafirmação do papel de “mãe, esposa e guardiã do lar” que toda mulher deveria representar.

Vale ressaltar que as questões aqui abordadas foram resultados da análise de uma parte da coleção Sophia Jobim. A grande gama de documentos disponíveis e a multiplicidade de assuntos existentes neste acervo permitem inúmeras outras possibilidades de estudos.

NOTAS

1. Leopold von Ranke, apud BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo : Ed. UNESP, 1992. P. 15.
2. Ver a trilogia organizada por LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História, novos problemas. História, novas abordagens. História, novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976 (3 vols.).
3. Lucien Febvre, apud VIEIRA, Maria do Pilar. *A pesquisa em história*. São Paulo : Ática, 1991. P. 15.
4. Expressão criada por Michelle Perrot, ao organizar seu livro falando sobre mulheres, prisioneiros e operários. Ver PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
5. SCOTT, J. "História das mulheres." In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo : Ed. UNESP, 1992. P. 75.
6. TOSCANO, Moema. *A revolução das mulheres*. Rio de Janeiro : Revan, 1992. P. 25.
7. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Catálogo da Coleção Sophia Jobim Magno de Carvalho*. SMcs4. Histórico do Movimento Soroptimista Internacional.
8. Idem. SMcs5. Primeiro Clube Soroptimista nas bases do Rotary Club.
9. Idem. SMdp 20. Folha da Manhã. 17/05/1953..
10. Idem. SMdp 20. A Noite. 07/09/1947
11. Idem. SMdp 20. Jornal do Rio de Janeiro, 28/04/1963.
12. Idem. SMdp 20. Revista Cor de Rosa, sem data.
13. Sobre o assunto ver WEBER, Max. "A objetividade do conhecimento nas ciências sociais." In: *Os pensadores* (Max Weber). São Paulo : Abril Cultural, 2ª ed., 1980.



Crossroads of Atlantic Cultures: Brazil at 500
Atividade conjunta com a Universidade de Maryland,
ocorrida em julho de 1998.
Grupo de discussão entre professores
norte-americanos e técnicos brasileiros.
(Fotografia D. Williams)

1ª PARTE - DOSSIÊ BICENTÁRIO DE D. PEDRO

DO PROJETO DE IMPÉRIO À INDEPENDÊNCIA

Notas acerca da opção monárquica na autonomia política do Brasil

Afonso Carlos Marques dos Santos

Partindo do projeto de império luso-brasileiro este artigo discute a gênese das concepções que definiram a opção monárquica na forma assumida pelo Estado nacional no Brasil. O artigo critica entendimentos equivocados acerca da noção de império, buscando compreender o processo de cooptação realizado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho entre os letrados coloniais. O artigo discute, ainda o encaminhamento, no plano das idéias, da elevação do Brasil a Reino Unido, as adesões à manutenção de uma monarquia dual e a radicalização que leva à opção pela Independência.

1831: PEDRO I E A PRAÇA PÚBLICA

Iara Lis Carvalho Souza

Em 1831, assiste-se a uma implosão da arquitetura de poder que constituíra a figura de Pedro I. Sua legitimidade e soberania congregaram um sistema de adesões das câmaras de todo país que enviaram, por coerção ou voluntariamente, representações, nele depositando seu voto de obediência; um acirrado debate político a respeito da origem da autoridade pública e política que pode ser rastreado nos periódicos e folhetos; passando pelas diversas festas e modos de representação do monarca; até candentes tensões sociais que opunham grupos da elite, desertores, milícias, tropas, homens livres pobres, além dos anseios de libertos e escravos no intuito de dilatarem sua liberdade.

D. PEDRO I E O CALMANTE DO MALAGUETA

Isabel Lustosa

A campanha da Independência foi marcada pelo fim da censura. Emergiram, a partir de então, na cena política uma série de novos e originais

atores. Beneficiando-se das facilidades do prelo e do direito ao anonimato, estes transpuseram para a folha impressa toda a agressividade contra os adversários. Em meio a este jornalismo e aos jornalistas improvisados, merece destaque D. Pedro I, a maneira como o tratou a imprensa do tempo, seu jornalismo e sua relação com os artigos e atentados contra com o jornalista Luís Augusto May, redator da “Malagueta”.

D. PEDRO E JOSÉ BONIFÁCIO SOB O IMPÉRIO DA AMIZADE

Berenice Cavalcante

O destaque que D. Pedro I e José Bonifácio têm na bibliografia sobre história do Brasil circunscreve-se ao campo político. Este artigo procura tecer considerações em torno do imperador e do “patriarca” da Independência sob ótica distinta desta que tem orientado a historiografia. Toma como prioridade lançar algumas hipóteses em torno de uma outra “história”: a da amizade que unia os dois personagens. Esta outra “história” remete a valores inerentes ao mundo privado, no qual se expressa uma sensibilidade moderna construída sobre atos voluntários e de livre escolha.

CORRE CÃO, QUE TE FAZEM BARÃO...

Observações sobre a outorga de títulos no Brasil, 1822-1831

Vera Lúcia Bottrel Tostes

O artigo busca introduzir a questão da criação de uma classe nobilitária no Brasil, a partir da transferência da Família Real portuguesa para o Brasil (1808) e sua consolidação no período seguinte, posterior à Independência (1822). Procura também demonstrar que o número relativamente pequeno de nobilitações acontecidas no decorrer do Primeiro Reinado (1822-1831) parece indicar que esta prática não era utilizada como estratégia política de conquista de apoios, como teria sido no Segundo Reinado.

O RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Expansão urbana e transformação na paisagem construída

Sonia Gomes Pereira

O artigo discute o crescimento da cidade do Rio de Janeiro, em função da transferência da capital colonial (1763), da transferência da Corte

portuguesa (1808) e da Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808). Os novos papéis assumidos pela cidade levaram ao aumento da população, das atividades econômicas e à expansão da teia urbana. Este crescimento, que se estende por toda a primeira metade do século XIX, é, por outro lado, um processo ambivalente de mudança e tradição, pois, ao mesmo tempo que se desenvolviam setores dinâmicos, como as atividades comerciais e de serviços, a Igreja continuava influenciando a organização urbana e não se observam ações decisivas do Estado sobre o meio urbano.

A FORMAÇÃO DE MUSEUS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA INDEPENDENTE

Maria Margaret Lopes

Este artigo considera as origens de alguns museus latino-americanos, no quadro das políticas ilustradas herdadas do período colonial e mantidas nas primeiras propostas de organizações das jovens nações independentes nos anos 20 do século passado. Detém-se mais especificamente na proposta de construção do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que lhe conferiu um caráter de museu universal e metropolitano.

ARARAS GREGAS

A questão do neoclacissismo anterior à missão artística francesa na história da arquitetura no Brasil

Roberto Conduru

A historiografia sobre a arquitetura produzida no Brasil entre o final dos setecentos e início dos oitocentos situa a chegada da Missão Francesa ao Rio de Janeiro como marco finalizador de um período e iniciador de outro. Tal primado da Missão impede a designação de “neoclássica” para a produção artística no Brasil ao final do período colonial, ao ponto de quase parecer que esse estilo teria surgido na América portuguesa a partir de 1816. Por esta leitura, o neoclássico teria se seguido à uma colônia barroca e antecedido uma primeira república eclética. Este artigo discute o surgimento de tais paradigmas na produção historiográfica em torno da arte e da arquitetura do Brasil.

EM DEMANDA DO ÉDEN

Arquitetura e natureza no tempo de D. João e D. Pedro I

Gustavo Rocha-Peixoto

O reinado de D. Pedro I representou para a história da arquitetura uma continuação das mudanças profundas de mentalidade iniciadas em 1808. Muitas dessas modificações somente alcançariam sua forma definitiva após a independência. A tendência neoclássica observável na arquitetura brasileira desde o século XVIII é um dos exemplos mais completos dessa afirmação.. O artigo trata do ciclo da arquitetura brasileira marcado pela difusão do neoclássico como estilo oficial. Também procura levantar as reflexões que, ao longo deste período, os arquitetos faziam em torno da natureza brasileira, e a influência que tais reflexões tiveram na sedimentação da prática arquitetônica.

UM HOMEM ADEQUADAMENTE TRAJADO

Uma introdução ao estudo da indumentária de D. Pedro I

Vera Lúcia Lima e Anamaria Rego de Almeida

O artigo busca apresentar, por intermédio da indumentária mostrada em diversas representações iconográficas do imperador D. Pedro I nas diversas fases de sua vida, um panorama da época. Também são examinadas a atuação e até mesmo certas facetas das personalidade dese importante personagem. Tomando a indumentária como um sistema de signos que serve como meio de comunicação, é possível encontrar, nos trajes imperiais, indícios dos aspectos citados.

2ª PARTE - O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1997-1998

O JARDIM MAURÍCIO

*Conhecimento e colonização da América durante o domínio batavo no Brasil
1637/1645*

Heloísa Meireles Gesteira

Este artigo tem como objeto o Jardim do Conde Maurício de Nassau-

Siegen construído no Recife-holandês na primeira metade do século XVII, durante o domínio neerlandês no Brasil. Por ser um Jardim do século XVII, ele já se apresenta como um local útil ao conhecimento do mundo natural. Mas, sendo construído em espaço colonial, transforma-se simultaneamente em local de coleta de informações e espécies da natureza americana - muitas remetidas para a Europa para alimentar os jardins botânicos e outras coleções; e em ponto de recepção e adaptação de espécies estrangeiras. A proposta de uma reflexão sobre o Jardim do Conde, localizado ao redor do palácio residencial do Conde Maurício de Nassau - o Vrijburg, durante seu Governo em nome da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, baseia-se na visão deste local como um monumento da colonização batava no Brasil, uma vez que a observação de suas funções utilitárias e estéticas nos remete aos objetivos colonizadores que adquiriram forma particular durante a presença dos neerlandeses no Brasil, particularmente entre 1637 e 1645.

ENTRE A NAÇÃO E A CIVILIZAÇÃO

Sobre a idéia de arte em Araújo Porto Alegre

Leticia Coelho Squeff

Araújo Porto Alegre atuou intensamente na vida cultural do Segundo Reinado. Pintor, poeta, literato e crítico de arte, Porto Alegre vivenciou em sua própria trajetória os avanços e retrocessos, impasses e dilemas de sua geração. Utilizando basicamente os artigos de crítica de arte do autor, este artigo pretende reconstruir a idéia de nação de Araújo Porto Alegre, enfatizando o papel que valores e paradigmas europeus desempenharam em seu pensamento.

ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE MISSIONAÇÃO DOS JESUÍTAS NO BRASIL

Jorge Couto

As estratégias de missionação da Companhia de Jesus no Brasil conheceram sucessivas reformulações no sentido de as adaptar às características das sociedades ameríndias da América Portuguesa e, conseqüentemente, de lhes conferir crescente eficácia. Podemos distinguir três fases distintas. A primeira, que vigorou até finais da década de cinquenta de Quinhentos, alicerçava-se nos princípios da “conversão pelo amor”,

procurando divulgar a mensagem cristã sem interferir significativamente nos padrões de organização econômicos e sociais das comunidades indígenas. A segunda, adotada por volta dessa época, baseou-se na aplicação do “suave jugo de Cristo” aos grupos tribais autóctones, considerado indispensável para viabilizar a ação evangelizadora. Finalmente, a terceira, que se baseava na criação de aldeamentos isolados do contato com os colonos e as autoridades locais e régias, concentrando nos missionários os poderes espiritual e temporal.

CRUZAMENTOS CULTURAIS

Notas sobre uma experiência de intercâmbio no Museu Histórico Nacional

Daryle Williams

Em julho de 1998 o Museu Histórico Nacional abrigou, durante uma semana, um dos eventos do seminário *Crossroads of Atlantic Culture: Brazil at 500*. Esse projeto foi desenvolvido pelo Centro de Estudos Latino-americanos (LAS) da Universidade de Maryland (College Park, Maryland) e teve por objetivo introduzir 25 professores universitários norte-americanos aos estudos brasileiros, de modo a ampliar a presença do Brasil nos currículos universitários de graduação e pós-graduação. O módulo realizado no Museu Histórico Nacional visou discutir questões relativas ao Patrimônio Histórico brasileiro: sua história, características e aspectos conceituais.

SUNTUOSO PALÁCIO, INFECTO BAIRRO

A implantação do Museu Histórico Nacional no bairro da Misericórdia

Carlos Kessel

A edificação que hoje abriga o Museu Histórico Nacional é o resultado de acréscimos e transformações sucessivas que se desenvolveram desde os tempos coloniais. Dentre estas intervenções, se destaca a que se deu para que o antigo conjunto de instalações militares abrigasse o Palácio das Indústrias, o maior dos pavilhões da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, realizada em 1922. O entorno do Museu, o antigo bairro da Misericórdia, passou também por drásticas mudanças que tinham como objetivo adequá-lo aos padrões de beleza e salubridade considerados essenciais para impressionar favoravelmente os visitantes da Exposição. Este artigo recupera e analisa alguns aspectos deste processo, abordando também o papel do Prefeito da Capital, Carlos Sampaio, nas

decisões de caráter urbanístico e arquitetônico que delinearão as transformações ocorridas entre 1920 e 1922.

MEIOS DE TRANSPORTE TERRESTRE NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Uma introdução

Cícero Antônio F. de Almeida

A exposição permanente *No Tempo das Carruagens*, instalada no térreo do Museu Histórico Nacional, inaugurada em outubro de 1994 e ampliada em 1997, resgatou e valorizou uma das mais expressivas e importantes coleções da instituição. O acervo de meios de transporte terrestre do Museu é, sem dúvida, o mais variado e representativo dos séculos XVIII e XIX até hoje reunido num museu brasileiro. Coroando este panorama do transporte terrestre no Brasil, foi inaugurada a exposição *Na Velocidade do Protos* em novembro de 1996, também de caráter permanente, exibindo o automóvel Protos, fabricação alemã de 1908, um dos primeiros utilizados em nosso país. O artigo aborda o citado acervo, procurando compor um panorama da evolução dos transportes no Brasil até o início do século XX. Também apresenta uma classificação dos objetos que compõem a coleção, bem como apresenta os principais itens que dela fazem parte.

A COLEÇÃO SOPHIA JOBIM: UM ESTUDO SOBRE O SOROPTIMISMO NO BRASIL

Cacilda Fontes Cruz

Luciana Galvão Borel

O presente artigo tem como base a análise da Coleção Sophia Jobim, disponível no Arquivo Histórico, Biblioteca e Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional. Através da sua biografia pretende-se examinar a sua contribuição durante a presidência do Clube Soroptimista em favor da independência financeira da mulher brasileira na década de cinquenta, período relevante para a manutenção e ampliação dos direitos femininos.

PART 1: D. PEDRO I BICENTENNIAL

FROM THE PROJECT OF EMPIRE TO INDEPENDENCE

Notes on the monarchical option in Brazil's political autonomy

Afonso Carlos Marques dos Santos

Starting from the project of a portuguese-brazilian empire, this article discusses the genesis of the conceptions that defined the option for Monarchy configuration as assumed by the National state in Brazil. The article also criticizes erroneous understandings about the notion of empire, trying to understand the process of co-optation made by D. Rodrigo de Sousa Coutinho among the lettered colonials. It also analyses the conducting, in the idea level, of the process in which Brazil turned into a United Kingdom, the adhesions to sustenance of a dual monarchy, and the radicalization that will lead the option for Independence.

1831: PEDRO I AND THE PUBLIC SQUARE

Iara Lis Carvalho Souza

The year 1831 witnessed an implosion of the political architecture upon which Pedro I had built a public image during the First Reign. Before his abdication, the Emperor had achieved legitimacy and sovereignty through the support of local authorities from throughout the country who manifested their allegiance in voluntary and coerced delegations which ritually entrusted the people's obedience in the Emperor. But, in the early 1830s, an intense political debate about the origins of public and political authority broke out in political periodicals and leaflets as well public commemorations and other forums. These politicized debates could be seen in the fiery social tensions that pitched elite groups, military troops, militias, deserters, and free men against one another and against imperial authority. The period also marked by the manifestations of yearnings freedmen and slaves whose goal was the increase of their liberties.

*D. PEDRO I AND THE LENITIVE OF MALAGUETA**

Isabel Lustosa

The Independence campaign marks the end of censorship, emerging then in the political scenario new and original actors. Benefited by printing press facilities and the right to anonymity, they passed to the press all their aggressivity against the opponents. Amidst this kind of journalism and improvised journalists, deserves attention the way D. Pedro I was treated by the press at the time, their journalism, his attitude towards the articles against him, published in the newspaper "A Malagueta", edited by journalist Luis Augusto May.

*"Malagueta" is a very strong and piquant bush redpepper; in portuguese, the word can refer a very ill-educated or aggressive-speaking person.

D. PEDRO I AND JOSÉ BONIFÁCIO UNDER THE EMPIRE OF FRIENDSHIP

Berenice Cavalcante

The relevance of D. Pedro I and José Bonifacio in the Brazilian historical bibliography is mainly in the political field. This article is distinctive as it breaches another history: its approach being in the friendship binding the two men. This other history takes us to private life values, a modern sensibility, built upon the free choice of each one.

*RUN DOG, OR YOU'LL BE MADE A BARON...**

Observations about the bestowall of Nobility tittles in Brazil, 1822-1831

Vera Lúcia Bottrel Tostes

The article approaches questoins concerning the creation of a class of nobleman in Brazil following the arrival of the Portuguese Royal family (1808) and itsconsolidation in the next period, after Independence (1822). It also points out that the relatively small number of noble tittles granted during the First Reign (1822-1831) indicates that this raise to nobility was not used as an artifice to gain political support, as it was during the the Second Reign.

*Expression used to satirize the achievement of noble ranks during a certain period in Portugal

RIO DE JANEIRO IN THE FIRST HALF OF THE XIX CENTURY

Urban expansion and changes in the built landscape

Sonia Gomes Pereira

The article discusses the growth of the city of Rio de Janeiro following the transfer of the colonial capital, the arrival of the Portuguese Crown and the trading opening to the friendly nations. The new roles resulting in the increase of population, growth of economic activities and urban development. This growth, throughout the first half of the XIX Century is the equivalent to a dubious process of changes as at the same time dynamic sectors would develop – as the trading and service activities, with the Church continuing to influence the urban organization but no visible acts from the Government to be observed in the urban environment.

THE MAKING OF NATIONAL MUSEUMS IN SOUTH AMERICA

Maria Margareth Lopes

This paper deals with the origins of several national museums in Latin America in the context of the enlightened policies inherited from the Colonial period and maintained in the first proposals of organization of the young independent nations in the 1820's. The material specifically focuses on the plans of construction of the Museu Nacional do Rio de Janeiro, arguing that these plans conferred upon the new museum identifiable characteristics of a universal, metropolitan museum.

GREEK MACAWS

The history of brazilian architecture and the question of neoclacissism before the french artistic mission

Roberto Conduru

The historiography on late-seventeenth and early eighteenth-century architecture in Brazil locates the arrival of the French Artistic Mission as a clear dividing line in the development of architecture in Portuguese America.

The importance assigned to the arrival of the French Artistic Mission is such that it impedes the designation of “neoclassical” for any artistic production produced during the late colonial period. According to the traditional historiography, the neoclassical style was basically invented in Brazil in 1816, inserting itself between the colonial Baroque style and eclectic style of the early republican era. This article considers the underlying motivations of this historiographic tradition, with a specific examination of their impact on the history of art and architecture in Brazil.

IN SEARCH OF EDEN

Architecture and nature at the time of D. João and D. Pedro

Gustavo Rocha-Peixoto

The reign of D. Pedro I meant to the Architecture history a continuation in the deep changes of mentality which had started in 1808. Many of these changes would reach their final form only after the Independence. The Neoclassic trend visible in Brazilian architecture since the Eighteenth Century is one of the complete examples. This article deals with the Brazilian architectural cycle marked by the diffusion of the Neoclassic as the official style, and the influence of the superb nature of the Tropics in the architectural experience.

A MAN ADEQUATELY DRESSED

An introduction to the study of D. Pedro I's garment's

Vera Lúcia Lima

Anamaria Rego de Almeida

The article aims to present, through the garments seen in the iconographical representations of Emperor D. Pedro I, a panorama of its times. Also the actions and even some aspects of the personality of this important personage are examined. Considering clothes as significant sign that serves as means of communication, it is possible to find, in the imperial garments, the above mentioned aspects.

PART TWO: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1997-1998

THE GARDEN MAURITIUS

Knowledge and colonization during the dutch Brazil, 1637-1645

Heloísa Mereiles Gesteira

The subject of this essay is the Count's Garden, built in Recife in the first half of the seventeenth century, during the period of the Dutch colonization of the northeastern Brazil. As a botanical garden from the 17th century, it is an useful place for man to understand the nature. Being built in a colonial area it, simultaneously, becomes a place for collecting information as well as collecting American species, which among them were sent to Europe to be in the botanical gardens and other collections; those botanical gardens were also important to introduce new species in America. The main idea behind the study of the Count's Garden, located around the residential castle of Mauricio de Nassau - *the vrijburg* - during his administration representing the Dutch West Indian Company, is based on the Garden as a "monument" of the Dutch colonization in Brazil, since the observation of the utility and aesthetic functions indicates that the colonizers objectives acquired its own special form during the time the Dutch remained in Brazil, specially in the period of 1637/1645.

BETWEEN NATION AND CIVILIZATION

The idea of art in the thought of Araújo Porto Alegre

Letícia Coelho Squeff

Araújo Porto Alegre acted intensely in the cultural life of the Second Reign. Painter, poet, litterate and art critic, he lived, in his own trajectory, the advances and regressions, the impasses and dilemmas of his generation. Making use, basically, of texts containing critical observations of Porto Alegre on various fields of art, the article intends reconstructing his ideas upon nation and civilization, emphasizing the role that European values and paradigms had over his thought.

CULTURAL CROSSROADS

Notes on a recent experience at the Museu Histórico Nacional

Daryle Williams

In July of 1998, the Museu Histórico Nacional hosted twenty-five college and university professors from the United States of America who had come to Brazil to participate in a National Endowment for the Humanities Summer Institute for College Teachers entitled Crossroads of Atlantic Cultures: Brazil at 500. Under the direction of the Latin American Studies Center of the University of Maryland, the institute's participants considered ways in which to expand the presence of Brazilian studies in undergraduate and graduate teaching in the United States. At the Museu Histórico, the participants and museum staff debated numerous issues related to the study and instruction of Brazilian cultural patrimony.

LUXURIOUS PALACE, FETID NEIGHBOURHOOD

Aspects of the formation of the National Historical Museum and its surroundings

Carlos Kessel

The building where the National Historical Museum is presently installed is the result of successive additions and transformations that have been taking place since colonial times. Among these it is to be noticed the use of the ancient buildings, which used to house a fort, artillery deposits and military barracks, for the Palace of Industries, the largest show pavillion of the Independence Centennial Commemorative Exposition in 1922. The Museum surroundings, the old Misericórdia area, was also drastically changed, aiming to attain new standards of beauty and cleanliness, essential to favourably impress the visitors of the Exposition. This article analyses some of the architectural and aesthetic dimensions of this process of urban transformation, as well as examines the role of Carlos Sampaio, mayor of Rio de Janeiro between 1920 and 1922, in the urban and architectural interventions which marked his mayoral tenure.

MEANS OF GROUND TRANSPORTATION IN THE NATIONAL HISTORICAL MUSEUM

An Introduction

Cícero Antônio F. Almeida

In the Time of the Carriages is the most recent permanent installed at the Museu Histórico Nacional. First located on the Museum's ground floor

in 1994 and later expanded in 1997, the exposition brings back into public view various examples of means of ground transportation which date from the eighteenth century. This collection is one of the most important and interesting collections of its type to be found in Brazilian museums. The installation is crowned by *At the Speed of the Protos*, which opened to the public in November of 1996. This installation displays the Protos, a 1908 German-made automobile which was one of the first cars to be used in Brazil and one of only two of its kind in the world. Through a general overview of the collection, the article presents an evolution of ground transportation in Brazil through the early twentieth century. Also included is a classification of the objects which make up the exposition.

THE SOPHIA JOBIM COLLECTION: A STUDY ON SOROPTIMISM IN BRAZIL

Cacilda Fontes Cruz e Luciana Galvão Borel

The article is based upon an analysis of the Sophia Jobim Collection. Donated by Sophia Jobim Magno de Carvalho, a noted professor of art and feminist leader who lived in Rio de Janeiro between the 1940s and 1960s, the collection is distributed among the Historical Archive, Library, and Storage facilities at the Museu Histórico Nacional. Through a biographical study of the collection's donor, the article discusses Jobim's work as President of the Brazilian section of Soroptimist International Club, an civil association active in helping Brazilian women achieve financial independence in the 1950s. Analysis of the collection will illustrate how Jobim and her era were important in the maintenance and enlargement of women rights in Brazil.

(Abstracts translated from Portuguese by Sarah Fassa Benchetrit and Nancy Mirtle)

Regulamento

dos anais do Museu Histórico Nacional

Publicação de periodicidade anual, os Anais do Museu Histórico Nacional constituem a base do programa editorial do Museu, instituição voltada para a preservação dos testemunhos materiais, difusão e produção de conhecimento relacionados à história do Brasil. Dentre os objetivos desta publicação destacamos a divulgação de trabalhos inéditos voltados, fundamentalmente, para as ciências humanas e sociais, com ênfase na Museologia, Cultura material e História.

Quanto à sua natureza e conteúdo, assim estarão agrupados os trabalhos:

1- Artigos inéditos - ensaios e monografias sobre os temas gerais apontados;

2- Estudos de Curadoria - trabalhos de pesquisa e comentários sobre acervos depositados em museus brasileiros, com preferência aqueles sob guarda do Museu Histórico Nacional;

3- Notas e crônicas do MHN - Relatos de eventos institucionais

4- Trabalhos reeditados - textos de interesse sobre os temas gerais apontados, publicados no Brasil ou no exterior e/ou esgotados, de reconhecido valor e de interesse editorial.

Os trabalhos enviados e recebidos pela Comissão Executiva serão submetidos ao Conselho Editorial, ao qual cabe a elaboração dos pareceres e a indicação formal de inclusão dos textos nos *Anais*.

INSTRUÇÕES

Os originais deverão ser enviados à Comissão Executivo dos Anais do Museu Histórico Nacional - Praça Marechal Âncora, s/n, Rio de Janeiro, RJ, 20021-200 - em disquete contendo arquivo compatível com processador de textos Word 6.0 ou superior.

O texto deverá obedecer ao seguinte padrão:

Máximo de 70 (setenta) toques por linha (incluindo espaços); caracteres corpo 11 (onze), da família *Times New Roman*, espaço entre os parágrafos de 6 (seis) pontos, altura da página 35 linhas; extensão máxima: 20 (vinte) laudas.

As indicações de notas e referências deverão ser numerada, em posição elevada. Por exemplo:

[...] assim procedendo segundo as sugestões de Alexander¹, normalmente aceitas [...]

As notas deverão ser lançadas ao final do texto, em caracteres corpo 10, em local devidamente identificado pela palavra “Notas”, sem o uso dos recursos de inserção de notas normalmente existentes nos processadores de texto. Por exemplo:

Para livros: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969. P. 15.

Para artigos retirados de livros: LE GOFF, Jacques. “Memória.” In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi* (vol. 1 - Memória/História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. P. 20.

Para artigos retirados de revistas: VELHO, Gilberto - “Antropologia e Patrimônio Cultural.” *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (nº 20, 1984). Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, 1984. P. 37-39.

Para periódicos: “Museu inaugura exposição.” *O Globo*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1988.

Os dados pessoais do autor (nome, formação, titulação, cargo e instituições onde exerce atividades) deverão ser reunidos no mesmo disquete, em arquivo separado, denominado “Autor”. Por exemplo:

José Bittencourt. Historiador, Doutor em História, UFF, Pesquisador do Museu Histórico Nacional.

As informações poderão ser tão detalhadas quanto desejar o autor, desde que não excedam 50 (cinquenta) palavras. Deste arquivo também deverão constar endereço e telefone do autor. Caso tenha seu trabalho incluído na publicação, o autor deverá firmar com o *Museu Histórico Nacional um Termo de Cessão de Direitos Autorais*, e receberá 5 (cinco) exemplares da publicação.

Ilustrações serão incluídas, desde que não excedam a 5 (cinco) unidades, em preto e branco, e sejam entregues em disquetes separados, digitalizadas em formato JPG, levando-se em consideração as dimensões da página da publicação (23X16 cm). As legendas deverão ser incluídas em cada um dos disquetes contendo as imagens, com a respectiva indicação de inclusão.



Beco dos Tambores, portaria do MHN, *ca.* 1940

Este volume dos Anais do Museu Histórico Nacional, de número 30, foi composto e impresso entre setembro e outubro do ano de 1998, 498º do Descobrimento, 176º da Independência, 109º da Proclamação da República, 76º da criação do Museu Histórico Nacional.

Impresso na Gráfica Laerka, na cidade do Rio de Janeiro, em papel offset 75g/m², com a tiragem de 1000 exemplares.

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

MINISTÉRIO
DA CULTURA 

 **IPHAN** INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO
& ARTÍSTICO
NACIONAL